



**José Carlos Alves Pereira**

**O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de  
jovens rurais na migração internacional**

**CAMPINAS**

**2012**





Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

**José Carlos Alves Pereira**

**O lugar desmanchado, o lugar recriado? Enredos e desenredos de  
jovens rurais na migração internacional**

**Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço**

Tese de Doutorado apresentada Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Doutor em Sociologia.

Este exemplar corresponde à versão final da Tese/Dissertação defendida pelo aluno José Carlos Alves Pereira, e orientada pelo Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço.

---

Assinatura do Orientador(a)

**CAMPINAS  
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

Pereira, José Carlos Alves, 1969-

P414L O lugar desmanchado, o lugar recriado ? : enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional / José Carlos Alves Pereira. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012.

Orientador: Fernando Antonio Lourenço  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Camponeses. 2. Migração. 3. Redes de relações sociais. 4. Reconhecimento (Filosofia). I. Lourenço, Fernando Antonio, 1955-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** The place destroyed, the place recreated ? : plots and denouement of rural young in international migration

**Palavras-chave em inglês:**

Peasantry

Emigration and immigration

Recognition (Philosophy)

Social networks

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Doutor em Sociologia

**Banca examinadora:**

Fernando Antonio Lourenço [Orientador]

Maria Aparecida de Moraes Silva

Emília Pietrafesa de Godoi

Josué Pereira da Silva

José Roberto Pereira Novaes

**Data da defesa:** 11/12/2012

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**José Carlos Alves Pereira**

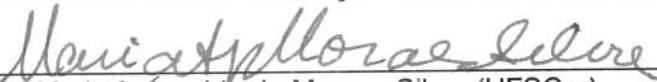
**“O LUGAR DESMANCHADO, O LUGAR RECRIADO?  
Enredos e desenredos de jovens rurais na migração internacional”**

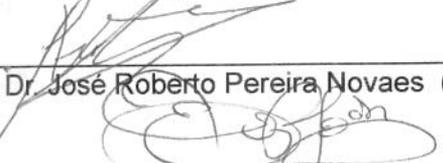
Este exemplar corresponde à redação final da Tese de  
Doutorado em Sociologia defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em 11/12/2012

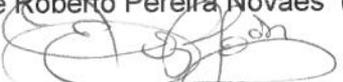
**BANCA EXAMINADORA:**

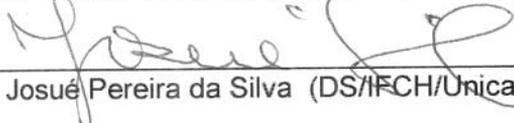
**TITULARES:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - orientador (DS/IFCH/Unicamp)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Maria Aparecida de Moraes Silva (UFSCar)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Roberto Pereira Novaes (UFRJ)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godoi (DA/IFCH/Unicamp)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (DS/IFCH/Unicamp)

**SUPLENTES:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego - (DS/IFCH/Unicamp)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sílvio César Camargo (DS/IFCH/Unicamp)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Nashieli Cecilia Rangel Loera (UNESP/Marília)

**Outubro/2012**



## Sumário

I	<i>Agradecimentos</i>	11
II	<i>Resumo</i>	13
III	<i>Abstract</i>	13
1	<i>Introdução: mapeando as condições sociais da migração no Vale do Jequitinhonha</i>	15
2	<i>Capítulo Um - Nos caminhos da pesquisa: a metodologia</i>	39
3	<i>Capítulo Dois - Migrações: motivações e implicações além da pobreza</i>	87
3.1	<i>Para além das redes: lutas por reconhecimento e a dignidade dos migrantes</i>	103
4	<i>Capítulo Três: Emigração feminina: caminhos para a emigração masculina</i>	123
5	<i>Capítulo Quatro - Migração, transformação urbana e estímulo a ‘novos’ migrantes - o caso do município de Padre Paraíso</i>	145
5.1	<i>Galeria de retratos 1 – dinâmica da paisagem urbana de Padre Paraíso e conexões com a migração</i>	154
6	<i>Capítulo Cinco: Redes Sociais de migrantes, formas e possibilidades de travessias</i>	169
6.1	<i>As Redes de Migrantes e suas Famílias</i>	176
6.2	<i>A Relação entre a Rede de Migrantes e suas Ocupações</i>	180
6.3	<i>A Rede, as Trocas Simbólicas e as Festas dos Migrantes</i>	183
6.4	<i>A Hierarquia e a Dialética das Redes Sociais de Migrantes</i>	184
6.5	<i>As Fragilidades da Rede Social de Migrantes</i>	189
6.6	<i>A “Profissionalização da Migração” e as Redes Sociais de Migrantes</i>	196
6.7	<i>“Profissionalização da migração” e Redes de Migrantes – Tensões e Justaposições</i>	203
7	<i>Capítulo Seis - Para além das redes de migrantes, as lutas por reconhecimento e as possibilidades da cidadania universal</i>	215
7.1	<i>O direito humano a documentação e pertencimento político</i>	217
7.2	<i>Estatuto jurídico da imigração: legalidade e clandestinidade</i>	228

<b>7.3</b>	<i>A migração na perspectiva do direito cosmopolita</i>	231
<b>7.4</b>	<i>A relevância atual do conceito de Kant de “permanência temporária”</i>	234
<b>7.5</b>	<i>O “Direito das Gentes” – uma discussão sobre Migrações e Justiça distributiva</i>	237
<b>7.6</b>	<i>Direito a ter direitos na perspectiva de Hannah Arendt – quem e como se determina o acesso aos direitos?</i>	243
<b>7.7</b>	<i>O “direito a ter direitos”</i>	245
<b>7.8</b>	<i>Arendt: sobre o Estado-Nação</i>	247
<b>7.9</b>	<i>Kant e Arendt sobre direitos e soberania</i>	249
<b>8</b>	<i>Considerações Finais</i>	251
<b>9</b>	<i>Bibliografia</i>	255

### **Índice de Gráficos, Tabelas e Mapas**

<b>Gráfico 1</b>	<i>Araçuaí-MG – População ocupada por setores econômicos e participação da população ocupada na população total – 2000 – em %</i>	19
<b>Tabela 1</b>	<i>População residente por situação de domicílio, segundo a microrregião de Araçuaí-MG – 1991-2010</i>	21
<b>Tabela 2</b>	<i>Indicadores de Desenvolvimento humano na microrregião de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha-MG – Ano 2000</i>	22
<b>Tabela 3</b>	<i>Composição e procedência da renda das famílias na microrregião de Araçuaí</i>	26
<b>Tabela 4</b>	<i>Índices da dimensão Socioeconômica - macrorregião Jequitinhonha / Mucuri percentual do nível de garantia dos Direitos Humanos por microrregião</i>	30
<b>Tabela 5</b>	<i>População ocupada por Setores – Padre Paraíso-MG, 2000</i>	148
<b>Mapa 1</b>	<i>Localização da microrregião de Araçuaí dentro do Estado de Minas Gerais</i>	18
<b>Mapa 2</b>	<i>Intensidade da pobreza na microrregião de Araçuaí – 2000</i>	24
<b>Mapa 3</b>	<i>Média geral das 5 dimensões para a garantia dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais – 2008</i>	28
<b>Mapa 4</b>	<i>Macrorregião Jequitinhonha/Mucuri com destaque das micro-regiões Almenara, Araçuaí, Capelinha, Nanuque e Teófilo-Otoni- MG – 2008</i>	29
<b>Mapa 5</b>	<i>Índice de Garantia dos Direitos Humanos – dimensão socioeconômica - em Minas Gerais – 2008</i>	30

<b>10</b>	<b>Anexos - Iconografia da Tese</b>	267
<b>5.1 - Galeria de retratos 1</b>	<i>Dinâmica da paisagem urbana de Padre Paraíso e conexões com a migração</i>	154
<b>Galeria de retratos 2</b>	<i>Migrantes, familiares de migrantes e suas atividades de trabalho cotidiano no Vale do Jequitinhonha</i>	267

## I - Agradecimentos

Uma tese é, antes de tudo, resultado de esforços e conhecimentos coletivos. Há amigos (orientadores, colegas de curso, professores, colegas de estudos e debates, etc.), bibliotecários, arquivistas, profissionais das secretarias de programas de pós-graduação, familiares, interlocutores, cujo apoio é essencial desde a concepção do objeto de pesquisa até o desenvolvimento e a conclusão do estudo. Isto em condições normais de trabalho. Ao contrário, quando não se dispõem de tais condições, o apoio dessas pessoas é fundamental, vital, para que o trabalho proposto seja realizado com um ao menos um mínimo de êxito. Este é, particularmente, o meu caso. Acometido por doença renal crônica que me levou à hemodiálise durante e após a elaboração desse trabalho, certamente ele não seria concluído sem o vital apoio, compreensão, paciência, carinho, estímulo, respeito, reconhecimento incondicionais das pessoas amigas que me amparam.

Listar os nomes de todas as pessoas que me estimularam e apoiaram aqui exigiria páginas e páginas e também cansaria os leitores, tamanha é a lista de amigos que caminharam lado a lado comigo ao longo da pesquisa. Contudo, mesmo correndo o risco de cometer graves injustiças, não posso deixar passar em silêncio, ou submersos algumas pessoas, centro de estudos, instituições que jamais se distanciaram de mim, mesmo nos momentos em que considerei se não seria melhor interromper o trabalho.

Assim, agradeço aos meus interlocutores (migrantes e seus familiares que, a despeito de muitas vezes vivenciarem dramas sociais profundos, sempre me receberam com doçura, generosidade e disponibilidade espontânea para participar da pesquisa. Tornaram possível conhecer um pouco mais dos enredos e desenredos sutis do mundo das migrações.

Agradeço à Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo que desde a iniciação científica, o mestrado, e, agora o doutorado me concedeu Bolsas de estudo que viabilizaram toda a minha formação acadêmica sem profundas preocupações financeiras. Infelizmente esta não é a realidade da maior parte dos estudantes de graduação, mestrado e doutorado. Agradeço ainda à Fapesp pela sensibilidade com que acolheu os meus pedidos de prorrogação de prazos para entregas de relatórios devido aos atrasos causados por meu debilitado estado de saúde; ao parecerista da Fapesp com quem pude dialogar através dos relatórios de pesquisa e cuja leitura atenta sempre contribuiu para realçar os achados da tese e aprofundar a discussão teórica da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Fernando Antonio Lourenço pela incondicional presença amiga, estimulante, provocadora, ancorada na curiosidade, no conhecimento sociológico e fundamentalmente comprometida com a defesa irrestrita dos direitos humanos; à Banca de arguição (Profas. Maria Ap. Moraes Silva, Emília Pietrafesa Godoi, Nashieli Loera, Profs. Roberto Novaes e Josué Pereira da Silva) que fizeram, nas palavras da profa. Maria Moraes, "uma leitura atenta, crítica e com a maior ternura do mundo" sobre a tese. Agradeço aos colegas do CERES/IFCH/UNICAMP -

Centro de Estudos Rurais do IFCH/UNICAMP pela amizade incondicional que tive o prazer de desfrutar e muito aprender nesses anos de caminhada; aos colegas editores da Revista Ruris pelo aprendizado coletivo, carinho, dedicação em nossos trabalhos junto à nascente Ruris; aos colegas do CEM - Centro de Estudos Migratórios pela ternura, prestatividade e apoio; aos colegas do Conselho Editorial da Revista Travessia (Revista do Migrante), com os quais tenho o privilégio de desfrutar da amizade, leitura e discussão de textos; ao SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes pela acolhida e força de caminhada que sempre me deu desde os nossos primeiros encontros, e, pela convivência singular que me proporcionou junto aos migrantes em seus alojamentos, eito de trabalho, residências, bares, igrejas, comunidades; à Chris, Maria Rita - funcionárias da secretaria de Pós-Graduação do IFCH/UNICAMP pelo carinho, apoio e amizade; à Claudilene Ramalho e às Irmãs Lucila e Ana Patrícia, de Novo Cruzeiro-MG, que me guiaram pelos bairros, ruas e becos onde residem familiares de migrantes em Novo Cruzeiro; à Creuza Murta, Ir. Sandra P. Souza, Ir. Ana Assis, Cleia Fabry, Rocha, Nenga, Dona Maria, - agentes da Pastoral dos Migrantes de Minas Gerais e a Itamar - Comunidade Papa João XXIII, à Paulo André, Edvaldo - agente da CPT - Comissão Pastoral da Terra - que me guiaram pelas chapadas, morros, veredas, grotas do Vale do Jequitinhonha onde residem familiares de migrantes. Não posso deixar de agradecer às mulheres da ACOBAPA - Associação Comunitária do Bairro Porto Alegre, município de Itinga, especialmente Rosalina, Nilza, Eliana, Maura, lutadoras incansáveis pela melhor condição de vida do povo oprimido.

Agradeço à Dona Carina pela cortesia e carinho com que sempre me recebeu em sua casa durante as idas e vindas ao Jequitinhonha.

Igualmente devo muito à Maria Aparecida (Cidinha de Chapada do Norte), Isabel Cristina, Daniela Masotti, pessoas queridíssimas com as quais tive a sorte de conviver, aprender a sonhar, lutar, amar.

Agradeço à Fátima, Anita, Jô, Maria Geralda, Rosário, Nete, Geraldo, Jadir, Maria de Lourdes, Maria Flor de Maio, Wanda, Nilza, Andréia, migrantes do Vale do Jequitinhonha em São Paulo, com os quais passei muitas tardes de domingo no Ibirapuera espantando a solidão no meio da multidão da metrópole. E a gente com quem hoje partilho a morada, Yasmim, Fernando, Luis Carlos, Veri (companheira), cuja companhia muitas vezes foi sacrificada em prol da escritura deste trabalho.

Igualmente sempre vivos e fortes foram os apoios da minha Mãe e meu padrasto (Rita e Ivanildo), dos irmãos Marcos (in memórian), Roberto, Fernando, Sheila, Vanerli, Isaque, Yone, Mara, Jonas; dos tios/as (Eva, Adelson, Maria, Lúcio, Miguel, Serafin, Neli, Sebastião, Duzinha, Zelita), dos primos/as (Ronivaldo, Maédia, Raniere, Edvânia, Leidilane, ....., Cisnando, Alian, Sílvio, Natália, João Carlos, Kátia, Abel, Márcia, Marcelo, sempre a me olhar com carinho e ternura.

Agradeço à Veridiana (Veri), companheira de sonhos, lutas e esperanças com quem partilho o amor de viver.

À todas as pessoas que me apoiaram na realização desse trabalho, meu terno e forte abraço de gratidão.

## **II - Resumo**

Pesquisas recentes revelam que muitos jovens rurais têm se integrado a fluxos migratórios articulando habitação, lazer e trabalho entre campo e cidade, como uma forma de viabilizar projetos de melhores condições de vida para si ou suas famílias, ou ainda, para tornar viável a constituição de novas unidades familiares. Nessas migrações, sobressai a migração nacional de caráter sazonal. Mas, simultaneamente e reagindo às precárias condições de trabalho, ou almejando realizar um sonho de bonança, os jovens se enveredam em rotas de migração internacional e expressam novas formas de organização de redes de migrantes e lutas por reconhecimento. Nessa pesquisa, procuro analisar as articulações entre amigos, parentes, agenciadores e a migração sazonal nacional como um canal de acesso à migração internacional de jovens rurais do Vale do Jequitinhonha-MG para Portugal, Espanha em um contexto de contrabando humano, migração de retorno, supressão ou restrição do direito de migrar, lutas por reconhecimento e expectativas de alcançar melhor padrão de vida.

**Palavras chave:** Camponeses, Migração, Redes de relações sociais, Reconhecimento (Filosofia)

## **III - Abstract**

Recent research shows that many young people from rural areas have integrated flux of migration articulating housing, leisure and work between country and city, as a way of accomplish projects better living condition for themselves or their families, or accomplish the creation of new family units. In these migrations, stand out the migrations national of seasonal character. But, simultaneously, and reacting precarious conditions of work, or aiming to realize a dream of prosperity, the young people accessing international migration routes, and they express new forms of organization of social networks. In this research, I analyze the connections between friends, kin, migration agents clandestine, and the seasonal migration national as a channel of access to international migration of rural youth of Jequitinhonha Valley for Portugal, Spain in a paradoxical context of return migration, suppression or restriction the right to migrate, and expectations of to achieve better standard of living.

**Key words:** Peasantry, Emigration and immigration, Recognition (Philosophy), Social networks



## **1 – Introdução: mapeando as condições sociais da migração no Vale do Jequitinhonha-MG**

O turista, o político, o caminhante, o missionário, o militante, o pesquisador que adentrar pelas chapadas, morros, tabuleiros e veredas do Vale do Jequitinhonha encontrará pessoas dedicadas a uma dura e intensa luta por sobrevivência. Todavia, uma luta permanentemente acompanhada de celebrações e festas nas quais dormem sonhos e buscam recriar e reproduzir suas vidas em tempos e espaços diferentes. Encontram-se mulheres, homens, crianças, idosos com feixes de lenha, lata d'água na cabeça; moradores de choupanas que não dispõem de energia elétrica em casa, a despeito de a rede elétrica cruzar o espaço aéreo de sua posse ou gleba de terra<sup>1</sup>; homens e mulheres com corpos marcados por doenças crônicas, como esquistossomose, chagas, tuberculose, dores de coluna a denunciar suas precárias condições de vida e degradantes condições de trabalho; homens e mulheres de olhos vivos, profundos expressando angústias, resistências, histórias e intensas experiências de trabalho e festa vividas ao longo dos anos em suas glebas camponesas e também no eito dos canaviais, cafezais, fazendas de gado, construção civil, e, também setores de comércio, construção civil e fazendas

---

<sup>1</sup> Casos assim ainda existem mesmo com o Programa "Luz Para Todos" - LPT do Governo Federal. As famílias sem acesso ao LPT não foram atendidas, porque no período de cadastramento ao Programa elas estavam migrando e não puderam fazê-lo. No retorno da migração elas procuraram as autoridades municipais responsáveis pelo LPT e foram informadas que deveriam aguardar outro cadastramento. Alguns conseguiram se cadastrar. Contudo, outros não o conseguiram e permanecem sem energia elétrica. O Programa LPT foi instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Em 2008 ele foi alterado pelo Decreto nº 6.442, de 25 de abril. O LPT visava prover, até o ano de 2010, o acesso à energia elétrica à totalidade da população do meio rural brasileiro. (BRASIL - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2011).

em outros países. Esses mesmos homens e mulheres sobem e descem morros, tabuleiros, veredas, riachos e ribeirões em procissões, cantorias do divino, folguedos juninos, congadas, batuques do Rosário, festas de batizados e casamentos, em mutirões de solidariedade para fazer colheitas, construir casas, açudes, cercas, festejam o retorno de familiares, parentes e amigos migrantes retornados do labor em outras terras longínquas.

As privações e alegrias se entrelaçam e marcam seu cotidiano em um processo no qual, de Janeiro a Janeiro, a vida é disputada, conquistada, “desmanchada”, destruída, reinventada e festejada durante o trabalho de lavra da terra, reuniões, encontros, oficinas, festas e visitas nos diversos municípios e suas comunidades rurais.

O caminhante observador também perceberá que de Abril a Novembro, milhares de camponeses – sobretudo os jovens - migram do Jequitinhonha para o sul de Minas Gerais, Mato Grosso, norte do Paraná, norte do Rio de Janeiro e para o interior de São Paulo, onde são convertidos em trabalhadores rurais assalariados para empresas nacionais e internacionais do setor agroindustrial, principalmente em usinas de açúcar e álcool e fazendas de café. Convertidos em assalariados, os camponeses migrantes atuam no eito dos monocultivos de café, laranja e cana-de-açúcar.

Nesta pesquisa, selecionei a microrregião de Araçuaí que se localiza na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, para a análise de como ocorrem os processos migratórios de camponeses para outros países, precisamente para Portugal e Espanha. A microrregião de Araçuaí é composta por oito municípios, a saber: Araçuaí, Caraí, Coronel Murta, Itinga,

Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa. De acordo com o censo demográfico do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011) em 2010 esta microrregião contava com 156.428 habitantes. Destes, 76.786 pessoas habitavam nas áreas urbanas ou sedes municipais. Já 79.670 pessoas habitavam nas áreas rurais. Comparada à dinâmica da ocupação demográfica em Minas Gerais, a microrregião de Araçuaí pode ser considerada rural em termos de distribuição espacial da população. O censo demográfico do IBGE mostrou que, em 2010, Minas Gerais contava com uma população de 19.595.309 pessoas. Destas, 16.713.654 pessoas habitavam áreas urbanas ou sedes municipais. Outras 2.881.655 de pessoas habitavam em áreas rurais. A microrregião de Araçuaí não só por ter a maior parte de sua população habitando em áreas rurais, comparada à ocupação espacial da população no Estado mineiro, pode ser apreendida como sendo de características rurais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para definir uma localidade como sendo rural ou urbana, o IBGE (2010) não adota a distribuição espacial da população como critério. A classificação como “urbano” ou “rural” elaborada pelo IBGE é definida pela presença ou não de ao menos três equipamentos considerados urbanos, como energia elétrica, saneamento básico, pavimentação de ruas. No entanto, com o Programa Luz Para Todos, criado em 2003, ainda que algumas localidades não tenham sido beneficiadas, a maioria das áreas rurais conta com a energia elétrica. Nesse sentido, a presença ou não da energia elétrica perde validade como critério classificatório de uma área como “rural” ou “urbana”. O IBGE ainda aponta que “Área urbanizada” é a área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por construções, arruamentos e intensa ocupação humana. “Área não urbanizada” é a área legalmente definida como urbana, que se caracteriza por ocupação de caráter predominantemente rural. “Área urbana isolada” é a área legalmente definida como urbana, que se apresenta separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal. “Aglomerado rural” é a localidade situada em área legalmente definida como rural, onde existam unidades domiciliares que conformem um conjunto de edificações adjacentes (50 m ou menos de distância entre si) com características de permanência. Há ainda uma escala do grau de urbanização baseada na quantidade total da população de cada município. A distribuição espacial da população também não tem força suficiente para definir ou classificar, por si, uma área como sendo rural ou urbana. Outra classificação do IBGE aponta que por “situação urbana, consideraram-se as áreas, urbanizadas ou não,

**Mapa 1: Localização da microrregião de Araçuaí dentro do Estado de Minas Gerais. No extremo esquerdo, embaixo, o detalhe da localização do Estado de Minas Gerais no mapa do Brasil**



Fonte: Wikipédia, 2011

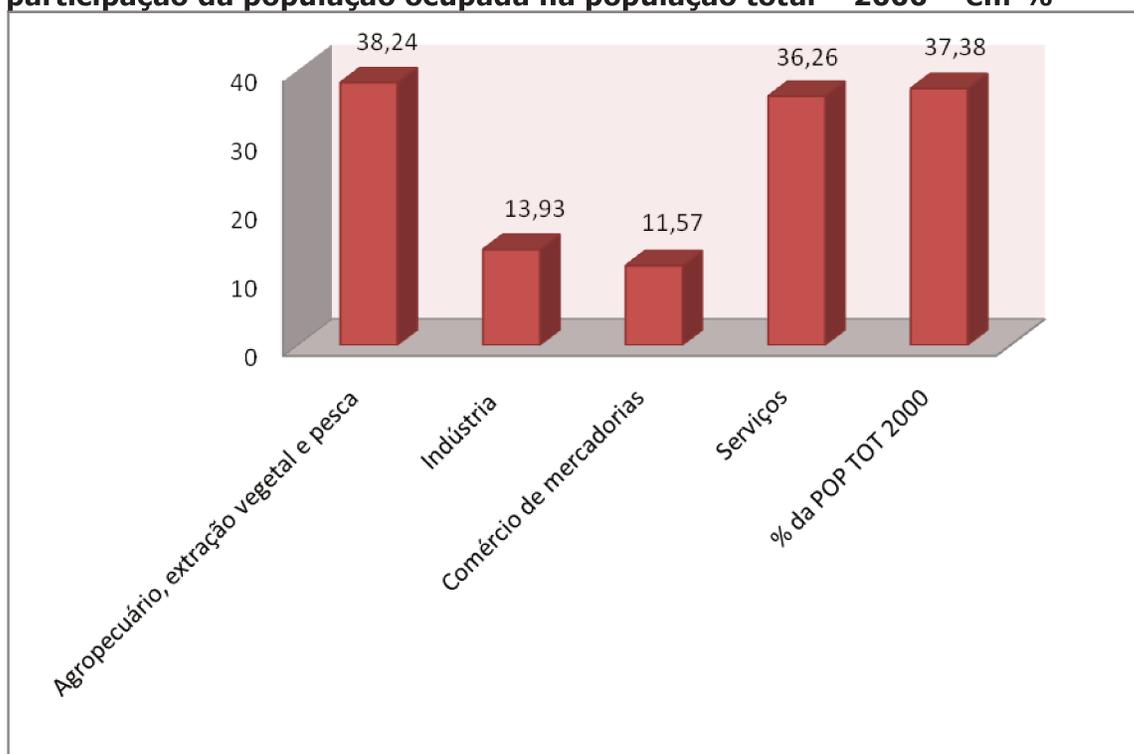
Outro aspecto que reforça a característica rural da microrregião é a composição do PIB – Produto Interno Bruto do seu principal município, Araçuaí. O Gráfico 1 mostra que em 2000, a composição do PIB araçuaiense tinha como destaque o setor agropecuário, extrativismo e de pesca que ocupava o maior percentual da população economicamente ativa seguido do setor de serviços. A

---

internas ao perímetro urbano das cidades (sedes municipais) ou vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, conforme definido por Lei Municipal vigente em 31 de julho de 2010. Para a cidade ou vila em que não existia legislação que regulamentava essas áreas, foi estabelecido um perímetro urbano para fins de coleta censitária, cujos limites foram aprovados pelo prefeito local. A situação rural abrangeu todas as áreas situadas fora desses limites. (IBGE, 2011 – Características da população e dos domicílios – Resultado do Universo, p.25). Contudo, se considerarmos alguns critérios como vínculo de habitação, vínculo afetivo e vínculo laboral das pessoas com o rural, ainda que tais vínculos não sejam considerados pelo IBGE na sua classificação, não podemos deixar de notar e considerar sua importância sociológica para as representações, significações políticas, culturais, econômicas que as pessoas fazem acerca do rural e do urbano.

atividade industrial e o comércio de mercadorias vinham em seguida, respectivamente, com os dois menores percentuais. Cabe ainda observar que, de acordo com o IBGE (2000), o setor de serviços estava impulsionado pelas atividades administrativas municipais e pela atuação de diversas ONGs e movimentos sociais que atuam em Araçuaí. Vejamos o Gráfico 1.

**Gráfico 1. Araçuaí-MG – População ocupada por setores econômicos e participação da população ocupada na população total – 2000 – em %**



Fonte: REIS, Márcio Carneiro dos. Projeto "Construindo capacidades em segurança alimentar no Brasil" (2006).

No que se refere às representações sociais sobre a microrregião onde vivem, embora eu não tenha perguntado objetivamente aos entrevistados sobre isso, pode-se dizer, ao menos, que algumas pessoas identificam a microrregião como sendo de caráter rural. Pude constatar isso quando durante uma entrevista com o jovem Ivan, em São Paulo, ele disse ser proveniente "da

*roça*". Perguntei-lhe: de qual município e qual comunidade rural? Ele ponderou:

Não é bem uma comunidade rural. Eu sou de Araçuaí mesmo. Mas, é que no dizer da gente assim né, o lugar é pequeno e quase todo mundo é da roça. Então é assim como se fosse uma roça. É o interior. É como se fosse da roça (Ivan, 27 anos, Araçuaí-MG, entrevistado em São Paulo-SP)

Há diversos trabalhos sobre a dinâmica demográfica no Vale do Jequitinhonha que destacam a migração como um aspecto relevante na composição da demografia da região (Marília M. F. Gomes, et al., 2007; Helder A. Augusto; Luiz H. A. Silvestre, 2008; Hélder A. Augusto et al., 2009). Através deles, pode-se obter estatísticas mais detalhadas sobre o tema. Como meu objetivo não é analisar a migração na perspectiva da dinâmica demográfica da região, trabalharei apenas com os dados dos respectivos Censos Demográficos de 1991, de 2000, e, de 2010 realizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As estatísticas desse período, sobretudo as informações referentes ao decênio 2000-2010, estão mais próximas do tempo de maior ocorrência dos fluxos migratórios de jovens do Vale do Jequitinhonha para a Europa, e, da migração de retorno ao Brasil, ou ainda da diversificação ou formação de novas rotas migratórias no bojo da crise financeira mundial e também da multiplicação de redes e agenciadores de migrantes no Vale do Mucuri e no Vale do Jequitinhonha. A utilização das estatísticas não significa, contudo, que esta pesquisa tem caráter censitário ou que se define pela dinâmica demográfica da região. A análise do processo migratório jequitinhonhense será baseada em entrevistas realizadas com

familiares, migrantes, agenciadores de redes migratórias, pesquisas qualitativas e nas minhas observações de campo.

Voltemos às estatísticas dos Censos. No Estado de Minas Gerais, o lócus de minha pesquisa de campo é a microrregião de Araçuaí, precisamente os municípios de Araçuaí, Novo Cruzeiro e Padre Paraíso. A Tabela 1 apresenta estatísticas sobre a demografia dos municípios da microrregião de Araçuaí-MG. Os dados referem-se aos respectivos Censos de 1991, 2000<sup>3</sup> e 2010. Pela referida Tabela pode-se perceber que dos oito municípios da microrregião, três (Novo Cruzeiro, Virgem da Lapa e Coronel Murta) tiveram perda de população no período assinalado, outros três (Carai, Itinga e Padre Paraíso) tiveram crescimento populacional muito pequeno, quase imperceptível, e os outros dois (Araçuaí e Ponto dos Volantes) obtiveram ganhos razoáveis considerando a dinâmica demográfica da microrregião.

**Tabela 1. População residente por situação de domicílio, segundo a microrregião de Araçuaí-MG – 1991-2010**

Municípios da Microrregião Araçuaí-MG	1991			2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Novo Cruzeiro	30748	6499	24249	30453	8378	22075	30726	10523	20203
Padre Paraíso	17327	10123	7204	17475	10687	6788	18852	11523	7329
Araçuaí	33826	16590	17236	35713	20461	15252	36013	23430	12611
Carai	21778	4757	17021	20981	6701	14280	22343	7190	15153
Virgem da Lapa	13925	4075	9850	13672	5883	7789	13625	6842	6783
Itinga	14013	4412	9601	13894	5738	8156	14407	6554	7853
Ponto dos Volantes	8599	2342	6257	10529	3060	7469	11345	4031	7314
Coronel Murta	9191	5217	3974	9134	6477	2657	9117	6693	2424

Fontes: IBGE – Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010; Atlas DH, 2000.

<sup>3</sup> Os censos de 1991 e 2000 foram consultados na base de informações Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Já as informações referentes ao censo de 2010 foram consultadas diretamente nos cadernos do IBGE/Censo 2011.

O ganho pouco perceptível de população nessa microrregião pode estar relacionado às baixas taxas de natalidade, aos altos índices de mortalidade infantil no Vale do Jequitinhonha, que é de 36,4 crianças mortas a cada mil nascidas vivas, de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano No Brasil – 2000. No Brasil, essa taxa era, em 2000, de 29,7 crianças mortas a cada mil nascidas vivas. Na Região Sudeste, a taxa era de cerca de 19,0 crianças mortas a cada mil nascidas vivas. No Estado de Minas Gerais, a taxa de mortalidade infantil era de aproximadamente 23,0 crianças mortas a cada mil nascidas vivas. Vejamos na Tabela 2 esses índices e outros indicadores de desenvolvimento humano na microrregião de Araçuaí em 2000.

**Tabela 2: Indicadores de Desenvolvimento humano na microrregião de Araçuaí, Vale do Jequitinhonha-MG – Ano 2000**

Município	Mortalidade até um ano de idade, 2000 – a cada mil crianças nascidas vivas	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população, 2000	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 2000	Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo, 2000	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000
Araçuaí	36,29	33,35	52,12	55,19	51,72
Novo Cruzeiro	49,22	40,69	41,59	75,54	32,83
Padre Paraíso	36,29	32,84	52,4	66,96	51,84
Caraí	38,95	40,20	44,14	71,71	36,17
Coronel Murta	36,29	41,12	43,27	54,28	56,72
Itinga	38,95	35,15	46,66	62,44	36,78
Ponto dos Volantes	49,22	37,50	44,18	73,23	30,09
Virgem da Lapa	36,29	36,99	47,91	62,59	52,03

Fonte: Atlas de Desenvolvimento humano – Brasil 1991 – 2000

As informações da Tabela 2 não são animadoras no que se refere ao Desenvolvimento Humano e a concentração da renda na microrregião de

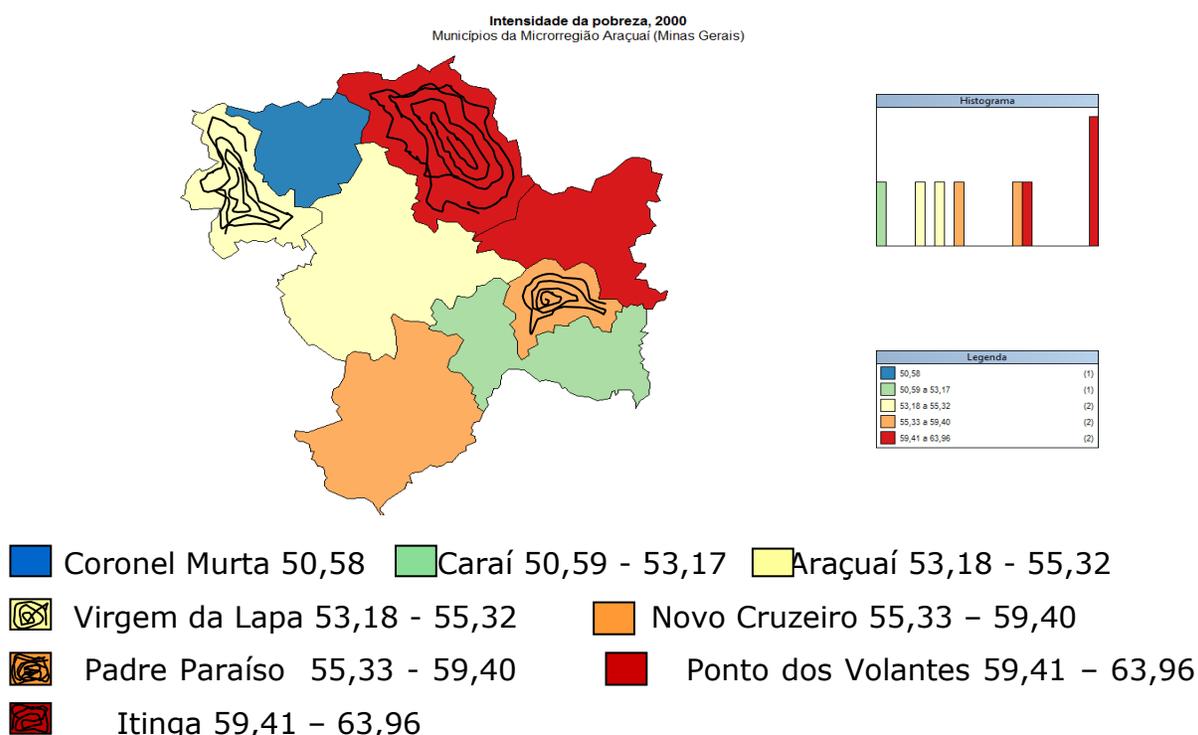
Araçuaí. Os altíssimos índices de mortalidade infantil e a forte concentração da renda pelos 10% mais ricos denunciam a precariedade das condições de vida não apenas no aspecto material, mas também no social, já que as pessoas com mais de 25 anos de idade que têm menos de quatro anos de escolaridade ultrapassa os 50% da população total em todos os municípios. Observando a última coluna no extremo direito da Tabela, veremos que em todos os municípios da microrregião, o acesso a água encanada e a banheiros também se apresenta como forte carência para metade da população em alguns casos, e, em outros, a maioria da população vive sem esses saneamentos básicos para uma vida saudável, o que acentua o enfoque sobre as condições de pobreza submetidas à boa parte da população.

Cabe observar que do ano 2000 para 2010, a taxa de mortalidade infantil foi reduzida em quase 50% no Brasil. O índice que era de 29,7 diminuiu para 15,6 crianças mortas a cada mil nascidas vivas. Essa diminuição ocorreu em todos os Estados, inclusive em Minas Gerais, onde o índice baixou de 23,0 para 19,0 crianças mortas a cada mil nascidas vivas.

O crescimento modesto ou a perda de população da região também podem ser devidos, sem excluir os altos índices de mortalidade infantil, à baixa taxa de natalidade, aos constantes fluxos migratórios para outras regiões brasileiras e para outros países em busca de melhores condições de vida e de trabalho, já que a microrregião, além dos altos índices de pobreza, apresenta a atuação intensa de redes e agenciadores que não só estimulam, mas criam condições concretas como empréstimo de dinheiro para compras de passagens, promessas de conseguir trabalho na região de destino, que

influenciam ou viabilizam a migração mesmo de pessoas que declaram migrar movidas pela curiosidade de conhecer outro lugar, aprender uma nova profissão, ou porque seus amigos foram antes e lhes prometeram levar depois. No caso da precariedade das condições de vida, vejamos o Mapa 2, abaixo, que mostra os índices de pobreza na região no ano 2000.

## Mapa 2. Intensidade da pobreza na microrregião de Araçuaí - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 1991-2000

As informações desse Mapa 2 confirmam e reforçam as estatísticas da Tabela 2 sobre os altos índices de pobreza na microrregião de Araçuaí. Pelo Mapa 2, podemos constatar que em todos os municípios, mais da metade da população vivia em condições de pobreza em 1991, e, em 2000, os índices de

pobreza aumentaram em todos os municípios da microrregião, como no caso de Araçuaí, cujo índice de pobreza em 1991 era de 53,18% e salta para 55,32% no ano 2000.

Também é interessante notar o PIB – Produto Interno Bruto da microrregião, a composição ou procedência da renda das famílias. De acordo com o Censo do IBGE 2010/11, os setores de produção que compõem o PIB destes três municípios não são muito diferentes do que foi apresentado para Araçuaí no Gráfico 1. Ou seja, o PIB é composto por uma significativa parcela de produtos agropecuários seguidos pelo setor de serviços e o comércio de mercadorias. O setor de comércio conta com a presença de lojas de móveis, material de construção, vestuário, eletrodomésticos, remédios, e, é fortemente dinamizado às quartas feiras e aos sábados, quando são realizadas feiras com forte participação de camponeses vendendo, comprando, trocando produtos e objetos. Ainda sobre a composição e procedência da renda das famílias na microrregião, vejamos a Tabela 3.

**Tabela 3:** Composição e procedência da renda das famílias na microrregião de Araçuaí

Município	Renda per Capita, 1991	Renda per Capita, 2000	% da renda proveniente e de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 1991	% da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 1991	% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais, 2000
Araçuaí	85,70	131,71	12,25	19,40	76,92	54,61	10,12	18,78
Novo								
Cruzeiro	89,06	125,10	10,48	20,58	87,15	54,20	8,47	19,38
Paraíso	69,22	94,61	8,21	17,72	88,43	45,88	6,87	16,61
Carai	57,58	84,13	8,99	19,49	84,38	68,87	7,78	19,02
Coronel								
Murta	64,76	95,05	10,47	21,00	80,93	65,19	6,83	20,52
Itinga	56,20	67,36	11,33	24,10	80,25	41,20	10,21	23,74
Ponto dos								
Volantes	47,56	63,07	10,84	25,17	82,60	50,57	9,08	24,95
Virgem da								
Lapa	68,64	107,31	12,32	23,60	84,08	52,46	9,22	22,12

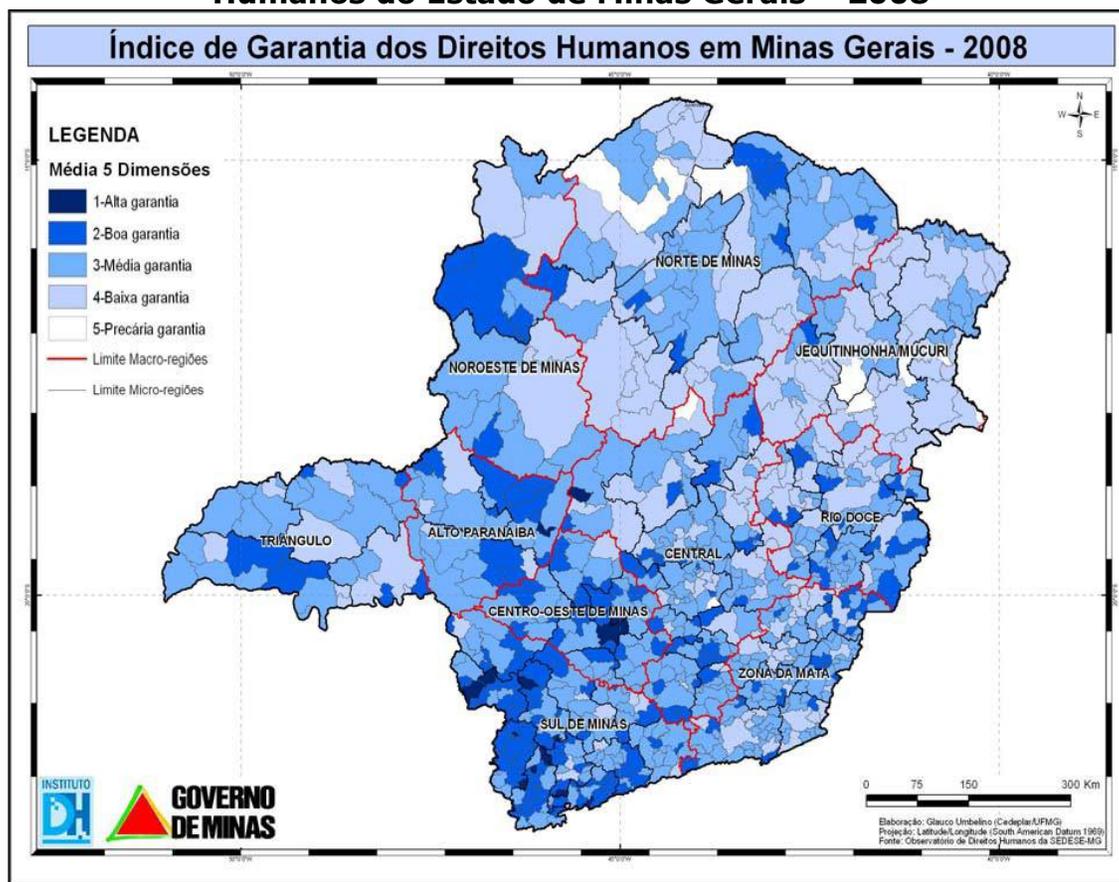
Fonte: IBGE/Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 1991-2000

A Tabela 3 mostra que houve significativo aumento da renda per capita no período 1991 – 2000 em todos os municípios da microrregião. No entanto, o aumento da renda per capita pode significar uma importante redução da pobreza no período considerado. Mas, cabe destacar que a redução da pobreza está diretamente articulada aos programas governamentais de transferência de renda, o que é relevante para a prevenção e combate à pobreza, mas não suficiente. A prevenção e o combate a esta aviltante condição social depende também de políticas geradoras de trabalho decente e aumento real das rendas provenientes do trabalho. Ocorre que, se analisarmos detidamente a Tabela 3,

veremos que no período 1991 – 2000, houve queda significativa das rendas provenientes do trabalho, por um lado, e, por outro, forte aumento do percentual de pessoas que têm mais de 50% de suas rendas provenientes de transferências governamentais. Se atentarmos para o fato de que as transferências governamentais estão fortemente articuladas às condições de pobreza no Brasil, temos que admitir que o aumento da renda per capita, neste contexto, não significa uma sólida e consistente redução da pobreza. Além disso, o que aparece como desafiadora é a forte redução das rendas provenientes das atividades laborais. Isto nos leva a considerar que as migrações em busca de trabalho e melhores condições de vida tendem a se intensificar, já que a microrregião vem perdendo capacidade de oferecer trabalho e renda para sua população, especialmente a jovem.

No que se refere às garantias dos direitos humanos, há uma forte relação entre seus baixos índices de garantia e a pobreza em todo o Vale do Jequitinhonha e Norte do Estado, como mostra um estudo realizado pelo Governo de Minas Gerais (2008). Quanto mais claras as áreas dos mapas, maiores são os índices de precariedade de garantia dos Direitos Humanos e mais intensa é a pobreza. Vejamos os Mapas 2, 3 e 4, respectivamente, e, a Tabela 4 que trazem informações sobre esse tema.

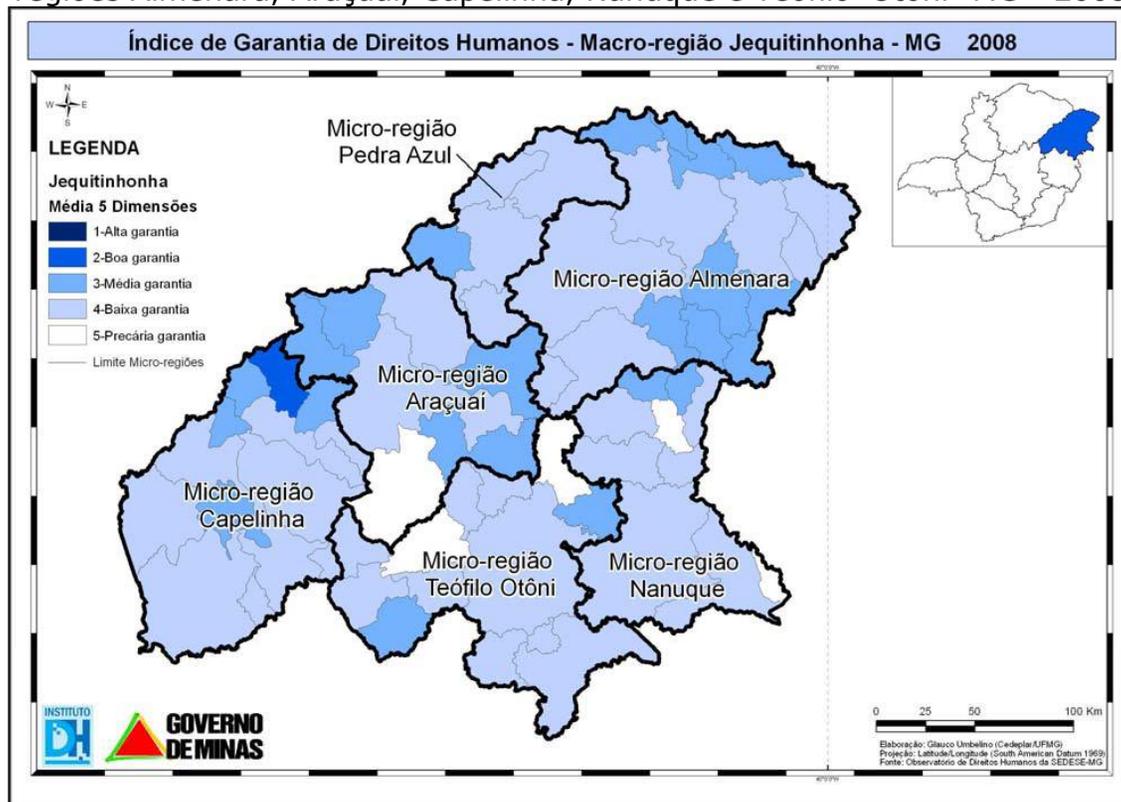
### Mapa 3: Média geral das 5 dimensões para a garantia dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais – 2008



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Instituto IDH-2008

Em toda a região do Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, podemos notar, pela coloração clara do mapa, que o índice de garantia dos direitos humanos varia de baixa para precária garantia. Apenas três municípios têm coloração indicando boa garantia, o que reforça a análise sobre as informações da Tabela 3, do Mapa 2 e da Tabela 2.

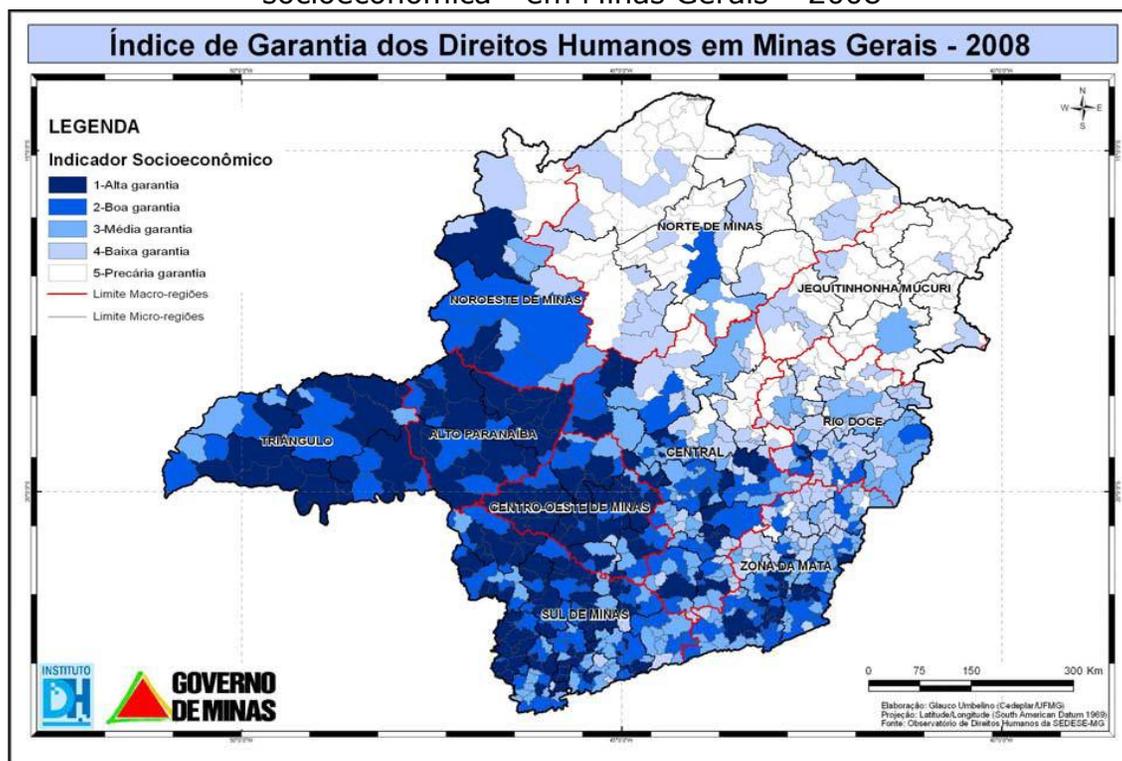
**Mapa 4** – Macrorregião Jequitinhonha/Mucuri com destaque das micro-regiões Almenara, Araçuaí, Capelinha, Nanuque e Teófilo-Otoni- MG - 2008



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Instituto IDH-2008

Neste Mapa 4 podemos constatar que nenhum dos municípios da microrregião de Araçuaí é sinalizado como sendo de “boa garantia” para os direitos humanos (DH). Quatro dos municípios apresentam índice de “média garantia” dos DH, dois apresentam índice de baixa garantia e um apresenta índice de precária garantia dos DH.

**Mapa 5** - Índice de Garantia dos Direitos Humanos – dimensão socioeconômica - em Minas Gerais – 2008



Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Instituto IDH-2008

**TABELA 4** - Índices da dimensão Socioeconômica macrorregião Jequitinhonha / Mucuri percentual do nível de garantia dos Direitos Humanos por microrregião

Microrregiões	Alta Garantia	Boa Garantia	Média Garantia	Baixa Garantia	Precária Garantia	Total
Almenara	0,0	0,0	0,0	6,3	93,8	100,0
Araçaí	0,0	0,0	0,0	25,0	75,0	100,0
Capelinha	0,0	0,0	0,0	28,6	71,4	100,0
Nanuque	0,0	0,0	0,0	10,0	90,0	100,0
Pedra Azul	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Teófilo Otoni	0,0	0,0	7,7	0,0	92,3	100,0

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Instituto IDH-2008

Já sobre a garantia da dimensão socioeconômica dos Direitos Humanos, o Mapa 5 e a Tabela 4 nos mostram total precariedade, o que reforça a

constatação da não redução sólida e consistente da pobreza no período 1991-2000, a despeito do aumento da renda per capita.

No conjunto, os Mapas 3, 4 e 5, e, a Tabela 4 apresentam percentuais que indicam o teor precário das garantias de Direitos Humanos na macrorregião do Jequitinhonha e Norte de Minas. Sugerem-nos também, já que datam de 2008, que a dinâmica demográfica e os índices de pobreza mensurados no ano 2000 não tenham sofrido alterações significativas no sentido de melhorias das condições sociais, culturais e materiais de vida da população.

Pode haver quem questione o argumento de que a intensificação das migrações em todo o mundo esteja estreitamente articulada, além dos aspectos referentes à facilidade de acesso à comunicação e informação no processo de globalização, acesso a redes de migrantes e vítimas de traficantes de seres humanos, à pobreza. Certamente a pobreza não é a única causa das migrações. Entretanto, a exposição das estatísticas oficiais nas Tabelas e Mapas acima não deixam dúvida de que as migrações de pessoas do Vale do Jequitinhonha, mais precisamente da microrregião de Araçuaí, estejam estreitamente ligadas aos altos índices de pobreza e precárias garantias dos Direitos Humanos, e, à formas de desenvolvimento que privilegiam grandes empreendimentos agrícolas e industriais – fazendo aumentar a concentração da posse dos meios de produção e da riqueza gerada – em detrimento de iniciativas de pequeno e médio porte mais próximas de formas familiares de produção agroindustrial, sabidamente melhores distribuidoras das riquezas produzidas.

No caso da microrregião de Araçuaí, as migrações estão fortemente vinculadas às precárias condições de vida e pobreza das pessoas, ainda que a estes dois fatores se associem outros como o acesso a redes de migrantes, traficantes de seres humanos, políticas públicas que incentivem a migração, ou a 'curiosidades' de conhecer outros lugares, como relatou-me um migrante. Ou seja, podemos falar de um conjunto de processos sociais geradores das migrações na microrregião em análise e destacar a pobreza como sendo um dos principais deles a impulsionar migrações de jovens para os monocultivos de café e cana na região Sudeste do Brasil e para o exterior (Estados Unidos, Espanha, Portugal). Mas, antes de migrar para estes países, há jovens que migram para regiões de monocultivos, principalmente de cana-de-açúcar, laranja e café no Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Sul de Minas Gerais, etc.

Nos monocultivos, trabalham em condições insalubres, recebem baixos salários (R\$02,23/hora – valor de 2010), e, por produtividade, submetendo o trabalhador a jornadas extenuantes e degradantes de trabalho. Muitos deles são submetidos a condições análogas a escravidão (SPM Informa, 2010, p.12). No período de 2003 a 2010, 53.005 trabalhadores foram envolvidos em condições de trabalho escravo. Destes, 33.797 foram libertados do trabalho escravo. Destes, 9.272 trabalhadores (28% do total) eram escravizados no eito dos canaviais (CPT/MPTE, 2010).

Essa fragilidade social e violação de direitos, se, por um lado, não abortam os sonhos e desejos dos jovens de alcançar os mínimos vitais sociais, por outro, se lhes apresenta como um modelo, dentro do qual, suas

necessidades materiais, desejos, projetos, sonhos terão chances mínimas, de serem realizados. Neste contexto, e tendo em vista o alcance das melhorias de condições de vida, a migração – nas condições sociais em que procuramos analisar – não aparece como escolha, mas, em geral, como única saída, possibilidade – ainda que remota – de escapar da pobreza. Nesse ponto cabe ainda observar que a precariedade das condições de vida no local de origem amalgamadas às condições quase sempre forçadas e servis da migração fazem desses trabalhadores alvos certos e prediletos de empresas e agenciadores ávidos para expropriar-lhes não apenas até o último centavo, mas sua condição humana.

A possibilidade de migrar vai depender, entretanto, de seu acesso e sua articulação às redes sociais de imigrantes e de uma negociação - cujo significado social para o candidato a imigração é o passaporte para a possibilidade de sair da precariedade, mas, que, sob o olhar sociológico, também se assemelha a servidão por dívida, tráfico de pessoas - com agenciadores de imigrantes que fazem sua travessia para o exterior.

Na imigração, quase sempre, seu estatuto social é a clandestinidade, na qual eles se envolvem em contraditórios enredos de relações de solidariedade, companheirismo, estímulos, marginalização, xenofobia, expropriação e violação dos direitos.

Todavia, para emigrar, os jovens precisam antes construir conexões sociais, arranjos familiares, acionamento de redes de migrantes e mesmo de agenciadores ilegais, que atuam como um imperativo social dessa emigração sem as quais ela é praticamente irrealizável.

Primeiro, não necessariamente em uma escala hierárquica, os candidatos a emigrar devem conhecer um amigo, parente, namorada (o) na região de destino que os acolhas como hóspedes ou moradores fixos.

Segundo, negociar com um agenciador as condições de pagamento da viagem que, para Portugal, pode custar até dez mil dólares<sup>4</sup>. Como os jovens não dispõem de todo esse dinheiro, o pagamento é caracterizado pela “penhora” de bens. Eles pagam<sup>5</sup> cerca de U\$1.500,00, e colocam-se sob penhora a residência urbana (utilizada quando seus membros ou a família precisa ficar na cidade), bovinos, motocicleta, parte da parcela de terra rural. Chegados ao destino, os jovens devem enviar de U\$500,00 a U\$800,00 mensais ao agenciador até quitar a dívida e reaver seus bens. Nessa negociação, põe-se em jogo não apenas o futuro dos jovens, mas também o patrimônio de suas famílias, pois, se eles não conseguirem quitar o restante da dívida, a família perde parte de seus bens.

A negociação do pagamento da viagem também ocorre com imigrantes

---

<sup>4</sup> Ao realizar um pré-trabalho de campo, constatei que nos fluxos migratórios de jovens do Jequitinhonha para os Estados Unidos da América - EUA, o custo da viagem pode chegar até U\$19.000,00. Mas, a partir de 2006, com o aumento do rigor policial da política de imigração dos EUA e a constante desvalorização do Dólar em relação ao Real e ao Euro, esse fluxo diminuiu de intensidade e mudou a rota em direção a Portugal e Espanha. Já em 2010 e 2011, com o agravamento da crise financeira na Europa, principalmente em Portugal e Espanha, por um lado, e, por outro, com a relativa facilitação para a migração de brasileiros como turistas, o fluxo voltou a mudar de rota. Desta vez reconvergindo aos Estados Unidos e também inaugurando trilhas em direção à África do Sul e China. Mais, amalgamada a elementos subjetivos, como a saúde, a crise financeira global desencadeou a migração de retorno ao Brasil antes do tempo previsto.

<sup>5</sup> Em geral, esse dinheiro e parte dos bens são conseguidos depois de trabalhar duro por dois ou três anos no corte de cana. De acordo com depoimentos dos trabalhadores, registros da Pastoral dos Migrantes e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cosmópolis, há trabalhadores que chegam a cortar 30 toneladas de cana por dia tentando obter um salário que dê para quitar suas dívidas e, quiçá, fazer alguma poupança.

haitianos, bolivianos, africanos com quem pude conversar informalmente durante o Seminário Vozes e Olhares Cruzados realizado pela Missão da Paz<sup>6</sup> em 28 de Setembro de 2012, no Itesp – Instituto Teológico de São Paulo. De acordo com duas moças (uma boliviana, outra haitiana) e um jovem vindo de Guiné Bissau – África, para migrar ao Brasil eles tiveram que tomar dinheiro emprestado e hipotecar parte do patrimônio familiar como garantia do pagamento ao agenciador da viagem. Chegados ao Brasil, eles depositam mensalmente uma quantidade de dinheiro que pode variar de R\$300,00 a R\$1.000,00 para os agenciadores até quitar a dívida. No entanto, os imigrantes relataram que como o padrão salarial brasileiro é baixo (média de R\$800,00 mês) para os padrões internacionais, eles precisam de muito tempo para quitar a dívida e há casos de pessoas que não conseguem fazer o pagamento. Estas perdem os bens hipotecados e ou ainda são obrigadas a se submeter à prostituição ou condições degradantes de trabalho para conseguir o dinheiro e se livrar da dívida. Disseram também que em muitas situações os familiares e amigos auxiliam no pagamento da dívida com o agenciador ou traficante, para que a pessoa possa ser libertada da servidão.

Retomando o caso do Jequitinhonha, é pertinente sublinhar que, o projeto e a decisão sobre a imigração têm um caráter coletivo, embora apenas um dos membros chegue a realizá-la. Pois, como no caso dos bolivianos,

---

<sup>6</sup> A Missão da Paz localiza-se na baixada do Glicério, centro de São Paulo-SP e pertence aos religiosos da Congregação de São Carlos Scalabrini, cujo carisma é caminhar e trabalhar junto com os migrantes onde quer que eles estejam. No âmbito da Missão da Paz funciona a paróquia do imigrantes latino-americanos em São Paulo, a Casa do Migrante que acolhe pessoas vindas de vários países (em passado não muito distante a Casa do Migrante também já acolheu migrantes brasileiros vindos sobretudo da Região Nordeste), e, também o CEM – Centro de Estudos Migratórios que edita a Travessia – Revista do Migrante.

africanos e haitianos, é o grupo familiar que avalia as condições de penhora de seus bens e decide sobre as possibilidades de imigração. Assim, o projeto de reprodução social do grupo familiar e a recriação do lugar de origem se amalgamam ao projeto de reprodução individual de seus membros numa justaposição multidimensional que, ora propicia benefícios ao grupo familiar em seu processo de reprodução social e alcance dos mínimos vitais sociais, o que pode postergar os projetos e sonhos individuais, ora prioriza estes e posterga as melhorias de condições de vida do grupo familiar e a recriação do lugar de origem.

O terceiro passo é chegar ao destino, ser acolhido, conseguir trabalho, pagar a dívida e viver na condição de clandestino, pois o desembarque em Portugal é feito com um visto de turista que lhes permite permanecer legalmente no país por apenas um mês.

Dos três municípios que selecionei para analisar, Araçuaí, Novo Cruzeiro e Padre Paraíso, os jovens migram para Portugal e Espanha. Contudo, vale observar que a crise econômica mundial com acento grave em 2005 na Europa também contribuiu para que alguns imigrantes jequitinhonhenses diversificassem suas rotas migratórias operando, em certos casos, a migração de retorno ao Brasil, e, em outros, avançando sua fronteira migratória indo para a África do Sul, Guiana Francesa e China. Sobre a imigração para estes últimos países não farei abordagem nesse trabalho em razão das limitações de tempo, saúde frágil, e, principalmente, porque essa abordagem exigiria metodologias e olhar diferenciados, devido as reconfigurações socioeconômicas impostas pela crise mundial. Nos municípios selecionados entrevistei

migrantes recém chegados de Portugal, Espanha, África do Sul, e, também entrevistei mães e pais de imigrantes.



## **2 - Capítulo Um - Nos caminhos da pesquisa: a construção do objeto e a metodologia**

A metodologia de trabalho para uma pesquisa que se pretende qualitativa sobre a migração de pessoas, seja para fins de trabalho, estudo, tratamentos de saúde, visitas a parentes e amigos, migração forçada, etc. não pode ser pensada descolada dos motivos que levaram o pesquisador a escolher a migração como um tema sociológico, e, principalmente, das formas e condições sociais reais, como o modelo político e ideológico de desenvolvimento em que a migração é produzida e reproduzida pelas pessoas direta e indiretamente envolvidas. Ou seja, a metodologia deve proporcionar a compreensão da migração como um construto social, histórico relacionada às formas de desenvolvimento político, social e econômico.

Compreender a migração a partir de uma perspectiva social e história implica a necessidade de conhecer as formas de produção e distribuição das condições materiais de vida, as formas de expressão cultural, as formas de organização social dos migrantes e suas famílias em suas regiões de origem e de destino. No caso do Vale do Jequitinhonha como região de origem dos migrantes algumas pesquisadoras, como Ana Maria Carneiro (1986), Margarida Maria Moura (1988), Eduardo Magalhães Ribeiro (1996), Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) elaboraram cuidadosos levantamentos históricos e sociológicos sobre as formas de expropriação das terras e do trabalho de camponeses no Vale do Jequitinhonha, cujos desdobramentos implicaram migrações em massa de camponeses para trabalharem como assalariados rurais no Estado de São Paulo. Mas, os referidos autores também apontam

para algumas formas de organização e lutas sociais desse campesinato expropriado com o objetivo de recuperar sua dignidade humana seja no eito dos canaviais, nos bairros periféricos e cidades dormitórios na orla dos monocultivos de cana-de-açúcar, seja no retorno ao Vale do Jequitinhonha.

Vale à pena nos deter um pouco mais sobre o trabalho de uma dessas autoras. Ana Maria Carneiro (1986) relata e analisa, em um dos trabalhos pioneiros sobre a educação escolar no espaço rural do Vale do Jequitinhonha na década de 1980, as formas sociais de organização e distribuição da produção agrícola e industrial. Chama a atenção para a forte participação articulada entre empresas estatais e empresas privadas no processo de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento para o Jequitinhonha com o objetivo de combater a pobreza.

No entanto, a autora destaca que o “desenvolvimento” se deu, na verdade, com base na expropriação de terras camponesas, chapadas – até então terras de uso coletivo – e também na exploração do trabalho de boa parte do campesinato expulso da terra e convertido em trabalhadores assalariados em usinas de açúcar e álcool no interior do estado de São Paulo, ou ainda, nos monocultivos de eucalipto plantados nas chapadas do Jequitinhonha e nas companhias de mineração como a Acesita e a Arqueana que também tiveram papel decisivo na expropriação de terras camponesas. Constatação semelhante é feita nos respectivos trabalhos de Margarida Maria Moura (1988) e Maria Aparecida de Moraes Silva (1999).

Em que pese todo esse processo de expropriação de terras pelas empresas privadas lastreadas pela legitimidade do Estado com o argumento de

levar o “desenvolvimento ao Jequitinhonha”, Ana Maria Carneiro destaca – e este é o foco de sua pesquisa – que mesmo com a precária infraestrutura das escolas rurais em Araçuaí – em algumas localidades trabalhadores camponeses tiveram acesso à escola, a sindicato de trabalhadores rurais, a grupos de comunidades eclesiais de base ligados a Igreja Católica e, em um processo de lutas, alcançaram conquistas significativas, como o fortalecimento do sindicato de trabalhadores rurais, o fortalecimento de suas comunidades, e, mesmo a fundação de um partido político, o PT – Partido dos Trabalhadores que junto com outras organizações, como a Pastoral da Terra passaram a defender os direitos dos trabalhadores de reivindicar sua dignidade e participação política e social, o que Ana Maria Carneiro denomina de “aprendizado da sobrevivência” – título de sua dissertação de mestrado (Ana Maria Carneiro, 1986, pp.96-114).

O “Aprendizado da sobrevivência” pode ser confortavelmente inserido no escopo teórico das lutas por reconhecimento na perspectiva de Axel Honneth (2009), já que para além dos interesses em melhorar o padrão de vida material, reivindica-se, com base no reconhecimento, o direito de participação social. No caso do Vale do Jequitinhonha, cujas formas sociais de desenvolvimento foram caracterizadas por grandes empreendimentos capitalistas com o apoio do Estado, inclusive para realizar a expropriação fundiária do campesinato (MOURA, 1988; SILVA, 1999), os trabalhadores, organizações e instituições envolvidos nesse processo, lutavam e reivindicavam fundamentalmente o reconhecimento do seu direito de participação na vida econômica, cultural, política e social do município, ou, nos

termos de Hannah Arendt (2009) o seu "direito a ter direitos", a sua "dignidade humana".

Os motivos que me levaram a escolher a migração como tema de pesquisa em alguns aspectos se conectam, ou ao menos se justapõem, sem se confundir com elas, às condições sociais que engendram fluxos migratórios e que, sob certas condições, ajudam a determinar como o estudo pode ser realizado tendo em vista alcançar o objetivo da pesquisa. Isto é, o método de pesquisa pode e deve estar vinculado não só aos fatores sociais objetivos que engendram um determinado fenômeno social, no caso a migração, mas, também aos fatores de caráter subjetivos que motivam o pesquisador no processo de escolha do tema.

Particularmente, seis motivos levaram-me a escolher a migração como problema de pesquisa. Sem estabelecer um rigor hierárquico entre eles, o primeiro deles decorre de uma constatação durante o trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado "A procura de 'viver bem': jovens rurais entre campo e cidade" (2007) defendida junto ao Programa de Pós-graduação em sociologia do IFCH/UNICAMP. Durante uma entrevista com um grupo de jovens do assentamento rural Bela Vista, em Araraquara-SP, eles me diziam da necessidade de ter um vínculo de trabalho com a cidade, que pudesse lhes proporcionar salários para satisfazerem algumas necessidades básicas, como comprar roupas, passear, e, ajudar o pai e a mãe comprando algum animal, sementes, ou ainda contribuir para a construção ou reforma da habitação, aquisição de móveis e eletrodomésticos. Em alguns casos, os jovens expressaram também o desejo ou necessidade de auferir uma renda através

do vínculo de trabalho com a cidade, que lhes viabilizasse a formação de uma nova unidade familiar autônoma através do casamento formal ou informal. Uma forma de satisfazer essas necessidades era se deslocar diariamente, em um percurso de ida e volta do campo para a cidade. Com a cidade mantinham um vínculo de trabalho e de estudo, em vista da satisfação de suas necessidades. Já com o campo, mantinham um vínculo de moradia e de afetividade, pois gostavam de estar ali, embora tivessem que enfrentar algumas dificuldades, como falta de escola de 2º grau, de opções de lazer, de trabalho remunerado que lhes viabilizasse acesso regular a uma renda mensal. Ao constatar seu movimento pendular diário entre o campo e a cidade, perguntei-lhes se isto não era cansativo e se não dificultava o seu trabalho no lote de terras com seus pais. A resposta foi que era sim cansativo e que eles quase não trabalhavam com atividades agropecuárias no assentamento rural. Alguns disseram que somente o faziam durante os finais de semana e outros disseram que muito dificilmente desenvolviam estas atividades, pois quase sempre estavam cansados. Contudo, e este é um dos motivos principais que me levaram a pesquisar a migração no doutorado, disseram-me que seu movimento pendular entre campo e cidade, embora cansativo, ainda era tranquilo se comparado ao que alguns de seus amigos faziam trabalhando como apicultores dentro e fora do assentamento rural, ou ainda, em outros casos, trabalhando como cortadores de cana-de-açúcar. No caso dos amigos que trabalhavam como apicultores, alguns deles, embora mantivessem a residência no assentamento Bela Vista, em Araraquara-SP, mantinham colméias no Vale do Jequitinhonha-MG, em Vitória da Conquista e Brumado,

sendo estas duas cidades localizadas na Bahia. De acordo com os jovens entrevistados, estes seus amigos viviam viajando entre Araraquara, Minas Gerais e Bahia colhendo e vendendo o mel de suas colméias. Já os amigos que trabalhavam como assalariados no corte de cana-de-açúcar, também mantinham a residência no assentamento rural, mas nem sempre voltavam diariamente para suas casas. Às vezes ficavam um ou dois meses inteiros fora do assentamento. Outros chegavam a ficar fora do assentamento durante toda a safra de cana, que em geral é de oito a dez meses, pois as usinas para quem trabalhavam os transferiam para outros Estados, como Mato Grosso e Goiás. Ainda outros haviam atuado como cortadores de cana-de-açúcar e agora (2005/2006 – período em que realizei as entrevistas) estavam trabalhando em colheitas de uvas e azeitonas em Portugal. Estes últimos tinham estabelecido conexões entre o assentamento rural, onde ainda habitavam seus pais, o trabalho assalariado como cortador de cana nas usinas de açúcar e álcool, e, a migração internacional para Portugal. Indagados sobre a procedência desses trabalhadores, responderam que quase todos eles eram provenientes do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Estes trabalhadores, de acordo com os meus interlocutores do assentamento rural, de vez em quando enviavam dinheiro para seus familiares e aparentemente estavam muito bem.

O tempo de concluir o mestrado estava se esgotando, além disso, adoeci e não pude perseguir essa nova trilha que se abria na minha pesquisa e que confirmava pesquisas anteriores (Garcia Jr., 1989; Carneiro, 1998; Brumer, 2003; Castro, 2004; etc.) indicando que a melhoria das condições de vida e a reprodução social das famílias na agricultura familiar, incluindo assentamentos

rurais, passavam não apenas pelo trabalho assalariado de alguns de seus membros na cidade ou no próprio campo, mas também pela migração para outras regiões, e, para outros países. Os jovens rurais apareciam como os principais protagonistas desse processo, e, ao contrário do que se pudesse imaginar, eles, não mantinham um vínculo exclusivo de trabalho com o rural. Mantinham – em certos casos – um vínculo de residência e afetividade, ou, um vínculo de afetividade. Mas, tanto o vínculo de residência, como o de afetividade, os estimulavam a transferir parte de seus salários em dinheiro ou objetos para seus familiares que permaneciam no assentamento, contribuindo assim para melhorar suas condições de vida, de trabalho, e, fundamentalmente sua permanência no assentamento. Os jovens do assentamento que fizeram a migração internacional também estariam se comportando de forma semelhante com seus familiares, através das remessas feitas, na medida que viabilizavam a melhoria da infraestrutura do local de vida e trabalho da família<sup>7</sup>.

Guardei essa inquietação sociológica nos meus cadernos de campo até que, em 2006, ao participar de uma atividade da Pastoral dos Migrantes, uma senhora (Creuza Murta) agente da referida pastoral no município de Padre Paraíso, localizado no Vale do Jequitinhonha-MG, relatou-me, durante uma conversa informal, que os jovens do Vale não estavam mais migrando apenas para o interior de São Paulo, onde trabalhavam no corte de cana. Os jovens do Jequitinhonha estavam emigrando de suas comunidades rurais para o corte de

---

<sup>7</sup> Leonilde Servolo de Medeiros e Sérgio Leite (2004) coordenaram um estudo sobre as mudanças sociais e as dinâmicas regionais engendradas pelos assentamentos rurais no Brasil. O estudo mostra a importância da produção nos assentamentos para o abastecimento das cidades e regiões vizinhas a eles, por um lado, e, por outro, a importância das cidades que absorvem parte da força de trabalho – especialmente dos jovens – não utilizada nos assentamentos.

cana-de-açúcar, mas, alguns, ao retornarem no final da safra para suas comunidades, mudavam de rota migratória em direção aos Estados Unidos, Portugal, Espanha, etc. imediatamente me veio à memória o depoimento dos jovens do assentamento Bela Vista em Araraquara-SP e a percepção de que a migração internacional de jovens rurais passando pelo corte de cana-de-açúcar no interior de São Paulo não era um fato localizado. Esta migração poderia compreender várias situações e regiões rurais brasileiras. O relato de Dona Creuza Murta e a percepção da migração rural internacional como um fenômeno mais abrangente constituíram o segundo motivo que me levou a considerar a migração meu tema de pesquisa.

O terceiro e o quarto motivos são de caráter subjetivo, mas nem por isso os considero menos importante que os dois primeiros. Pois, de algum modo, eles me colocam, se não no centro da migração como uma problemática social, em um contexto no qual, como pessoa, como cidadão, eu teria que pensar a migração, não necessariamente como um problema sociológico, mas como uma questão social estreitamente vinculada a uma etapa da minha vida pessoal, vinculada ao lugar onde nasci e cresci vendo as pessoas migrarem em busca de trabalho. Ou seja, a migração como parte do meu cotidiano, na medida em que ela envolvia experiências de vida de pessoas íntimas a minha existência, como o meu pai. Sou natural do município de Medina, localizado no Vale do Jequitinhonha e, desde a minha tenra infância, lembro-me das chegadas e partidas do meu pai que trabalhava em São Paulo-SP e Belo Horizonte-MG, como pedreiro na construção civil. Mas, antes de trabalhar como pedreiro, meu pai havia passado sua infância e parte da sua juventude

no campo, como trabalhador rural assalariado. Das minhas memórias, recordo-me do mês de Dezembro de 1975, quando eu regulava ter entre cinco e seis anos de idade, vi o meu pai chegar com uma mala marrom enorme. Abriu a mala e nela havia muitas coisas, como roupas, objetos embrulhados em papéis multicoloridos e que só anos mais tarde entendi que neles estavam os presentinhos que o “Papai Noel” nos deixava embaixo da cama nas madrugadas de natal. Dentro da mala, havia também uma pequena vitrola e uns discos de Poly e do Teixerinha. Objetos que chamavam a atenção não só minha e dos meus dois irmãos, mas também de toda a nossa vizinhança, pois quando alguém chegava de viagem, quase todos os vizinhos corriam para a casa do chegante com o objetivo de lhe saudar e também de ver o que ele havia trazido da viagem. A pessoa podia estar bem fisicamente, mas se não trouxesse ao menos um objeto novo, ou alguma quantidade de dinheiro, era visto como alguém que não havia conseguido vencer e regressara numa condição igual ou pior àquela do momento de sua emigração. Os objetos dentro da mala (roupas, brinquedos, vitrolas, discos, fotografias em monóculos<sup>8</sup> eram os “símbolos” imediatos da migração, objetos novos trazidos para a família do migrante e que despertavam a curiosidade dos vizinhos. Pessoalmente, um desses símbolos marcou-me de modo mais intenso. Foi no mesmo Dezembro de 1975, quando meu pai havia chegado de viagem, abriu a

---

<sup>8</sup> Monóculos são objeto de plástico, com aproximadamente quatro centímetros de comprimento, sendo que uma de suas extremidades chega a medir de dois a dois centímetros e meio, e, a outra mede cerca de meio centímetro. Ao fundo da extremidade maior é colocada uma película com uma imagem (fotografia de pessoas, lugares, situações, etc.). Já na extremidade menor há uma lente que se encostada a um dos nossos olhos, permite ver a imagem do fundo de forma ampliada. Quando as pessoas chegavam de viagem costumavam trazer vários monóculos com fotografias suas nos lugares por onde tinham andado, trabalhado, etc.

mala e imediatamente um cheiro doce tomou conta da pequena sala da nossa casa. Achávamos que era algum perfume que ele trouxera, quando ele tomou nas mãos umas bolas embrulhadas em papéis roxos, retirou de cada uma delas o papel e vimos que eram de cor vermelha com tons de amarelo encarnado, entregou-nos a mim e meus irmãos, uma para cada, e disse-nos: “se chama maçã. Vocês vão gostar”. Foi a primeira vez que vi essa fruta e a partir de então sempre a associei às viagens do meu pai. Outro aspecto pertinente nesta minha experiência familiar envolvendo a migração e que está relacionada à sua escolha como tema de pesquisa é uma pergunta que eu fazia a mim mesmo entre as chegadas e partidas do meu pai. Eu não entendia direito, mas tinha curiosidade de saber como ele conseguia o dinheiro para comprar aquelas coisas (presentes, frutas, comida, roupas, etc.). Eu considerava que ele conseguia aqueles objetos através da compra, isto é, com dinheiro. Mas, e quando o dinheiro acabava? O que ele fazia para termos comida, brinquedos, alguma coisa nova para a nossa casa e que despertava a atenção dos nossos vizinhos? Somente anos mais tarde compreendi que para conseguir estas coisas ele precisava emigrar e trabalhar fora. Isto é, emigrar em busca de trabalho e conseguir melhores condições de vida para sua família. A descoberta não veio fortuitamente. Veio, quando em uma de suas chegadas, um meu tio – irmão da minha mãe – veio lhe receber e durante a conversa entre eles meu tio disse: “moço, Minas Gerais é uma terra boa. Ela nos dá tudo que precisamos. Não precisa mais você ir buscar trabalho lá fora. Aqui mesmo você pode conseguir trabalho e viver junto da sua família”. Ao que meu pai respondeu: “Minas Gerais é uma terra boa para quem como você já tem os

filhos todos criados, tem a sua própria terra, seu pedacinho de chão onde pode plantar e comer no que é seu, mas para mim que não tenho a terra, nem os filhos criados, ainda é preciso ir buscar em São Paulo, em Belo Horizonte e depois um dia poder voltar para a terra". O retorno à terra, ou acesso a um lote de terras seria uma das principais marcas ou símbolos da migração de meu pai que migrava para "o sul" com o objetivo futuro de fixar-se no norte de Minas Gerais. Neste ponto é interessante destacar o trabalho de Afrânio Raul Garcia Jr. (1989), "O sul: caminho do roçado", no qual ele destaca que a migração e o trabalho assalariado de nordestinos em São Paulo, para além da expropriação de sua força de trabalho no chão das fábricas ou no eito dos canaviais, em alguns casos, possibilitou a ruptura com a dependência das práticas coronelistas no Nordeste e, principalmente, viabilizou o acesso a uma gleba de terra fazendo ressurgir o camponês antes transformado em proletário. É claro que nem todos, ou a maioria dos migrantes camponeses não consegue a reconversão do proletário em camponês. No caso de meu pai, ele não alcançou o retorno à condição camponesa. Veio a falecer na estrada entre Belo Horizonte e o Vale do Jequitinhonha. Anos mais tarde, com a pequena economia que fez do salário pensão e com a ajuda dos filhos, minha mãe conseguiu voltar para o campo. Além das experiências migratórias do meu pai, presenciei as chegadas e partidas de muitas pessoas no Vale do Jequitinhonha. Ainda criança, vi muitas mulheres chorarem as partidas e chegadas de seus companheiros, de seus filhos. Vi famílias que perderam seus entes queridos nos processos migratórios sem ter notícias de como foram perdidos. Pessoas que se foram e nunca e das quais nunca mais se teve notícias. Pessoas que

emigraram e das quais nunca se teve notícias. Pessoas que foram expulsas do campo pelos grandes projetos de desenvolvimento e que nunca conseguiram retornar. Então, o terceiro e quarto motivos dizem respeito, por um lado, a experiência migratória no seio da minha própria família, e, por outro, ao fato de eu ter nascido e vivido em uma região, Vale do Jequitinhonha, historicamente marcada pela migração de seus trabalhadores. Nesse sentido, vale trazer presente uma avaliação de Antonio Cândido (2007) a respeito seus estudos sobre a dinâmica cultural do universo caipira. Antonio Candido observa que ele analisa a cultura caipira não apenas como um pesquisador, mas também como um participante desse universo, na medida em que ele não só conviveu, mas participou dos ritos de produção e transformação da cultura caipira ao longo de sua vida.

O quinto motivo se relaciona à minha aproximação do Serviço Pastoral dos Migrantes-SPM em 1996, quando fui convidado por um agente de pastoral a participar em uma reunião de um grupo de mulheres migrantes do Vale do Jequitinhonha que se reuniam em São Paulo, mais precisamente aos domingos no parque do Ibirapuera, e, um domingo por mês, na sede do SPM, sob o nome de "Domésticas do Vale". O grupo de mulheres recebia esse nome, porque todas elas trabalhavam como empregadas domésticas em São Paulo-SP. Eu e outros homens migrantes do Jequitinhonha passamos a nos reunir com este grupo e nossos encontros eram repletos de narrativas, de histórias, casos, músicas, comidas típicas do Jequitinhonha. Além de apoiar, estimular os nossos encontros e festas, o SPM promovia regularmente oficinas temáticas sobre cidadania, cultura popular, mística e migração. Também eram

ministrados cursos de alfabetização, datilografia, artesanato, costura. Participei ativamente deste grupo até o ano 2000, quando ingressei na universidade e tive que mudar de São Paulo-SP para Araraquara-SP. A partir do ano 2000, meu vínculo coma Pastoral dos Migrantes extrapolou o âmbito do “Grupo de Domésticas do Vale” e passei a participar das missões populares realizadas a cada mês de Janeiro no Vale do Jequitinhonha. A participação mais intensa nas atividades da Pastoral dos Migrantes permitiu que eu me aproximasse dos seus agentes de base (pessoas lideranças que estão em contato permanente com os migrantes e suas famílias) e que, por sua vez, forneceram-me muitas informações sobre a dinâmica do mundo dos migrantes, por um lado, por outro, também permitiu que eu me aproximasse significativamente de famílias de migrantes, principalmente do Vale do Jequitinhonha e da Bolívia com quem pude e continuo a apreender fatos objetivos e subjetivos de suas experiências migratórias.

Por fim, o sexto motivo está relacionado ao desejo e necessidade de compreender de forma sistematizada o fundo histórico e social de questões que engendram a migração e quiçá contribuir para aprofundar seu conhecimento social, sociológico e qualificar o debate político na perspectiva de proporcionar aos migrantes e suas famílias melhores condições de trabalho e dignidade humana.

Cabe observar que, a despeito de ter registrado os seis motivos em uma escala numérica crescente, não considero que haja proeminência de um sobre o outro. Entendo que qualquer deles isoladamente já seria suficiente para despertar o interesse em tomar a migração como um tema de pesquisa em

razão de sua relevância social, econômica, cultural e política nas transformações das regiões de origem, trânsito e de destino dos migrantes.

Em síntese, os motivos objetivos e subjetivos que me levaram a objetivar a migração na perspectiva sociológica possuem características distintas, mas que entrelaçam entre si como a constituir uma rede ou um mosaico, no qual as partes têm vida própria, formam figuras independentes, mas, que se enriquecem mutuamente conferindo maior complexidade à sua composição e dinâmica interna. Pode-se dizer também que cada um deles figura uma chave potencial de compreensão da migração. Como potenciais chaves de compreensão da migração, eles podem ser enriquecidos por olhares analíticos diversificados, mas complementares entre si, capazes de captar as múltiplas formas dos fatores sociais que engendram a migração.

Nessa perspectiva, a metodologia de pesquisa adotada neste trabalho buscou apoio em diferentes perspectivas teóricas e empíricas de investigação que privilegiam aspectos objetivos e subjetivos, e, fundamentalmente, enfocam a migração como um construto social estimulado e determinado por políticas migratórias e pela dinâmica estrutural do modo de produção capitalista, como a mobilidade do trabalho, mas também estimulado e determinado por arranjos sociais forjados pelos próprios migrantes, como as redes, projetos familiares, em suas experiências migratórias.

Mais precisamente no que se refere a Portugal, destino da maior parte dos migrantes que entrevistei, o *corpus* teórico-metodológico das pesquisas sobre a imigração brasileira em terras lusitanas tem como uma de suas características a abordagem multidisciplinar de aspectos macro e micro sociais.

Alguns autores (Malheiros, 2007; Rossi, 2007; Peixoto & Figueiredo, 2007) abordam questões sobre a realidade dos imigrantes em condições legais com Visto de Trabalho e a Autorização para Residência. Há reflexões sobre como Portugal se tornou um destino da imigração brasileira, a partir da década de 1980; sobre as condições em que ocorre a inserção dos brasileiros no mercado de trabalho português destacando a atuação de trabalhadores qualificados, mas também a preponderância de trabalhadores em condições de não-qualificação profissional. Destacam também o tema da alteridade, processos de indução e reprodução de estereótipos entre brasileiros e portugueses, como a construção da imagem de "prostituta", ou "mulher fácil" sobre a mulher brasileira; do homem brasileiro como uma pessoa não afeita ao trabalho, mas identificado como alegre, comunicativo, e "naturalmente" preparado para executar atividades de atendimento ao público, sobretudo, atuando como garçons. Abordam ainda o contexto atual dessa imigração apontando o aumento do fluxo de migrantes e dos seus deslocamentos internos do litoral norte e das regiões periféricas para a região de Lisboa.

Todavia, situações, como as condições de clandestinidade, nas quais vive a maioria dos imigrantes brasileiros ficam à margem das investigações (Malheiros, 2007; Machado, 2007) <sup>9</sup>. São poucos os estudos, como os de Igor José de Renó Machado (2007; 2003) e Kachia Téchia (2006) que abordam a dinâmica das relações sociais na imigração, com enfoque para a produção de estereótipos e alteridades sobre imigrantes brasileiros pobres em Portugal. A

---

<sup>9</sup> Ainda outros pertinentes trabalhos (Edite Rosário & Tiago Santos, 2008; João Peixoto, 2008) abordam a temática da imigração, mas, preponderantemente, a de caráter legal.

dificuldade de acesso às informações sobre a imigração indocumentada opera como obstáculo a que mais pesquisadores a elejam como um tema de pesquisa, o que contribui para perpetuar a lacuna política e sociológica sobre a maioria dos imigrantes brasileiros pobres e indocumentados que vivem e trabalham em Portugal e Espanha.

Esta pesquisa e seu aporte metodológico procuram contribuir para diminuir a lacuna política e sociológica acima referida. Para isto, uma estratégia utilizada foi a análise de variáveis micro-sociológicas sem excluir as macro-sociológicas, como as formas estruturais de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha a partir da década de 1960 (MOURA, 1988; SILVA, 1999), as ambíguas redes de migrantes que expressam simultaneamente solidariedade e servidão por dívida entre os próprios migrantes que as compõem, os projetos de famílias de migrantes, o amálgama entre redes de migrantes, agenciadores e, no limite, suas conexões com a economia global.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e Ana Maria Carneiro (1986) mostram que muitos fluxos migratórios do Vale do Jequitinhonha para outras regiões brasileiras, como o interior do Estado de São Paulo e a Região Norte do Brasil, entre outros fatores, estavam relacionados aos planos de desenvolvimento regional e nacional brasileiro que o Estado e empresas privadas implementaram no Vale do Jequitinhonha com o monocultivo de eucalipto e a mineração industrial que, na verdade contribuíram para aumentar ainda mais a concentração da propriedade fundiária e a riqueza gerada, o que significou um resultado da entrada sistemática do capitalismo agrário-industrial no Vale do Jequitinhonha, por um lado, e, por outro, a demanda de

trabalhadores assalariados que este mesmo capital já requeria no interior do Estado de São Paulo materializado aí nas usinas de açúcar e álcool, e, também a demanda por 'desbravadores da fronteira agrícola' que o capital agrário industrial apresentava na frente de expansão agroindustrial em vários Estados da Região Norte, como Rondônia, Acre, Pará, Amazonas. Ou seja, o mesmo capital que expropria e expulsa trabalhadores de uma determinada região, convertendo-os em migrantes forçados, requer a presença desses trabalhadores ou os atrai para outras áreas, onde sua força de trabalho mal remunerada, ao lado de estudos científicos e tecnológicos, de subsídios fiscais e financeiros governamentais, será utilizada a exaustão em nome do progresso e da fortíssima concentração de riquezas, como já nos mostrava Jean Paul de Gaudemar (1977) em sua pesquisa sobre "a mobilidade do trabalho e acumulação de capital".

Mas, a relação entre os fluxos migratórios e a dinâmica da economia regional e global – que estão mais próximos de uma perspectiva teórico-metodológica estruturalista – por si não elucidam nosso problema de pesquisa. Faz-se necessário amalgamar ou conectar outros fatores como o acesso às redes de migrantes, à informação, à desejos objetivos e subjetivos de melhoria das condições de vida que ajudam a vislumbrar formas de compreensão da migração em uma perspectiva sistêmica e micro-sociológica. Para Saskia Sassen (2010), as conexões ativas entre estes vários fatores

derivam seu significado objetivo e subjetivo em parte da existência de grandes configurações sistêmicas que incorporam as áreas de envio e recepção. Cada uma dessas conexões se encontra na intersecção entre sistemas formais e práticas reais. É nesse ponto que as atuais dinâmicas globais e

desnacionalizantes se tornam variáveis significativas para o estudo e a explicação dos atuais processos migratórios, embora gerem apenas uma compreensão parcial desses processos. A agenda de pesquisa que surge disso tudo requer análises mais minuciosas das inserções institucionais, das misturas de processos que constitui o que vimos chamar de 'imigração' (SASSEM: 2010; p. 137-138).

Nesse sentido, a migração de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para a Europa e outros continentes não será analisada apenas sob a perspectiva estrutural do desenvolvimento econômico regional ou mundial, como fator de expulsão e atração de migrantes. Igualmente não será analisada unicamente pela ação do migrante, como reivindicam as teorias do individualismo metodológico defensoras da ideia de que os migrantes agem com total liberdade escolhendo ficar ou sair de uma região com base nas oportunidades que o mercado de trabalho lhes apresenta.

Para além de fatores unidimensionais e redutores de complexidades, a migração será analisada considerando elementos qualitativos, objetivos e subjetivos do migrante, sua família, suas redes de interação, as ações dos familiares, parentes, amigos, agenciadores nas regiões de origem, trânsito e destino. Também serão consideradas as dinâmicas da organização econômica e social nessas regiões, e, que, sem dúvida, influenciam nas decisões de migrar ou modificar rotas migratórias. Todavia, não estarão desvinculadas das ações, arranjos e práticas dos migrantes em suas redes. Em síntese, a migração será objetivada considerando as ações da pessoa que migrou e suas relações e interações com as que ficaram e com as que atuam em entrepostos ou destinos da migração em contextos de precariedade social, esperança de melhorar o padrão de vida familiar e as dinâmicas socioeconômicas regionais

e mundial. Fundamentalmente a migração será analisada como um construto ou produto de interações micro e macro-sociais com diferentes variáveis dinâmicas e não estáticas, que poderão fornecer elementos para compor um esboço, ou retrato das formas de inserção em redes sociais que viabilizam aos migrantes deslocarem ou não da condição de precariedade social para um padrão de vida melhor não somente em termos materiais, mas, para além dos fatores econômicos, alcançar acesso às lutas por reconhecimento, que, por sua vez, podem proporcionar o alcance da dignidade humana como pessoas de direitos e de participação social ativa.

No que se refere às variáveis dinâmicas no processo migratório como um construto social, cabe considerar com Pierre Bourdieu (1990) que diferentemente das formas variáveis, as

formas invariantes de percepção ou de construção da realidade social mascaram diversas coisas: primeiro, que essa construção não é operada num vazio social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo (BOURDIEU: 1990, p.158).

E as migrações são influenciadas, determinadas tanto por fatores estruturais, como por fatores individuais e coletivos engendrados pelos migrantes na organização de suas redes.

Adiante veremos que a prévia articulação e a inserção em uma rede de amigos, parentes e agenciadores é condição imperativa para os jovens

migrantes aportarem em outros países. Isto é, constitui-se como um dos elementos estruturados e estruturantes da gênese social de um processo, no caso, a imigração.

Essa perspectiva permitirá buscar diferentes formas de percepção de situações da realidade social dos migrantes articuladas entre suas ações individuais, coletivas, vinculadas ou não à ações institucionais, como políticas de desenvolvimento, política de apoio ou restrição à imigração. A articulação entre o micro e o macro viabilizará a apreensão do contexto social – estruturante e estruturado – no qual os jovens imigrantes e suas redes de migrantes constroem possibilidades, estratégias e as decisões de migrar.

Assim, procuro abordar a temática da migração numa perspectiva que Florence Weber e Stéphane Beaud definiram como uma “*etnografia sociológica*”<sup>10</sup>, ou podemos dizer apenas “etnografia”, já que toda etnografia é sociológica. A partir de um olhar etnográfico, pode-se articular dimensões e variáveis quantitativas e qualitativas, com maior ênfase nestas últimas. São dimensões e variáveis distintas, mas complementares, como expressam Norbert Elias e John L. Scotson (2000) ao fazerem um contraponto a métodos de análise sociológica fundamentados apenas em bases estatísticas. Os dois autores não refutam, tampouco descartam a utilidade das variáveis quantitativas. Destacam, todavia, que elas por si, não são suficientes para a compreensão dos fenômenos sociais. Norbert Elias e John L. Scotson observam que

---

<sup>10</sup> BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos (trad. Sérgio Joaquim de Almeida). Petrópolis, RJ : Vozes, 2007, p. 191-220.

é estranha a ideia de que os indivíduos devem ser primeiramente estudados como elementos isolados e de que as configurações que eles compõem entre si derivam do que são sem elas; tal ideia confunde profundamente as pesquisas sobre tais configurações. O empobrecimento da sociologia como ciência que resultou da avaliação vigente dos métodos sociológicos – do pressuposto de que basta usar métodos estatísticos para obter respostas fidedignas aos problemas sociológicos – é bastante óbvio (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 57).

Essa perspectiva exige também para o trabalho de campo uma relação de interconhecimento entre o pesquisador e o meio, local, grupo e o processo social por ele analisado. Neste ponto, aqueles seis motivos que me levaram a eleger a migração como tema de pesquisa adquirem profunda relevância na escolha do método de construção da análise. Isto me leva a seguir uma trilha fundamental, como apontam Stéphane Beaud e Florence Weber (1998).

Sem interconhecimento não há campo. Não há pesquisa etnográfica. Está aí uma regra de ouro que não aceita nenhuma exceção. É a condição, do lado do meio pesquisado, para fazer funcionar a dinâmica da pesquisa, a transformação do pesquisador em aliado ou em inimigo potencial, a possibilidade de encadear as entrevistas e de observar as interações pessoais. Isso não quer dizer que não seja impossível pesquisar fora do meio de interconhecimento; simplesmente será uma pesquisa de outro tipo (BEAUD; WEBER: 2007, pp 192-193).

No posfácio dessa obra, Stéphane Beaud e Florence Weber chamam a atenção para a reunião de três condições (interconhecimento, reflexividade ou auto-análise, longa duração) básicas para a pesquisa etnográfica e destacam a importância da etnografia como meio de aprofundar a análise sobre o

surgimento e transformações de determinados processos sociais no nível micro ou macro-social sem descartar, ou “negligenciar os aportes dos documentos e das estatísticas (BEAUD; WEBER: 2007, 195).

Ainda nessa trilha, os autores apontam que

a especificidade do trabalho do etnógrafo não reside em seu fechamento no nível ‘micro’ ou no nível ‘local’. Em primeiro lugar, existem meios de interconhecimento sem base local, extensos e poderosos (basta pensar numa etnografia da burguesia financeira, dos altos funcionários). Em segundo lugar, o que ele observa ao longo de sua pesquisa num meio de interconhecimento são processos que poderão ser observados em outras situações, sob certas condições; são também fenômenos que põem em jogo elementos que ultrapassam amplamente a escala do meio de interconhecimento no trabalho: a relação com o Estado, a interiorização das normas, etc. (Schwartz [52] Apud. BEAUD; WEBER: 2007, p.195).

A articulação entre o micro e o macro, entre processo estruturais e as ações individuais e coletivas dos migrantes visa explorar os fatos, representações e construções cotidianas vividas pelos migrantes, e, compreender paradoxos como a dupla condição, “permanente e provisória” nos termos de Abdelmalek Sayad (1998), da imigração, a ambiguidade de suas redes sociais e o movimento de expulsão e atração de migrantes engendrados por grandes obras no bojo da economia capitalista.

Foi utilizando as redes de interconhecimento que cheguei até os jovens imigrantes, seus familiares, agenciadores e estabeleci contatos durante um pré-trabalho de campo, e ainda durante fóruns, congressos, encontros, oficinas sobre migrações. Meu acesso aos migrantes e suas redes também foi proporcionado por minha vinculação ao trabalho do SPM – Serviço Pastoral dos

Migrantes, e, também junto à Missão da Paz, que abriga três paróquias de imigrantes, a Casa do Migrante e o CEM – Centro de Estudos Migratórios. Isto facilitou meu acesso às fontes primárias e secundárias sobre a imigração em condições de clandestinidade através de diversos encontros, oficinas e seminários nos quais pude participar. Com igual relevância, cabe registrar também que muitas vezes meu acesso aos migrantes foi proporcionado pela mediação de agentes da Pastoral dos Migrantes que me telefonaram, enviaram e-mails, ou ainda falaram presencialmente sobre famílias de migrantes que talvez eu pudesse entrevistar, ou sobre mudanças de rotas migratórias.

A rede de interconhecimento acionada compõe-se de familiares, amigos, agenciadores, jovens imigrantes, pessoas transeuntes em praças públicas, pessoas que trabalham em instituições, como o Conselho Nacional de Imigração – CNIg assentado no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; Núcleos de estudo, entidades sociais, como o SPM, CEM, Missão Paz,<sup>11</sup> – nacionais e internacionais.

Além do acesso direto e indireto aos imigrantes e seus familiares, essa rede também me proporcionou participar, ao longo da pesquisa, de seminários sobre migrações nas regiões de origem, trânsito e destino dos migrantes, de oficinas como a de “Diálogo Tripartite Sobre Políticas Públicas de Migração Para o Trabalho” promovida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e pelo MTE, de Fóruns como o III Fórum Social Mundial das Migrações realizado em setembro de 2008, na Espanha, do IV Fórum Social Mundial das Migrações

---

<sup>11</sup> Ainda outras instituições como, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios – NIEM, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, Cáritas – Portugal, Misereor – Portugal, Espanha, Alemanha – Comitê Executivo de organização do Fórum Mundial das Migrações.

realizado em Outubro de 2010, em Quito – Equador.

Em Julho de 2008, realizei um pré-trabalho de campo nos respectivos municípios de Novo Cruzeiro e Araçuaí. A atividade consistiu em conversas não gravadas com lideranças de comunidades rurais (mulheres e homens), agentes de pastoral dos migrantes (religiosas, religiosos) e familiares de migrantes (mães, pais, irmãos, etc.). Em Novo Cruzeiro, além de visitar familiares de migrantes em três bairros na área urbana do município, visitei o setor do Lufa, localidade rural formada por cerca de quinze comunidades. Devido à falta de tempo e o difícil acesso às comunidades compreendidas no setor do Lufa, não pude visitá-las uma a uma, como gostaria de fazê-lo. Fiquei apenas no núcleo urbano do Lufa, onde pude estabelecer contatos com trabalhadores migrantes e seus familiares durante uma oficina sobre “direitos dos trabalhadores” realizada pela Pastoral dos Migrantes. Já no município de Araçuaí estive em quatro comunidades, sendo duas localizadas na área rural (Vargem de João Alves, Córrego Narciso, também conhecida como Lagoa do Boi Morto), e duas localizadas na área urbana (Baú, Mutirão). O objetivo foi levantar informações gerais (perfil socioeconômico dos jovens, atividade que desenvolviam no Brasil antes de emigrarem) sobre a emigração de jovens desses municípios para outros países.

As informações que obtive indicavam que havia jovens (moças e rapazes) migrantes de origem rural e outros de origem urbana. Seus destinos mais frequentes eram os Estados Unidos da América, Portugal e Itália. Alguns mantinham contatos frequentes com a família e amigos no Brasil. Outros, muito raramente faziam contatos e também havia aqueles que, desde que

emigraram, nunca mais se teve notícias. Antes da emigração, alguns estavam desempregados, outros trabalhavam como pedreiro, doméstica, balconistas, cortador de cana, pintor, professor de ensino fundamental.

Em Setembro de 2008, participei do III Fórum Social Mundial das Migrações realizado em Rivas Vacia-Madrid – Espanha. Ao final do Fórum, em Madrid, foi realizada uma marcha de movimentos sociais e migrantes que reivindicavam ampliação e garantia de direitos, como documentação, voto, trabalho decente, moradia, reagrupamento familiar, etc. Nessa oportunidade, entrevistei dois jovens (Juarez, 24 anos, natural de Carmo do Rio Verde-GO; Viera, 27 anos, natural de São João da Ponte-MG) imigrantes indocumentados na Espanha há dois anos, os quais me foram apresentados por outros colegas doutorandos na universidade de Salamanca (Isabel Cristina e Pedro Manta) que tive oportunidade de conhecer durante o Fórum.

Depois desse pré-trabalho de campo, em Agosto de 2009, através de agentes da Pastoral do Migrante (Ir. Sandra Pinto e Creuza Murta), obtive informações de que nos respectivos municípios de Novo Cruzeiro, Araçuaí e Padre Paraíso, havia migrantes recém retornados dos Estados Unidos e de Portugal. Alguns teriam vindo passar férias e outros retornaram porque perderam seus empregos em decorrência da crise econômica global.

Para não perder a oportunidade de entrevistar os jovens migrantes recém retornados, realizei três idas ao Vale do Jequitinhonha durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2009. Ao chegar ao Jequitinhonha em Agosto, fui a Araçuaí e encontrei-me com um grupo de cinco rapazes (Gilmar, Leonardo, Miguel, Alex e Domingos) retornados de Portugal. Realizei uma

entrevista com eles, porém sem gravar. Isto porque, embora só houvessem transcorridos 10 dias de sua chegada, eles já estavam preparando outra emigração. Desta vez para a África do Sul, onde iriam trabalhar na construção e reformas de estádios de futebol para a Copa do Mundo realizada entre Junho e Julho de 2010 naquele país. Este foi o primeiro momento da pesquisa em que me deparei com migrantes retornados em decorrência da crise economia global e, imediatamente, a constituição de uma nova rota migratória indicando uma espécie de conexão e complexificação entre as redes de migrantes e a migração interna sazonal, a migração internacional e a migração de retorno. Sendo que esta última se apresentava como elemento novo na conexão entre os fluxos migratórios internos e a migração internacional.

Dos cinco rapazes, dois (Miguel e Domingos), antes de migrarem para Portugal haviam trabalhado como cortadores de cana em São Paulo. Os outros três (Gilmar, Leonardo e Alex) trabalharam como pedreiros em Belo Horizonte.

Em razão da organização de sua nova travessia, desta vez para o Continente Africano, os rapazes não tinham tempo hábil para marcar uma nova entrevista comigo antes de emigrarem. Não obstante, foi muito pertinente a conversa que tive com eles sobre suas trajetórias de migração, as condições de trabalho, sociabilidade, lazer, seus grupos de amizade e interação social em Portugal. Disseram-me, sobretudo o Domingos, que em Portugal já não havia mais condições de permanecerem, pois seus patrões não efetuavam seus pagamentos em dia, havendo atrasos até de dois meses, o que dificultava muito sua permanência em Portugal, pois tinham que pagar despesas de aluguel, alimentação, transporte, e, guardar ou enviar algum dinheiro para

seus familiares em Araçuaí. Mas, seu retorno de Portugal e a mudança da rota migratória em direção a África do Sul não era devida apenas a crise econômica. Sua decisão de retorno também estava vinculada à saudade que sentiam de seus familiares, principalmente nos casos de Leonardo e Alex respectivamente casados e pais de filhos, e, à seus contatos com outros dois colegas que já haviam retornado anteriormente de Portugal. Estes dois colegas haviam retornado e conseguido trabalho em uma construtora que principiava algumas obras de infraestrutura para a construção da hidrelétrica do Rio Madeira, no Estado do Pará. No canteiro de obras da hidrelétrica do Madeira, os dois colegas obtiveram informação e convite de um mestre de obras para ir trabalhar na África do Sul construindo estádios de futebol para a Copa de 2010. O salário seria melhor e havia chances de fazer mais horas extras de trabalho devido à urgência de finalização das obras. De acordo com Domingos, o mestre de obras não só tinha convidado seus dois colegas, como lhes perguntado se eles não conheciam outras pessoas que já haviam trabalhado no exterior e que tivessem interesse de ir para a África do Sul, ao que os colegas teriam respondido afirmativamente e, imediatamente, entrado em contato com seus familiares que, por sua vez, os contataram retransmitindo o convite do mestre de obras.

Crise econômica global, saudades dos familiares, contatos e convites de outros colegas formam um conjunto de fatores macro e micro-sociais que motivaram Miguel, Domingos, Gilmar, Leonardo e Alex a retornarem de Portugal, passar pelo Vale do Jequitinhonha e mudar sua rota migratória em direção a África do Sul.

Saí de Araçuaí e fui a Novo Cruzeiro. Neste município, entrevistei duas moças (Francisca e Salete) que haviam retornado de Portugal para visitar os familiares e em vinte dias retornariam para as terras lusitanas. Com elas tive tempo para marcar um segundo encontro e gravar a entrevista.

Ainda naquele mês de Agosto de 2009, aproveitei oportunidades e combinei entrevistas com familiares de jovens migrantes que se dispuseram a conversar comigo nos meses de Setembro e Outubro de 2009.

Nos fins de Setembro de 2009, uma senhora (Dona Joana) que eu havia entrevistado em Novo Cruzeiro informou-me sobre dois jovens (Ivan e Antônio) que estariam em São Paulo-SP procurando meios de migrarem para a Europa. Através de Dona Joana consegui o telefone de um tio de Ivan, e, a partir daí, cheguei até o rapaz, que depois me apresentou a Antônio.

Os dois rapazes, respectivamente oriundos de Novo Cruzeiro e de Araçuaí, já haviam trabalhado como cortadores de cana no interior paulista, sendo que Ivan também já havia trabalhado como lavador de carros, e, Antônio, como cabeleireiro em suas respectivas cidades no Vale do Jequitinhonha. No entanto, não se conheciam até o momento em que cada um deles foi procurar, separadamente, alternativas de trabalho e vida na imigração. Empenhados em conseguir emigrar, os dois jovens me concederam uma breve, mas interessante entrevista sobre apoio e solidariedade no âmbito das redes de migrantes, mas também sobre sua organização hierárquica e as situações de expropriações as quais os migrantes são submetidos.

Estas diferentes pessoas fontes de informação - semelhantemente aos migrantes, seus familiares e amigos no processo de migração - formam uma

poderosa rede de interconhecimento informal, de solidariedade, apoio, disputas e interesses com muitas ambigüidades, na qual fui incluído e procurei acioná-la sempre que tive necessidade para fins de pesquisa, e, também de solidariedade quando algumas pessoas me procuravam para esclarecer dúvidas sobre sua condição de indocumentadas e seus direitos humanos como imigrante. Pode-se dizer que sem o fundamental apoio dessa rede seria praticamente impossível realizar o trabalho de campo.

Em síntese, cabe ainda apontar que a pesquisa tem caráter empírico e teórico. Empiricamente se constitui de levantamento de estatísticas; observações; entrevistas abertas realizadas nas respectivas regiões de origem (Araçuaí, Novo Cruzeiro e Padre Paraíso), e, em algumas regiões de trânsito e destino dos migrantes, como Lisboa, Madrid, São Paulo, Belo Horizonte, Quito-Ecuador. Entrevistei migrantes e seus familiares em suas casas, em rodoviárias, encontros, oficinas, seminários e missões populares da Pastoral dos Migrantes, em praças ruas e avenidas de suas cidades de origem e de destino. Algumas entrevistas foram previamente agendadas, semi-estruturadas, gravadas. Outras foram realizadas sem gravação, manuscritas apenas nas cadernetas de campo.

No aspecto teórico, procurei relacionar diferentes interpretações sociológicas sobre as migrações, suas causas, suas implicações e transformações culturais, políticas, psíquicas para os migrantes, seus familiares, suas relações sociais em suas regiões de origem, trânsito e destino.

Na literatura sociológica sobre migrações internacionais destacam-se alguns troncos teórico-metodológicos a partir dos quais se procura

compreender as condições sociais nas quais é desenvolvida a migração em si, para os migrantes e seus familiares em suas regiões de origem e de destino. Carlos B. Vainer (2007, p.11-30) analisa três teorias e aponta que as abordagens mais influentes são: o individualismo metodológico - ancorado nas teorias de autores neoclássicos e o estruturalismo, por sua vez baseado nos pressupostos teóricos da sociologia marxista. A terceira concepção teórica refere-se à violência como um fator causador de migração. Esta última concepção está mais próxima dos estudos que o próprio Carlos Vainer desenvolve sobre os processos migratórios decorrentes da construção de grandes barragens, hidrelétricas e que estão relacionados com os deslocamentos de comunidades inteiras, muitas vezes sob o uso da força pelo Estado. Também pode ser o caso das pessoas deslocadas, refugiadas, cuja integridade física, dignidade humana estão ameaçadas devido a posicionamentos políticos, expressões culturais ou religiosas.

A análise da violência como fator de migração pode não se aplicar bem ao caso de minha pesquisa, na medida em que a migração das moças e rapazes não é provocada pelo Estado através do uso da força<sup>12</sup>. Mas, os dois primeiros troncos teóricos (o individualismo metodológico - ancorado nas

---

<sup>12</sup> Essa migração não é provocada pelo Estado através do seu monopólio legítimo da força - para usar uma categoria de Max Weber. Todavia, cabe registro de que boa parte da migração da população camponesa no Vale do Jequitinhonha se intensifica a partir da década de 1960 com o desenvolvimento agroindustrial implementado no Vale do Jequitinhonha através de articulações entre o Estado, empresas particulares e fazendeiros que, entre outros desdobramentos, tornou privadas as chapadas até então consideradas pelo campesinato local como sendo terras de uso comum e que eram fundamentais nas suas estratégias de reprodução social. Pois, nas chapadas, se soltava o gado, coletava frutas, ervas medicinais, etc. necessárias à sua dieta doméstica e à manutenção de seus animais. Para uma leitura mais detalhada, ver: Maria Aparecida de Moraes Silva (1999); José Eduardo Ribeiro (1996)

teorias neoclássicas, e, o estruturalismo baseado na teoria sociológica de Marx) podem e devem ser acionados como ferramentas capazes de contribuir para a compreensão sistemática da imigração dos jovens jequitinhonhenses, sobretudo, como já apontei anteriormente, porque considero a migração como produto de um construto histórico das relações sociais que diz respeito à transformação dos lugares de partida e de chegada e às formas como os homens e as mulheres produzem a realidade, a interpretam e organizam suas ações sociais culturais, econômicas, políticas, históricas.

Carlos Vainer (2007) observa que na perspectiva teórica do individualismo metodológico, a pessoa migrante age de forma racional, calculando, como um empresário, os custos e benefícios de sua migração. O migrante teria total liberdade de ação,

[...] como uma espécie de *empresário de si mesmo*<sup>13</sup>: situado num determinado espaço, o trabalhador aparece como possuidor de certo *capital humano*. Sua questão é a mesma que se coloca para os empresários: está num espaço constituído por uma infinidade de pontos, cada um dos quais oferece condições mais ou menos favoráveis, mais ou menos vantajosas. Nosso trabalhador possuidor de *capital humano* realiza sucessivas avaliações racionais comparando ganhos e perdas, custos e benefícios em cada ponto. Com base nesse cálculo racional vai decidir sua localização, isto é, a localização ótima, em que maximiza os ganhos e minimiza os custos. Neste modelo, portanto, cujo paradigma está no modelo neoclássico de localização, o que temos é o exercício da liberdade para a escolha racional do ponto onde se auffle o benefício máximo (VAINER, 2007, p20).

---

<sup>13</sup> Todos os grifos são do autor.

Ainda na perspectiva do individualismo metodológico,

[...] a migração tem como origem, por um lado, a liberdade e o cálculo racional: por outro lado, sua condição é a existência de desequilíbrios espaciais, desequilíbrios que os deslocamentos de homens (e também de capitais) contribuirão para eliminar. A tendência, pois, é de um espaço tendente ao equilíbrio, isto é, a homogeneização: na verdade, desequilíbrio e heterogeneidade são circunstanciais (transitórios), enquanto que equilíbrio e homogeneização são a condição geral (VAINER, 2007, p20).

O segundo modelo teórico metodológico analisado é o estruturalista que privilegia a incidência de fatores macro sociais influenciando e determinando a migração. Diferentemente do individualismo metodológico, pela perspectiva teórica do estruturalismo

[...] os indivíduos não fazem escolhas, ou melhor, não são os indivíduos e suas escolhas individuais que explicam os fluxos e a localização da população. No espaço – que não é mais o espaço da liberdade individual, mas espaço da estrutura capitalista (espaço estrutural ou estruturado) – é o movimento do capital, sua expansão ou retração, seu deslocamento ou permanência que comanda a mobilidade e a localização do trabalho. Agora, o que se impõe é a relação que submete a lógica e a dinâmica do capital a todos os movimentos locais e toda a estrutura do espaço (VAINER, 2007, p.21).

O autor sintetiza sua análise sobre esses dois troncos teóricos apontando que na teoria estruturalista

[...] é como se um único e absoluto sujeito reinasse: a estrutura, as leis necessárias da estrutura. Em contraposição ao sujeito onipotente e irredutivelmente livre em sua individualidade que nos apresenta o modelo liberal, o modelo estruturalista opõe um sujeito quase inexistente, simples epifenômeno da estrutura (VAINER, 2007, p.21).

Nos dois casos, portanto, estamos falando de um espaço econômico no qual operam as leis econômicas – do mercado ou da estrutura. Motivações individuais ou determinações estruturais instauram um espaço que é espaço da razão (estrutural ou individual) econômica (VAINER, 2007, p.23).

Ao constatar as limitações interpretativas desses troncos teóricos sobre a migração, Carlos Vainer (2007) analisa convenções internacionais, estatísticas sobre deslocamentos humanos, depoimentos de migrantes e aponta para uma terceira perspectiva teórica que, para além dos aspectos econômicos, enfoca as dimensões da violência física e simbólica intrínsecas aos processos migratórios e também as políticas de contenção de imigrantes. Para o autor, as teorias ancoradas no “economicismo liberal”, ou no “economicismo estruturalista” não permitem focar a violência seja como fator de estímulo à migração, seja como fator de contenção da migração, pois

[...] ignoram que o espaço migratório é um espaço político, de exercício do poder. Mais que isso, trata-se de um espaço de exercício da violência, violência direta, violência *tout court*. Esta é, quase sempre, mas não exclusivamente, uma violência de Estado, através da qual opera uma razão de Estado. É uma violência que expulsa e força deslocamentos e, portanto, mobiliza; mas é também violência que bloqueia, que impede o deslocamento, e, neste sentido, imobiliza (VAINER, 2007, p.28).

Essa parece ser uma proposta teórica interessante, na medida em que aponta não apenas para os fatores sociais que desencadeiam, mas também para aqueles que impedem ou bloqueiam fluxos de migração. Isto pode ser percebido através de políticas de Estado que estimulam ou reprimem fortemente a entrada de migrantes em seus territórios. É o que mostra Lorenzo Prencipe (1996, p.15-17) em um artigo sobre "Políticas migratórias na Europa". O autor observa que os planos legislativos e regulamentares sobre a imigração na Europa, durante a década de 1990 tinham como objetivos primordiais

[...] reforçar os controles de identidade (Holanda e França); tornar mais drásticas as condições para entrega de títulos de permanência e carteiras de trabalho (Grécia e França); reduzir as categorias de estrangeiros não expulsáveis (França); revisar as práticas de distribuição de vistos (Bélgica e Luxemburgo); penalizar mais severamente quem fornece ajuda à imigração irregular e propicia emprego aos estrangeiros sem documentação; controlar de maneira mais rigorosa a presença de visitantes estrangeiros (França, Bélgica e Portugal); limitar os direitos de apelo (Reino Unido) e, alargar as possibilidades de detenção de estrangeiros quando sujeitos a alguma medida de afastamento (Holanda). Além do mais, alguns Estados aperfeiçoaram a inviolabilidade de seus documentos oficiais (Holanda e França), reforçaram o modo de registro do estatuto de residência (Holanda), e desenvolveram sistemas automatizados de registro e de busca de informações sobre os imigrantes (PRENCIPE, 1996, p.16-7).

Nessa perspectiva, a violência é praticada principalmente sobre os migrantes indocumentados, cuja situação jurídica já reflete sua condição de indesejados e violentados, pois podem ser tornados "ilegais" de acordo com a

predisposição do país de destino em receber ou repudiar a imigração. A transformação do legal em ilegal pode ser articulada à análise de Hannah Arendt (2009) sobre o totalitarismo e a violação da condição humana não concebida como um elemento natural, mas a condição humana entendida como o resultado de um constructo social, histórico, legal. Uma das formas de exercer a violência seria transformar o legal em ilegal. No caso dos migrantes, alterando não somente o estatuto jurídico de sua entrada em um país, mas, também alterando o estatuto jurídico de sua permanência.

Nesse sentido, Carlos Vainer (2007) aponta que o surgimento dos chamados “trabalhadores clandestinos”, ou “trabalhadores não-documentados” é um fato novo que

[...] resulta da instauração de novas leis e constitui uma categoria específica que pode produzir, e já vem produzindo, uma série de novas questões políticas e sociais, econômicas e culturais. Muitas vezes, como já denunciou o famoso *'Mouvement des Sans Papiers'* – movimento constituído na França por trabalhadores não-documentados –, o mesmo indivíduo, em virtude de uma simples mudança da lei, passa da condição de migrante para a de *não-documentado, clandestino, irregular*. Por um lado, nada mudou, pois aquele indivíduo continua sendo exatamente quem era, fazendo exatamente o que fazia; mas mudanças na instituição legal fazem com ele deixe de ser o que era para passar a ser outra coisa, uma nova categoria social. Ele é o mesmo e, ao mesmo tempo, já não é mais o mesmo, porque uma nova instituição legal reconfigurou e redefiniu sua existência legal e, em consequência, também sua existência social (VAINER, 2007, p.13).

As respectivas argumentações de Lorenzo Prencipe (1996) e de Carlos Vainer (2007) apontam que a condição de “indocumentado” ou de

“clandestinidade” representam mais uma outorga do Estado de imigração sobre o imigrante do que um crime praticado por este. Isto é, a condição de clandestinidade pode ser forjada pelo próprio Estado, quando este redefine sua política migratória com o objetivo de dificultar a entrada ou expulsar os imigrantes indesejados do seu território.

Os projetos e decretos que cerceiam o livre trânsito dos migrantes representam simultaneamente uma violência simbólica e física (já que os migrantes podem ser criminalizados e encarcerados) que não são perceptíveis pela perspectiva teórica do individualismo metodológico e pela perspectiva teórica do estruturalismo.

No que se refere a migração internacional do Jequitinhonha que procuro analisar, a violência, embora esteja presente em muitas situações como a indocumentação e deportações, não pode se restringir metodologicamente à violência como instrumento analítico. Pois, os elementos chaves que definem o projeto migratório dizem respeito aos arranjos familiares, ao acionamento e as formas de acesso às redes de migrantes. isto não significa que o projeto migratório seja vislumbrado independentemente das condições sociais, políticas e econômicas em que os migrantes e suas famílias vivem em suas regiões de origem e de destino. Ao contrário disso, procurarei mostrar que há um conjunto de fatores sociais locais, nacionais, como a migração das moças, a elevação do seu grau de escolaridade, os arranjos entre elas e suas famílias para viabilizar a continuidade dos estudos em outras regiões, o acesso a agenciadores, as possibilidades que estas têm de estender a proposta de migração internacional a seus irmãos, parentes e amigos, o senso comum de

que é preciso migrar para alcançar melhores condições de vida, o assédio dos agenciadores, coiotes, atravessadores sobre migrantes potenciais, as articulações entre migrantes e familiares de migrantes nas regiões de origem e de destino, que influenciam a tomada de decisões sobre a migração.

Nesse sentido, a violência como instrumento analítico pode ser acionada nessa pesquisa não como uma chave explicativa dos fluxos migratórios, mas como uma das formas de violação dos direitos dos migrantes, da transformação de seu estatuto legal em ilegal, isto é, da transformação de sua condição de documentado em indocumentado, ou ainda da recusa do reconhecimento da sua dignidade e condição humana.

Helion Póvoa Neto (2007, p.45-56) também elabora um trabalho de reflexão sobre as diferentes concepções teóricas e metodológicas na abordagem sobre as migrações. Como Carlos Vainer (2007), ele destaca a influência das teorias neoclássicas e estruturalistas nos estudos, todavia, sem apontar para a dimensão da violência simbólica e física como um fator de migração e aporte teórico metodológico.

Mas, Helion Póvoa, a partir dos trabalhos de Jean Paul de Gaudemar (1977, pp. 01-405) destaca a "mobilidade do trabalho" como um fator de influência da migração e um aporte teórico metodológico para investigá-la. Observa que a mobilidade do trabalho também constitui um dos principais pilares do desenvolvimento capitalista com deslocamentos e refreamento da força de trabalho em diferentes lugares. Neste sentido, por mobilidade do trabalho entende-se não apenas

[...] uma descrição de deslocamentos espaciais de trabalhadores; [...] Designa-se com o conceito de mobilidade do trabalho, um processo abrangente, no qual os homens tornam-se crescentemente disponíveis para a utilização compulsória de sua força de trabalho nos moldes capitalistas. O deslocamento no espaço seria, segundo tal perspectiva, apenas uma dimensão daquele processo. O mesmo implicaria, em primeiro lugar, na produção da força de trabalho, momento da aquisição de sua mobilidade por parte do trabalhador, designado por Marx como sendo o da acumulação primitiva; em seguida, na utilização da força de trabalho, onde se aprofunda a divisão do trabalho; finalmente, na circulação da força de trabalho, momento da submissão do trabalhador às forças de mercado, deslocando-se (especial e/ou setorialmente) entre os diversos ramos da atividade econômica (PÓVOA NETO, 2007, p.53).

A teoria da mobilidade do trabalho, ao relacionar os deslocamentos humanos no espaço com a oferta da força de trabalho e o desenvolvimento do capitalismo, não estaria próxima à perspectiva teórica estruturalista? Isto é, de algum modo, ela também sugere que a migração se desenvolve a partir de pressões do capitalismo, especialmente no que se refere à necessidade dos trabalhadores se deslocarem em busca de recursos de sobrevivência e que para consegui-los precisam vender sua força de trabalho em vários lugares. Esta migração em busca de trabalho, ou a "mobilidade do trabalho" beneficia diretamente o desenvolvimento do capitalismo, na medida em que os trabalhadores não só ficam disponíveis ao mercado de trabalho em diversos países – o chamado exército industrial de reserva apontado por Marx – mas, se tornam disponíveis em condições políticas e jurídicas que permitem aos patrões expropriá-los de várias formas e mais intensamente que os

trabalhadores nacionais. Vejamos o que nos diz Jean Paul de Gaudemar(1977).

O estatuto político inferiorizante e a fraca qualificação dos imigrados permitem às empresas explorá-los ao máximo (salários baixos, horários frequentemente prolongados, ritmo de trabalho muito intenso). Mas a sua forte taxa de mobilidade traz igualmente aos capitalistas economias apreciáveis sobre as massas salariais: a rápida rotação de trabalhadores imigrados suprime todas as regalias de antiguidade e permite manter uma fraca taxa salarial. Do mesmo modo, os trabalhadores imigrados, que têm uma taxa de atividade superior à média, contribuem para instituições sociais de que só raramente beneficiam (doença, desemprego, velhice). [...] o recurso à imigração permite às empresas fazer face, sem grandes custos sociais, às flutuações conjunturais da atividade. Os migrados constituem uma força de trabalho móvel que pode ser deslocada de estabelecimento para estabelecimento ou de ramo para ramo, segundo a conjuntura e que pode, estatutariamente, ser devolvida à procedência sem tensões nem gastos sociais importantes (GAUDEMAR: 1977, p.27-28).

É interessante observar que o uso para fins de expropriação mais intensa que as empresas fazem da mobilidade dos migrantes como força de trabalho não se restringe às migrações internacionais. Este tipo de uso também ocorre na migração nacional, isto é interna, e, vários setores de atividades. No caso dos migrantes canavieiros, o atual processo de mecanização do plantio e corte de cana-de-açúcar tem implicado em vários desdobramentos, como demissões, ameaças de demissões, fechamento de alojamentos coletivos mantidos pelas usinas, instauração do medo de perda de emprego entre os trabalhadores, aumento do ritmo e intensidade de trabalho, graças inclusive ao incentivo de uso de drogas ilícitas, etc. A região de Ribeirão Preto-SP – onde se situam várias usinas de açúcar e etanol e para onde se deslocava a maior parte dos migrantes canavieiros – é uma das que mais

receberam aportes tecnológicos e que mais sofreram alterações nas formas de produção de cana-de-açúcar. Atividades como o plantio e o corte antes baseado fortemente no trabalho manual de migrantes, agora estão quase que totalmente mecanizadas. Daí decorre, em parte, as demissões em massa e o fechamento de alojamentos de trabalhadores nessa região. Estas transformações implicaram também em mudanças de rotas migratórias para outras regiões do Estado de São Paulo, como a de Piracicaba e a de Fernandópolis, e, também para outros Estados, como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Sul de Minas Gerais, Pará. Contudo, o interessante a destacar é que parte dos trabalhadores não se desloca diretamente para essas “novas” regiões. Na verdade, parte deles continua sendo contratada por usinas que atuam na região de Ribeirão Preto-SP. No entanto, após sua chegada a essa região, as usinas contratantes os transferem “temporariamente” para outras regiões no Estado de São Paulo ou para outros Estados brasileiros onde a atividade produtiva ainda não alcançou elevados patamares de mecanização. Vejamos o depoimento de Jonas, um trabalhador migrante Maranhense, 26 anos de idade, em Guariba-SP. À época do depoimento, Jonas estava participando do lançamento do livro “Vozes do eito” com depoimentos de trabalhadores migrantes canavieiros e que foi organizado pela Pastoral dos Migrantes.

Eu tive sorte de estar aqui hoje nesse lançamento. Pois eu cheguei de Goiás não faz nem três horas. [...] Primeiro a usina contratou a gente para trabalhar aqui em Guariba. Mas, quando nós chegamos aqui e passou um mês, a usina transferiu a gente para Goiás e disse que nós ficaríamos lá só 30 dias e depois voltava. Era para cortar uma cana que estava perdendo. Só que nós fomos para lá e em vez de 30 dias, a gente teve que ficar

quatro meses para cortar a cana toda. É cana de rolo. Agora que a usina trouxe a gente de volta (Jonas, 24 anos, migrante maranhense em Guariba-SP).

Outro trabalhador, Zito, do município de Novo Cruzeiro-MG, 28 anos de idade e que trabalhou em Portugal durante quatro anos declarou-me que conheceu várias localidades de Portugal e Espanha "sem ter que pagar nada". Pois, a fábrica de azeite de oliva onde ele trabalhava tinha várias filiais nos dois países. Ele, Zito, era levado pelo patrão a várias fazendas de oliveiras.

Contudo, o aporte teórico metodológico da teoria da Mobilidade do Trabalho se, por um lado, pode ser vinculado à perspectiva teórica do estruturalismo apontando para a dimensão determinante das migrações sob a dinâmica do capital e sua acumulação de lucros, por outro, ela também aponta para possibilidades de lutas por reconhecimento engendradas por trabalhadores migrantes e ou organizações sociais. Logo no início do seu livro "Mobilidade do Trabalho e acumulação de capital", Gaudemar (1977) chama a atenção para este aspecto.

Foi com as circulares Marcellin-Fontanet que surgiu mais claramente a vontade governamental de apenas aceitar a imigração mais útil ao capital e por isso mesmo, de desenvolver um duplo processo de incitamento à mobilidade de mão-de-obra internacional, por um lado; mas por outro, surgiu a vontade de uma disciplina muito estrita desta mesma mobilidade no interior de fronteiras nacionais. Em efetividade a partir de Novembro de 1972 e aplicadas de forma estrita desde Novembro de 1973, estas circulares funcionaram oficialmente pouco, sendo anuladas por um decreto do Conselho de Estado de 13 de Janeiro de 1975, decreto que coroou numerosas lutas travadas contras elas desde 1973, quer pelos próprios trabalhadores imigrados, que por múltiplas organizações progressistas francesas (GAUDEMAR: 1977, p.31)

Gaudemar (1977, pp. 31-43) destaca que essas lutas não significaram necessariamente a reformulação das circulares migratórias de modo a facilitar a entrada, permanência e contrato de trabalho dos migrantes. Contudo, as lutas travadas passaram a apontar para uma dimensão de organização política e social dos trabalhadores migrantes que, se não impediam a efetiva violação de seus direitos, ao menos colocavam obstáculos políticos e sociais à transformação do legal e ilegal, à subordinação irrestrita dos trabalhadores migrantes à dinâmica estruturante do capital.

Para ilustrar o seu argumento, Gaudemar (1977) relata, de forma sintetizada, uma das lutas ocorridas em uma empresa de reciclagem de papel na empresa Margoline, em Natterre e Gennevilliers, na França.

Em Maio de 1973, ali trabalhava clandestinamente uma centena de trabalhadores marroquinos, de catorze a dezesseis horas por dia, em autênticas condições de escravatura, para um salário de 35 a 40 francos! Uma bela manhã, com a ajuda de alguns franceses, recusaram-se a trabalhar e exigiram a regularização de sua situação, a subida dos salários, a melhoria das suas condições de trabalho. Em si, o que eles então pediam pode parecer irrisório: trata-se apenas de um alinhamento com a própria legalidade capitalista (certificado de trabalho, SMIC, fornada de oito horas...). A realidade é diferente: é toda uma relação de poder que se modifica. Os operários de Margoline saem finalmente de sua longa noite de escravos clandestinos para descobrirem, com o maior orgulho, o sentimento novo da sua força. [...] Com a regularização da sua situação, eles têm em grande parte os seus movimentos livres (GAUDEMAR: 1977, p. 43).

As lutas por reconhecimento compõem uma dimensão analítica importante sobre as migrações em contextos de violações de direitos e indocumentação, sobretudo, ao considerarmos os condicionantes macroestruturais que influenciam nos arranjos locais das redes e famílias de

migrantes ao realizar seus projetos migratórios.

Outros aportes teóricos sobre a migração internacional são analisados por João Peixoto (2004, p. 1-36), sob cuja perspectiva as migrações se distinguem nas ciências humanas por se constituírem como tema de análise em um amplo arco de disciplinas e teorias. Em revisão sobre as teorias explicativas das migrações, João Peixoto (2004, pp. 03-35) sintetiza várias pesquisas (Ravenstein, 1885; Jansen, 1969; Oncü, 1990) que demonstram seu caráter multidisciplinar.

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças das populações são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra a sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante (Jansen, 1969, p. 60, Apud PEIXOTO, 2004, p. 4).

Para Peixoto (2004), a multidisciplinaridade influencia todas as teorias sobre a migração, inclusive as ancoradas em autores clássicos (Karl Marx, Max Weber, Emile Durkheim) das ciências sociais. Peixoto aponta que são visíveis as influências de suas teorias – tanto as de caráter micro, quanto das macro-sociológicas sobre a maioria dos pesquisadores.

Nas teorias micro-sociológicas as interpretações vinculam-se à sociologia econômica e focam a análise sobre a racionalidade individual. O modelo teórico "*Push-Pull*"<sup>14</sup> destaca essa racionalidade com a tese de que o principal móvel da migração são fatores de atração e repulsão e "o desejo do migrante melhorar a sua condição econômica"(PEIXOTO, 2004, p.14).

A teoria do Capital Humano aprofunda a análise micro-sociológica, mas sem romper com seus pressupostos básicos. Seu núcleo consiste em que

a análise económica de custos/benefícios realizada pelo agente não deve ser apenas observada no curto prazo. As deslocações envolvem um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar, cujos resultados só podem ser atingidos a prazo. [...] o migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro [...] mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo. [...] O 'cálculo económico' tanto se pode realizar ao nível da unidade indivíduo como da entidade familiar. Neste caso, são as oportunidades permitidas aos filhos (por exemplo) que explicam, a prazo, um acto migratório que, no presente, pode parecer gravoso (PEIXOTO, 2004, p. 16).

O Capital Humano, como variável de análise, só aparentemente se aproxima do arranjo individual ou familiar dos migrantes do Jequitinhonha quando estes colocam o patrimônio familiar sob penhora e partem em busca de melhores condições de vida. Esta ação sugere uma confiança na sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, o que viabilizaria a recuperação e ampliação do patrimônio penhorado. Mas, isto não implica em um cálculo racional dos jovens e suas famílias em relação à migração e conquista de melhor padrão de vida. Pois, inexistente uma correlação mecânica

---

<sup>14</sup> De acordo com Peixoto, quem primeiro esboçou a idéia do *push-pull* foi o geógrafo e cartógrafo inglês Ernest G. Ravenstein (1885) que, no caso dos estudos sobre migrações, viria a tornar-se um dos clássicos.

entre o cálculo racional subjetivo e as ações objetivas. Estas podem não corresponder à intenção e previsibilidade dos agentes, mas ao seu *habitus*, como observa Bourdieu a respeito de condutas que adquirem

a forma de seqüências objetivamente orientadas em referência a um fim, sem serem necessariamente produto nem de uma estratégia consciente, nem de uma determinação mecânica. Os agentes, de algum modo, caem na sua própria prática, mais do que são empurrados para ela por uma coação mecânica. Se isso acontece dessa maneira, é porque o *habitus*, sistema de disposições adquiridas na relação com um determinado campo, torna-se eficiente, operante, quando encontra as condições de sua eficácia, isto é, condições idênticas ou análogas àquelas de que ele é produto. O *habitus* torna-se gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente, e mesmo ao futuro inscrito no presente (daí a ilusão de finalidade), quando encontra um espaço que propõe, a título de chances objetivas, aquilo que ele carrega consigo a título de propensão (para poupar, investir, etc.), de disposição (para o cálculo, etc.), porque se constituiu pela incorporação das estruturas (cientificamente apreendidas como probabilidades) de um universo semelhante (BOURDIEU, 1990, p126-133).

Nesse sentido, a análise teórico-metodológica deve ser enfocada mais na perspectiva dos arranjos coletivos objetivos e subjetivos entre os migrantes, suas famílias, agenciadores e sua vinculação às dinâmicas macroestruturais como oportunidades de trabalho e políticas migratórias mais flexíveis ou restritivas e seletivas à entrada de imigrantes.

Por fim, mas sem a pretensão de esgotar o tema, na análise da migração internacional, soberania nacional, cidadania e direitos humanos são questões empíricas e teóricas que não podem ficar ausentes sem o risco ignorar o forte caráter político que envolve o tratamento jurídico e social dado aos imigrantes. O atentado aos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2009 veio não só fortalecer o caráter político das migrações, mas sua abordagem na

perspectiva do direito de soberania dos Estados nacionais e também do caráter policial e de segurança pública das políticas migratórias. É com esta preocupação analítica que Seyla Benhabib (2005) propõe transformar o caráter policial e criminalizante das políticas migratórias em concepções e práticas de

“filiação justa” (just membership). Esta “filiação justa” implica: reconhecer o direito moral dos refugiados e asilados a uma primeira admissão; um regime de fronteiras porosas para os imigrantes; mandado contra a desnacionalização e a perda de direitos de cidadania, e a reivindicação do direito de todo ser humano a “ter direitos”, isto é, a ser uma pessoa legal, com certos direitos inalienáveis, não importa qual seja sua condição de *membresia* política (BENHABIB, 2005, p.15).

Essas transformações, sobretudo, no que se refere às migrações e dentre elas as de caráter clandestino, colocam a soberania do Estado Nação na agenda internacional e reivindicam a refundação de princípios normativos para pertencimento a um mundo com ações humanas transnacionalizadas (Negri, 1994; Benhabib, 2005).

Seguramente há fatores de caráter macro e micro-social que influenciam a migração de jovens do Jequitinhonha. Mas, nenhum deles tem caráter exclusivamente econômico. Sobre a migração também incidem comportamentos afetivos, desejos, estratégias, como a de jovens do Jequitinhonha que migram para cortar cana, mas seu objetivo é conseguir carta de habilitação para dirigir veículos automotores e posteriormente trabalhar como taxista na sua região.

Chegado aqui, caberia indagar qual, ou quais dessas perspectivas teóricas seriam mais adequadas à problemática dessa pesquisa. Os modelos

teóricos baseados nas dinâmicas econômicas empreendidas por indivíduos ou estruturas sociais apresentam lacunas ao priorizar a racionalidade dos sistemas econômicos e não as estratégias, arranjos e ações individuais, familiares e grupais que atingem as esferas da cultura, da religiosidade, da política, extrapolando, portanto, a dimensão econômica dos processos de migração.

Nosso aporte teórico metodológico deve contemplar a análise de alguns dos objetivos da presente pesquisa, como as condições sociais em que ocorrem as migrações e como se expressam as relações entre os jovens migrantes e suas famílias. Qual a relação entre a reprodução social destas, as remessas e as condições de trabalho dos jovens imigrantes?; Qual o lugar das redes e organizações de migrantes nas estratégias de melhoria de suas condições de vida, nas suas resistências à marginalização e nas lutas por reconhecimento?

Entendo que não as estruturas ou dinâmicas econômicas por si, mas as mulheres e homens migrantes são os principais agentes que articulam e engendram os processos migratórios, especialmente aqueles realizados em condições clandestinas.

Estas pessoas não agem de forma isolada, mas em grupos e articulação de redes sem deixar de interagir com as instituições e estruturas sociais, tampouco com as dinâmicas econômicas. Elas não agem livremente, sem nenhuma pressão ou influência do mercado de trabalho e das políticas de migração, como pressupõe a teoria neoclássica.

No entanto, mesmo sendo expropriadas, violentadas, sofrendo as pressões estruturais da política e do mercado de trabalho, elas elaboram estratégias e procuram, se não escapar, sobreviver à violência e opressão. Em

alguns casos, conseguem escapar e melhorar sua condição social, especialmente a qualidade da habitação de sua família e o acesso a determinados bens até então inalcançáveis. Tudo isto não sem o preço de seqüelas psíquicas, políticas e culturais, sobretudo para os migrantes que são encarcerados, para as famílias que ficam muito tempo sem contato com seus filhos, pais, para os migrantes que tem dificuldade de se adaptar aos costumes da sociedade de acolhida. Em outras situações são regularmente violentados, arrancados de sua condição humana, como os migrantes deportados, submetidos a condições de trabalho análogo a escravidão.

Se a organização das pessoas em grupos ou redes é muito importante para viabilizar a migração documentada, elas são fundamentais para a realização e compreensão da migração indocumentada. É através das redes e suas ambiguidades que se pode obter documentos falsificados, circular por um ou mais entrepostos antes de se chegar ao local de destino da migração, conseguir moradia e trabalho remunerado.

Através de suas redes os candidatos a migração, ou os migrantes procuram se organizar para realizar seus deslocamentos individuais ou em grupos (famílias, amigos) no espaço e interagir com a sociedade de destino da migração. Isto nos permite considerar a rede um importante objeto de análise na compreensão da migração, especialmente aquela realizada em condições de clandestinidade.

### **3 - Capítulo Dois - Migrações: motivações e implicações além da pobreza**

*Olha, para conseguir alguma coisinha tem que sair daqui. Se ficar aqui, você não rompe na vida. Quer dizer, o lugar da gente vai desmanchando aos poucos. (Sandoval<sup>15</sup>, 23 anos, Araçuaí-MG).*

*Dizem assim: quando você chegar lá será fácil de arrumar um emprego, pois temos várias pessoas que já estão lá e que vão ajudá-la a arrumar um emprego ganhando bem mais do que você ganha aqui (Luciene, 25 anos, Padre Paraíso-MG).*

*Depois dos benefícios de aposentadoria, a segunda maior fonte de arrecadação do município de Padre Paraíso hoje [sic] (2008) são as remessas feitas pelo pessoal daqui que está exterior. Tem muita gente. Nossa preocupação é que eles de lá e os parentes aqui não saibam direito como investir esse dinheiro. Temos que pensar uma forma de orientar as pessoas que recebem as remessas sobre como aplicar esse dinheiro (João, prefeito de Padre Paraíso-MG – 2008).*

*Foi assim... sempre tive a curiosidade de saber o que existia depois daqui. Aprender uma profissão. Apareceu a oportunidade. Eu fui (Ricardo, 28 anos, Pe. Paraíso-MG)*

*Vi na televisão que em Santa Catarina estavam contratando pedreiro de luxo com salário de R\$5.000,00. Não pensei duas vezes. Comprei a passagem para ir (Sérgio, 25 ano, migrante paraibano em trânsito com destino a Florianópolis-SC).*

Os cinco depoimentos acima nos chamam a atenção para a problemática da migração como um processo de diversas facetas e suas causas sociais multidimensionais, contraditórias e complementares entre si, como a pobreza, o trabalho, o desemprego, as redes de solidariedade, a expropriação, a violência, o desejo de conhecer novos lugares, a esperança em conseguir melhorar o padrão de vida do migrante e de sua família, a fuga como uma espécie de ruptura de fronteiras, que pode viabilizar a melhoria do padrão de

---

<sup>15</sup> Todos os nomes que utilizarei para me referir aos meus entrevistados são fictícios. Adoto este procedimento para proteger sua identidade em razão do caráter de exceção de direitos na sua migração, o que os coloca numa condição de ilegalidade, portanto, de alvos prediletos das ações policiais e dos agentes dos serviços de inteligência e segurança.

vida e impedir que o lugar da pessoa seja “desmanchado”. Isto é, seja destruído. Ao perguntar o jovem Sandoval sobre o que seria um “lugar desmanchado”, ele respondeu que

seria assim, as coisas que você têm vão se acabando, a terra, os bichos, a casa, tudo vai se desgastando. Até a gente mesmo parece que vai ficando mais velho depressa e você não vê muito jeito de frear isso. Então, para não deixar acabar de vez, você é obrigado a ir embora buscar outras saídas porque, aqui o que tem parece que é só para os ricos (*Sandoval, 23 anos, Araçuaí-MG*).

Mas, o que engendra as migrações e como elas são realizadas? Que fatores sociais figuram ou são representados mais regularmente como causadores de migrações? Pesquisas (Martine, 2005, pp.03-22; Patarra, 2005, pp. 23-33) e relatórios da ONU – Organização das Nações Unidas (Rosemary Vargas-Lundius et all., 2008, pp. 06-80; PNUD, 2009, pp. 09-48) apontam que nos últimos 20 anos a maioria dos migrantes internacionais (incluindo-se aqui os refugiados) busca a migração como uma possibilidade de fuga da pobreza. A migração como fuga da pobreza pode ser constatada em depoimentos de migrantes em diferentes localidades, como o do jovem Sandoval (23 anos, Araçuaí-MG) citado acima e que reproduzo parcialmente abaixo.

*“Olha, para conseguir alguma coisinha tem que sair daqui. Se ficar aqui, você não rompe na vida” (Sandoval, 23 anos, Araçuaí-MG).*

A pobreza como causa da migração também pode ser percebida nos depoimentos de imigrantes equatorianos, bolivianos, haitianos, como se segue, abaixo, etc.

Eu saí da Bolívia porque não tinha dinheiro para pagar minhas dívidas. Eu não tinha dinheiro para comprar comida para minha criança (Helena, 31 anos, boliviana).

Meu papai e minha mamãe sempre trabalharam para nos dar comida e educação. Até hoje trabalham muito. Eu não queria sofrer como eles sofrem. Não sei como vai ser. Mas, estou aqui no Brasil para tentar fazer um caminho diferente. Já estou trabalhando numa loja e quero voltar a estudar (Michele Fran).

A migração como fuga da pobreza está diretamente relacionada aos modelos de desenvolvimento baseados na concentração da propriedade dos meios de produção, da riqueza produzida e a representação social que se faz dos pobres e da pobreza – em geral, esta restringida a aspectos econômicos, e, os pobres como pessoas incapazes de mobilizar esforços e recursos em vista da satisfação de suas necessidades básicas.

No conjunto das ciências sociais e na filosofia, diversos autores têm se ocupado com o estudo sobre a pobreza e apontam que sua abordagem é histórica e polêmica. Samuel Fleischacker (2006), ao discorrer sobre a história da justiça distributiva, observa que ela já estava presente nos estudos clássicos sobre o capitalismo, mas adquire maior destaque e espaço nos estudos e nas agendas políticas com a tecnificação da produção, transnacionalização de fluxos migratórios e intensificação dos processos de globalização. Para esse autor, o debate sociológico sobre a definição de pobreza e identificação dos pobres oscila das questões normativas (a pobreza

é um fato natural?, social?, é justo combatê-la com recursos públicos?, etc) às questões empíricas (quem são os pobres?, quantos são?, como se distribuem?, como vivem?, etc.). Thomas Pogge (2006), ao fazer uma abordagem sobre a violação dos direitos dos pobres, destaca que os debates sobre pobreza não apontam para um consenso em torno de sua definição sociológica, tampouco para formas e instrumentos (políticas e ações) sociais para combatê-la. De acordo com o autor, o que se vê é a perpetuação da violação dos direitos dos pobres. Em vista da complexidade de questões sociais e sociológicas relativas à pobreza, Sonia Rocha (2006), ao abordar seus determinantes no Brasil, propõe uma mensuração de níveis de pobreza, a fim de que se possa elaborar e executar políticas públicas eficientes no seu combate. Nessa perspectiva, teríamos a linha de indigência ou pobreza absoluta, a linha de pobreza ou pobreza relativa. A pobreza absoluta seria formada por um subconjunto dos pobres e caracterizada especificamente pela impossibilidade de satisfação das necessidades nutricionais (mínimo vital) do indivíduo ou grupo social. Ela estaria vinculada "às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital". A pobreza relativa seria demarcada pela satisfação do conjunto mais amplo de necessidades (alimentação, habitação, educação, saúde, etc) dos indivíduos. Os relativamente pobres já teriam seu mínimo vital garantido (ROCHA, 2006, p.9-35). Lena Lavinias (2003) ao articular pobreza e exclusão social aponta que a pobreza, de modo geral, é entendida como uma carência de renda. Porém, uma definição mais criteriosa indica a pobreza como "um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre

é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades” (LAVINAS, 2003, p. 29). Georg Simmel (1998), um dos principais estudiosos dessa problemática, aponta que a pobreza, como categoria social, é definida não como um estado de precariedade, mas sim como um estado no qual a sociedade julga que deve intervir com o objetivo de criar condições adequadas de vida social para os indivíduos. Os pobres, por sua vez, não seriam os indivíduos carentes de determinadas necessidades, mas os indivíduos que, efetivamente, recebessem algum tipo de proteção social (estatal ou privada), sem a qual estariam fadados ao fracasso. Nessa perspectiva, antes de tudo, e à revelia dos próprios pobres, a pobreza seria não apenas socialmente construída, mas, principalmente, socialmente definida. Como mostrei anteriormente, a pobreza no Vale do Jequitinhonha tem vínculos estreitos com o açambarcamento de terras camponesas por fazendeiros e empresas do setor agroindustrial, bem como com a precariedade de infraestrutura política, social (mandonismo local, falta de escolas, postos de saúde, oportunidades de trabalho e lazer) e está vinculada à estigmatização social do lugar como sendo atrasado e necessitado de políticas de assistência social. Fugir da pobreza, ou não deixar que seu lugar desapareça podem ser alguns dos mais significativos princípios geradores de migrantes do Jequitinhonha.

Muitos outros depoimentos poderiam ser registrados apontando o nexo causal entre pobreza e migração. Sem dúvida, a pobreza é um dos fatores sociais que influenciam a migração em todo o mundo. Caberia apontar,

todavia, que a pobreza, como fator social de migração, não tem exclusividade nos processos migratórios mesmo em áreas classificadas como pobres. Retomemos outros quatro depoimentos anteriores.

*Foi assim... sempre tive a curiosidade de saber o que existia depois daqui. Aprender uma profissão. Apareceu a oportunidade. Eu fui (Ricardo, 28 anos, Pe. Paraíso-MG)  
Vi na televisão que em Santa Catarina estavam contratando pedreiro de luxo. Não pensei duas vezes. Comprei a passagem para ir (Sérgio, 25 ano, migrante paraibano em trânsito com destino a Florianópolis-SC).*

*Depois dos benefícios de aposentadoria, a segunda maior fonte de arrecadação do município de Padre Paraíso hoje [sic] (2008) são as remessas feitas pelo pessoal daqui que está exterior. [...] Temos que pensar uma forma de orientar as pessoas que recebem as remessas sobre como aplicar esse dinheiro. Muita gente não quer ou não pode ficar aqui devido à falta de trabalho e bons salários para todos. Então, a gente precisa orientá-los direitinho nessa migração e também no dinheiro que eles enviam para suas famílias. É preciso saber aplicar isso. [...] Quase todos estão aplicando o dinheiro em padarias e casas de material de construção. Mas, se todo mundo fizer assim, logo logo o comércio ficará falido, pois todo mundo está fazendo a mesma coisa (João, prefeito de Padre Paraíso-MG - 2008).*

*É assim. Quem é pobre precisa ajudar outro pobre. Um ajuda outro e a gente vai chegando onde precisa chegar (Ivan, 27 anos, Araçuaí-MG - entrevistado em São Paulo-SP).*

Podemos analisar mais demoradamente esses quatro depoimentos e apontar que mesmo nas situações em que a pobreza está presente ou atua como principal causa da migração, como nos sugere os depoimentos do jovem Sandoval que migra para “*não deixar o lugar desmanchar*”, e, no caso de Helena que diz não ter dinheiro para comprar comida para sua criança, ela por si não dá conta de explicar os deslocamentos populacionais, pois estes estão sempre acompanhados de outros fatores sociais, como acesso a informação,

trabalho, inserção em redes sociais de migrantes, como também nos indica o depoimento de Ivan e ainda os de Ricardo e Sérgio que registram em suas falas o acesso à informações e à redes de migrantes como canais que estimularam ou viabilizaram suas respectivas migrações. Mas, ainda nos depoimentos de Ivan, Ricardo e Sérgio, pode-se perceber que sua migração, embora influenciada por outros fatores registrados em sua própria fala, como 'curiosidade', acesso a informação, apoio de redes de migrantes, traz também inscritos registros que não apenas fazem alusão, mas denunciam aspectos da condição de pobreza, como baixos salários, não qualificação profissional, etc. Cabe ainda notar no depoimento de João, então prefeito de Padre Paraíso, a disposição de que é preciso orientar "*as pessoas nessa migração*" e o assentimento político de que muitas delas não podem permanecer no município "*devido a falta de trabalho e bons salários para todos*". Neste caso, pode-se até dizer que há uma velada tentativa de não associar a migração à pobreza. Mas, logo o discurso do prefeito desvela a tentativa quando se refere a "*falta de trabalho e de bons salários para todos*". Ou seja, admite-se que há uma parcela da população que não tem acesso a trabalho e salários decentes. Por isso, essas pessoas emigram. Mas, o prefeito parece não se preocupar com esta questão central na emigração de seus munícipes. Seu olhar se volta para as remessas que os imigrantes fazem, no intuito de aplicá-las da melhor forma possível, o que é muito relevante socialmente como uma medida de combate à pobreza. Contudo, insuficiente como política migratória consistente e que prime pela dignidade humana dos migrantes e suas famílias. Ao considerar as remessas feitas pelos migrantes a seus familiares e a importância delas para a

dinâmica comercial do município, o prefeito expressa claramente o interesse em orientar os familiares de migrantes sobre como poderiam investir melhor as remessas vindas do exterior. No depoimento de Ivan, que faz uma referência direta a si mesmo e outros migrantes como “pobres” – “quem é pobre precisa ajudar outro pobre”, é possível notar ainda a presença dos agenciadores de mão-de-obra e suas práticas de agenciamento que também ajudam a revelar a condição de pobreza que envolve esta migração. Diz ele: “o Antônio, a gente tinha se conhecido lá em Teófilo Otoni quando fomos falar com o cara que encaminha a gente aqui para esse outro de São Paulo”. Por fim, no caso de Ricardo, há a necessidade expressa de “aprender uma profissão”, o que nos sugere o desejo e necessidade de obter ganho salarial melhor, ou melhorar o padrão de vida.

Nesse sentido, e considerando os aspectos sociais e econômicos apresentados sobre o Vale do Jequitinhonha, o conjunto de depoimentos indica que, além dos fatores culturais, sociais, políticos, inclusive de caráter moral, amalgamados às precárias condições de vida, influencia e determinam fortemente a tomada de decisão sobre a migração. Cabe destacar que a pobreza não carrega apenas o sentido material da privação dos meios de sobrevivência, o que por si já é suficientemente forte para desencadear migrações forçadas e expor pessoas às redes de tráfico de seres humanos. Como nos lembra, Edward Palmer Thompson (1998, pp. 151-156) ao trabalhar o conceito de “economia moral” a partir da análise dos motins de pobres, na Inglaterra, no século XVIII, para além dos fatores materiais, econômicos, como alta de preços, colheitas malogradas, fome, os motins também eram

engendrados por uma "moral" que despertava nos homens e nas mulheres as reivindicações de direitos e costumes tradicionais, como uma espécie de "cultura política" nas suas relações com os mercadores e as autoridades políticas de suas comunidades.

Assim, além desta 'economia material', há uma moral de indignação social a mover essas pessoas em busca de outros lugares onde possam ser percebidas com gente capaz de produzir ser bem estar. Gente capaz de participar ativamente das relações sociais de produção e reprodução social. No caso das migrações, podemos dizer que a pobreza também se inscreve em uma economia moral que desperta nas pessoas o sentimento de indignação à sua exclusão social. A migração se reveste, então, de um duplo caráter, muitas vezes até perverso. Ao mesmo tempo que ela é forçada pelo não acesso às condições mínimas de sobrevivência, pela expropriação dos meios de produção, se vislumbra também como uma possibilidade de busca de alternativas, para logo depois, em muitos casos, reaperceber sua face terrível do trabalho escravo, da servidão por dívida, da manutenção da pobreza.

Assim, se a migração, se ela é objetivada exclusivamente na perspectiva material ou econômica da pobreza, da melhoria do padrão material de vida – o que não é de modo algum irrelevante – podemos ser tentados a sobrevalorizar a possível conquista de bens materiais adquiridos em detrimento de conquistas tanto quanto importantes, o direito de poder escolher entre ficar ou emigrar de sua terra, o direito de participação social, de formação de grupos, fóruns e associações, que abrem possibilidades para as conquistas materiais, podem viabilizar o acesso aos direitos e exercício da cidadania ativa.

A migração forçada é sinônimo de injustiça social e denuncia em si mesma algum tipo de pobreza. Mas, a pobreza não constitui sinônimo automático de migração. Há pessoas em situação de pobreza que, mesmo querendo migrar não conseguem fazê-lo, pois não dispõem de recursos para pagamento de passagens, ou não têm acesso às redes e informações suficientes que viabilizem sua migração. Isto nos faz considerar que a migração pode ter uma multiplicidade de fatores que a engendram. Saskia Sassen (2010) também chama a atenção para a multiplicidade de causas geradoras da migração considerando que mesmo nos países pobres a pobreza, por si, não explica os fluxos migratórios. A autora destaca que

Os indivíduos podem vivenciar sua migração como resultado de uma decisão pessoal, mas em migrações de grande escala a opção de migrar é produzida socialmente. Esse fato se perde facilmente em grande parte da análise da migração, pois os fluxos de imigração tendem a compartilhar muitas características: muitos imigrantes, de fato, vêm de áreas ou países menos desenvolvidos e têm níveis baixos ou médios de educação e renda, fatores que levam à noção de que a pobreza e o desemprego em geral são o que impulsiona a emigração. Ainda assim, muitos países com pobreza extrema e índices elevados de desemprego não apresentam um histórico significativo de emigração e, em outros, a emigração é um evento recente, não importa quão antiga seja a pobreza. São necessárias várias outras condições para transformar a pobreza em um fator de repulsão e, mesmo então, apenas uma pequena minoria de pessoas pobres e de classe média estará propensa a tentar emigrar. A emigração não é uma fuga indiferenciada da pobreza e do desemprego para a prosperidade (SASSEN: 2010, p. 113).

No caso do Vale do Jequitinhonha, a migração da população camponesa se vincula diretamente ao modelo de desenvolvimento baseado na expropriação dos meios de produção, como terra, água, e forte concentração

da riqueza gerada, que uma vez combinados, colocam milhares de pessoas no limbo social. Os depoimentos que analisamos até aqui permitem dizer que a migração também é estimulada pelo acesso à informação, às redes de migrantes, ou ainda por um certo “senso comum” de que para formar uma nova unidade familiar autônoma, ou melhorar o padrão material de vida, a pessoa deve emigrar, como nos sugerem os depoimentos abaixo.

*Aqui, quem tem alguma coisa, conseguiu fora. Aqui em Araçuaí mesmo não dá para conseguir nada. Você pode perguntar a qualquer pessoa dessa comunidades rurais, o sonho é ir embora, buscar alguma coisa lá fora (Sandoval, 23 anos, Araçuaí-MG).*

*Agora vai fazer dois anos que meu marido foi para os Estados Unidos. Eu ligo para ele, falo para ele voltar. Mas, não tem jeito. Ele fala é para eu ir para lá. Que lá é melhor. E eu concordo que é. Você veja, essas casas novas todas aqui em volta (aponta para cerca de umas dez casas espalhadas no entorno do bairro e nomeia ainda outras que não estão à vista) são de pessoas que foram para os Estados Unidos. Com o salário que eu ganho não dá para fazer uma casa assim bonita, confortável. É meu sonho. E meu marido fala que se eu for para lá e ajudá-lo, a gente pode realizar esse sonho mais depressa. Eu estou pensando Olga (uma vizinha presente à entrevista) a ir lá pelo menos ver como é. Se der certo eu fico (Magali, 32 anos, Pe. Paraíso-MG).*

O senso comum sobre a necessidade de emigrar envolve tanto os migrantes, suas famílias, suas redes, seus amigos, agenciadores de força de trabalho, e, como no depoimento acima, até mesmo autoridades municipais. Cabe o registro de que cada uma dessas pessoas, a partir de suas respectivas posições sociais, procura extrair proveito sobre esse “senso comum” a respeito da migração, como a busca de soluções para os problemas sociais.

Autoridades municipais o fazem – muitas vezes – através da indiferença

política e humanitária como vêm a migração de seus munícipes. Poderíamos retomar o depoimento do prefeito de Padre Paraíso, que revelou o desejo de orientar os familiares de migrantes que enviam remessas. Contudo, o prefeito se silencia sobre a realidade triste de muitas famílias que tiveram seus filhos encarcerados ou deportados, ou dos quais nunca mais se teve notícias após sua partida.

Os agenciadores, por sua vez, se apresentam como aqueles agentes que, tão simples como o 'senso comum', viabilizarão a efetiva travessia para outras terras. Quanto mais se difunde sua imagem de agente atravessador, mais pessoas os procuram ou são assediadas por eles. Entrevistei um jovem (Guilherme, 24 anos) no município de Padre Paraíso que disse ter andado pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, à procura de uma mulher especialista em atravessar pessoas na fronteira entre o México e os Estados Unidos.

Já os migrantes, não se pode dizer que extraem proveitos daquele 'senso comum'. Contudo, a ideia de que a migração é a solução para a saída da pobreza os acossa desde sua infância e adolescência. Em 2008 estive na comunidade rural Córrego da Velha, localizada no município de Araçuaí-MG participando de uma atividade da pastoral dos migrantes sobre educação e trabalho em uma escola de ensino fundamental e médio. Em certo momento perguntei aos alunos sobre a profissão que gostariam de exercer. Cerca de 100 alunos estavam participando da atividade. Alguns responderam que gostariam de trabalhar como carteiro, bancário, professora, dona de casa. Dezesseis alunos responderam que gostariam de *'ir embora para São Paulo, e, trabalhar*

*como cortador de cana*". Para realizar este sonho, contavam com amigos, familiares que já trabalhavam como cortadores de cana e facilmente lhes conseguiriam oportunidades para emigrar.

Já em 2011 estive participando de outra atividade da pastoral dos migrantes em Araçuaí. Desta vez, a atividade foi realizada no centro da cidade e consistia em conversar sobre as formas de contrato de trabalho de migrantes canavieiros prestes a embarcar para o interior do Estado de São Paulo. Enquanto eu conversava com um grupo de migrantes, fui abordado por dois jovens que me perguntaram se eu não mais os conhecia. Percebendo minha dificuldade em reconhecê-los, um deles resolveu ajudar: *"Você esteve lá na nossa comunidade, no Córrego da Velha. Lembra? Ei você não voltou mais lá. Agora se for lá, não vai mais nos achar. Estamos indo para o corte de cana hoje"* (João de Nair, 17 anos, Comunidade Córrego da Velha). Imediatamente me recordei de dois adolescentes que estavam entre o grupo de alunos desejosos de tornarem-se cortadores de cana. Havia crescido, adquirido mais massa muscular e barba. Naquelas circunstâncias, foi um reencontro duro, difícil. Aqueles dois jovens se preparando para embarcar como migrantes canavieiros confirmavam, entre outros fatores, como a pobreza, o acesso à redes de migrantes, a força do 'senso comum' sobre a necessidade de emigrar tendo em vista o alcance de melhores condições de vida e a sua reprodução cíclica, geracional.

É digno de registro e análise ainda outro episódio que tive com um jovem do município de Chapada do Norte. Em Janeiro de 2008, durante uma missão popular realizada pela Pastoral dos Migrantes no município de Chapada

do Norte tive contato com um jovem de 17 anos que me pediu ajuda para vir a São Paulo. Perguntado por que ele gostaria de vir para São Paulo, respondeu que era a sua mãe que vivia dizendo que ele não era homem, que era um homossexual. Pois, todos os rapazes machos na idade dele saiam para São Paulo ou Belo Horizonte. Somente ele continuava ali na comunidade. Determinado a provar para a mãe que ele era macho viril me pedia que o trouxesse para São Paulo. Não pude atender ao seu pedido. Mas, um religioso (Pe. Nilton de Lima<sup>16</sup>) que, a época trabalhava em uma paróquia na periferia de São Paulo-SP, acolheu o pedido do jovem e com a permissão de sua mãe o trouxe para a capital paulista. O rapaz ficou em São Paulo-SP durante oito meses e passou a ter contatos regulares com a Pastoral dos Migrantes. Após este tempo, retornou ao Vale do Jequitinhonha e três meses depois, de acordo com agentes da Pastoral dos Migrantes de Minas Gerais, embarcava com uma turma de trabalhadores migrantes canavieiros em direção a Araçatuba-SP. Em 2010, ao participar de outra missão da Pastoral dos Migrantes em Araçuaí, reencontrei esse jovem e perguntei-lhe se havia mudado para esta cidade. Respondeu negativamente e completou dizendo que estava morando e trabalhando como ajudante de pedreiro em Governador Valadares, e que, estava tentando conseguir uma oportunidade de emigrar para os Estados Unidos da América.

Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante (2010) destacam que, no caso dos homens, essa migração e o trabalho, inclusive o análogo a escravo, estariam vinculados a definição de certos padrões de masculinidade, a

---

<sup>16</sup> Nome fictício.

uma espécie de poder do macho, ou virilidade masculina, já que os homens que não emigram, que não se dispõem a enfrentar certas condições duras e degradantes de trabalho tendem a ser vistos pelo seu próprio grupo social, como “fracos”, não capazes de dar conta de uma nova unidade familiar, ou não capazes de atender aos desejos e necessidades objetivas e subjetivas de uma mulher.

Outro ponto que decorre destas reflexões é o referente aos padrões de masculinidade, ou seja, aos papéis que devem ser desempenhados pelos homens. A figura do chefe de família, do provedor, está associada aos padrões patriarcais, que atravessam todas as classes sociais. Tais padrões, se por um lado, eles conferem poder aos homens, legitimando a dominação masculina sobre as mulheres, por outro lado, eles podem ser considerados como verdadeiros fardos. Deste modo, o homem é identificado como viril, destemido, capaz de enfrentar todos os perigos. Este é mais um dos elos destas amarras invisíveis que prendem muitos trabalhadores às redes de trabalho escravo. Não se trata de desconhecimento da realidade a ser vivida. Ao contrário. Trata-se de um verdadeiro enfrentamento, de uma prova para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual pertence. É uma espécie de rito de passagem. O sofrimento e a dor são silenciados em virtude da internalização de tais valores e padrões sócio-culturais (SILVA, CONSTANTE: 2010, p.215-216).

Nesse sentido, além da pobreza com aspectos de caráter econômico, mas também significados que indicam depreciação moral da pessoa (Thompson, 1998, pp.151-156) – frequentemente apontada como sendo a principal causa social que engendra migrações, pelos depoimentos anteriores nota-se, as presenças de formas amalgamadas, justapostas de outros fatores estimuladores, provocadores que expulsam ou atraem migrantes, como o apoio de redes sociais de migrantes, assédio de traficantes, o incentivo indireto

e informal de autoridades municipais com vistas às remessas e suas contribuições para o fortalecimento do comércio local, a buscar por novas experiências de vida, ainda que em condições sociais e jurídicas precárias que mais os vitima no tráfico de pessoas do que os transforma em migrantes, como mostrarei mais adiante sobre a situação concreta das mulheres

Em síntese, as formas de desenvolvimento, acesso a informação e redes de migrantes, estímulos políticos diretos e indiretos, o 'senso comum da migração' e o espectro da pobreza formam um conjunto variado de condições sociais, políticas, econômicas e ideológicas que ajudam a desvelar o amálgama das migrações camponesas do Vale do Jequitinhonha para o exterior.

Amalgamados e justapostos como causas geradoras de migrações, esse conjunto de condições implicam experiências e significados diferenciados no processo de deslocamento dos migrantes. Em contextos de condições sociais precárias constituindo as principais causas da migração, experiências duras, amargas, depreciativas, de expropriação, de violação de direitos, de degradação da condição humana – na medida em que os migrantes são postos à margem da lei, isto é, indocumentados – são mais propensas e contribuem, ao lado de outros fatores, como políticas migratórias de caráter policial, xenofóbica, preconceito, para obstaculizar fortemente as possibilidades de melhorias das condições de vida do migrante e sua família, como nos alerta Hannah Arendt (2009, pp 318-322) ao analisar na Europa da década de 1930, o violento processo de desnaturalização, marginalização, expulsão e

criminalização de estrangeiros<sup>17</sup>.

### **3.1 - Para além das redes: lutas por reconhecimento e a dignidade dos migrantes**

Ao considerar as diferentes causas e motivos das migrações, pode-se dizer que elas têm um caráter social multidimensional. Isto é, as migrações podem ser pensadas – nas palavras de Marcel Mauss (2003), como um “fato social total”, já que implicam em diferentes motivos, ações, reações, significados tanto para os migrantes, como para os não migrantes, para suas famílias, suas redes, seus agenciadores, suas regiões de origem, trânsito e de destino, para os movimentos sociais, instituições políticas e religiosas que se dedicam às políticas de seletividade, criminalização da migração, ou à lutas por reconhecimento de direitos pontuais dos migrantes, como melhores salários, ou, por direitos mais amplos e estruturais, como a cidadania.

Nancy Fraser (2010) observa que

o que requer reconhecimento não é a identidade específica de grupo, mas o status dos membros de grupo individuais como parceiros integrais na interação social. O não-reconhecimento, conseqüentemente, não significa a depreciação e deformação da

---

<sup>17</sup> Muito pior que o dano causado pela condição de apátrida às antigas e necessárias distinções entre nacionais e estrangeiros e ao direito soberano dos Estados (Europeus) em questões de nacionalidade e expulsão, foi aquele sofrido pela própria estrutura das instituições legais da nação, quando um crescente número de residentes teve de viver fora da jurisdição dessas leis, sem ser protegido por quaisquer outras. O apátrida, sem direito à residência e sem direito de trabalhar, tinha, naturalmente, de viver em constante transgressão à lei. Estava sujeito a ir para a cadeia sem jamais ter cometido um crime. Mais do que isso, toda a hierarquia de valores existentes nos países civilizados era invertida no seu caso. Uma vez que ele constituía a anomalia não prevista na lei geral, era melhor que se convertesse na anomalia que ela previa: o criminoso (ARENDR: 2009, p.319).

identidade de grupo , mas subordinação social – no sentido de ser impedido de participar como um igual na vida social . Para reparar isto , a injustiça ainda precisa de uma política de reconhecimento, mas no “modelo de status” isso não é mais reduzido a uma questão de identidade: em vez disso, significa uma política voltada para o domínio da subordinação, através do estabelecimento da parte não reconhecida como um membro completo da sociedade, capaz de participar na mesma condição que o resto (FRASER: 2010; p. 120-121).

É na perspectiva de luta por reconhecimento que se pode ver, por um lado, a multiplicidade das ações e reivindicações do movimento dos “*sim papeles*” em Espanha e em França, do “Voto Já, ou direito ao voto” no Brasil, da “cidadania universal” no âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações, o movimento dos direitos dos imigrantes nos Estados Unidos, e, por outro, ações sociais e institucionais de repulsa e criminalização dos imigrantes, como a Lei da “Diretiva do Retorno” na União Europeia, das campanhas institucionais e informais de sites e movimentos xenófobos que defendem a imposição de severas barreiras à migração e a criminalização dos migrantes indocumentados nos Estados Unidos (cinco estados norte-americanos Alabama, Arizona, Carolina do Sul, Geórgia e Indiana procuram aprovar, de forma sistemática, leis anti-imigrantes – outros estados norte-americanos têm resistência a adoção da lei anti-imigrantes argumentando que se não fossem os imigrantes algumas atividades, como colheitas de algodão, cebola, laranja, pêra, tomate poderiam ficar completamente paralisadas<sup>18</sup>).

Abdelmalek Sayad (1998, p. 15) também aponta para a migração como

---

<sup>18</sup> FITZ Marshall and BUTTERNFIELD, Jeanne. Arizona’s ‘Show Me Your Papers’ Law in the U.S. Supreme Court: What’s at Stake? .In: <http://www.americanprogress.org/issues/immigration/news/2012/04/04/11394/arizona-show-me-your-papers-law-in-the-u-s-supreme-court-whats-at-stake/> Abril de 2012

um “fato social completo” que exige olhares social e sociológico diversificados, capazes de capturar suas aparências, paradoxos e formas reais. Pois, no que diz respeito aos significados ou representações da migração, eles podem ser ilusórios ao menos em três aspectos: a partir da presença provisória para o imigrante e a sociedade de imigração, da ausência provisória do emigrante para sua comunidade de origem, e, da justificativa do imigrante pelo trabalho para a sua região de destino. O caráter ilusório da imigração consiste na

presença necessariamente provisória (e correlativamente, se nos colocamos do ponto de vista da emigração, ilusão de uma ausência igualmente provisória), mesmo quando essa presença (ou essa ausência), provisória de direito, verifica-se, nos fatos e sempre a posteriori; [...] ilusão de que essa presença é totalmente justificável pela razão ou pelo alibi que se encontra em seu princípio e que é o trabalho ao qual ela está ou deveria estar logicamente, totalmente subordinada; e, por fim, ilusão da neutralidade política, não só a neutralidade que se exige do imigrante mas tal como ela se impõe ao próprio fenômeno da imigração (e da emigração), cuja natureza intrinsecamente política é mascarada, quando não é negada, em proveito de sua única função econômica (SAYAD: 1998, 18-19).

Os ambíguos significados da imigração também concorrem para a sua interpretação como um fato social total. Para o imigrante, para sua família, para sua região de origem, e, para a sociedade de imigração, o imigrante só teria razão de ser através do trabalho e como um ser provisório. Isto é, uma ilusão de que seria impossível imaginar um imigrante sem trabalho e com estatuto jurídico definido no que se refere à sua residência permanente na sociedade de imigração.

Ainda que possamos classificar - para efeitos de análise ou elaboração

de políticas públicas - grupos de migrantes considerando sua condição socioeconômica, documentação, capacitação profissional, gênero/etnia/classe e formas de participação sociocultural, a multiplicidade de causas e motivos da migração acima apontadas, elementos expressos nos cinco depoimentos anteriores estão, em geral, presentes nas trajetórias individuais ou coletivas de migrantes. Trajetórias migratórias, cuja compreensão exige um esforço de percepção, objetivação interdisciplinar em seus aspectos micro e macrosociológicos, históricos, políticos e culturais das condições sociais que as engendram. Isto é, o que, quando, onde, como, e porque pessoas deixam para trás suas famílias, seu lugar de nascimento e rumam para outras terras muitas vezes hostis à sua presença?

Que transformações sociais, políticas e culturais as migrações implicam para os migrantes, suas famílias, suas redes de informação, para seus locais de origem e de destino, para as dimensões culturais e políticas da cidadania e da democracia? Esta é uma questão cuja resposta exige a objetivação da migração não apenas na perspectiva de fatores econômicos, ou, de regiões de atração e repulsão de migrantes. Respostas que toquem o fundo das questões sociais que implicam ou que decorrem da migração teriam que ser elaboradas a partir da compreensão da migração como um 'fato social total' e em uma perspectiva histórica.

No que diz respeito às transformações engendradas pelas migrações, muitos migrantes não conseguem alcançar o deslocamento de uma condição social precária para uma condição de dignidade. Contudo, outros conseguem não necessariamente uma ascensão social, mas se deslocar da condição de

pobreza para uma condição de acesso aos mínimos vitais sociais que garantem a sua reprodução social sem muitas tormentas ou privação de bens materiais e tecnológicos necessários à sua sobrevivência. Em Novo Cruzeiro, entrevistei Dona Francisca, cujo padrão material e social de vida foi transformado a partir da emigração de uma de suas duas filhas. Dona Francisca tem 72 anos de idade, mãe de duas filhas, Luci e Mariana. Ela é aposentada e trabalha informalmente lavando e passando roupas para famílias mais abastadas em Novo Cruzeiro. Luci é a primeira filha. Tem 28 anos de idade e é imigrante em Braga, Portugal. Mariana, a segunda filha, tem 18 anos, é estudante e também atua como agente voluntária da Pastoral da Criança em Novo Cruzeiro. Dona Francisca relatou-me que sofre muito com a ausência da filha Luci. Mas, sabe que se ela não tivesse migrado, dificilmente teriam a casa onde moram hoje. Vejamos o depoimento dela.

Nós não tínhamos casa. Morávamos na roça de um fazendeiro. Quando meu marido morreu, eu Luci e Mariana viemos morar na cidade, pois o dono da terra falou que nós mulheres não dávamos conta do trabalho sozinhas. Mandou a gente sair. Foi uma luta. Fomos ao sindicato, mas os direitos não vieram. Não recebemos quase nada de indenização. Nós viemos morar na cidade e não tínhamos casa. Alugamos uma casa. Eu lavava e passava roupas para o povo mais rico. Mariana era pequenina e a levava comigo. Luci já era maior e ela estudava e vendia quitandas na rua. Eu fazia bolo, biscoito e doce para vender. A gente mal fazia o dinheiro de pagar as contas e o povo vivia fazendo da gente que nem gato e cachorro. Porque a gente dependia deles para ganhar um dinheirinho nas lavadas de roupa, eles achavam que podiam falar com a gente o que eles queriam. [...] Depois Luci foi estudar e trabalhar em Teófilo Otoni. Foi um tempo difícil demais. Só que de lá, ela foi para o estrangeiro. Foi para Portugal. Falou que lá o ganho era melhor. Pediu-me para ajudá-la a pagar as passagens e eu, sem dinheiro nenhum, fui pedir dinheiro emprestado para as pessoas que eu lavava e passava roupa. Ô tempo duro. Eu consegui uma parte do dinheiro e ela foi. Depois que ela foi, nós ficamos sem falar uma com a outra uns dois anos. Como é que fazia para mandar

carta? Eu não sabia. Telefone, ninguém tinha. A gente só se falava por recado. [É que aqui tem muita gente que trabalha no estrangeiro, então facilita para você mandar um recado, mandar alguma coisa]. Foram dois anos e meio nessa luta sem a gente quase não ter notícias uma da outra. De vez em quando ela mandava recado, um dinheirinho, um retrato e foi assim. Aí depois, juntando o dinheiro que ela mandava eu comprei essa casa em que vivo hoje. E quando nós compramos essa casa foi um falatório sobre essa menina. Mas, só Deus é que sabe do nosso sofrimento. E Mariana também já está indo estudar lá em Teófilo Otoni, lá na faculdade. É Luci que paga os estudos dela. Mas, essa daí eu já falei: "eu não deixo ir embora não". Se não, eu vou ficar sozinha de tudo. Para você ver, é difícil. Mas, se não fosse isso, mesmo com este sofrimento, eu não estava aqui hoje debaixo do que é meu. E essa menina mais nova que está também se formando para professora lá em Teófilo Otoni. Quando a saudade aperta muito, eu fico em casa o dia inteiro. Porque para mim, a casa é Luci. Em cada tijolinho desse há um pedacinho de Luci. Ela está de lá, mas a gente vive junto aqui (Dona Francisca, 72 anos, Novo Cruzeiro).

A casa de Dona Francisca é composta por dois dormitórios, uma cozinha, sala, banheiro e utensílios básicos, como geladeira, fogão, sofá, mesa e cadeiras. Há também um quintal com pequenas árvores frutíferas. Para ela, a casa tem um significado que extrapola a dimensão da propriedade material. Simboliza a presença da filha migrante e a dignidade de poder decidir como e para quem vai trabalhar. Ao lado da conquista da moradia está a alegria por ter a segunda filha, Mariana, fazendo faculdade em Teófilo Otoni, também com o apoio de Luci. Independentemente da atividade desenvolvida por Luci em Portugal, a aquisição da casa parece ter levantado suspeitas em torno do caráter moral e lícito do trabalho dela, o que pode ser notado através da declaração de Dona Francisca ao dizer que, " quando nós compramos essa casa foi um falatório sobre essa menina. Mas, só Deus é que sabe do nosso sofrimento".

A experiência da família de Dona Francisca é muito importante para ajudar a compreender o amálgama do sonho, do sofrimento, da dor, da discriminação, da desumanização, da alegria, da possibilidade conquistar melhores condições de vida a partir do projeto migratório.

Ainda em Novo Cruzeiro, entrevistei outras duas famílias, cujas residências haviam sido adquiridas com a ajuda dos filhos migrantes em Portugal. Em uma delas, a do Sr. Josias, a conquista da casa aparece dramaticamente marcada pela prisão seguida de humilhação e deportação de um de seus filhos (Vilmar, 25 anos, ex-cortador de cana-de-açúcar), por um lado, e, por outro, pela reação de Vilmar às humilhações sofridas. Vilmar relatou-me que viajou a Portugal, convidado a participar do casamento do seu irmão Elias que morava lá a cerca de quatro anos e iria se casar com uma moça portuguesa. Vejamos o depoimento dele.

Eu estava no corte de cana em São Paulo. Já era a minha sexta safra na cana e meu irmão, tinha uns quatro anos que ele estava em Portugal. Ele sempre tinham me chamado para lá. Mas, eu nunca tinha vontade. Só que depois, ele me escreveu falando que iria casar com uma moça portuguesa e que era para todos nós irmos. Eu, minha mãe, meu pai. Mas, só que não dava para ir todo mundo. É muito caro as passagens. Então, nós juntamos todos e mãe falou que eu podia ir representando todo mundo. Mas, eu também não sabia como fazer para chegar lá. Aí vi que na carta que Elias me mandou, ele falava que tinha uma mulher aqui de Novo Cruzeiro que estava indo para a Espanha. Que eu fosse com ela até a Espanha e de lá eu chegava em Portugal. Ele iria me esperar no aeroporto. Ô moço, foi feio... [choro]. Eu embarquei com essa mulher, mas quando chegou na Espanha ela falou: agora daqui para frente é com você. Mas, eu só tinha a carta do meu irmão convidando para o casamento. Chegou a hora de apresentar o documento para a polícia, eu mostrei o visto, a carteira de trabalho e a carta convidando para o casamento. Ele deu risada de mim e já foi me levando para uma salinha lá. Chegando à sala já havia muita gente. Gente que eu nunca tinha visto, mulher com criança pequena, mulher grávida, havia uns caras bem negros, as

mulheres chorando e eu sem entender aquilo direito. Nós ficamos dois dias nessa sala e eles falavam com a gente só em espanhol. Eu não entendia nada. Uma das mulheres começou a passar muito mal e eles a levaram de lá. Essa mulher sumiu. Passaram mais três dias. E a comida, eles só davam para a gente um pão seco com queijo e água. Fiquei com dó das crianças pequenas. Elas choravam muito. Quando eu vi, eles estavam me levando para a cadeia. Só que lá na cadeia apareceu uma moça que era intérprete e ela me disse que eles estavam me prendendo porque eu estava transportando droga. Levei um susto muito grande. E eu não tinha contato, assim telefone de ninguém. Eu nunca mexi com isso. Nunca fumei nem cigarro comum. Onde é que eles arrumaram esse negócio de que eu estava carregando droga. E, cadê as minhas bagagens para eu mostrar a eles que não tinha nada disso? Esse tempo todo lá eu não vi mais as minhas bagagens. Cadê um telefone para ligar para meu irmão? Não tinha nada disso. Só tinha a carta convidando para o casamento. Prenderam-me dois dias e só depois é que falaram que a bagagem que tinha droga não era a minha. Era de outra pessoa que eu nem sei quem é. Daí me soltaram, mas não deixaram eu embarcar para Portugal. Falaram que estava faltando documento. No mesmo dia que me tiraram da cadeia arranjaram um avião e me deportaram. Quando cheguei ao aeroporto lá em Guarulhos foi outro sofrimento e humilhação. Eu desembarquei do avião e fui pegar minhas bagagens. Só que eu nem cheguei a pegar, porque eles anunciaram no alto falante assim. 'O Sr. Vilmar que veio deportado da Espanha faz o favor de comparecer na Polícia Federal'. Ô moço, nessa hora doeu mais do que as humilhações que eu sofri lá na salinha e na cadeia da Espanha. Todo mundo começou a olhar e procurar quem era o 'Sr. Vilmar'. E a voz no alto falante tornou a falar. Eu fui para a Polícia Federal e todo mundo me olhando. Foi uma humilhação muito grande. Eu me senti um marginal. Pior do que um traficante. E quando cheguei aqui que contei tudo para meus pais foi uma tristeza só. Imagine só: nossa família é bastante conhecida aqui e acontece um negócio desses, a gente fica desmoralizado. Depois eu jurei que ia estudar, fazer uns cursos para não ter que sair daqui. Já estou estudando lá em Teófilo Otoni. Meu irmão que está em Portugal ajuda a pagar o curso e eu também já arrumei um emprego melhor. Trabalho como secretário numa escola. Depois disso tudo, eu falei: vou ajudar outras pessoas que viaja para o exterior e não sabem o que eles vão encontrar lá. Daí montei um grupo de teatro. A gente apresenta em comunidades rurais. Nós mesmos escrevemos as peças. A gente fala muito assim da migração, do sofrimento que é, da humilhação. Mas, também tem esse negócio que o povo fala: 'tem que sair. Não tem outro jeito. Aqui o ganho é muito pouco'. Daí eu falo: não, olha eu já saí e vi que lá fora não é nada do que eles falam. O buraco é mais embaixo. Mas, só que depois, volta contra mim mesmo, pois eles falam assim: 'é você fala isso, mas a casa que você mora hoje é nova, foi reformada todinha e tem o que tem, porque seu irmão mandou o dinheiro (Vilmar, 25 anos, ex-

cortador de cana, atualmente trabalha como secretário em uma escola rural).

Outra pessoa, Dona Maria, trabalhadora rural, 64 anos de idade, mãe de duas filhas imigrantes na Espanha, moradora na comunidade Baixa Quente, em Araçuaí, relatou-me que suas duas filhas (Ana e Rosa) foram primeiro para Portugal e depois para a Espanha. Neste último país conheceram, namoraram e se casaram com dois rapazes espanhóis. As filhas, de vez em quando enviam dinheiro para ela. Recentemente, as duas filhas e seus respectivos maridos vieram visitá-la.

Quando eles vieram aqui passear, minhas filhas e os dois maridos delas, eles ficaram aqui em casa. É uma casa simples, na roça. Mas, eles ficaram aqui. Antonio, meu esposo, não dava muito valor para esse lugar aqui não. Mas, quando ele viu que os estrangeiros gabaram bem o lugar aqui, ele mudou de ideia. Passou a gostar daqui que eu vou lhe dizer!. Também pode ser que ele fique com medo das meninas inventarem de levar a gente para a Espanha. Pode ser isso. [...] E também foi muito bom quando elas vieram com os maridos. Eles levaram a gente para conhecer o mar no Rio de Janeiro. Foi uma festa. Eu e Antônio nunca tínhamos ido ao mar. Ficamos o dia inteiro admirando aquele movimento daquela água toda. Antônio não queria entrar na água. Ficou com medo. Mas, depois o Ramires, que é marido da Ana, o levou para a água. Foi aquela festa. Ele não queria mais sair de lá. Dessas viagens todas que essas meninas fizeram pelo mundo afora, esse foi o maior presente, a maior mudança na minha vida, conhecer o mar. Eu vi que o mundo é muito grande mesmo e que a gente não pode ficar preso em um lugar só. O diacho é a saudade que dá (Dona Maria, 64 anos, Baixa Quente, Araçuaí-MG).

Já no que se refere às questões subjetivas, culturais, políticas, sociais,

das quais os elementos econômicos não estão dissociados, ainda outros migrantes acessam determinadas organizações e instituições que lutam, reivindicam e às vezes conquistam o reconhecimento como pessoas destinatárias de direitos políticos e sociais, que por sua vez podem viabilizar o alcance de bens materiais e econômicos desejados a partir da conquista de melhores salários e condições de trabalho, acesso aos sistemas de saúde e ainda a programas de transferência de renda. Isto não significa que as conquistas – inclusive a documentação e o direito de participação política – obtidas nos processos de lutas por reconhecimento representem uma transformação automática no significado social do imigrante como um ‘ser de presença provisória’ justificável e tolerável apenas por sua prestatividade ao trabalho, o que pode ser percebido pelo depoimento de Glória, imigrante em Madrid - Espanha.

Conseguí todos os documentos que eles exigem. Tenho visto de trabalho, de residência, cartão de saúde. Eu tenho. Mas, mesmo assim, a gente percebe, quando chega a um hospital, quando vai procurar trabalho, mudar de casa, que eles procuram sempre dificultar as coisas para a gente. Não são todos. Mas, a gente percebe isso. [...] Mesmo com o documento na mão, eu já fui ameaçada de ser entregue a polícia por um patrão meu. Ele dizia que eu era vagabunda. Que não era cidadã da Espanha (Glória, 28 anos, Madrid - Espanha).

A experiência de Glória nos faz considerar que o reconhecimento de direito, atestado pela posse do documento, muitas vezes não se firma ou não se alcança de fato nas suas ações e relações cotidianas no trabalho, na busca por residência, acesso à saúde. Isto é, no cotidiano das relações sociais entre os imigrantes e a população nativa, ou mesmo com as instituições políticas e

sociais da sociedade de imigração, o direito conquistado pode não ser gozado ou acessível na prática, ou, se o for, pode ser de forma incompleta.

Sem jamais deixar de ter presente a experiência de marginalização em relação aos direitos, ou de acessá-los de forma incompleta, cabe considerar que o acesso às organizações e instituições que lutam por reconhecimento dos direitos dos migrantes podem potencializar não só as possibilidades de melhoria das suas condições materiais de vida, mas também transformações no estatuto jurídico e político da imigração e da emigração nas regiões de origem, trânsito e destino dos migrantes, facilitando relativamente processos de documentação, formalização das relações de trabalho, entrada e saída de fronteiras nacionais, reagrupamento familiar, envio de objetos e remessas às famílias que ficaram nas regiões de origem. No limite, podem implicar em ampliações dos direitos de cidadania numa perspectiva que ultrapassa fronteiras nacionais. O depoimento de Helena, imigrante boliviana, nos chama a atenção para esta possibilidade.

Eu não sabia que existiam essas coisas, esses movimentos. Eu pensava que a gente saía do país e ficava sozinho ou então com o grupo de amigos da gente. E eu fiquei muito tempo assim. Vivendo só ali naquele grupinho de amizade, dos colegas que também como eu vieram para cá. Eu trabalhava e tinha medo, sei lá, vergonha de sair na rua. Mas, um dia eu fui convidada para participar de uma reunião sobre a educação das nossas crianças aqui. Era uma ONG (Organização não governamental) que tinha pessoas do Brasil e da Bolívia, do Paraguai, do Chile. Tinha muita gente. Então foi aí que eu vi que eu podia colaborar. Eu era professora na Bolívia. Trabalhava com crianças. Falei isso para o pessoal e eles, foi de pronto, me ajudaram a organizar meus documentos. Nós montamos uma escola para as nossas crianças, onde se ensinava de tudo, inclusive o português e o espanhol (idiomas). Mas, eu não sabia que existia isso. Depois dessa descoberta muita coisa mudou na minha vida. Eu pude inclusive recuperar minha profissão de professora. Eu comecei a

participar de reuniões com gente da prefeitura, gente que trabalha pro governo, gente do consulado boliviano. Eles já foram à escola que eu dou aulas me convidar para ajudar a abrir outras escolinhas em outros lugares. Você sabe o que é isso? A sua vida mudar completamente? Foi o que aconteceu comigo. [...] Mas, um dia ainda quero voltar para La Paz (Helena, 31 anos, boliviana).

As conquistas obtidas nas lutas por reconhecimento apontam, ainda que de forma incompleta, ou parcial, para possibilidades de deslocamentos de condições sociais precárias de caráter econômico, político e cultural, para situações de melhores condições de vida do migrante e de sua família, para o seu reconhecimento moral como pessoa de direitos, para a sua dignidade humana enquanto pessoa capaz de participar da comunidade política e social, nos termos de Hannah Arendt (2009, p. 329-336). Como esses migrantes operam esse deslocamento em meio às privações e o amálgama dos diferentes fatores estimuladores e condicionantes da migração é uma das questões sobre a qual este trabalho busca refletir. Como as migrações podem contribuir, mesmo em contextos precários e marginalizados, para a conquista de melhores condições de vida e da dignidade humana?

Ao considerar o caráter multidimensional da migração e suas possibilidades de transformação objetiva e subjetiva, isto é, das condições materiais de vida e das condições políticas, sociais e culturais dos migrantes e suas famílias, minha hipótese de trabalho é que formas de acesso às redes sociais de migrantes – ainda que percebidas como estruturas constituidoras de interações ambíguas e contraditórias amalgamando ações de apoio, solidariedade, expropriação, servidão por dívida nas relações com seus

membros, elas também podem se organizar como uma espécie de “saber” apreendido, construído, reconstruído, ressignificado no processo migratório – podem viabilizar o acesso à melhores condições de vida e de trabalho para o migrante e sua família. Todavia, para além das formas de acesso às redes de migrantes, a melhoria das condições de vida estaria associada à lutas por reconhecimentos nas regiões de origem e de destino dos migrantes, através da sua vinculação, ou de seus familiares, direta e indiretamente à organizações e instituições sociais reivindicadoras de direitos humanos e de cidadania dos migrantes. A vinculação a estas organizações e instituições não só viabilizam a ampliação das possibilidades para a melhoria das condições materiais de vida, como abriria novos canais de participação e expressão política e social que implica em formas de acesso à direitos de cidadania e democracia. Portanto, a conquista da dignidade humana.

Trata-se de uma hipótese de caráter bidimensional na medida em que considera as formas de acesso às redes de migrantes e a sua vinculação à organizações ou instituições engajadas em lutas por reconhecimento como possibilidades de alcançar melhor padrão de vida e participação social que permitem transformar, em certas condições, não apenas o padrão material de vida do migrante e sua família, mas também, e principalmente, o estatuto jurídico, político e social da imigração tornando possível deslocá-la de uma posição marginal, criminosa, para uma posição legal.

Considero a rede de migrantes um espaço dinâmico, estruturado, estruturante, hierarquizado, disputado, não harmonioso e não exclusivo, ou suficiente por si, através do qual os migrantes se organizam e buscam realizar

suas metas, seus sonhos. Em confluência com a interpretação da migração como um 'fato social total', parto do princípio de que a rede de migrantes constitui-se como uma estrutura multidimensional com, ao menos, uma dupla face, duplo caráter, ou, "*dupla verdade*", nos termos de Pierre Bourdieu (1990). No decorrer do trabalho veremos formas de composição, acesso, transformação, atuação, etc, diferenciadas, contraditórias e complementares das redes entre si, e, que permitem utilizar a expressão "dialética das redes sociais de migrantes". Redes que não apenas expressam a cooperação e solidariedade entre seus membros, mas também a dominação, exploração e precarização dos próprios trabalhadores migrantes e, em determinadas situações, até o tráfico dessas pessoas.

Uma rede é composta de muitos elementos, como códigos de conduta moral e ética, de outras redes menores e de muitos indivíduos operando complexas tramas, disputas e interesses entre si. Para efeitos de análise, contudo, podemos identificar quatro agentes sociais distintos que compõem uma rede de migrantes: 1) os trabalhadores migrantes: homens e mulheres dispostos a aceitar as duras condições de vida e trabalho longe de casa para, no caso dos migrantes do Vale do Jequitinhonha, "sair da pobreza", "realizar um sonho de bonança", "conhecer novos lugares"; 2) os parentes, familiares e amigos dos trabalhadores migrantes que podem atuar tanto nas regiões de origem, trânsito e de destino da migração, e, que, em certas condições também podem atuar como arregimentadores ou empregadores dos migrantes; 3) os recrutadores da força de trabalho transnacional, chamados também por outro nomes: agenciadores, empreiteiros, arregimentadores,

recrutadores, mobilizadores, aliciadores, sequestradores, traficantes de seres humanos, tal como os “caçadores de homens”<sup>19</sup> e os sequestradores de mulheres e crianças das origens do capitalismo<sup>20</sup>; e 4) os empregadores que demandam esta força de trabalho transnacional, que, como apontei no item 2, podem se confundir, em certas condições, com parentes, familiares e amigos. Em suma, afora os imigrantes, seus familiares, parentes e amigos, estes dois outros grupos de agentes, recrutadores e empregadores também se constituem como interessados e beneficiados destas redes transnacionais.

Para além das redes como canais de acesso e possibilidades de melhoria das condições de vida do migrante no processo migratório, outros canais amalgamados à rede, mas sem se confundir com ela, também contribuem para o alcance, a realização dos desejos, o deslocamento da condição social precária para uma condição melhor. Trata-se das organizações, Igrejas, grupos, pastorais, associações, fóruns de migrantes constituintes e constituídos de um

---

<sup>19</sup> “O recrutamento forçado dos melanésios afetou grande número de pessoas. Entre 1863 a 1907, 61 mil melanésios foram levados para Queensland, e entre eles menos de 45 mil retornaram à sua terra. Em muitas ilhas esse recrutamento auxiliou as carreiras dos recrutadores locais de mão-de-obra ou dos caçadores de homens” (WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo : EDUSP, 2005, p. 400).

<sup>20</sup> “Em resumo, os rachadores de lenha e tiradores de água construíram uma infraestrutura para o capitalismo mercantil. Derrubaram florestas, drenaram pântanos e criaram campos para a agricultura capitalista. Construíram portos para o comércio capitalista. Reproduziram famílias e trabalhadores para o trabalho capitalista. As tarefas de rachar lenha e tirar água eram geralmente executadas pelos membros mais fracos da estrutura demográfica: os despossuídos, os forasteiros, as mulheres, as crianças, as pessoas na Inglaterra, na Irlanda, na África Ocidental ou nas Américas do Norte mais fáceis de serem sequestradas, levadas secretamente, trepanadas ou “barbosadas” (transportadas para Barbados). O terror fazia parte, pois esse trabalho era uma maldição, um castigo. A classe trabalhadora, informe, confusa, ganhara nova forma, e forma produtiva: com ou sem salário, rachadores de lenha e tiradores de água eram escravos, embora a diferença ainda não tivesse base racial” (LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário Trad. Berilo Vargas. São Paulo : Companhia das Letras, 2008, p. 60-61).

espaço social mobilizado, através do qual buscam se organizar social, cultural e politicamente e engendram lutas por reconhecimentos de dimensões locais, nacionais, transnacionais atingindo e influenciando políticas nas regiões de origem, trânsito e destino dos migrantes.

A presença e atuação das redes, organizações e instituições conferem ao espaço de deslocamento dos migrantes não apenas um caráter físico. “Ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente” (SAYAD: 1998, p.15).

Esse espaço social mobilizado se apresenta e é representado como espaço político dos migrantes. É alimentado por reuniões, encontros, oficinas, palestras, seminários, festas, celebrações, festivais culturais, feiras, ações de apoio, acolhida e solidariedade, disputas, interesses, clivagens, diálogos entre as organizações que o constituem e nas suas relações de mediação com instituições políticas, jurídicas e religiosas das regiões de origem, trânsito e de destino da migração. Nas suas relações de mediações procuram viabilizar condições políticas, jurídicas e culturais que proporcionem aos migrantes atuar como protagonistas na defesa e promoção de seus direitos.

Em termos políticos, o Espaço social mobilizado tem uma dinâmica engendrada pelos migrantes, suas organizações e instituições que pode ser compreendido com o que Seyla Benhabib (2005: p.125-150) denomina ações de “*iterações democráticas*”, através das quais são abertas possibilidades de construção de diálogos, consensos, respeito e reconhecimento dos direitos de acolhida, de participação social, ou ainda o reconhecimento da pessoa como ser humano, portanto, como portadora do “direito a ter direitos”, como o

direito de cidadania (Hannah Arendt, 2009, pp.300-336).

A vinculação do imigrante às organizações e instituições no espaço social mobilizado não significa uma ruptura completa com a sua classificação ou seu significado social como ser provisório e justificável apenas pelo trabalho, mas sua vinculação às organizações e instituições engajadas nas lutas por reconhecimento possibilita que eles deixem de ser pessoas deslocadas ou privadas de um espaço social (Bourdieu, 1988: p.11), no qual possam reivindicar e firmar-se como pessoa moral de direitos independentemente do território nacional onde vivem e trabalham.

O acesso dos migrantes a esse espaço social mobilizado pode lhes permitir, através das relações de mediações e iterações democráticas, o reconhecimento e acesso a direitos sociais que influenciam suas condições materiais de vida, de trabalho, suas relações sociais nas regiões de destino e ainda o estatuto jurídico, político e social – mesmo que parcial ou incompleto – da imigração.

Se provada a hipótese inicial, é certo que as redes de migrantes e o acesso ao espaço social mobilizado contribuem para transformar suas condições materiais e subjetivas de vida, como aponta Cristóbal Kay ao relacionar o fracasso de políticas de desenvolvimento rural e as altas taxas de emigração em regiões e países pobres.

*Una manifestación del rotundo fracaso de las políticas de desarrollo rural es la alta tasa de emigración de los países y regiones más pobres de Latinoamérica a Estados Unidos y Europa, principalmente a España. Es paradójico, irónico y trágico que tal vez la mayor contribución a la reducción de la pobreza en el campo haya provenido de los mismos pobres, a través de*

*las remesas enviadas a sus familias por aquellos que emigraron. Los campesinos pobres han tenido que diseñar sus propias estrategias de subsistencia para garantizar su supervivencia y quizá incluso salir de la pobreza. Esta considerable y constante emigración no sólo reduce el número de pobres en el país de origen, sino que también crea una importante fuente de ingresos para los pobres que se quedaron atrás y que reciben estas remesas (KAY, p. 632-633) .*

Contudo, cabe também destacar que estas mesmas redes transnacionais, ao mesmo tempo, também viabilizam a superexploração e a precarização do trabalho da assim chamada “acumulação por espoliação”, como aponta David Harvey ao fazer uma abordagem sobre as “novas formas de imperialismos” no mundo contemporâneo.

*Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado nos países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, nos caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual (HARVEY: 2010, p. 121).*

Em síntese, se em si mesmas as redes sociais de migrantes e seu espaço social mobilizado manifestam a solidariedade entre os trabalhadores, quando postas a serviço do capital – especialmente algumas disputas e interesses no interior das redes – elas se convertem em instrumentos de

dominação e exploração para a dominação capitalista. Nisto consiste a ambiguidade, a “dupla verdade”, ou, a dialética das redes de migrantes.

Nesse sentido, busco analisar as redes forjadas na clandestinidade e por solidariedade entre migrantes internacionais do Vale do Jequitinhonha e seu acesso a um espaço social mobilizado, como uma forma de alcançar melhores condições de vida, de trabalho, de conhecer novos lugares, de aproveitar eventuais oportunidades que lhes permitam reestruturar seus lugares de origens com novos símbolos e significados objetivos e subjetivos que expressem a superação da pobreza e ou o seu reconhecimento como pessoa humana digna de direitos.

Qual o lugar das redes e do espaço social mobilizado nas suas estratégias de superação da condição social precária e nas lutas por reconhecimento? E nos casos daqueles que não conseguiram sair da precariedade, mas que, ao contrário, tiveram sua condição humana degradada no processo migratório, uma questão que se coloca é quais e como foram suas experiências com as redes de migrantes e seu espaço social mobilizado, que não contribuíram para o alcance do intento desejado? Isto é, as melhores condições materiais de vida e o reconhecimento como pessoa humana portadora do “direito a ter direitos.”



#### **4 - Capítulo Três: Emigração feminina: caminhos para a emigração masculina**

A emigração dos jovens do Vale do Jequitinhonha é singular em relação a alguns fluxos migratórios internacionais mais caracterizados pela condição de regularização jurídica ou alta qualificação profissional de migrantes. Em um esquema geral, e sem a pretensão de cristalizar categorias sociais, para efeitos de análise pode-se divisar cinco grupos de migrantes internacionais, sendo que os jovens do Vale do Jequitinhonha se situam em um deles:

- a) Migrantes globais - profissionais com alta qualificação profissional, documentados, auferem altos salários e são desejados nos planos de políticas migratórias;
- b) Migrantes profissionais – trabalhadores, em geral profissionalmente qualificados, documentados, atuam em companhias aéreas, marítimas, representantes de empresas transnacionais, etc.;
- c) Refugiados – pessoas, cujos direitos humanos fundamentais (vida e liberdade) são ameaçados. Nem todos possuem a documentação necessária que comprova o seu reconhecimento legal como refugiado;
- d) “refugiados climáticos<sup>21</sup>” ou “pessoas deslocadas por alterações no clima”, como tsunamis, terremotos, secas, enchentes, etc.

---

<sup>21</sup> A categoria “refugiado climático” não é consensual no âmbito jurídico. No entanto, o fenômeno das mudanças climáticas e suas implicações sobre os processos migratórios tem despertado crescente interesse de pesquisadores em diferentes áreas, de movimentos sociais, e, da ONU – Organização das Nações Unidas. Há também articulações de movimentos e instituições sociais nacionais e internacionais que reivindicam o reconhecimento político da categoria social “refugiados climáticos” ou “pessoas deslocadas por alterações no clima”. É o caso dos movimentos sociais

e) Migrantes indocumentados – trabalhadores, em geral, sem qualificação profissional, preteridos e muitas vezes postos à margem da legalidade ou do Estado de direito por políticas migratórias xenofóbicas, etc. Todavia, são demandados por setores do mercado de trabalho, como construção civil, limpeza, colheitas, plantios, comércio, serviços domésticos, etc.

Neste último grupo encontra-se boa parte dos jovens do Jequitinhonha. Há diferenças de perfil social, econômico, jurídico e cultural entre esses grupos e no interior de cada um deles de acordo com a procedência, condições socioeconômicas, motivações/causas da migração e documentação dos imigrantes. No entanto, estes grupos costumam ser bem definidos

Cabe também destacar que os emigrantes do Jequitinhonha diferem dos que são recrutados por programas de tipo "*Work and Travel*"<sup>22</sup> e dos

---

nacionais e internacionais vinculados à Plataforma Dhesca – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Trabalhos como, "**A força expansiva dos direitos humanos no contexto da crise ambiental global: o fenômeno dos "refugiados ambientais"** (Érika Pires Ramos, 2012); "**Mudanças climáticas, migrações e saúde: cenários para o Nordeste, 2000-2050**". Cristiane Fontes (Coord.) (2011); "**Gaúchos no cerrado e as relações dos fluxos migratórios com o meio ambiente**" de Roosevelt Santos (2007), e, recentes relatórios da ONU – Organização das Nações Unidas, sobre mudanças climáticas. Em um documento de 2009, a ONU aponta que cerca de 50 milhões de pessoas poderão abandonar o lugar onde vivem devido a alterações no clima. In: **Search of Shelter: Mapping the Effects of Climate Change on Human Migration and Displacement** (Em busca de abrigo: mapeando os efeitos das mudanças climáticas migração e deslocamento humano). Universidade de Columbia, EUA, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/22765209/In-Search-of-Shelter-Mapping-the-Effects-of-Climate-Change-on-Human-Migration-and-Displacement#archive>

<sup>22</sup> A maioria dos migrantes que participa desses programas, geralmente, é constituída de jovens universitários de classe média, entre 18 e 28 anos e têm como destino os Estados Unidos. Sua migração ocorre dentro de trâmites burocráticos legais através da mediação de agências de recrutamento de jovens que aceitam trabalhar em postos de serviços não qualificados e que tenham interesse em conhecer pessoas diferentes,

“migrantes globais”. Para os jequitinhonhenses a emigração pouco contribui para o acesso a postos de trabalho decente, isto é, não precários. Pois, embora necessários ao mercado de trabalho dos países de imigração, eles são indesejados, trabalham informalmente em bares, lanchonetes, casas de prostituição, construção civil, serviços de limpeza, parreirais, serviços domésticos, babás, cujos salários são os mais baixos para os padrões internacionais e vivem à margem da legalidade civil.

Já os “migrantes globais” são desejados, auferem altos salários e são juridicamente protegidos por políticas especiais de imigração para profissionais qualificados (HARVEY, 1992; PATARRA & BAENINGER, 1996).

A maioria das migrações internacionais do Brasil é de áreas urbanas (SALES, 2005). Há estudos de caso, como o de Mateus Amoedo Zani (2012) que têm apontado para a migração rural internacional como uma forma de, em certas condições e arranjos, viabilizar a reprodução social de famílias rurais. A migração rural internacional mais conhecida é a dos “brasiguaios” - brasileiros que se estabeleceram como proprietários ou posseiros de terra no Paraguai (PATARRA & BAENINGER, 1996). A imigração em análise nesse estudo é predominantemente de origem rural, ocorrendo situações em que os jovens migrantes ou suas famílias mantêm um vínculo de moradia, trabalho e lazer entre campo e cidade.

No capítulo “Migrações: motivações e implicações além da pobreza”, procurei mostrar que a migração dos jovens do Jequitinhonha está vinculada à

---

estabelecer novos contatos culturais ou aperfeiçoar seus conhecimentos sobre uma segunda ou terceira língua. A durabilidade dos contratos de trabalho é de três meses, mas o jovem pode voltar pelo mesmo processo no ano seguinte. Isto, se ele ainda preencher os requisitos de idade e disposição de trabalhar duro, mas legalmente, em atividades pouco qualificadas. Cf. DIAS, Guilherme Mansur (2007, p. 43-78).

motivações econômicas e situações de pobreza, acesso à informação, redes de migrantes, a estímulos informais de lideranças políticas locais, ao senso comum de que é preciso migrar para ter acesso a melhores condições de vida, conquistar status como uma pessoa que saiu e venceu, e, mesmo em alguns casos, a migração está diretamente relacionada a virilidade masculina, já que o migrante também tende a ser visto pelo seu próprio grupo social como uma pessoa capaz de lutar e conseguir bens e equipamentos necessários a formação de nova unidade familiar, como um terreno, habitação, móveis e eletrodomésticos, animais, meios de transporte, que uma pessoa não disposta a enfrentar o trabalho duro na imigração, inclusive em condições análogas a de escravo, dificilmente conseguiria.

No caso da migração internacional dos jovens do Jequitinhonha, quais seriam os condicionantes e contextos sociais chaves atuando na origem e no momento de tomada de decisão de sua emigração? Os fluxos de migração do Vale do Jequitinhonha chamam a atenção pelo contexto político, social, econômico e cultural em que ocorrem; pela diversidade das rotas migratórias e sua relação com o sexo, a condição social e a procedência dos migrantes quanto à sua origem rural ou urbana.

Embora não haja um levantamento estatístico sobre quantos homens, quantas mulheres migram e de onde migram, é possível desenhar, em largos traços, um mapa social das rotas migratórias do Vale do Jequitinhonha.

As pessoas que habitam áreas urbanas, muitas delas oriundas de áreas rurais, também migram para áreas de monocultivo. Mas, suas principais rotas migratórias, em geral, tem como destino outras cidades (São Paulo-SP, Belo

Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, Brasília-DF) onde se empregam frequentemente na construção civil, setor de serviços, limpeza pública.

As mulheres migrantes de áreas rurais ou de áreas urbanas no Vale do Jequitinhonha também trabalham em áreas de monocultivos, como relatam moradores dos campos e cidades do Jequitinhonha e mostram os trabalhos de Maria Ap. de Moraes Silva (1988, p.09-15; 1991, p.35-72; 2011, p.30-36)<sup>23</sup>. Ainda que o intenso processo de mecanização das atividades do plantio e corte de cana esteja, em alguns casos, causando a demissão de trabalhadores, e, em outros, implicando em mudanças de suas rotas migratórias, há mulheres e homens que permanecem desenvolvendo atividades manuais no eito dos canaviais. Um tipo de trabalho manual que os patrões, encarregados e autoridades políticas ocultam sob o discurso da modernização, por um lado, e,

---

<sup>23</sup> SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. pp. 09-15. **Travessia**. Nº1. São Paulo. CEM, 1988. ; SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. As mulheres das grotas e veredas. pp.35 – 72. In. SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES-SPM. **Migrantes temporários** - peregrinos da resistência. São Paulo: SPM, 1991. O recente (2000 – 2010) processo de intensificação da mecanização não apenas do corte da cana-de-açúcar, mas também do seu plantio e manutenção dos canaviais fez reduzir a migração de trabalhadores, principalmente do sexo feminino para a região de Ribeirão Preto-SP. Os fluxos migratórios dos trabalhadores canavieiros têm sido direcionados para a região de Piracicaba, Sul de Minas Gerais, Goiás, Rondônia, onde a organização da estrutura fundiária é diferente da de Ribeirão Preto, em geral, caracterizada pela concentração da propriedade de fazendas com grandes extensões de terras e de topografia plana, sendo que esta última característica facilita a entrada das máquinas plantadeiras e colheitadeiras. Na região de Piracicaba e no Sul de Minas Gerais, a topografia do terreno é montanhosa, o que dificulta a utilização de máquinas agrícolas, e, além disso, a estrutura fundiária dessas regiões se caracteriza pela composição de fazendas de porte pequeno e médio, sendo que seus proprietários não são necessariamente usineiros, mas sim atuam como fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas. Estas transformações no processo produtivo da cana-de-açúcar e as diferenças na estrutura fundiária e topográfica das fazendas têm influenciado fortemente na redefinição de rotas migratórias e na diminuição do número de homens e mulheres que trabalham como cortadoras de cana, por um lado, e, por outro, têm implicado em significativas reconfigurações do trabalho manual, não o eliminando, mas o apresentando sob 'novas vestes', como indica Maria Aparecida de Moraes Silva (2011).

por outro, um tipo de trabalho manual que os próprios trabalhadores – a maioria mulheres – fazem questão de escondê-lo devido ao seu caráter degradante. No fundo, as atividades e os trabalhadores são quase os mesmos, mas agora sob o discurso da modernização aparecem sob “novas vestes”, como nos chama a atenção Maria Ap. de Moraes Silva (2011)<sup>24</sup>.

Nos canaviais essas mulheres desenvolvem diversas atividades – cujas nomenclaturas são quase sempre justapostas ou substitutas aos seus verdadeiros nomes. Ademais, a divisão das atividades entre homens e mulheres, isto é, a divisão sexual do trabalho parece levar em conta supostos critérios discriminatórios vinculados à diferença de potência da força física

---

<sup>24</sup> Onde estão as “Marias Canavieiras”? Desde a década de 1990, as mulheres estão sendo alijadas do corte manual da cana. Em razão do aumento vertiginoso das imposições da média (produtividade acima de 10 toneladas de cana cortada ao dia) e do número de máquinas colhedoras, as empresas intensificaram a busca de mão de obra migrante. [...] Assim sendo, as mulheres, aos poucos, estão sendo destinadas a determinadas atividades nos canaviais – plantio, bituca, recolha de pedras e plantio – e a outros produtos agrícolas – colheita de tomate, laranja, manga, cebola, além da capina em plantações diversas. O atual processo de reconfiguração, ademais da intensificação da exploração da força de trabalho, traz no seu bojo uma “nova” divisão sexual do trabalho, baseada nos velhos critérios como força física (homens), cuidado, responsabilidade, delicadeza (mulheres). Trata-se de uma lógica pautada na segregação sexual, segundo a qual, as mulheres recebem salários mais baixos que os homens e, muitas vezes, são lesadas quanto aos direitos trabalhistas. [...] São turmas de trabalhadoras “volantes”, que alimentam o mercado de trabalho sazonal, rotativo e circular, sob “novas vestes”. [...] Portanto, o trabalho manual não desapareceu, ele continua ocultado pelos discursos estatal, patronal, dos meios de comunicação, e até mesmo de certos sindicalistas, a serviço da ideologia do agribusiness, pela qual, nos canaviais paulistas o trabalho é executado tão-somente por máquinas. [...]

As mulheres *bituqueiras*, as da perca e as da pedra são verdadeiras **faxineiras dos canaviais**. São as duas primeiras que limpam o eito, impedindo a proliferação de bactérias, capazes de comprometer a rebrota da cana, o que demandaria gastos para a recuperação dos canaviais, sem os quais a produtividade da safra seguinte seria menor, trazendo prejuízos financeiros aos donos dos mesmos. As *da pedra* são as que limpam o canavial para impedir que as serras das máquinas se quebrem, caso existam pedras. Tal como as duas primeiras, são extremamente importantes para deixar a terra limpa, sem sujeiras ou obstáculos para a garantia da alta produtividade e dos lucros obtidos. Ademais dessas duas atividades, as mulheres também trabalham como bombeiras, isto é, levando os garrafões de água àquelas que estão nas outras atividades mencionadas acima (SILVA: 2011; pp. 30-36).

entre homens e mulheres e também os cuidados e habilidades que as mulheres teriam para certas tarefas, como semeadura e catação de pedras, que os homens não têm, ou não estariam dispostos a exercê-las. Assim, Maria Ap. de Moraes Silva (2011, pp.11-46) aponta que elas eram conhecidas como “Marias canavieiras”, “plantadeiras”, “bituqueiras”, “mulheres da pedra”, “faxineiras dos canaviais”, “bombeiras dos canaviais”.

Mas, é, sobretudo, a atividade de empregadas domésticas, como mostra Wanderlucé Pessoa Bison (1995, pp.1-73) <sup>25</sup> em sua dissertação, que elas desenvolvem nas regiões de destino de sua migração, cujas cidades mais procuradas são Belo Horizonte, São Paulo-SP e Brasília-DF.

Há homens e mulheres que apresentam maior precariedade no padrão de vida no campo ou na cidade e migram sazonalmente para as áreas de monocultivo de cana de açúcar, de café, de soja, de laranja, de eucalipto.

Ainda outros, principalmente os jovens, depois de passarem pela migração sazonal nacional, através de agenciadores e aliciadores de trabalhadores se enveredam na migração internacional com destinos mais frequentes aos Estados Unidos da América, Portugal, Espanha, Itália, Holanda, África do Sul. Na imigração seu estatuto social é a clandestinidade, na qual eles se envolvem em contraditórios enredos de relações de solidariedade, companheirismo, estímulos, marginalização, xenofobia, expropriação, violação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Como os jovens chegam até essa rede de migração internacional e seus agenciadores? O Vale do Jequitinhonha faz divisa com o Vale do Mucuri, onde

---

<sup>25</sup> BISON, Wanderlucé Pessoa. **A volta por cima** – mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Dissertação de Mestrado)

se localiza o município de Teófilo Otoni, por sua vez, entreposto de migrantes de Governador Valadares que já fizeram a migração internacional, ou que mantêm relações com amigos e parentes no exterior.

A relação entre esses dois municípios e a migração internacional dos jovens no Jequitinhonha se forja através da migração de moças jequitinhonhenses para estudar e trabalhar em Teófilo Otoni, e, a alguns de seus padrões provenientes de Governador Valadares. Estes, como aponta Wilson Fusco (2002, pp 01-90), têm fácil acesso às redes internacionais e as atravessam, traficam para outros países. Uma vez no exterior, algumas delas convidam e estimulam a migração de colegas, irmãos, namorados, que passam a procurar as redes de migrações internacionais clandestinas.

Temos, então, uma relação direta entre a diversidade de fluxos migratórios, a questão de gênero, a condição social e o lugar de procedência dos migrantes no Vale do Jequitinhonha.

Após a constatação e descrição dessa relação pode se elaborar uma pergunta sobre que fatores sociais estariam engendrando essa relação e como os migrantes reagem a ela. A resposta a essa questão demanda um esforço de análise desses diferentes fluxos migratórios com as características próprias de cada um.

A migração nacional temporária dos jovens rurais no Jequitinhonha, dentre outras interpretações, pode ser vista como um entreposto para a migração internacional, como apontei anteriormente. No início da migração internacional, além da passagem por esse entreposto, alguns rapazes dependeram também da articulação desenvolvida por moças

jequitinhonhenses, também migrantes internacionais, mas que antes passaram pela migração interna no Brasil. Isto é, a migração internacional de alguns rapazes foi estimulada e articulada por moças que fizeram a migração internacional antes deles.

É pertinente fazer um esforço de análise sobre o fluxo de migração feminina de áreas rurais do Vale do Jequitinhonha para outras áreas urbanas destacando os aspectos sociais que engendraram esse fluxo, a reação das moças a ele e seus desdobramentos na formação de novos fluxos migratórios de homens e mulheres forjando novas rotas e redes de migração que produzem conexões entre as migrações sazonais internas à migração internacional.

Os fluxos de migração feminina do Vale do Jequitinhonha têm como principal destino grandes centros urbanos, como Belo Horizonte, São Paulo e Brasília. Estes fluxos são compostos basicamente por jovens solteiras com baixos índices de escolarização e que se ocupam como empregadas domésticas.

Concomitante a esses fluxos, e em menor intensidade, mas não menos interessante, nos últimos dez anos tem se constituído um fluxo de migração feminina do Vale do Jequitinhonha – principalmente dos municípios de Araçuáí, Itaobim, Padre Paraíso, Medina, Novo Cruzeiro, Itinga, Chapada do Norte – para o Vale do Mucuri, município de Teófilo Otoni, que faz divisa com o Vale do Jequitinhonha.

Como as moças que migram para os grandes centros urbanos, as moças que migram para Teófilo Otoni provêm de áreas urbanas, rurais e também se

ocupam como empregadas domésticas. Mas, diferentemente das primeiras, estas últimas têm o segundo grau completo e, além de trabalhar como domésticas, quase sempre, procuram cursar uma faculdade.

Não consegui estatísticas precisas sobre a escolaridade das mulheres no Vale do Jequitinhonha, tampouco na microrregião de Araçuaí. Mas, pelas informações do IBGE sobre a maior escolaridade das mulheres em relação aos homens, é possível concluir que há uma tendência geral de um maior grau de instrução das mulheres em comparação com o dos homens, sem que isto implique, no entanto, em maiores ganhos salariais para as mulheres. Ainda que seu grau de escolaridade seja maior, seus salários ainda permanecem menores que os dos homens. Isto ocorre principalmente quando a mulher é negra. De acordo com o IBGE, no período de 2003 a 2008, o percentual de mulheres com ensino médio completo cresceu de 51,3% para 59,9%, enquanto o dos homens, no mesmo período, cresce de 41,9% para 51,9%. O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada também divulgou pesquisa mostrando que já em 1996, as mulheres alcançavam maior grau de escolaridade em relação aos homens. Fato este que se manteve e pôde ser constatado em 2006, quando 95,6% das mulheres em idade adequada cursavam o ensino fundamental, e 52,3% estavam no ensino médio. Já em relação aos homens, neste mesmo ano, 94,7% deles estavam no ensino fundamental, enquanto 42% estavam matriculados no ensino médio.

No caso do Vale do Jequitinhonha, as moças com maior grau de escolaridade, em geral, são as caçulas em suas famílias. Elas puderam terminar o segundo grau, todavia não tiveram acesso ao mercado de trabalho

local ou não optaram por trabalhar em seus municípios, uma vez que pretendiam dar continuidade aos estudos cursando uma faculdade, mas conciliando esta a um trabalho remunerado. O município de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, e fronteiro ao Jequitinhonha, se apresenta como local estratégico ao projeto dessas moças, pois nele, além da presença de faculdades particulares e agora, mais recentemente (2005) também uma universidade pública (UFVJM – Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri), há ainda um mercado de trabalho com amplas e diversificadas demandas de serviços, inclusive os domésticos.

Ao lado daquela precariedade de infraestrutura social no Jequitinhonha, a formação de redes, a elevação do grau escolar se constitui como um forte fator social que engendra esse novo fluxo de migração feminina para o Vale do Mucuri onde elas cursam faculdade à noite e trabalham como domésticas durante o dia, como me relatou a jovem Mônica de 17 anos que entrevistei em Padre Paraíso. Mônica é a quarta de uma família de seis pessoas (mãe, pai e quatro filhos, sendo estes duas mulheres e dois homens). Os irmãos mais velhos, um é solteiro, o outro é casado, mas ambos trabalham como cortadores de cana. A irmã mais velha é casada e vive em Belo Horizonte. Mônica sempre morou com os pais na comunidade rural Ribeirão. Mas, após concluir o ensino fundamental, veio morar com uma família amiga de seus pais em Padre Paraíso para cursar o ensino médio. No momento da entrevista (2011), Mônica já havia concluído o ensino médio e agora cursava o ensino superior em Teófilo Otoni. Durante a entrevista ela relatou-me:

Estou abraçando essa oportunidade de fazer o curso superior com todas as minhas forças. Meus irmãos não puderam estudar. A vida deles foi só trabalho com o pai e a mãe na roça. Eu, por ser a mais nova escapei disso. Mas, também não foi fácil vir para Padre Paraíso e daqui para Teófilo Otoni. Como você vê, para pagar a faculdade eu trabalho como empregada doméstica e meus pais e meus irmãos me ajudam. O pai e a minha mãe trazem alimentos para mim. Meus irmãos sempre que podem enviam-me algum dinheiro. É coisa pouca, mas que ajuda bastante para pagar a mensalidade, comprar material. Todo dia é uma correria aqui nesse trabalho. Depois, quando são cinco horas tenho que estar pronta, sair correndo, tomar a van e ir para Teófilo Otoni, que fica à uma hora e quarenta minutos de viagem daqui. Quando terminam as aulas lá já é por volta de onze horas. Tomo novamente a van e volto para cá. Chego quase uma hora da madrugada. Tenho que estar de pé seis e meia da manhã. Será que vou agüentar o tranco até o fim? Mas, há o lado bom. Conheci pessoas novas. Antes eu só conhecia o povo lá de Ribeirão e depois alguns vizinhos aqui. Agora estou conhecendo muita gente em Teófilo Otoni. Muitas meninas que como eu vieram da roça para estudar lá. E o que é bom, a gente está fazendo um curso superior. Quando eu vou visitar meus pais em Ribeirão, eles me tratam diferente e o povo de lá também me trata diferente (Mônica, 17 anos, Padre Paraíso-MG).

Para além das possibilidades de ascensão social, o trabalho e o curso universitário são vislumbrados como possibilidades de conhecer “novas pessoas”, “novos mundos”, e, como chances de romper com a tutela paterna, de não quedarem em situação de total dependência de futuros esposos, de realizar seus projetos individuais. Isto implica em construir ou ampliar sua “experiência” no sentido thompsiano.

Em Teófilo Otoni, geralmente as moças se matriculam em cursos de pedagogia, assistente social e se empregam como domésticas em casas de famílias provenientes de Governador Valadares, cidade conhecida nacionalmente como lugar de onde saem muitos migrantes para os Estados

Unidos da América. Os migrantes valadarenses em Teófilo Otoni costumam atuar comprando pedras preciosas para revendê-las no exterior e também atuam como agenciadores de migrantes para o exterior. Nesta atuação como agenciadores, eles configuram, na verdade, uma rede “profissional de migração”, nos termos de Igor J. R. Machado (2005, p.01-25), ou uma espécie de “indústria da migração” nos termos de Graeme Hugo (1998, p.05-12) , vinculada a Governador Valadares e que propicia a travessia de migrantes para a América do Norte e para a Europa. Em síntese, amalgamado ao comércio de pedras preciosas, em certos casos, ocorre o agenciamento de migrantes para outros países assemelhando também um “negócio de levar gente para fora”, nas palavras de um agenciador (Wanderli) que também atua como comprador e revendedor de pedras preciosas. O que também abre amplas possibilidades para o tráfico de pessoas. Vale ainda destacar que, a expressões “rede profissional de migrantes” ou “indústria da migração”, como veremos adiante, podem sugerir que as pessoas migram com a posse dos documentos necessários originais ou falsificados. Contudo, chegado ao destino, o migrante deve devolver o documento a outro agenciador da rede que já o aguarda no desembarque, ou ainda, o documento perde a validade. A partir daí o migrante é alçado a uma condição jurídica de indocumentado, ‘ilegal’, como expressam alguns estatutos migratórios mais restritivos. Ou seja, a forma como o processo de travessia ocorre ainda que na situação de documentação do migrante, mas tendo este que devolver o documento imediatamente após o desembarque, sugere e reforça a possibilidade de tráfico de pessoas.

Ao trabalhar como domésticas para esses agenciadores, as moças recebem deles propostas de trabalhar no exterior (Portugal, Espanha, Itália, Estados Unidos) com promessas de um salário bem melhor que o recebido em Teófilo Otoni, onde o pagamento mensal médio equivale a cerca de um e meio salário mínimo. Para isto, no caso de o destino serem os Estados Unidos, teriam que pagar o dinheiro das passagens de ônibus e avião, mais o dinheiro para pagar ao agenciador pelo seu "serviço prestado", isto é, fazê-las chegarem aos Estados Unidos onde entram sem os documentos exigidos pela polícia de fronteira. O valor das passagens somado ao preço do serviço dos agenciadores chegava, em 2009, a quinze mil dólares.

No caso de o destino ser a Europa, a porta de entrada quase sempre é Portugal. Deste país, elas continuam a migração para outros (Espanha, Itália), em geral, por conta própria e utilizando transporte ferroviário. Para fazerem a travessia do Brasil para Portugal elas devem dispor de dinheiro para a passagem de volta e de mil dólares para obter um visto de turista que lhes permita viver legalmente por quinze dias ou um mês no país. Neste caso, a entrada em Portugal não tem um caráter de indocumentação como nos Estados Unidos. Depois de quinze dias ou um mês em Portugal e já sem recursos para renovar o visto de turista as moças ficam na condição de indocumentadas. O valor das passagens somado aos custos dos serviços dos agenciadores chega a dez mil euros.

Ainda em Padre Paraíso-MG, com o apoio da jovem Mônica, entrevistei outra jovem chamada Luciene com curso superior incompleto. Porém, não abandonado. De acordo com ela, a matrícula estava trancada. Esta jovem era

proveniente de Novo Cruzeiro-MG, onde morava com seus pais na comunidade rural Lagoa do Meio. No momento da entrevista, ela estava de passagem por Padre Paraíso-MG, onde fora visitar algumas amigas. Luciene também já havia estudado e trabalhado em Teófilo Otoni no período de 2003 a 2004, quando recebeu uma proposta de ir trabalhar em Portugal. Chegou a emigrar, mas de acordo com ela, não deu certo, pois contraiu muitas dívidas e teve que se “desdobrar em duas” para conseguir quitá-las e retornar ao Brasil. Com os olhos lacrimosos e perdidos em qualquer ponto ou direção que não fosse a minha face, Luciene concedeu-me uma entrevista que ajuda a desvendar alguns meandros do processo de aliciamento de moças para a imigração e para o tráfico de pessoas. Também ajuda a compreender a dor, o sofrimento e as sequelas psíquicas que marcam muitas imigrantes.

Eu era muito boba e não tinha muita noção das coisas. Então, quando aquele rapaz chegou à faculdade falando que a gente era jovem e poderia conseguir um emprego para ganhar muito mais, pagar os estudos, fazer uma casa, ajudar os pais da gente, aquilo mexeu comigo, pois eu sempre quis ser independente. [...] eu também sabia que meus pais não teriam condições de me ajudar a vida inteira. Vai muito dinheiro na faculdade e ainda tem o aluguel para pagar. O dinheiro da gente na dá para pagar tudo isso. Então, apareceu aquele rapaz lá na faculdade falando que se a gente fosse para Portugal, Espanha, poderia ganhar muito mais dinheiro do que aqui. Lá não faltava trabalho. [...] o nome dele é Mauro. Pelo menos foi assim que ele disse que se chamava. Depois nunca mais vi aquele moço e nem quero vê-lo. Sinto ódio. Mas, fiquei assustada quando ele falou que para ir, a gente tinha que fazer um monte de documentos e pagar umas taxas além das passagens. Porque é assim, se você embarcar em Belo Horizonte, São Paulo ou Rio de Janeiro, além da passagem de avião, há as passagens de ônibus, e, se você não tem ninguém nesses lugares que possa lhe dar uma dormida, você tem que pagar a diária numa pensão, em um hotel. E foi que somando tudo isso o rapaz me disse que ficaria uma viagem por dez mil euros, mas que para mim ele podia fazer por nove mil euros. Eu nem tinha noção do que era isso sabe! De quanto que valia o euro. Mas, ele falou

que lá eu ganharia uns dois mil euros por mês. Que em um ano ou dois eu pagaria a conta para ele e ainda poderia guardar muito dinheiro, pois o euro valia umas três vezes mais do que o real. Ia depender de mim, do meu esforço. Eu fiquei muito animada e ao mesmo tempo preocupada em ter que deixar meu pai, minha mãe, sair do Brasil para outro país. Eu tinha comigo que era mais ou menos entrar em outro mundo. E o rapaz me tranqüilizou dizendo que lá havia muita gente daqui que tinha ido trabalhar, que eu ia fazer novas amizades como fiz na faculdade. Foi desse jeito que ele me convenceu a ir. Falei com os meus pais. Eles não gostaram. Falaram que não precisava eu ter de sair do Brasil. Mas, eu estava com muita vontade de ir. Meus pais ainda me ajudaram com as despesas. Venderam uns porcos e umas bolas de fumo e me deram R\$2.500,00 limpos e secos. Eu paguei a passagem até Belo Horizonte e as guias para fazer documentos. Ainda dei uma entrada para o Mauro de R\$1.000,00. Sobrou mais um dinheirinho que o Mauro trocou por euro para mim lá em Belo Horizonte. Deu 350 euros. E fui para Portugal. E quando cheguei lá vi que não era nada do que ele tinha me falado. Para começar era um lugar parecido com um hotel. A gente tinha que morar lá, pagar o aluguel, a comida, pagar para lavar roupa e ainda pagar os custos da viagem. A gente tinha que fazer o que eles mandavam. Tinha que ficar com aqueles homens nojentos, bêbados, fedidos. Eu quis voltar ao Brasil. Mas, disseram que eu só poderia voltar depois de pagar a dívida. E o que eu ia fazer? Não tinha mais dinheiro. Tinha mais gente lá do Brasil e de outros países aqui da América Latina. Também tinha gente lá que falava outras línguas enroladas. Dizem que era da Polônia, da Romênia. [...] Sem aceitar, tive que ficar e suportar tudo isso. Foi então que umas meninas da Colômbia que também estavam lá me ensinaram que eu podia fazer uns bicos por fora, fazer serviço de limpeza que nem diarista aqui no Brasil. Mas, como? Eu não conhecia ninguém lá. Mas, Deus me ajudou! Elas mesmas conseguiram os bicos para mim. Elas já estavam lá fazia uns cinco anos. Conheciam muita gente. Mas, para elas também eu tive que pagar por isso. Eu trabalhava como diarista em casas de família, lavava, arrumava e cuidava de cachorros. Ganhava 120 euros por diária. Desse dinheiro, eu dava 20 euros para a Carmelita, uma menina colombiana que conseguiu as casas de diárias para mim. Eu cheguei a fazer três casas por semana e só não fiz mais, porque ainda tinha que trabalhar também na pensão onde a gente ficava. [...] Tive que me desdobrar em duas pessoas para pagar a dívida. Trabalhava na pensão com aqueles nojentos e trabalhava como diarista. Foi assim que eu consegui pagar a dívida, juntar um dinheirinho e voltar para o Brasil. Quase ninguém sabe disso. Estou contando para você que a Mônica indicou e porque preciso desabafar. Às vezes passo noites seguidas sem poder dormir. [...] agora estou tentando retomar o meu curso (Luciene, 25 anos, Padre Paraíso-MG).

O caso de Luciene se assemelha ao de outras moças que não dispõem desse dinheiro para pagamento à vista, os agenciadores cobram-lhes por “pacotes de travessia” que são parcelados. Os quinze mil dólares referentes à travessia para os Estados Unidos são parcelados em até trinta vezes e um primeiro pagamento de mil reais. O mesmo arranjo é feito para as moças que migram ou são traficadas para a Europa. Ou seja, trata-se de uma imigração ou tráfico de pessoas, na qual o migrante ou traficado deve dispor de mil reais para pagar como primeira parcela e, uma vez chegado no destino, deve-se pagar quinhentos dólares mensais ao agenciador durante 29 meses. No caso do destino ser a Europa, deve-se pagar cerca de trezentos euros mensais ao agenciador pelo mesmo período.

Há moças que são assediadas com estas propostas e emigram, sobretudo, para os Estados Unidos e para Portugal. Chegadas no exterior, a realidade quase sempre não corresponde a aquilo que lhes foi descrito ou prometido pelos agenciadores. Algumas delas se empregam como domésticas ou babás, outras não conseguem este tipo de ocupação e sendo pressionadas pelos agenciadores a quitar a dívida obtida com o dinheiro das passagens e o agenciamento, são levadas à prostituição como um meio de conseguir dinheiro, pagar as dívidas e quiçá melhorar seu padrão de vida material e ou de sua família.

Também é interessante notar no caso de Luciene que além da rede de migrantes, há atuação do que é cognominado por alguns pesquisadores (Machado; 2005, p.01-25) de “indústria da migração” ou “redes profissionais

de migrantes” que além de fazer a travessia para outros países e mediar o contato do candidato a migração com outros imigrantes, desenvolvem também o trabalho de fazer ou falsificar os documentos necessários ao embarque e desembarque do imigrante, conseguir trabalho lícito ou ilícito nas regiões de destino, etc. Com base no forte depoimento de Luciene, pode-se ainda dizer que esta indústria da migração atua como uma rede de tráfico de seres humanos. Voltarei a este tema em no capítulo que abordo mais detidamente a formação e dinâmica das redes de migrantes.

As moças que emigram e efetivamente se ocupam como domésticas correspondem-se frequentemente com seus familiares e vizinhos através de cartas e, em alguns casos, via internet. Por meio das correspondências relatam sua experiência de vida e de trabalho no exterior realçando especialmente os aspectos positivos, como a obtenção de bons salários, conhecimento de lugares bonitos, aquisição e a aventura de trabalhar em outro país. Esses relatos são reforçados objetivamente pelas remessas de dinheiro que são feitas aos pais e que, embora não lhes proporcionem uma ascensão social, propiciam-lhes melhorias em sua infraestrutura habitacional como reformas da casa, aquisição de móveis e eletrodomésticos antes inacessíveis à família<sup>26</sup>. Abdelmalek Sayad (1998; pp. 105-136) observa que o envio das remessas feitas por imigrantes argelinos na França, mesmo quando estes não estão em

---

<sup>26</sup> Sobre as remessas de imigrantes a seus países de origem, há um relatório do Banco Mundial “*Datos sobre migración y remesas 2011*” que mostra em que, em geral, são investidos os recursos enviados às famílias dos migrantes. As remessas são canalizadas para a melhoria do padrão habitacional, para a montagem de algum negócio próprio, de pequeno porte, como bares, padarias, casas de materiais de construção, etc. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPROSPECTS/Resources/334934-1110315015165/Factbook2011Spanish.pdf>

condições de fazê-las, alguns chegam a contrair empréstimos para fazer isto, é uma forma de procurar mostrar que a pessoa está bem, que ela está tendo sucesso na imigração, o que, por sua vez, desperta o interesse de outras pessoas de sua comunidade a também emigrarem. Marina Mora (2005; pp. 2-16) também chama a atenção para um comportamento semelhante entre os imigrantes haitianos na Europa e nos Estados Unidos ao fazerem remessas para seus familiares no Haiti.

Em alguns casos, as moças migrantes que se empregam como domésticas chegam mesmo a convidar seus irmãos, amigos ou namorados a emigrarem. É neste ponto que trabalhadores cortadores de cana passam a ter acesso à redes de migração internacional. Alguns trabalhadores que são amigos, parentes ou namorados de moças migrantes, que sabem sobre sua experiência de “sucesso” e por ela são estimulados, são convidados a migrarem para o exterior. Eles se interessam em saber como devem proceder para fazer a emigração. As moças os orientam a procurar os agenciadores em Teófilo Otoni sob recomendação delas e se apresentarem como interessados em migrar para a América do Norte ou para a Europa, sendo que o destino final depende da possibilidade deste trabalhador ter alguém, amigo ou parente, que possa acolhê-lo na sua chegada. Neste ponto, a rede de “profissionalização da migração”, a “indústria da migração” , ou ainda, a rede de tráfico de pessoas se amalgamam, sem se confundir, com a rede social de migrantes.

Pois, diferentemente das moças, os rapazes não recebem proposta de trabalho dos agenciadores. Nesse sentido, um imperativo que condiciona sua emigração é ter alguém que possa lhe acolher na sua imediata chegada ao

destino, isto é, ter acesso a uma rede de migrantes.

O sonho de escapar da pobreza, o desejo de conhecer “novas pessoas”, “novos mundos” e de serem reconhecidas como “*gente de valor*” contribuem para que algumas moças aceitem as propostas de seus patrões agenciadores mesmo quando não fica claro qual será sua ocupação no exterior. De acordo com Luciene (25 anos, Padre Paraíso), em geral, as propostas são

*“para trabalhar como doméstica ou babá. Mas, às vezes eles não falam em que a pessoa vai trabalhar. Dizem assim: quando você chegar lá será fácil de arrumar um emprego, pois temos várias pessoas que já estão lá e que vão ajudá-la a arrumar um emprego ganhando bem mais do que você ganha aqui” (Luciene, 25 anos, Padre Paraíso-MG).*

Em um momento da pesquisa de campo, quando eu estava em uma biblioteca pública no município de Ponto dos Volantes (localizado acerca de 20 km do município de Padre Paraíso), uma funcionária da biblioteca contou-me que ela mesma e várias de suas amigas já haviam sido abordadas por um homem português que as oferecia trabalho e bons salários em Portugal ou Espanha. De acordo com a bibliotecária, o moço português disse que estava percorrendo a região à procura de pessoas (moças e rapazes) que desejavam emigrar para Portugal. Duas moças amigas dela aceitaram a proposta. Emigraram, e, delas não se obteve mais notícias.

Outra moça, Marizete, com 28 anos de idade, do setor de comunidades rurais do Lufa, em Novo Cruzeiro-MG, quinta filha de uma família de oito membros, sendo que três de seus irmãos trabalhavam como cortadores de cana-de-açúcar em Goiás, e, ela com passagem por Teófilo Otoni, como

estudante e atendente em uma loja de cosméticos, também emigrou para Portugal em condições semelhantes às da jovem Luciene. Cheguei até Marizete através de uma senhora, Dona Maria de Fátima, mãe de imigrantes, e, que me havia sido indicada por uma freira da Pastoral dos Migrantes de Novo Cruzeiro-MG. Marizete havia chegado recentemente de Portugal e me deu uma entrevista muito descontraída em sua própria casa. Ela contou-me que, no exterior, muitas migrantes se vêem forçadas a se prostituir com o objetivo de conseguir os recursos para quitar a dívida e se libertar do agenciador, pois o emprego prometido no momento da partida era inexistente ou com salários insuficientes para as despesas. Marizete aponta que

*mesmo as meninas que vão trabalhar em casas de famílias, algumas fazem serviço por fora para conseguir um dinheiro extra e pagar logo sua dívida. Não são todas, mas há algumas que fazem. Porque elas pagando a dívida, elas podem ficar livres, ter chances de escolher onde vão trabalhar, conseguir as coisas que elas queriam. [...] E também há algumas, as que trabalham somente como domésticas, que chamam seus irmãos ou namorados para ir ao exterior, lá para onde elas estão” (Marizete, 28 anos, Novo Cruzeiro).*

Dentre “as coisas que elas queriam” estão a melhoria do padrão de vida e a conquista de recursos financeiros, materiais e culturais que permitem reestruturar o lugar de origem sob novas bases e valores sociais. Dona Joana, 64 anos de idade, habitante da área urbana de Padre Paraíso-MG, mãe de moça imigrante informou-me que algumas filhas enviam dinheiro e orientam os pais ou irmãos a comprarem para elas

assim um terreno no centro, ou uma casa e depois elas montam uma lojinha de roupa, de perfume” (Dona Joana, 64 anos, Padre

Paraíso).

Em síntese, é a articulação, muitas vezes contraditória entre esses desenredos e a migração dos jovens tendo como um dos fatores motivacionais a migração anterior das moças que procurarei abordar nos próximos dois capítulos, sendo o primeiro deles mais focado na relação entre a dinâmica da paisagem urbana do município de Padre Paraíso e a emigração, e, o segundo focado na dinâmica paradoxal das redes de migrantes, indústria da migração, tráfico de pessoas.

## **5 - Capítulo Quatro - Migração, transformação urbana e estímulo a 'novos' migrantes - o caso do município de Padre Paraíso**

Inicialmente o município de Padre Paraíso não estava listado no projeto dessa pesquisa entre os locais de trabalho de campo. No entanto, numa das minhas idas ao município de Novo Cruzeiro para realizar entrevistas com familiares de migrantes, fiquei sabendo através de uma senhora (Dona Rosa, mãe de migrante e considerada como pessoa de referência para passar informações, recados, cartas entre migrantes e seus familiares, portanto figurando como uma pessoa influente no âmbito da rede de interconhecimento e informação) que alguns jovens de Novo Cruzeiro não se dirigiam mais a Teófilo Otoni para contatar agenciadores e articular suas emigrações. Nas palavras de Dona Rosa,

*Agora tem uns aqui (refere-se a jovens migrantes) que não vão mais para Teófilo Otoni. Eles vão para Padre Paraíso, que lá também tem – acho que é um homem ou uma mulher, uma coisa assim, não sei se são dois ou se é um só. Eu sei é que lá em Padre Paraíso tem gente que já está ajudando os outros para ser imigrante. E parece que eles cobram até mais barato que o povo de Teófilo Otoni e também o trabalho deles é mais certo, é mais garantido. Aí, como eu ia lhe falando, tem um povo aqui que não vão mais para Teófilo Otoni. Eles vão é para Padre Paraíso que lá também já tem gente que ajusta as pessoas para viajar para Portugal, pros Estados Unidos (Dona Rosa, 68 anos, Novo Cruzeiro).*

O depoimento de Dona Rosa me fez pensar que a rede “profissional de migração”, a rede de tráfico de pessoas situadas em Teófilo Otoni estavam se

ampliando para o município de Padre Paraíso. Ou melhor, estas redes, antes localizadas no Vale do Rio Doce, com seu núcleo em Governador Valadares se expandiram para o Vale do Mucuri fixando núcleo em Teófilo Otoni, e, agora, passavam por um novo processo de ampliação chegando ao Vale do Jequitinhonha e fixando seu núcleo no município de Padre Paraíso, vizinho aos municípios de Araçuaí e de Novo Cruzeiro.

Numa das voltas de Novo Cruzeiro resolvi parar em Padre Paraíso e levantar informações sobre as pessoas na cidade que agenciavam a migração internacional. Durante as minhas conversas e andanças pelas ruas, chamou-me a atenção o intenso processo de verticalização imobiliária pelo qual vem passando o município, a forte presença de casas de material de construção, farmácias e lan houses. A partir dessas observações e conversas com pessoas que confirmavam a informação de Dona Rosa, optei por fazer um trabalho mais sistematizado sobre as redes de migração e tráfico de pessoas e seus impactos nesse município.

Em Julho de 2008, e Outubro de 2009, visitei por duas vezes o município de Padre Paraíso, fiz fotografias do processo de verticalização imobiliária, realizei entrevistas com o prefeito do município.

De acordo com o IBGE (2010) o município de Padre Paraíso tem aproximadamente dezoito mil habitantes, sendo que onze mil na área urbana e sete mil na área rural. Mas, embora a população não seja numerosa e nem a cidade se configure como pólo comercial da microrregião de Araçuaí, chama a atenção a organização do seu centro comercial com forte presença de casas de

material de construção (dez), farmácias (oito), lan houses (seis), padarias (nove).

Mas, a que se deve o crescimento do centro comercial do município de Padre Paraíso?; Quem está investindo no município? Por que o investimento em casas de materiais de construção, lan houses, farmácias e padarias? Quem demanda as mercadorias e serviços desses setores comerciais? Quem estaria financiando este investimento?

De acordo com a prefeitura municipal o crescimento do centro comercial está ancorado na atividade de garimpo e comércio de pedras preciosas; na ação empreendedora de algumas pessoas residentes no município e, de forma muito significativa, nas remessas que os emigrantes fazem a seus familiares e os orientam a investi-las naqueles setores comerciais anteriormente citados. Ainda de acordo com a prefeitura, o garimpo que poderia gerar mais riquezas para o município não o faz, porque as pedras preciosas são vendidas a baixo preço para “pedristas” (comerciantes de diamantes) de Teófilo Otoni e que, na verdade, são quem realmente lucram com essa atividade. As atividades que mais geram emprego e renda para o município estão ligadas aos setores de agropecuária e serviços, como indica a Tabela 4.

**Tabela 5:** *População ocupada por Setores – Padre Paraíso-MG, 2000*

Setores	Número de pessoas
Agropecuário, extração vegetal e pesca	2.939
Industrial	975
Comércio de mercadorias	644
Serviços	1.513
Total	6.071

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2000

O investimento em casas de material de construção está diretamente relacionado à reforma e construção de novas casas e prédios na região central que passa por um processo de verticalização. Isto é, as casas de apenas um piso tem sido demolidas e substituídas por prédios de quatro, cinco e seis andares. Esta verticalização pode ser explicada pela forte especulação imobiliária no município e que é gerada pelo forte investimento das remessas dos migrantes no setor imobiliário. Um terreno de 300 metros quadrados, por exemplo, que na maioria dos municípios do Médio Jequitinhonha, inclusive em Araçuaí, é comercializado a dez mil reais, em Padre Paraíso não o é por menos de cinqüenta mil reais.

No que se refere às farmácias elas estão voltadas ao atendimento das demandas de pessoas do município de Padre Paraíso, mas também a dos municípios vizinhos Catuji, Cará e Itaipé todos bem menores que o primeiro.

As lan houses atendem ao público adolescente e jovem, mas também a adultos, especialmente pais e mães de migrantes. Em uma das lan houses, seu proprietário informou-me que, aos sábados, dia da feira semanal do município e que a população camponesa vem à cidade vender e comprar mercadorias, ele costuma atender pais e mães de migrantes que vêm para conversar e ver os filhos através da internet.

Em entrevista com o então prefeito do município de Padre Paraíso (João) ele me informou que

*a principal fonte de renda que circula no município é o dinheiro das aposentadorias de homens e mulheres com mais de sessenta anos. A segunda maior fonte de renda em circulação são as remessas dos migrantes para seus familiares que as investem em padarias, casas de material de construção, farmácias (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG).*

Esses setores comerciais têm crescido de forma tão desproporcional à dinâmica populacional local e a demanda por eles, que o prefeito manifestou forte preocupação com a possibilidade de saturação de seus produtos e serviços oferecidos na praça comercial do município. De acordo com ele,

*A prefeitura precisa estudar uma forma de orientação aos imigrantes e suas famílias sobre a aplicação dos recursos remetidos. A gente tem que ver uma forma de ampliar o leque de setores comerciais, pequenas fábricas, serviços, lojas onde os investimentos, as remessas dos migrantes fossem aplicadas. Eu penso que isto não deixaria possibilidades de saturação da praça comercial. E isso aí também, se a gente conseguir fazer, eu não sei, é meio complicado, mas a gente precisa pensar, eu acho que isso ajudaria os migrantes e suas famílias a ter maior*

*rentabilidade sobre seus investimentos e poderia transformar Padre Paraíso em um município pólo da região (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG).*

P – Prefeito, como o senhor pensa em dar esta orientação aos migrantes e suas famílias?

*Ainda não tenho bem claro na minha cabeça. Quem sabe até você possa nos ajudar com isto. Seria muito importante para o município e a região, pois há outros municípios aqui que também têm muitos migrantes fora, no exterior e podem estar passando pelo mesmo processo de Padre Paraíso. Então, acho que a gente tinha que fazer alguma coisa assim aqui no município, mas também de âmbito regional. Tem a Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha. Acho que também pode ser feito algo assim pela Associação. Aqui em Padre Paraíso dá para começar assim, fazendo um mapeamento no município identificando as famílias que têm filhos no exterior. Terminando o mapeamento, as famílias poderiam ser convidadas a participar de oficinas sobre empreendedorismo. Seria uma forma de capacitá-las, estimulá-las e favorecer a diversificação fabril e comercial no município. Mas, a gente tem que pensar isso melhor (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG).*

Caso a Prefeitura consiga realmente elaborar um plano de orientação e apoio às famílias dos migrantes no investimento das remessas que lhes são feitas, o resultado talvez pudesse ser mesmo interessante para as famílias e os migrantes no sentido de que eles pudessem obter um bom aproveitamento dos recursos à duras penas conseguidos nos Estados Unidos e na Europa. Neste ponto é interessante também apontar que a intenção da prefeitura em mapear as famílias de migrantes e orientá-las sobre o uso das remessas pode

configurar uma forma de apoio e estímulo indireto à emigração, como já apontei anteriormente.

Ademais, essa não é uma iniciativa política localizada. Durante a Oficina “*Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho*”<sup>27</sup>, o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, sediado no Ministério do Trabalho, expressou preocupação e interesse semelhantes aos da Prefeitura Municipal de Padre Paraíso, em relação aos migrantes brasileiros retornados do exterior e que não sabiam bem como aplicar seus recursos.

Em sua palestra de abertura, Paulo Sérgio de Almeida, presidente do CNIg, disse que o Conselho poderia pensar um projeto piloto voltado para a orientação aos migrantes retornados e suas famílias no investimento de seus recursos. De acordo com ele, a proposta surgiu a partir da constatação de que alguns migrantes fazem remessas a seus familiares, ou retornam ao Brasil com dinheiro, mas não sabem onde e como aplicá-lo. Ainda de acordo com Paulo Sérgio, muitos migrantes, depois de pouco tempo de retorno ao Brasil se encontravam em situação financeira complicada devido à falta de orientação sobre investimentos.

Além do importante projeto de apoiar e orientar os migrantes e suas famílias no investimento de suas remessas, eu quis saber do então prefeito de Padre Paraíso-MG se a prefeitura também pensava alguma ação de apoio junto às famílias de migrantes encarcerados ou deportados. O prefeito não soube responder a essa questão. Ele disse que

---

<sup>27</sup> Oficina realizada pelo CNIg e pelo Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2008, na cidade de São Paulo.

*A prefeitura não tem muitas informações sobre os migrantes de Padre Paraíso que estão presos no exterior. A gente também não sabe muito sobre os que são deportados, pois, nos dois casos, as famílias quase não procuram a prefeitura. O que se sabe é por comentários da população. Mas, eu penso que se a gente fizer um mapeamento das famílias que têm filho ou outro membro no estrangeiro, a gente chega nessas famílias que têm filhos presos na imigração, e aí pode-se pensar uma forma de como ajudá-las (João, 55 anos, prefeito do município de Padre Paraíso-MG).*

A iniciativa da Prefeitura de Padre Paraíso parece ser muito interessante tanto no seu âmbito local, quanto para o âmbito da região do Médio Jequitinhonha, especialmente a microrregião de Araçuaí, uma das mais impactadas pela precária infraestrutura social e pela migração nacional e internacional de sua população. Todavia, o desconhecimento expresso sobre a realidade das pessoas deportadas parece sugerir que esta face obscura e trágica da emigração não desperta o interesse político ou social das autoridades municipais.

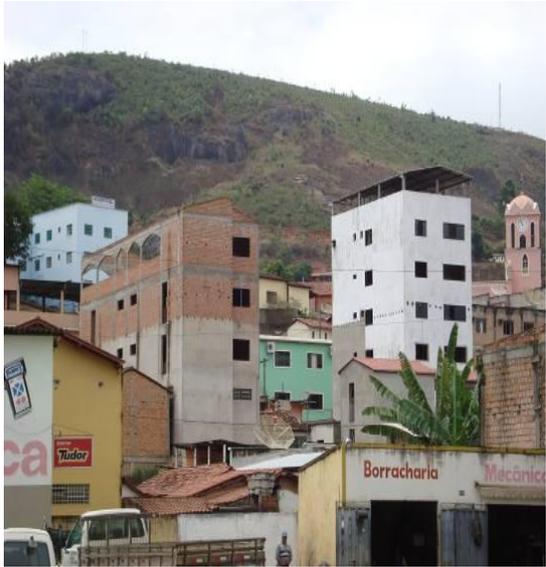
Seguem, abaixo, algumas fotografias que ilustram o processo de verticalização imobiliária no Município de Padre Paraíso-MG. De acordo com os meus interlocutores, dentre eles o prefeito e uma mulher agenciadora, as casas em construção, ou com pintura nova em geral, pertencem a migrantes ou famílias de migrantes que também investem na aquisição de apartamentos em prédios de mais dois andares que vem sendo construídos na cidade.

Todas as fotografias foram feitas por mim durante o período em que estive em Padre Paraíso-MG.

## 5.1 - Galeria de retratos (1) – dinâmica da paisagem urbana de Padre Paraíso e conexões com a migração







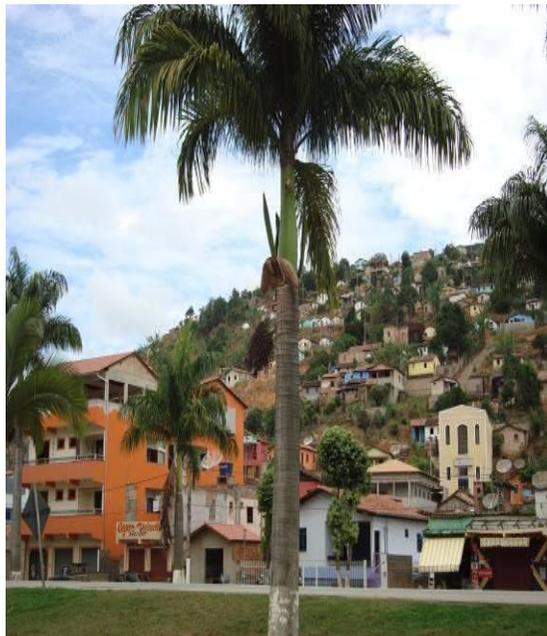


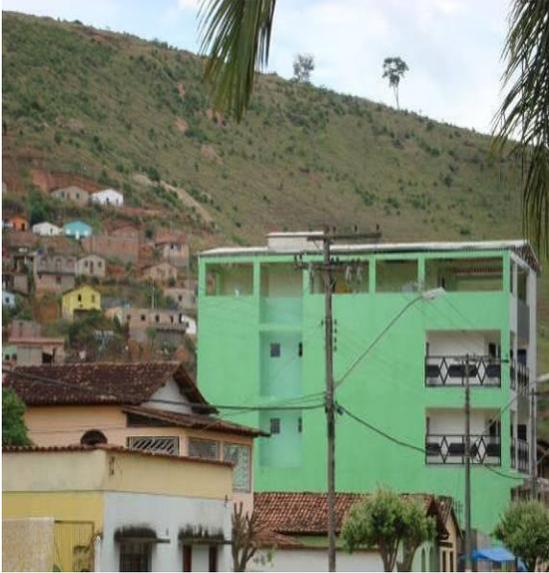














Após observar essas fotos e mesmo sabendo que os edifícios de apartamentos e casas térreas não são todos construídos pelos migrantes e suas famílias com o dinheiro de remessas, pois, como ficou claro na entrevista com o prefeito do município, ainda que não muito grande, também há o investimento de “pedristas” e outros empreendedores na cidade, é pertinente levantar algumas questões.

A imigração tem proporcionado a que migrantes, se não tenham ascensão social, ao menos melhorem para si, e especialmente suas famílias, as condições materiais de vida. Isto pode ser ilustrado pela melhoria do padrão da habitação, da alimentação, do vestuário, acesso a eletrodomésticos, transporte próprio, e, em alguns casos, aquisição de um pequeno sítio ou fazendinha que a família utiliza como espaço de recreação e produção agrícola.

Mas, também há que se considerar ao menos uma questão: o que pensam e como reagem as moças e rapazes que vêm dos respectivos municípios de Araçuaí, Novo Cruzeiro e outros da região para contatar agenciadores e realizar seu projeto de emigração? Ao ver todos aqueles imóveis em construção e outros já construídos e sabendo que parte deles se deve às remessas de migrantes, os jovens candidatos a emigração podem se sentir muito mais estimulados, dispostos a se submeterem a expropriações, e pagar os altos preços cobrados pelos agenciadores a fim de realizar sua travessia.

Nessa perspectiva, pode-se imaginar por que a rede de “profissionalização da migração” se expandiu de Governador Valadares para

Teófilo Otoni e deste município para Padre Paraíso. A conversa corrente na cidade de que muitos de seus nativos estão trabalhando nos Estados Unidos e em Portugal, e, que a cidade tem ampliado seu comércio, setor de serviços e construção civil é assimilada sem muita problematização e reforçada pela paisagem urbana em intensa transformação.

Além disso, a dinâmica da paisagem associada em parte às remessas dos migrantes dificulta a que muitos dos próprios habitantes da cidade e inclusive sua prefeitura percebam que também há migrantes que não lograram alcançar seus objetivos; também há famílias, cujos filhos se encontram encarcerados na imigração; pessoas deportadas; traumatizadas; migrantes que desejam retornar, mas não conseguem fazê-lo, pois se sentem envergonhados, diminuídos na sua condição humana por não ter atingidos seus objetivos, como outros atingiram; mães e pais que viram seus filhos partirem e desde então nunca mais se soube notícias a respeito deles.

Ao levantar essas questões não pretendo sugerir que a migração seja um problema para os migrantes e traga mais resultados ruins do que bons para eles, suas famílias e seus municípios. Na verdade, como aponta José de Souza Martins (1988, pp.05-08) sobre a migração temporária, para os migrantes a migração é uma solução encontrada para sair da condição de precariedade social e muitas vezes escapar da violência. Para o autor, se a migração acentua a expropriação e submete o trabalhador a novas formas de miséria e coerção temporárias, por um lado, por outro

[...] o liberta da coerção permanente, das relações de dependência pessoal com o fazendeiro vizinho ou proprietário da terra. Rompe a dominação pessoal, abre alternativas de pobreza. Abre um caminho de emancipação da pessoa do trabalhador. Intuitivamente ele pode perceber isso; e os que o apóiam nem sempre podem. Nem sempre entendemos porque a violência que sofre o peão não lhe tolhe a alegria da farra na bebedeira com uma prostituta de ocasião num cabaré de povoado (MARTINS, 1988, p.07).

Assim, com as questões levantadas, o que se pretende é compreender mais a fundo as diferentes facetas e possibilidades das migrações, suas implicações concretas no cotidiano dos migrantes e suas famílias com o objetivo de lhes ajudar a compreender e transformar para melhor sua condição social.



## **6 - Capítulo Cinco: Redes Sociais de migrantes, formas e possibilidades de travessias**

A migração de jovens rurais do Vale do Jequitinhonha para Portugal e outros países realizada, muitas vezes, sem documentação e garantias jurídicas, muito dificilmente se realizaria fora do âmbito das redes de migrantes. Por isso, o entendimento sobre o conceito de redes, seus sentidos e significados é fundamental para compreender adequadamente algumas características, expressões sociais e símbolos dessa migração e suas implicações para os migrantes e suas famílias, para suas regiões de origem e de destino, para as organizações de lutas por reconhecimento e seus desdobramentos políticos para a efetivação dos direitos de cidadania em contextos migratórios.

Neste capítulo, procuro refletir sobre a rede de migrantes considerando aspectos fundamentais na sua constituição, como a sua formação, transformação, a atuação dos migrantes, suas famílias e amigos; a relação entre a rede de migrantes e as regiões de origem e de destino, as ocupações dos migrantes na sociedade de destino; a interação propiciada pelas trocas simbólicas, pelas festas dos migrantes; a dialética constitutiva das redes de migrantes na sua interação com a sociedade, e, a fragilidade dessas redes em relação à atuação de agenciadores, atravessadores, traficantes de pessoas que operam complexos mecanismos de obtenção de documentos – muitos deles falsificados – sistemas, em geral informal - de contratação para o exercício de atividades legais e ilegais, como a prostituição e que vem sendo nominado na

literatura sociológica de “indústria da migração”, à “profissionalização da migração” e tráfico de pessoas.

A abordagem teórica será enriquecida com depoimentos de migrantes e seus familiares coletados durante parte do trabalho de campo no Vale do Jequitinhonha, São Paulo e também na Espanha, quando participei do III Fórum Social Mundial das Migrações. O esforço que farei consiste em elaborar articulações entre a teoria e questões empíricas tendo como base e mediação a experiência de vida concreta dos migrantes.

A noção de rede é bastante ampla e diversificada de acordo com o significado e as características que se queira lhe atribuir. Há, por exemplo, as redes de comunicação, as redes de comercialização, as redes culturais, as redes financeiras, as redes industriais, as redes políticas, as redes de trocas, as redes religiosas, as redes de migrantes, etc.

Allan Johnson (1997) aponta que as redes sociais podem ser entendidas como

[...] um conjunto de relações que ligam pessoas, posições sociais ou outras unidades de análise, como grupos e organizações” (JOHNSON, 1997, p. 190).

Para Manuel Castells (1999, pp.698), as redes sociais se constituem como grupos e organizações de caráter político, industrial, tecnológico, cultural, religioso, formal, informal, por onde circulam informações, produtos, dinheiro, símbolos, pessoas. As redes sociais dizem respeito às relações entre pessoas, entre grupos de pessoas e engendram relações específicas de acordo

com os interesses e objetivos de seus membros. As relações podem ser de trabalho, de amizade, de parentesco, de troca, de migração, etc. de conflitos, de solidariedade. Podem ainda ser hierárquicas e assimétricas. Estas características das redes podem se expressar de forma isoladas ou aglutinadas com ambiguidades.

No que diz respeito às redes de migrantes e na perspectiva da sociologia das migrações, a noção de "rede social" passou antes pela noção de "cadeias migratórias". Oswaldo Truzzi (2008, pp.199-218) ao fazer uma análise sobre as redes sociais na migração observa que antes da concepção de "redes sociais de migrantes", utilizava-se o termo "cadeias migratórias", cujo significado foi elaborado por pesquisadores australianos nos anos de 1960. Por "cadeias migratórias" entendia-se

[...] o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores (MacDonald e MacDonald, 1964, p. 82, apud TRUZZI, 2008, p.202).

Oswaldo Truzzi observa também que outros pesquisadores, como Samuel Baily (1985) elaboraram uma definição de "cadeias migratórias", como sendo os

[...] contatos pessoais, comunicações e favores entre famílias, amigos e *paesani* (conterrâneos de um mesmo *paese*, ou aldeia) em ambas as sociedades, emissora e receptora, e que atua

como fatores fundamentais para determinar quem emigrava, como escolhiam seu destino, onde se estabeleciam, como obtinham trabalho e com quem se relacionavam socialmente (BAILY, 1985, p. 47, Apud TRUZZI, 2008, p. 202).

Essas definições contemplavam tipos bastante distintos de cadeias migratórias, como

[...] as migrações de homens solteiros; a imigração contínua de trabalhadores incentivada pela ajuda de outros indivíduos trabalhadores já instalados; e a imigração defasada da família, quando esposa e filhos se reúnem ao marido que anteriormente havia partido em busca de trabalho (TRUZZI, 2008; p.202).

Outro pesquisador, Fernando J. Devoto (1988) delimitou a noção de “cadeia migratória” considerando que sua dinâmica de funcionamento diferenciava-se de, ao menos, três tipos de migração:

a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou “públicas”, mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia ( DEVOTO, 1988, s/p Apud TRUZZI, 2008, p.2202-03 ).

Essas diferentes possibilidades de migração que não eram abarcadas pela teoria das “cadeias migratórias” expressavam a necessidade de um conceito mais abrangente possibilitando a análise de outras formas de migração ocorridas não necessariamente por intermédio dessas cadeias. Nessa perspectiva, surge a noção de “redes migratórias” que Douglas S. Massey define como

[...] complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não- migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade (MASSEY, 1988; p. 396 Apud TRUZZI, 2008; p.203).

Em relação às funções das redes de migrantes, Patrícia Fernández-Kelly (1995) também procura definir as redes migratórias conferindo destaque as suas funções como

[...] agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (FERNANDEZ-KELLY, 1995, p. 219 Apud TRUZZI, 2008; p.203).

Sobre as dinâmicas e relações da rede, Sílvia Portugal (2007) indica que elas podem ocorrer como

[...] transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, *integração* face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas (PORTUGAL, 2007, p.25).

Sidnei M. Dornelas (2001, p.05-10) observa que o modo como se desenvolvem essas relações sociais indica as características próprias de cada rede e os referenciais para a identidade social de seus membros.

No caso das redes que operam na migração dos jovens do Vale do Jequitinhonha, há uma dinâmica permanente de atuação como nos sugere o depoimento de Luciene.

A gente não perde muito o contato com as pessoas do lugar da gente. Quando você têm amigos ou assim parentes, um manda recado para o outro. A gente também fica sempre em contato para no caso de alguém ter como mandar alguma coisa para a família, ou então pedir para eles mandarem para a gente (risos). Eu quando estava em Portugal já mandei dinheiro e recebi feijão (Luciene, 25 anos, Padre Paraíso-MG).

Em relação a outras redes sociais, a rede de migrantes tem características e dinâmicas próprias de acordo com seus interesses, objetivos, necessidades e condições sociais que dizem respeito a conseguir dinheiro para passagens; ser acolhido por alguém no local de destino da migração quando não se tem meios ou condições próprias de alojamento; conseguir trabalho; conseguir visto de entrada em outro país; ter alguém com quem conversar ou pedir ajuda em situações difíceis; se reunir para celebrar, comemorar, festejar; dispor de amigos para enviar artigos (roupas, sapatos, TVs, remédios, ferramentas de trabalho, fotografias, dinheiro, biscoitos, documentos, produtos da roça, cartas, etc.) aos parentes. Enfim, as diversificadas formas como os migrantes acionam suas redes sociais informam seus objetivos, interesses e necessidades.

A existência da rede é fundamental no processo de migração, pois é no seu âmbito

[...] que o projeto de migrar se enuncia. É nela que se mobilizam os recursos e estratégias para a sua concretização. As redes são a medição da relação do migrante com a sociedade de adoção (DORNELAS, 2001; p. 06).

O depoimento de Marizete também nos ajuda a compreender a concretização do projeto migratório através do acionamento das redes.

Olha, se você não tiver uma pessoa que lhe dê informações, ou assim uma pessoa que te receba lá, tudo fica mais difícil. Para falar a verdade, não tem nem como você ir. Se não conhece nada nem ninguém, se não tem onde ficar, praticamente não tem como ir (*Marizete, 28 anos, Novo Cruzeiro*).

As redes constituem a mediação do migrante com a "sociedade de adoção", mas também com a sua sociedade de origem através da abertura de possibilidades de migração para novas pessoas, do envio de correspondências, das remessas de artigos e dinheiro, do permanente contato entre as regiões de origem e de destino dos migrantes, como nos sugerem os depoimentos de Luciene e Marizete.

Para Douglas S. Massey (1987; p.1372-1403), que articula diversas concepções teóricas (estruturalistas e neoclássicas) para a compreensão das migrações, a rede de migrantes configura a conexão entre os migrantes, suas famílias e amigos não necessariamente migrantes através de relações de troca,

de solidariedade, de trabalho, de lazer, de parentesco e que são alimentadas por expectativas e normas próprias.

A rede constitui um complexo conjunto de relações sociais entre as regiões de origem e as de destino dos migrantes. É a rede que dá apoio aos contínuos fluxos de migração de pessoas e circulação de objetos entre estas regiões. A base de sustentação da rede seria formada principalmente por relações de parentesco, de amizade e de conterraneidade entre seus membros.

Fundamentalmente é por meio da rede social que se faz a mediação do acesso do migrante ao mercado de trabalho e é a rede que facilita a interação entre este e os

“códigos sociais, culturais, morais e com as instituições públicas e privadas da sociedade de adoção” (DORNELAS, 2001; p. 06).

Se a rede social é fundamental para viabilizar a migração e o acesso do migrante ao mercado de trabalho, ela também é fundamental para a compreensão dos arranjos e condições sociais que implicam na formação de fluxos migratórios, especialmente aqueles considerados clandestinos, cujas informações dificilmente são captadas por censos demográficos ou órgãos de pesquisa, devido à periculosidade que eles representam para os migrantes envolvidos caso eles sejam descobertos.

### **6.1 - As Redes de Migrantes e suas Famílias**

As redes propiciam o estabelecimento de vínculos estreitos de amizade entre seus membros e suas famílias. Isto significa que analisar a migração na

perspectiva teórica das redes implica considerar não apenas o migrante, mas também sua família ainda que esta, na prática, não realize a migração.

Em Setembro de 2009, durante oito dias acompanhei dois jovens (um rapaz [Antônio] do município de Araçuaí-MG, o outro [Ivan] do município de Novo Cruzeiro, em São Paulo. Antônio e Ivan não têm laços de parentescos e se tornaram amigos durante a preparação de seus respectivos projetos de imigração para Portugal. Os dois jovens já estavam com os documentos necessários (passaporte, endereço) para sua entrada em Portugal e também já havia quem os hospedasse. Faltavam-lhes suas respectivas passagens, e, cerca de 2000 euros para cada um, com os quais eles comprovariam que tinham recursos próprios para se manterem durante um mês em terras lusitanas. O agenciador da viagem era quem estava arranjando as passagens e emprestando o dinheiro para que pudessem realizar seu projeto de migração.

No entanto, Antônio e Ivan não eram os únicos candidatos a emigrar. De acordo com eles, mais trinta e quatro pessoas provenientes de Goiás, do Paraná, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do interior de São Paulo também aguardavam dos agenciadores as passagens e o dinheiro para realizar a emigração. Como Antônio e Ivan estavam no Vale do Jequitinhonha-MG, portanto distante dos agenciadores, e sabiam que havia outros candidatos à migração, eles avaliaram que seria melhor ir para São Paulo e ficar próximos aos agenciadores, vendo-os e falando com eles todos os dias para que pudessem garantir sua travessia a Portugal. Mas, apenas Ivan tinha parentes em São Paulo e não sabia se estes o poderiam hospedá-lo até o desfecho do processo. Mesmo assim entrou em contato com eles e pediu-lhes acolhida até

que se resolvesse o impasse das passagens e a “distribuição” do dinheiro. Seus parentes concederam-lhe acolhida e ele foi. Depois de cinco dias, e com o consentimento dos parentes hospedeiros, Ivan telefonou para Antônio convidando-o também a vir para São Paulo. Depois do nono dia nesta cidade, os dois foram para Belo Horizonte, de onde embarcaram no dia seguinte para Portugal.

Vejamos o depoimento de Ivan sobre sua percepção da necessidade de estar próximo aos agenciadores para conseguir a passagem em razão da disputa entre os candidatos a migração para obter o bilhete, e sua atitude solidária em prol de Antônio.

*Depois que eu estava aqui em São Paulo, foi depois de três dias que eu estava aqui, eu vi que se a pessoa não estiver aqui, ela não consegue a passagem nem o dinheiro para ir. Eu estava aqui e vi isso, quando fui falar com o cara que arranja as passagens e a grana. Aí falei pros meus tios daqui se eu não podia chamar para cá um amigo meu que também ia para Portugal, mas tinham que esperar a passagem e o dinheiro, só que ele estava lá em Novo Cruzeiro e não tinha nenhum parente aqui. Eu disse que ele era gente boa, que também estava ralando para melhorar a vida. Você sabe, essas coisas são difíceis de arrumar. Mas, eu fiquei com pena dele [Antônio]. A gente tinha se conhecido lá em Teófilo Otoni quando fomos falar com o cara que encaminha a gente aqui para esse outro de São Paulo. Eu conheci o Antônio lá, mas parecia que já era uma pessoa assim conhecida de muitos tempos. Os meus tios disseram que não tinha problema, se não fosse demorar muito tempo. Eu falei: uns dez dias ou quinze e que a gente ajudava na despesa da casa o quanto durasse. Quando o Antônio chegou aqui ele quase não conseguia a vaga, pois já tinha muita gente na fila para ir. Mas, como ele já tinha um lugar para ficar lá em Portugal também, o primo dele que está lá, aí ficou mais fácil. Porque tem muita gente que quer ir mas não tem onde ficar lá. Então é o cara daqui que arranja lá um local. Aí eu vi que ele dá preferência para os que já têm um local para ficar lá. Mas, a pessoa precisa ficar aqui para ver, falar todo dia com o cara se não os outros passam na frente (Ivan, 27 anos, Araçuaí-MG).*

O “cara”, a quem Ivan se refere é, na verdade, o agenciador da viagem, que muitas vezes também oferece o trabalho e desconta do pagamento dos trabalhadores o dinheiro da passagem, da alimentação, da hospedagem se for o caso dos trabalhadores dependerem dele para habitação. O dinheiro que é repassado ao migrante para provar junto à fiscalização portuguesa; seus próprios meios de subsistência durante sua estadia deve ser devolvido a outro agenciador, que já está aguardando o migrante no desembarque em Portugal.

Nesse sentido, a rede de migrantes é muito pertinente para a articulação dos migrantes e candidatos a migrante nas suas sociedades de origem, sobretudo quando as rotas migratórias são constituídas de entrepostos entre o local de origem e o local de destino e que exige dos migrantes a articulação entre amigos e familiares em diversos pontos antes de se chegar ao destino desejado. Em alguns casos, como o de Antônio, sua acolhida pela família ampliada de Ivan em São Paulo foi fundamental para a realização de sua migração.

A rede também joga um papel importante na inserção laboral do migrante na sociedade de adoção. Ela chega mesmo a influenciar sobre os tipos de atividades que os migrantes desenvolverão, não necessariamente em razão das suas escolhas, ou das primeiras aptidões, e sim em vista do trabalho que parentes envolvidos na rede e/ou agenciadores determinam. Vejamos, a seguir, a correspondência entre as redes de migrantes e as atividades que estes desenvolvem na sociedade de destino.

## **6.2 - A Relação entre a Rede de Migrantes e suas Ocupações**

A rede também pode influenciar no tipo de atividade ou ocupação que o migrante vai exercer no local de destino da migração. Dentre outros, o caso dos bolivianos em São Paulo, cuja maioria trabalha em oficinas de costura de imigrantes coreanos, ilustra bem esta afirmação.

Para Sidney A. Silva (1998, p.25-29), as relações de amizade, de compadrio, de parentesco, de agenciamento entre os bolivianos na sua rede não apenas viabilizam seus projetos de migração, como também facilita sua entrada no mercado de trabalho especialmente em oficinas de costura no setor de confecções. Pois, é através de informações, indicações entre os amigos da rede que o migrante recém chegado consegue trabalho.

Além disso, seus estreitos laços de amizade, compadrio e parentesco engendram uma dinâmica própria nas suas relações de trabalho que podem se converter em estratégias de mobilidade econômica (SILVA, 1998; p.27), sobre cuja dialética procurarei discorrer mais adiante.

Wilson Fusco (2002, p.11-16) também mostra como a rede de migrantes de Governador Valadares-MG, nos Estados Unidos joga um papel preponderante na alocação dos migrantes recém chegados, e mesmo daqueles que já estão na imigração há mais tempo, no mercado de trabalho, especialmente em lanchonetes e restaurantes.

No caso da presente pesquisa, o trabalho de campo tem revelado que a rede de migrantes de Padre Paraíso para Portugal encaminha seus membros para a construção civil, mesmo quando este setor de atividades não figura como sendo o preferido dos migrantes. Em Novo Cruzeiro, Otávio (25 anos,

solteiro) somente conseguiu trabalho fora da construção civil, setor no qual ele não queria trabalhar, depois de dois anos em Portugal. Vejamos seu depoimento.

*Quando fui à primeira vez, eu não queria ir para trabalhar de pedreiro. Eu queria trabalhar em sítio. Lá eles chamam de "quinta". É assim, é um pedaço de terra, não chega a ser fazenda, é uma fazendinha, é parecido com a terra que a gente tem aqui na comunidade. É o tamanho né. O tamanho que é parecido. Porque lá não é como aqui que tem seca. Lá o ano todo é tudo verde. É sempre verde. Não igual aqui que só tem verde de Novembro até Julho. Então, lá tem as quintas. Tem umas grandinhas, outras pequeninhas, mas não chega a ser fazenda. É do tamanho das terras que a gente tem aqui. Só que lá eles plantam para vender. É uva, é gado de leite. Aí, eu queria ir para trabalhar assim em um serviço como esse, porque eu já estava acostumado a fazer isto aqui. Eu sou pedreiro, mas eu não queria ir de pedreiro. Só que Joãozinho que estava reunindo a gente para ir, ele disse que só levava pedreiro, que fosse trabalhar de pedreiro. Eu não queria, mesmo assim fui. Eu estava precisando. Não tinha outro jeito. Eram uns condomínios que eles iam fazer lá. Tinha que ser de pedreiro, de pintor. Mesmo assim eu fui. Lá eu trabalhava o dia todo e já até num bom pedaço da noite. Falei, eu chego lá e arranjo outro trabalho numa terra. Aí fui. Saímos daqui no dia 15 de abril de 2005. Foi o embarque lá em Belo Horizonte. Mas, não é fácil porque você não conhece ninguém lá quando você chega. Mas, trabalhei. Trabalhava feito condenado. Parava só para almoço e depois podia cair a noite que eu só ia embora quando a massa acabasse. E sempre tinha massa. Nunca faltava massa. Joãozinho também ficava em cima dos masseiros, os ajudantes. Eles também não podiam ficar parados para os pedreiros também não ficarem parados. Ninguém podia ficar parado. Você sabe como é? É assim, a firma, ela não interessa se você é parente ou amigo do dono. A firma, ela não está aí para este tipo de coisa, se você é parente, ou é amigo. Você está lá para trabalhar. Daí, sempre tinha massa pronta para você usar. A gente sabia que aquilo era um jeito dele [Joãozinho] fazer, regular o serviço e controlar a gente, porque aí ele ganhava mais, tinha mais lucro. Ele pagava a gente pela diária. Não tinha hora extra. Ele não gostava de ver material desperdiçado, ou então de ver a gente parado. Essa luta de pedreiro durou dois anos. É muito tempo não é? Aí só depois de dois anos que eu consegui sair. Consegui de um dos donos de uma das casas que a gente estava construindo. Ele perguntou para o Joãozinho se ele não sabia de alguém que sabia mexer com gado de leite. O Joãozinho me indicou. Foi ele quem me indicou. Deve ser que ele viu que eu era bom de trampo, que eu não refugava serviço,*

*mesmo sem querer de pedreiro eu trabalhei. Dei muito lucro para ele. Eu era um dos que mais trabalhava. Às vezes merecia ganhar até mais, mas não ganhava. Também nunca reclamei para ele. Ele me levou. Eu fui para trabalhar. Foi assim que consegui (Otávio, 27 anos, Novo Cruzeiro).*

O depoimento de Otávio revela que a rede não só influenciou no tipo de atividade que ele desenvolveu em Portugal, mas também, como no caso dos migrantes bolivianos em São Paulo, indica que ela pode regular as relações de trabalho estabelecidas entre os migrantes e o agenciador que também é um migrante oriundo da mesma região que Otávio a quem este estava vinculado não apenas como “empregado”, mas, sobretudo, por relações de fidelidade típicas das redes sociais de migrantes. Foi Joãozinho – amigo, agenciador e patrão – quem arranhou emprego na construção civil, em Portugal, para Otávio, mesmo sabendo que este não queria trabalhar como pedreiro. Mas, depois de dois anos, também foi Joãozinho que arranhou para Otávio o emprego que ele sempre quis desde que migrou para Portugal, trabalho em uma quinta (sítio) cuidando de gado de leite. Configura-se, então, uma relação de reciprocidade entre amigo/patrão/agenciador e empregado que é engendrada pelas dinâmicas da própria rede social de migrantes. Mas, também há o sentimento de perda, quando Otávio dizia que queria ganhar mais e não conseguiu ou não reivindicou melhor salário devido o caráter assimétrico da sua rede.

Isso nos faz considerar que nas relações de reciprocidade, contudo, podem ocorrer conflitos, expropriações entre os próprios migrantes e entre

estes e seus padrões. Procurarei abordar esta questão mais adiante. Antes, vejamos a relação entre as redes, os migrantes e suas trocas simbólicas.

### **6.3 - A Rede, as Trocas Simbólicas e as Festas dos Migrantes**

Sidnei Dornelas (2001, p.05-10) indica que as conexões e reflexos das dinâmicas sociais sobre as redes de migrantes não ocorrem apenas no âmbito das relações de trabalho. Elas também ocorrem através de trocas simbólicas e festas tradicionais dos migrantes e podem expressar paradoxos e reprodução de assimetrias de relações sociais externas no interior da rede. Isto é, as relações de solidariedade, apoio e reciprocidade intrínseca às redes de migrantes não são exclusivas. No interior dessas redes também são reproduzidas assimetrias vigentes na sociedade, seja no que diz respeito à formação de grupos familiares, relações de trabalho e inclusive nas suas trocas simbólicas e realizações de festas típicas.

É assim que, muitas vezes, a pessoa escolhida para ser o festeiro, isto é, aquela que vai organizar a festa de modo que ela seja bonita e agradável a todos, além de gozar da simpatia do grupo de migrantes, deve ter uma boa condição socioeconômica que lhe permita custear as despesas que serão geradas pela festa.

A condição socioeconômica adequada para custear a festa pode implicar em que o festeiro seja um agenciador de migrantes, um patrão que os explora com longas jornadas e condições precárias de trabalho. Todavia, por dispor de recursos materiais necessários à realização da festa e gozar da simpatia do grupo, esta pessoa pode ser a escolhida como festeiro e viabilizar que o grupo

de migrantes possa transportar para a região de destino, ainda que temporariamente, seus ritos, simbologias e práticas culturais da região de origem.

Isto não impede, entretanto, que a realização da festa também seja uma oportunidade para estreitar os laços entre a sociedade de destino e o grupo de migrantes viabilizando uma maior compreensão da primeira sobre estes com base naquilo que eles tem de mais belo, de alegre, de forte, a cultura, como indica Sidney Antonio da Silva (2002, pp.168-261)<sup>28</sup> A realização da festa possibilita que os migrantes recriem uma imagem positiva de si mesmos diante da sociedade de destino alcançado um novo significado para a sua identidade social.

As interações entre os migrantes no âmbito de suas redes, ao mesmo tempo em que viabiliza a migração, a solidariedade, a entrada no mercado de trabalho, refletem e reproduzem as relações sociais de trabalho, de sociabilidade, de dominação, de expropriações vigentes na sociedade com a qual interagem.

#### **6.4 - A Hierarquia e a Dialética das Redes Sociais de Migrantes**

Para Teresa Sales (1998, p.13-16) a rede pode ser vista como uma teia de relações nas quais há que se considerar as estratégias de seus membros com o objetivo de potencializar as chances de migrar, de conseguir trabalho, criar laços de solidariedade, comunicação, proteção contra a vulnerabilidade

---

<sup>28</sup> SILVA, Sidney Antonio da. **Festejando a Virgem Mãe Terra numa pátria estrangeira** – devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. pp.326. (Tese de Doutorado)

absoluta no local de destino.

Ao analisar a relação entre migração e pobreza no México, López Castro (1986) também observa que através das redes forjam-se estratégias de ação e fortalecimento dos grupos de indivíduos que coexistem com a compulsoriedade e precariedade das condições de emigração. Mas, como indica Abdelmalek Sayad (1998, p.105-135), também estabelecem uma hierarquia entre os próprios migrantes. As redes são constituídas de hierarquias internas, nas quais os migrantes já estabelecidos em residência e emprego costumam atuar como agentes sociais referenciais e "organizadores" de fluxos de entradas e saídas nos locais de destino. Os migrantes recém chegados, ou menos qualificados e mal remunerados ocupam os lugares de menor prestígio na hierarquia das redes.

A idéia central é que não há redes sociais de migrantes - por mais solidárias e coesas que sejam - que escapem às contradições do conjunto das relações sociais, inclusive de valores e práticas capitalistas no sentido de expropriação de mais-valia; precarização de relações e condições de trabalho; violação de direitos.

Se, por um lado, as relações de solidariedade são engendradas por aquilo que constitui um dos principais - senão o principal - nó da rede, a família, por outro, as assimetrias e clivagens são engendradas por agentes sociais que também fazem parte da rede e que podem constituir inclusive a família ampliada. Trata-se dos agenciadores, turmeiros, fiscais, "gatos.

Quem são os "gatos"? São pessoas que subcontratam ou aliciam trabalhadores, principalmente migrantes, para trabalhar em outras regiões. Os

“gatos”, ou aliciadores, costumam atuar em regiões de infraestrutura social precária, com poucas oportunidades de trabalho remunerado e com dificuldades de sobrevivência para os trabalhadores e suas famílias. Nesse contexto, ao aliciar ou subcontratar trabalhadores, os “gatos” são vistos por estes como pessoas influentes e que realmente podem ajudá-los a sair de situações de dificuldades extremas de sobrevivência. Cria-se, então, uma relação de dependência e dívida de favor dos trabalhadores com o gato. Este procura se aproveitar ao máximo dessa relação através da superexploração do trabalho sobre seus aliciados. Isto não significa, contudo, que os trabalhadores não tenham consciência da origem da expropriação sobre eles e que sejam totalmente passivos, não ofereçam resistência, ou surjam conflitos e formas de resistência à atuação do gato. Há diversas situações em que os trabalhadores se insurgem contra o “gato”, quando percebem que eles abusam demasiadamente da sua posição privilegiada e intensifica a expropriação. Também há situações em que os trabalhadores, mesmo tendo consciência de sua subordinação e expropriação, não se insurgem contra o “gato”, pois não só tem uma dívida de “favor” com ele, como podem ter, além da relação de trabalho, uma relação de parentesco, de compadrio, de afilhadagem. Essas relações também são usadas por muitos “gatos” para exercer uma violência simbólica ou disfarçada sobre os trabalhadores e expropriá-los ao máximo, minando suas possibilidades de reação<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Para uma abordagem detalhada sobre a formação social do gato ou aliciador, seu papel e subordinação sobre os trabalhadores, ver os excelentes trabalhos de: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Unesp, 1999.; DORNELAS, Sidnei Marco. Redes sociais na migração. **Travessia**. N°40, São Paulo. CEM, MAIO/AGO, 2001;

As redes propiciam relações de reciprocidade entre patrão/agenciador e empregado, mas, também engendram relações de expropriação das quais o expropriado em geral é consciente, mas tende a não se insurgir contra elas devido os laços de fidelidade, reciprocidade e solidariedade que também constituem essas redes. Em seu depoimento Otávio afirma que trabalhava muito, *“trabalhava feito condenado. Parava só para almoço e depois podia cair a noite que eu só ia embora quando a massa acabasse. E sempre tinha massa. [...] A gente sabia que aquilo era um jeito dele [Joãozinho] fazer, regular o serviço e controlar a gente, porque aí ele ganhava mais, tinha mais lucro. Pagava a gente pela diária. Não tinha hora extra”*.

A rede social de migrante apresenta dinâmicas e relações próprias de acordo com as necessidades, interesses e objetivos de seus membros, mas, como pode ser percebido a partir do depoimento de Otávio, também reflete relações de trabalho forjadas na provisoriedade, precariedade, informalidade e inclusive relações de caráter capitalista, como expropriação de mais-valia sobre os trabalhadores. É assim que

se a rede com suas relações de reciprocidade intermedeia a inserção do migrante no mundo do trabalho, as condições estruturais do exercício do trabalho na sociedade capitalista, onde o migrante necessariamente se insere, vão também condicionar relações entre os membros da rede de migrantes.” (DORNELAS, 2001; p. 07).

---

MENEZES, Marilda Ap. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.  
STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.;  
SILVA, Vanda. **As Flores do Pequi**: sexualidade e afetividade entre jovens rurais. São Paulo: CMU/Arte Escrita, 2007.

Nesse sentido, se por um lado, a realização das festas reproduz as relações de hierarquias entre os migrantes, concede lugar de destaque social à pessoas que atuam como exploradores e exercem relações de dominação sobre eles, por outro, a festa bem organizada, bonita e agradável é uma excelente oportunidade de mostrar à sociedade de destino os valores culturais dos migrantes, de representá-los não como indocumentados, expropriados, trabalhadores pobres, mas como pessoas portadoras de uma cultura rica e bonita, o que pode diminuir as resistências a sua integração social.

Assim, as dinâmicas no interior das redes de migrantes envolvendo amizade, parentesco, relações de trabalho são constituídas em uma dialética, na qual se inscrevem e se reproduzem relações de solidariedade, coesão, afirmação da cultura e identidade social do grupo de migrantes, mas também suas assimetrias internas, abertura para a interação com outras culturas, produção e reprodução de formas de expropriação e subordinação mais vinculadas ao conjunto da sociedade.

A rede de migrantes se configura como o espaço de interação, trocas, solidariedade, produção e reprodução de assimetrias, hierarquias entre os migrantes em um processo dialético, cujo principal desdobramento é viabilizar projetos de migração e a inserção dos migrantes na sociedade de destino, inclusive em seu mercado de trabalho.

Nessa perspectiva, pode-se dizer também que a rede é o principal espaço no qual os migrantes entram em disputas e conflitos, mas também se apoiam mutuamente procurando realizar seus projetos. Todavia, como reagem as redes diante de situações em que seus membros se envolvem com drogas

ou são encarcerados? Como reage o migrante, quando se sente abandonado pelo grupo de amigos que prometeu apoio e hospedagem? Abordarei esta questão no próximo tópico.

### **6.5 - As Fragilidades da Rede Social de Migrantes**

As redes sociais de migrantes influenciam, pressionam e também são influenciadas e pressionadas pelo conjunto da sociedade no processo de interação com esta. Isto significa que as redes viabilizam a inserção de seus membros na sociedade de destino e podem até atenuar, como no caso da realização de festas, as clivagens culturais entre migrantes e nativos.

Mas elas também estão expostas às fragilidades referentes à crescente violência e uso de drogas que atingem diferentes grupos sociais, inclusive os migrantes e especialmente aqueles, cujas redes são mais fragilizadas e vulneráveis a estes tipos de pressões.

É assim que parece haver uma tendência de que os migrantes deslocados de suas redes sejam mais frequentemente expostos a situações de violência, uso de drogas, prostituição, que os tornam fragilizados, isolados. Alguns migrantes nessa situação são expulsos de suas redes originais e têm drasticamente reduzidas suas chances de conseguir um trabalho digno e melhorar sua condição social. A saída é buscar inserção em outras redes sociais.

Duas situações da minha pesquisa de campo ilustram e ajudam a clarificar essa tendência. O relato que se segue não será uma transcrição ao “pé da letra” de depoimentos que obtive de dois migrantes – Ricardo, natural

de Goiás, o outro, Sérgio, Natural de Minas Gerais – quando participei do III Fórum Social Mundial das Migrações – III FSMM realizado no período de 11 a 14 de Setembro de 2008, em Rivas Vaciamadrid – Madrid, Espanha. Os depoimentos foram colhidos durante a passeata de encerramento do FSMM, com cerca de cinco mil pessoas, e que foi realizada nas principais ruas e avenidas do centro de Madrid. Em razão dos muitos ruídos causados pela multidão e dos carros de som, não pude gravar a entrevista. Enquanto eles falavam, eu anotava no caderno de campo. Em que pese a perda da riqueza que a fala direta dos depoentes proporcionaria, procurarei manter-me fiel ao conteúdo de seus depoimentos.

Obtive o primeiro depoimento quando me aproximei de um grupo de migrantes que estava participando da passeata e começamos a conversar sobre a situação social do imigrante na Espanha. Falamos sobre suas redes de apoio e informação, dificuldades econômicas e de inserção social, indocumentação, relações de trabalho e lazer. Um dos membros do grupo, Ricardo – proveniente do interior de Goiás – disse-me que sua inserção na sociedade espanhola foi muito complicada, pois o grupo de amigos que prometeu lhe acolher na Espanha não garantiu a promessa e ele teve que passar por experiências complicadíssimas logo após sua chegada no Aeroporto Internacional de Bajas. Seus amigos não foram esperar por ele no saguão de desembarque, como prometido por carta antes da viagem. Para complicar, ele chegou a Espanha sem nenhum conhecimento da língua espanhola e seu visto não era autêntico, havia sido forjado por um grupo de agenciadores em Goiás. Ainda assim, conseguiu passar pela fiscalização do aeroporto, mas precisava

sair sem demora de lá por ter medo de ser interpelado por um segurança, policial ou agente de fiscalização. De acordo com ele, “o jeito foi sair assim mesmo e tomar o metrô sem saber em qual destino chegar”. Por sorte, desceu numa estação que ficava no centro da cidade de Madrid. Reforçou sua coragem, chegou até uma banca de revistas, mostrou o endereço dos seus amigos e tentou perguntar onde ficava, como fazer para chegar até lá. O rapaz da banca tentou ajudá-lo mas não conseguiu. Ricardo não entendia a língua do outro que “até procurava falar devagar”. Confuso, Ricardo fingiu entender e saiu sem rumo e desorientado pelo centro de Madrid. Durante 43 dias morou na rua até encontrar um boliviano que o reconhecendo como brasileiro perdido o levou até um grupo de brasileiros. Estes tentaram ajudá-lo a encontrar o endereço dos amigos que haviam prometido hospedagem, porém sem sucesso. Por fim, ele percebeu que o solidário grupo de brasileiros era formado por vendedores de drogas ilícitas, embora cada um de seus membros tivesse outro trabalho. Para conseguir recursos de sobrevivência, teve que trabalhar para esse grupo de brasileiros como entregador de droga.

*“Tive que servir de mula<sup>30</sup> para eles. levava a droga nos pontos onde eles me mandavam levar. Eu não tinha como não fazer isso, pois foram eles que me aceitaram na casa deles. Eu não tinha para onde ir, não conhecia mais ninguém ali que pudesse me ajudar” (Ricardo, 29 anos, Madrid – ES).*

De acordo com Ricardo, depois de acostumar-se um pouco com a língua espanhola, ele criou coragem de falar mais, “perguntar as coisas para as

---

<sup>30</sup> Servir de mula, entre os traficantes de droga, é desempenhar a atividade de entregar a droga nos pontos onde ela será comercializada, ou entregar diretamente para as pessoas que a usam.

*peessoas*”. Foi então que conheceu outro boliviano que arranhou para ele um emprego como ajudante de pintor de paredes, atividade que ele exercia até o momento da entrevista, quando já havia transcorrido um ano que estava na Espanha.

Ricardo finalizou seu depoimento olhando fixamente para mim e dizendo:

*Se um dia você resolver morar na Espanha, não confie nos brasileiros daqui. Eles só querem saber de lhe explorar e não cumprem com a palavra dada. Aqui, meus melhores amigos são os bolivianos (Ricardo, 29 anos, Madrid – ES).*

O segundo depoimento, o obtive já no finalzinho da passeata quando fui informado por uma moça (doutoranda em antropologia pela Universidade de Salamanca), que estava participando do III FSM, sobre um rapaz emigrante de Minas Gerais para Portugal e depois para a Espanha. O rapaz estava participando da passeata juntamente com um grupo de acolhida a migrantes moradores de rua. Seu nome, Sérgio. Depois de um momento de dúvida, ele se dispôs a falar comigo sobre sua experiência de migração. Diferentemente de Ricardo, quando emigrou do Brasil, Sérgio foi recebido por seus amigos em Portugal e, ainda que pudesse tropeçar na língua portuguesa de Portugal, não sentiu nenhuma dificuldade que o tornasse vulnerável socialmente. Foi recebido pelos amigos e logo começou a trabalhar. Suas dificuldades começaram a surgir quando foi apanhado pela polícia usando drogas com um grupo de portugueses. De acordo com ele, embora não o fosse de fato, foi indiciado como traficante de drogas ilícitas.

*Tive que gastar muito dinheiro com advogados para poder adquirir soltura e não ser deportado para o Brasil (Sérgio, 30 anos, Madrid-ES).*

Perguntado se seus amigos ou parentes teriam lhe ajudado no enfrentamento do processo penal, Sérgio disse que “apenas um dos amigos ajudou”. O amigo solidário era seu primo. Os outros todos teriam lhe abandonado à própria sorte. Na rede social de migrantes da qual participava somente ele era usuário de drogas. Isto fez com que ele se afastasse pouco a pouco de seus amigos e se aproximasse de portugueses também usuários de drogas e vizinhos à casa onde morava com os amigos. Quando estes descobriram que ele usava drogas, a primeira reação foi a de expulsá-lo de casa, todavia seu primo deu-lhe apoio e permitiu-lhe a permanência na república de amigos. Mas, quando foi apanhado pela polícia não teve jeito. Todo o grupo, com exceção de seu primo, se afastou. Vencido o processo penal, ele não tinha onde ficar. Decidiu ir trabalhar na Espanha como zelador de ovelhas em um sítio. Emprego este arranjado pelos vizinhos portugueses através de um conhecido espanhol. Depois de quatro meses no sítio cuidando das ovelhas, mas tendo recebido apenas alimentação, pouso e um mês de salário, Sérgio decidiu ir embora e tentar a sorte nas cidadezinhas próximas. Trabalhou como limpador de fossas e jardineiro. Depois de seis meses, ficou sabendo de um amigo que morava em Madrid. Tomou o trem e migrou para essa capital. No entanto, seu amigo não podia acolhê-lo e o encaminhou para uma entidade de acolhida à migrantes moradores de rua. Sérgio não sabia pronunciar o nome da entidade que o dera

acolhida provisória. Sabia apenas que se tratava de uma entidade ligada à Igreja Católica. Nessa entidade, ele recebia pouso, comida, lavava os banheiros e podia sair para procurar serviço. Às vezes, a própria entidade arranjava serviço para seus acolhidos. Mas, ele ainda não tinha sido beneficiado.

Os respectivos relatos de Ricardo e de Sérgio nos sugerem a existência de fragilidades nas redes de migrantes, por mais coesas e solidárias que estas sejam. Essas fragilidades estariam associadas a não capacidade das redes em satisfazer as expectativas de seus membros, mas, sobretudo, à formas de interação entre seus membros e outros grupos sociais. Interações estas que escapam de sua mediação, ou decorrem da ruptura das relações de reciprocidade dentro da rede, ou ainda a quebra de seus códigos de conduta moral e ética.

As formas de interação podem envolver desde atividades de lazer, divisão do trabalho, passando por estratégias de sobrevivência até o envolvimento com drogas ou comportamentos ilícitos socialmente. É o caso de Ricardo, cujos amigos prometeram aguardá-lo no aeroporto de Bajaras, mas não foram e o deixaram sozinho. Também pode ser ilustrada pelo caso de Sérgio que ao se envolver com drogas ilícitas parece ter provocado uma ruptura na relação de amizade e confiança no interior de sua rede de conterrâneos.

Esta interação pode ocorrer harmoniosamente e também de forma conflitiva causando rupturas dentro da rede em razão de suas contradições internas e às da sociedade abrangente. A ruptura pode ser criada quando o

migrante afasta-se da moral de reciprocidade que regula as relações internas da rede e assume uma postura mais individualista, ou ainda pode ocorrer quando o migrante procura outros círculos de sociabilidade mais prestigiosos socialmente que aqueles de sua sociedade de origem.

A ruptura com a rede social de migrantes pode gerar uma inserção “degradada” em outras “redes” que se apresentam ao migrante diante de seu contexto de fragilidade, pobreza e marginalização. Essas rupturas representam uma tendência de esgarçamento da rede social de migrantes e suas dificuldades de manter a fidelidade de seus membros e reproduzir suas estratégias de sobrevivência. O caso de Sérgio é bem ilustrativo dessa perspectiva. Sua inserção “degradada” em outra rede de amizade e relacionamento não apenas causou fragilidade à rede de migrantes na qual ele estava inserido, como causou rupturas dentro dessa rede e que culminou com a sua saída.

Para Sidnei Dornelas (2001, p.05-10), os fatores desencadeadores dessas fragilidades das redes seriam a situação de penúria das classes empobrecidas que se agrava diante da crescente informalidade e precarização das relações de trabalho; os efeitos do tempo e da distância prolongados que levam a um enfraquecimento dos laços entre parentes e conterrâneos; a interação com práticas culturais da sociedade de adoção que levam a um redimensionamento dos valores tradicionais da rede, sobretudo entre os filhos de migrantes.

No caso dos migrantes internos, isto é, os nacionais, um exemplo dessa inserção degradada é a forte presença das redes de crime organizado nas

periferias dos grandes centros urbanos que seduzem e arrastam para si muitos jovens filhos de migrantes. No que se refere à migração internacional, a inserção degradada reflete-se na expansão e fortalecimento das redes de agenciadores ou “profissionalização da rede de migração” que muitas vezes opera na clandestinidade, através da falsificação de documentos e tráfico de pessoas. É sobre a profissionalização da migração e a sua concorrência com as redes sociais de migrantes que discorrerei no próximo tópico.

## **6.6 - A “Profissionalização da Migração” e as Redes Sociais de Migrantes**

A “Profissionalização da Migração” ou “indústria da migração” constitui em formação de estruturas sociais que organizam e viabilizam a realização de fluxos migratórios. Porém, diferentemente das redes de migrantes, tal profissionalização estaria muito mais ancorada em práticas de falsificação de documentos, aliciamento de migrantes e pouco vinculada às relações de solidariedade e coesão que, embora dividam espaço com assimetrias, são intrínsecas às redes e as constituem como lugar de referência política, social e cultural.

Igor J. Renó Machado (2005, p.1-25), em trabalho que analisa a mudança do perfil e a coisificação da imigração brasileira em Portugal, aponta para a “profissionalização da migração” como sendo

[...] as estruturas que facilitam e acentuam o movimento de pessoas em espaços transnacionais: agenciadores de imigração de variados tipos, desde aqueles que lucram apenas com a venda de passagens até aqueles que cobram para colocar o migrante no mercado de trabalho, falsificam documentos. Há

também os que, além de fazer tudo isso, exploram o próprio trabalho dos imigrantes, numa espécie de ultra-radicalização na extração de mais-valia. Os preços pagos são irrisórios, muitas vezes não são pagos, os documentos são apropriados como forma de fragilização, etc (MACHADO, 2005, p 01).

Igor J. R. Machado (2005, p.01-25) destaca que o aumento da imigração brasileira em Portugal, sobretudo de imigrantes brasileiros indocumentados, sem escolarização elevada, e que se ocupam em setores da construção civil ou agrícolas, reflete um escalonamento da “profissionalização da migração” que tem suas próprias redes de articulação e que passa a ter forte importância no processo de migração, especialmente a indocumentada, ao lado das redes sociais de migrantes.

Graeme Hugo (1998, p.5-12), também indica a forte influência que a “profissionalização da migração”, ou “indústria da migração” vem exercendo no crescimento em escala da imigração indocumentada, que se apresenta como uma tendência global.

Depois de analisar a emigração da Ásia para a Europa e América do Norte, o autor destaca que a maioria dos fluxos migratórios ocorre de forma indocumentada com forte apoio das redes de migrantes, mas também da “indústria da migração”, que é definida como um

[...] grupo formado por instituições, formais e informais, que se desenvolveram pelo mundo unicamente para encorajar, iniciar e facilitar a migração internacional. Incluem agentes de recrutamento, emprestadores de dinheiro, providenciadores de viagem, agentes de todos os tipos, advogados, oficiais do governo, etc., que estão diretamente envolvidos nos vários estágios do processo migratório. Muitos engajados nesta indústria operam dentro da lei, mas um número maior está

envolvido na expedição da migração não-documentada. De novo essas instituições são importantes em todas as migrações internacionais, porém, são um elemento decisivo em quase todas as migrações não-documentadas. O *coyote* no México, os cabeças-de-cobra na China e os "calo" na Indonésia tem seus equivalentes em todos os principais fluxos de migrações ilegais pelo mundo afora. Os serviços que eles oferecem são variados: oferta de documentos falsos para a viagem, obtenção de um trabalho para o migrante no destino, acomodação no local de chegada, empréstimo de dinheiro para a viagem, facilitação do retorno das remessas, etc. A indústria tem, via de regra, sofrido de uma má fama em virtude da exploração que geralmente sofrem os trabalhadores – cobrança excessiva, o não cumprimento da promessa de emprego, exploração sexual das mulheres, trapaça para com os trabalhadores com relação aos seus ganhos, a falha em providenciar os serviços prometidos, transporte não seguro e superlotado, etc. Isto, obviamente, não é a experiência de todos os migrantes, mas a imprensa dos países de origem e de destino está repleta com essas histórias de grande sofrimento humano pelo qual o migrante ilegal passa, geralmente por causa da atividade das pessoas e das instituições envolvidas na facilitação do processo migratório (HUGO, 1998, p.09).

Nesse sentido, por mais estruturada que seja, a "indústria da migração" não basta por si só na realização dos processos migratórios e não substitui as redes sociais de migrantes. Não obstante, há situações sociais em fluxos migratórios específicos nos quais essa "indústria" parece sobrepor-se, sem anular, a dinâmica das redes sociais de migrantes.

Em casos de tráfico de pessoas para prostituição, parece que as redes sociais de migrantes não jogam papel fundamental e sim a "profissionalização" ou "indústria da migração". Aqui a indústria da migração e a rede de tráfico de pessoas se amalgamam mais fortemente. Pude perceber isto ao entrevistar duas moças, Francisca e Salete, quando retornaram para visitar seus familiares em Novo Cruzeiro. As duas moças estavam juntas no momento da entrevista.

Perguntei-lhes como trabalhavam e viviam em Portugal. Francisca tomou a palavra e foi dizendo:

*"a gente defende a vida trabalhando em boates em Portugal. Não é fácil. Você tem que suportar muita coisa ruim. Tem gente que é drogado, bêbado. E tem gente que não quer nada. Só beber e conversar. Tem de tudo. No começo, então, eu achava que iria morrer ali, que nunca mais eu veria minha mãe, que eu não conseguiria mais voltar ao Brasil. Foi duro. Para começar sozinha, como nós começamos é muito duro. Tinha que dar a maior parte do dinheiro para o dono do quarto. A gente morava na boate mesmo. A gente não conhecia ninguém lá. Não tinha como morar em outro lugar... (Francisca, 24 anos, Novo Cruzeiro).*

Salete entrou na conversa dizendo que

*Foi um rapaz de Teófilo Otoni que veio aqui procurando pessoas para levar para Portugal. Disse que lá já havia um trabalho, lugar para ficar e que ganhava em euros. Então fomos tentar a vida. Quando fomos não conhecíamos nenhuma pessoa lá, só o cara que estava procurando pessoas para levar (Salete, 25 anos, Novo Cruzeiro).*

Francisca retoma a palavra e comenta sobre a organização de seus quartos, da participação de homens e pagamentos de despesas na boate.

*Lá cada um tem o seu quarto. Falo cada um, porque não há só mulheres, há homens também. O cara que levou a gente levou também dois rapazes lá de Carai<sup>31</sup>. Aí, você tem que pagar a comida, dar uma quantia para cobrir despesas de água, luz e gás. Lá, quase tudo é a gás, e também tem que pagar o aluguel do quarto e tirar uma porcentagem para o dono da boate. Você tem que trabalhar muito para pagar essas despesas. Eu trabalho o tempo todo. Dia e noite. Não tem hora. Já cheguei a ficar com*

---

<sup>31</sup> Carai, município vizinho ao município de Novo Cruzeiro.

*32 homens em um dia e uma noite. [...] é porque você está ali para trabalhar e se o dono da boate lhe apresentar um cliente, você não pode deixar de atendê-lo. Quando o dono lhe apresenta um cliente, é porque ele quer agradá-lo e quer que você cuide dele. Você não tem como recusar, mesmo se não estiver a fim, não estiver querendo, você não pode... Você está ali porque foi levada por ele e ele faz questão de lhe dizer que você deve este favor a ele. Você não tem para onde ir.” (Francisca, 24 anos, Novo Cruzeiro).*

O depoimento de Francisca é muito chocante e comovente e ilustrativo da sujeição a que são submetidos os migrantes - independentemente do tipo de trabalho que desenvolvem - aos seus patrões/agenciadores sob o argumento dos “favores” devidos pelo migrante, ou pelo fato deste não ter para onde ir, caso queira recusar o serviço.

Cabe destacar que no caso de Francisca, a rede social dos migrantes sequer foi lembrada. Sua imigração, local de estadia e trabalho foram todos viabilizados pela rede de agenciamento da “indústria da migração”. Isto aponta, se não para uma expansão, para uma concorrência direta das redes de “profissionalização da migração”, ou “indústria da migração” sobre os migrantes, e, para o estreitamento ou simbiose entre o tráfico de pessoas e o trabalho escravo.

No entanto, mesmo nos casos de pessoas migrantes traficadas para a prostituição, a rede de agenciamento da indústria da migração não é instrumento exclusivo. As mesmas moças que emigraram apenas com os recursos e articulações dos agenciadores, depois de instaladas em Portugal, passaram a receber outras moças de sua cidade que antes de emigrarem fizeram contato com elas para pedir apoio na hospedagem e ajuda para

conseguir trabalho. Apoio e ajuda estes que se instituíam como condição de sua emigração. Vejamos o depoimento de Salete.

*Depois de um ano que a gente estava lá, conseguimos um local para morar fora do trabalho. Era um jeito de sair daquela pressão de ter que trabalhar o tempo todo, mesmo não agüentando, e também de diminuir as despesas. Aí a gente já tinha maior liberdade e também já podia ajudar outras pessoas que queriam ir, mas não tinham onde ficar, que nem uma menina lá da Água Branca<sup>32</sup> que foi e ficou lá em casa uns seis meses até conseguir um local para ela. Assim que ela chegou, demorou uns 20 dias, acho que uns 15, não foi tudo isso né Francisca, e conseguiu trabalho. Ela foi trabalhar como doméstica (Salete, 25 anos, Novo Cruzeiro).*

O que se pode observar através desses depoimentos e de leituras de trabalhos sobre a migração indocumentada realizada via redes de agenciamento da indústria da migração (Machado, 2005; Techio, 2006) é que há uma tendência de os migrantes dessas redes “profissionais” pagarem valores bem maiores para sua emigração comparados aos custos de migrações via redes de migrantes; de se ocuparem em trabalhos muito precários e de baixa remuneração não apenas para os padrões internacionais, mas também e inclusive, para os padrões de trabalhadores migrantes não documentados que realizaram sua emigração através de suas redes sociais de parentesco e amizade.

É interessante perceber que a migração de Francisca e de Salete através da “indústria da migração” possibilitou a migração de Mônica, não pelo mesmo sistema, mas pela formação de uma rede de migrantes. Rede esta que, pode-

---

<sup>32</sup> Água Branca, comunidade rural de Novo Cruzeiro.

se dizer, foi formada a partir da acolhida dada à Mônica por Francisca e Salete, que originalmente foram traficadas sem pertencer a nenhuma rede e tendo como acesso apenas a “indústria de migração”.

Nesse sentido, as redes de agenciamento da indústria da migração têm atuação fortíssima em certos fluxos de tráfico de pessoas, inclusive para viabilizar empréstimos de dinheiro para aquisição de passagens aéreas, ou de navios para migrantes, de modo geral, as redes sociais de parentesco e amizade destes continuam sendo fundamentais para que a migração possa ser realizada.

É pertinente destacar que as redes sociais de migrantes, embora percam espaço para as redes de “profissionalização da migração” e para as redes de tráfico, sociologicamente figuram como chave analítica relevante para a análise e compreensão das articulações que viabilizam a migração de milhares de pessoas, mesmo quando a ordem e a violência – quase sempre institucional – instauradas procuram bloqueá-las, reprimi-las. Já no plano social, isto é, no cotidiano dos migrantes, que vai desde arranjar as passagens, passando pela acolhida por um parente ou amigo até a alocação no mercado de trabalho, a rede também figura como seu melhor ponto de apoio e local onde a liberdade de expressão e trocas simbólicas e culturais transportam para seu presente na imigração as boas lembranças de sua família e amigos em terra natal.

Ao focar as articulações internas dessas redes, pode-se compreender processos de migrações nos quais os migrantes, embora tenham realizado sua emigração articulando inicialmente as redes de agenciadores da indústria da migração, concomitantemente acionam suas redes sociais de parentesco e

amizade, ou as acionam depois de ter iniciado a articulação nas redes de agenciamento. O caso a seguir ilustra o que procuro expor.

### **6.7 - “Profissionalização da migração” e Redes de Migrantes – Tensões e Justaposições**

Em 19 de Agosto de 2009, no município de Novo Cruzeiro, através de pessoas transeuntes em praças públicas, tive informação sobre uma senhora, Dona Joana Miranda, agenciadora de migrantes para os Estados Unidos e para a Europa, especialmente, para Portugal. Além disso, fiquei sabendo que Dona Joana tinha filhos no exterior e conhecia muitas famílias de migrantes em Novo Cruzeiro e em Padre Paraíso.

Por telefone, agendei um encontro com Dona Joana para falar-lhe sobre minha pesquisa e pedir a ela indicações de pessoas para entrevista. Ao fone, ela me atendeu de forma muito acolhedora e disposta a colaborar. Informou-me que sua casa ficava próxima ao centro da cidade e disse que quando eu chegasse ao terminal rodoviário, perguntasse a qualquer taxista ou motoqueiro (moto taxi) onde morava Joana Miranda, advogada, e todos saberiam dizer. Eu chegaria facilmente à casa dela.

Chegando ao terminal rodoviário perguntei a um motoqueiro (moto taxi) se ele conhecia e sabia onde morava a senhora Joana Miranda, advogada. Ele

logo perguntou: *uma que tem filhos nos Estados Unidos?* Ao que respondi, sim. Ele disse que sabia e levou-me a casa dela. Depois de dez minutos estacionou a motocicleta próximo a uma casa e chamou pela senhora Joana Miranda. Surgiu uma senhora à janela. Apresentei-me como a pessoa que falou com ela por telefone e a pesquisa sobre a migração de jovens para o exterior. Ela respondeu dizendo que não era com ela que eu havia falado. Deveria ter sido outra pessoa. Perguntei qual o nome dela e ela respondeu que era Joana Miranda. Eu disse: Então, a senhora se lembra de uma conversa que tivemos por telefone sobre jovens desse município que emigram para os Estados Unidos, para Portugal e Espanha. Ela disse que realmente tinha filhos migrantes nos Estados Unidos e em Portugal, mas que efetivamente não havia conversado comigo. Deveria ter sido outra Joana Miranda. Eu pedi desculpas pelo engano e agradei-lhe pela atenção.

Em seguida falei-lhe sobre a minha pesquisa e perguntei se ela poderia marcar um dia e horário comigo para uma conversa, já que ela tinha filhos emigrantes e eu estava disposto a entrevistar os pais de pessoas que haviam emigrado. A resposta dela foi muito rápida e instigante. *“Se for para você fazer a pesquisa com a intenção de trazer meus filhos de volta, pode ir embora que eu não conversarei com você. Eu quero que os meus filhos continuem lá”*. Eu disse-lhe que a pesquisa não tinha tal pretensão; que o objetivo era compreender o processo no qual as pessoas emigram e quais as transformações sociais, econômicas e culturais engendradas pela migração sobre eles e suas famílias. Ela disse reafirmando: *“pois bem, então, você saiba, eu converso com você, mas não quero que você traga os meus filhos de*

*volta. Eles não estão bem lá. Estão sofrendo, mas não é para voltarem agora. Eles vão vencer, depois, um dia, eles voltam. Mas agora não".* Agendei a entrevista com ela para a segunda quinzena de Dezembro de 2009. Pois, segundo ela me disse, teria que viajar naquela semana para Belo Horizonte onde faria companhia a uma filha que estava em fase final de gestação de um bebê. Portanto, estava muito ocupada com os arranjos da viagem. Renovei meus agradecimentos pelo atendimento que me deu e pela disponibilidade em conceder a entrevista.

Depois de procurar mais um pouco, com o auxílio do motoqueiro que me transportava, cheguei até a casa da Dona Joana Miranda com eu havia falado anteriormente por telefone. Depois de me receber de forma simpática em sua casa por dois dias, ela e o seu esposo (Sr. Geraldo) me concederam uma entrevista.

*"pois é, meus filhos moraram seis anos e dois meses nos Estados Unidos. Depois foram também, para Portugal. Em Portugal eles ficaram uns dois anos. Agora estão os dois aqui comigo. Quer dizer, não moram aqui na cidade comigo. Eles voltaram do exterior e preferiram ficar morando na roça. Nós temos uma terrinha de trinta e oito hectares. Eles voltaram do estrangeiro e estão lá cuidando da terra. [...] Lá na terra eles criam cavalo, vaca e mexem também com umas roças. Lavoura de milho e feijão. Mas, eles pagam camarada<sup>33</sup>. [...] Nos Estados Unidos, meus filhos chegaram até a ser presos porque não tinham documentos. Ficaram uma semana presos. Depois eles saíram porque pagaram a fiança. Cada um pagou dez mil dólares. Por que lá é assim, não é como aqui no Brasil. Lá se você é preso porque cometeu algum erro, como no caso dos*

---

<sup>33</sup> No Vale do Jequitinhonha, a expressão "camarada" refere-se, em geral, a um trabalhador rural assalariado. Também pode se referir a trabalhadores de áreas urbanas, como pedreiros, pintores, ajudantes, etc.

*meus filhos que estavam dirigindo sem documentos, então você é preso. Mas, para cada tipo de erro que a pessoa comete lá, então há uma multa, uma fiança que se você pagar, eles soltam você e limpam sua ficha. Assim, você não fica com ficha suja. Você pagou pelo erro. Então é como se zerasse tudo. Depois que aconteceu isso com eles, eles continuaram lá. Trabalhavam numa firma de limpeza. Desentupia privadas, esgotos, faziam limpeza de rua. Depois, David adoeceu. Mas, lá mesmo ele tratou. Pagou todo o tratamento e ficou bom. Continuou trabalhando. Depois eles pensaram, é vamos voltar. Voltaram para cá, mas não demorou muito e foram para Portugal. Aí, depois de dois anos lá, eles cansaram e voltaram de novo aqui para Novo Cruzeiro. Mas, não quiseram ficar aqui na cidade. Meus filhos, eles voltaram e não quiseram mexer com cidade. Foram para a roça. Eles ficam lá. Trabalham lá. Também fazem festa lá. Acho que é mais para fazer festa que eles ficam lá (risos). Antes de irem para o exterior eles não tinham carro. Agora cada um deles tem um carro. Quer dizer então que eles souberam aproveitar lá as oportunidades mesmo com aqueles problemas que eu lhe falei. Eles aproveitaram as oportunidades. Ajuntaram um dinheirinho e voltaram. Chegaram aqui, cada um comprou seu carro e estão cuidando da nossa terra. Se não fosse isso, a terra nossa ia ficar praticamente abandonada, porque eu e João (esposo) não podíamos mais ficar lá por causa da idade; pagar dia de serviço de camarada a gente não podia, cadê o dinheiro? Agora com eles pode manter a terra. Não é que eles pegam na enxada todo dia, campina a roça todo dia. Eles fazem um serviçinho aqui, outro ali [...] eles vacinam o gado, mexe com horta, moem a cana para fazer ração para o gado e também para fazer cachaça. Quer dizer, é um serviço mais leve. O serviço mais pesado de enxada e de foice, concerto de cerca, tirar leite de vaca, isto aí é com os camaradas que eles pagam. [...] São dois camaradas que trabalham lá. Um é fixo, mas não tem registro de carteira. O contrato é de boca, é de palavra. O outro camarada trabalha de vez em quando, quando o serviço de roçada de pasto, concertar cerca ou colheita aperta. Aí se contrata outro. É de vez em quando. [...] Antes de meus filhos irem para os Estados Unidos e Portugal não tinham camarada. A gente não podia pagar. É como eu lhe disse. Se não fosse a saída deles, era bem capaz que aquela terrinha lá, hoje não seria mais nossa. A gente teria vendido porque não agüentávamos trabalhar lá e eles tinham os desejos deles de comprar carro, de cada um ter sua casa. Se a gente continuasse trabalhando somente lá a gente não ia conseguir, eles não conseguiriam. Aí teria que vender e vir todo mundo para a cidade (Joana Miranda, 62 anos, Novo Cruzeiro).*

E por que a senhora e o senhor Geraldo (esposo de Dona Joana) vieram para a cidade?

*Vimos para cá mais por causa da saúde do João. Ele tem problema de asma. Então, quando ele tem uma crise, aqui a gente tem como socorrer mais rápido. O hospital está aqui do lado. Se for coisa mais grave, Deus ajuda que nunca aconteça, mas se acontecer (bate três vezes no tampo da mesa de madeira), Teófilo Otoni é bem pertinho daqui, a gente corre com ele para lá. Nós estamos aqui, mas a gente não saiu de lá. Quase todos os dias nós vamos lá para ver como é que está, orientar em alguma coisa porque os meninos (David e Roberto), eles mexem lá, mas eles não sabem de tudo e para trabalhar com camaradas você tem que orientar direitinho para eles não fazerem o serviço errado. [...] Hoje meus filhos estão aqui, mas eles ajudam muita gente que quer ir para os Estados Unidos, para Portugal. O pessoal que quer ir para lá pergunta para eles como é que se faz para ir. Então, eles ajudam muita gente a ir para lá. Já tem mesmo umas quinze pessoas que eles ajudaram a ir para lá (Joana Miranda, 62 anos, Novo Cruzeiro).*

Como eles ajudam essas pessoas a irem para o exterior?

*É porque é o seguinte: às vezes, se a pessoa não tem todo o dinheiro, eles ajudam a pagar a passagem. Depois que a pessoa chega lá e arranja um emprego, aí vai pagando eles. [...] pagam 500 dólares, 700 dólares por mês, conforme o salário que a pessoa tiver. Eles ajudam também assim, no caso de a pessoa não conhecer ninguém lá e mesmo assim querer ir. Então, lá, eles fizeram muita amizade, eles conhecem muita gente daqui que está lá e também conhecem gente de lá. Aí, quando eles percebem que a pessoa aqui, no caso que quer ir, mas não conhece ninguém lá, então eles entra em contato com os amigos deles lá e vêem se eles teria como receber a pessoa e até encontrar um trabalho para ela. Mas, isso é só quando eles*

*percebem e têm informação de que a pessoa é trabalhadora, que não vai dar problema, que não tem esse negócio de mexer com droga, com bebida. Quando eles percebem que é gente que mexe com droga, essas coisas, eles não ajudam porque senão vai queimar o filme deles lá com os amigos deles. E se a pessoa for presa com isso, para quem vai sobrar? Pode sobrar é para eles não é? (Joana Miranda, 62 anos, Novo Cruzeiro).*

Durante nossa entrevista, o telefone de Dona Joana Miranda tocou e ela atendeu. Logo em seguida, ela disse-me que era um rapaz de uma comunidade rural que estava querendo ir para a Itália e ligou para ela querendo saber como ele devia proceder para conseguir emigrar. Perguntei-lhe se as pessoas que emigravam costumavam ligar para ela ou para seus filhos pedindo informação, ajuda. Além disso, se eles ajudavam e como ajudavam. Respondeu-me que muitos emigrantes pediam ajuda sim a eles e que era sobre informação e apoio para emigrar. De acordo com ela, sempre que podiam, ela e seus filhos os ajudavam encaminhando-os para um amigo conhecido que já estava no exterior e em condições de receber mais alguém, no caso o novo migrante. Disse também que ajudava até mesmo, em alguns casos, emprestando dinheiro para pagamento de passagens. Como ela já tinha falado, dependendo do tipo de pessoa, os filhos e ela podiam dar ajuda, pois sabiam que o pagamento era certo se a pessoa fosse dedicada, honesta e estivesse a fim de trabalhar duro no estrangeiro. Perguntei-lhe que tipo de ajuda o rapaz que acabara de ligar querendo ir para a Itália tinha pedido. Segue, abaixo, sua resposta.

*Ele está querendo ir para a Itália e não conhece ninguém lá. Ele nunca esteve lá. Perguntou-me se eu conhecia alguém daqui ou de lá que pudesse recebê-lo, hospedá-lo lá, porque o emprego ele já tinha conseguido. Eu disse-lhe que iria ver se poderia ajudá-lo. Ver se há alguém lá que possa recebê-lo. [...] Eu conheço um padre de lá que morou aqui uns anos, depois voltou para a Itália. Este padre talvez possa ajudar. Eu passarei um e-mail para ele e verei se ele pode receber esse rapaz. Este padre já recebeu duas moças que eu mandei para lá uma vez. Ele tem uma casa grande lá e ajuda as pessoas que vão procurar trabalho. Ele conheceu a situação de pobreza aqui no Vale do Jequitinhonha e ficou muito sentido (comovido). Então, por isso, ele ajuda sempre que pode (Joana Miranda, 62 anos, Novo Cruzeiro).*

Assim, Dona Joana ia sugerindo em seus depoimentos que a rede de migração articulada por ela e seus filhos tem um caráter bidimensional e ambíguo, isto é, apresenta uma dinâmica típica das redes de “profissionalização da migração”, ou “indústria da migração” em alguns casos, como naqueles em que viabiliza a migração de pessoas através de empréstimos, compra de passagens e “organização” de documentos, por um lado, e, por outro, também se mostra como rede de migrantes ao indicar pessoas na imigração que possam acolher imigrantes recém chegados e ajudá-los a encontrar trabalho.

Nesse sentido, pode haver um tensionamento no âmbito dessa rede bidimensional, mas não haveria exclusão de uma dimensão sobre a outra. Haveria sim, uma justaposição do seu caráter bidimensional, “profissionalização da migração” e “rede de migrantes” caracterizadas por parentesco e amizade.

No meio da entrevista chegou uma senhora (Dona Sueli) que me foi apresentada como sendo vereadora no município de Novo Cruzeiro e cujo esposo estava há dois anos no Estados Unidos. O esposo de dona Sueli tinha ido para os Estados Unidos com a ajuda dos filhos de Dona Joana Miranda. Eles o indicaram para seus amigos de lá que o receberam e arranjaram um emprego de lavador de carros para ele. Dona Sueli falou sobre as dificuldades que ela enfrentava em razão da ausência do esposo, dificuldade de criar sozinha os filhos, de conciliar sua função como presidente da câmara de vereadores e a administração da residência, e, também sobre a dificuldade de realizar na Câmara Municipal uma discussão sobre os emigrantes de Novo Cruzeiro no exterior, pois poderia parecer à opinião pública e aos políticos da oposição que ela estaria levantando essa questão somente com o objetivo de privilegiar seu esposo. Mas, ela estava esperançosa de que ele pudesse retornar logo. Talvez dentro de mais dois anos. Por esse período, ela também já teria cumprido seu mandato de vereadora e não mais se candidataria. Iria cuidar de sua família, investir e administrar junto com o esposo os recursos que ele conseguisse nos Estados Unidos.

Na manhã do dia 15 de Outubro de 2009, eu havia retornado à casa de Dona Joana Miranda para mais uma etapa da entrevista, durante a qual perguntei a ela sobre o jovem que tinha lhe pedido ajuda para emigrar para a Itália. Quis saber se ela conseguiu a ajuda do padre e se o rapaz pôde emigrar.

P – Durante a outra vez em que eu estive aqui, um rapaz telefonou para a senhora perguntando se seus filhos não poderiam indicar para ele alguém

conhecido na Itália e que pudesse hospedá-lo por um tempo. A senhora conseguiu ajudá-lo?

*E – Qual rapaz? Às vezes, aqui, muita gente quer ajuda.*

P – Aquele que ligou durante a nossa conversa na primeira entrevista. Ele disse que já tinha conseguido dinheiro para passagens, trabalho e visto, mas não queria morar no local de trabalho com as pessoas que queriam levá-lo. Ele queria saber se a senhora ou seus filhos conheciam alguém na Itália que pudesse hospedá-lo até ele conseguir outro local. A senhora disse a ele que conhecia um padre e...

*E – Ah, eu já sei qual é. Não. Aquele não foi. E pra você vê, ele já tinha conseguido tudo. Mas, não foi não. Mas, ele podia morar no trabalho. Ele não foi porque ele não quis, porque se ele quisesse mesmo, oh, ele ia!*

P – o padre italiano que a senhora conhece não pôde ajudá-lo com hospedagem?

*E – Padre Renzo. Não pôde não. Mas, aquele rapaz não queria ir não. Se ele quisesse mesmo ele tinha ido. Pois ele já tinha tudo e não foi. Acho que ele ficou foi com medo de ir, pois ele nunca saiu de Novo Cruzeiro. Mas, teve outro aí que foi, inclusive é primo dele. É Antônio lá do Ribeirão do Ouro.*

O marido (Sr. Geraldo) pergunta: *qual dos Antônio? Lá há dois Antônio).*

*E - É Antônio de Dona Losa. Este Antônio é primo de Fabinho. Fabinho é o rapaz que não quis ir. Pois o primo dele foi. Mas, ele não conhecia ninguém lá na Itália também não. Pois se ele conhecesse, ele teria indicado para Fabinho. Então, eu acho que foi Fabinho que cedeu o lugar dele para Antônio. ... Mas, eu não tenho certeza. Eu vou encontrar com Fabinho e perguntar para ele.*

P – E a senhora sabe dizer se o Antônio já tinha emigrado antes?

*E – Antônio já trabalhou em Belo Horizonte e em Porto Seguro.*

O forte crescimento da migração indocumentada e viabilizada pelas redes de agenciamento, na verdade, complexificam ainda mais o emaranhado de redes de migrante, uma vez que as redes de “profissionalização da migração” concorrem mas não podem bloqueá-las. Também as redes de migrantes concorrem, mas não podem bloquear as redes de “profissionalização da migração”. Elas se justapõem, no entanto, sem confundir-se ou se auto-excluírem. Dependendo da condição e contexto em que ocorre a migração uma dessas redes é encolhida pela outra, ou ainda elas podem se complementar. Na verdade, é o candidato a emigração e suas redes de relacionamento que definem qual das redes acionarem, como acionar, ou se podem combinar o acionamento das duas redes no processo de migração. Cabe destacar que a rede de tráfico de pessoas, ainda que possa ser acionada pelos candidatos a emigração, em geral, é ela quem toma a iniciativa de acioná-las, assediá-las com falsas propostas de trabalho para, na verdade, escravizá-las, torturá-las, como na dolorosa experiência de Francisca.

Pode-se dizer que as três situações se amalgamam no caso da emigração do Vale do Jequitinhonha e o tráfico de pessoas se apresenta como tendência nos respectivos municípios de Novo Cruzeiro, Padre Paraíso e Araçuaí no Vale do Jequitinhonha-MG.



## **7 - Capítulo Seis - Para além das redes de migrantes, as lutas por reconhecimento e possibilidades da cidadania universal**

Os processos de globalização ampliaram as possibilidades de comunicação e informação, deslocamentos, intercâmbios e articulações entre regiões e pessoas em todo o mundo e contribuíram para intensificar os fluxos migratórios de pessoas com documentos, e, principalmente sem documentos. Mas, também têm despertado, contraditoriamente, sentimentos nacionalistas e xenofóbicos que inspiram a construção de muros e políticas migratórias que, se não bloqueiam a entrada de migrantes, os tornam ilegais, portanto passíveis de criminalização.

Neste contexto, torna-se necessário e relevante considerar a migração na perspectiva dos direitos humanos nos termos de Hannah Arendt (2009, pp. 324-336), isto é, direitos humanos como um constructo histórico, político, concreto e não o resultado do simples fato de, naturalmente, homens e mulheres se constituírem seres vivos, como pressupõe teóricos do jusnaturalismo. Para Hannah Arendt, a concepção dos direitos humanos como algo natural, abstratos, não vinculados a outros direitos ou leis contribuiu equivocadamente para que o seu acesso ou gozo não dependessem de autoridades políticas ou sociais para estabelecê-los.

[...] o próprio homem seria a sua origem e seu objetivo último. Além disso, julgava-se que nenhuma lei especial seria necessária para protegê-lo, pois se supunha que todas as leis se baseavam nele. O Homem surgia como o único soberano em

questões de lei, da mesma forma como o povo era proclamado o único soberano em questão de governo. A soberania do povo (diferente da do príncipe) não era proclamada pela graça de Deus, mas em nome do Homem, de sorte que parecia apenas natural que os direitos 'inalienáveis' do Homem encontrassem sua garantia no direito do povo a um autogoverno soberano e se tornassem parte inalienável desse direito (ARENDDT: 2009, p. 324).

Hannah Arendt (2009) aponta que os direitos humanos não 'emanam da natureza' do homem, mas das suas relações sociais históricas e reconhecimento da dignidade de participar da vida social sem obstáculos e livre de ameaças.

Nessa perspectiva, a conquista, o acesso e a defesa dos direitos humanos pressupõem também o reconhecimento recíproco de dignidade entre as pessoas, como seres históricos portadores do 'direito a ter direitos', como o de cidadania que criam ou descortinam possibilidades de melhoria do padrão material de vida e, fundamentalmente, possibilidades de inclusão e participação social.

As reflexões que tocam o fundo das questões sobre direitos humanos, lutas por reconhecimento e cidadania no bojo das migrações vêm sendo elaboradas por pesquisadores como José Eduardo Farias (1997)<sup>34</sup>, Wayne

---

<sup>34</sup> CORNELISU, Wayne; MARTIN, Philip; HOLLIFIELD, James. **Controlling Immigration: a Global Perspective**. Stanford; Stanford University Press, 1994.  
BENHABIB, Seyla. **Los derechos de los otros**. Barcelona; Gedisa, 2004.  
FARIAS, José Eduardo. Direitos Humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. **Estudos Avançados**. São Paulo, USP, vol. 11, nº30, MAIO/AGO, 1997.  
SBALQUEIRO, Cristiane Maria. **Direito de Imigração: o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre; Nuria Fabris, 2009.  
ALVES, José Augusto Lindgren. Direitos Humanos, Cidadania e Globalização. São Paulo. **Lua Nova**, nº50, 2000. pp.185-242.

Cornelius; Philip Martin; James Hollifield (1994), José A. Lindgren Alves (2000), Seyla Benhabib (2004), Joaquín Herrera Flores (2000; 2005), Cristiane Maria Sbalqueiro (2009), Axel Honneth (2009) etc.

## **7.1 - O direito humano a documentação e pertencimento político**

*O pessoal aqui (Novo Cruzeiro) falava que a América (Estados Unidos) era bom. Que lá a gente podia ter tudo que quisesse. Ninguém não mexia com você. A maior coisa que tinha lá era a liberdade e a gente podia ter qualquer coisa. Assim, casa, carro, comida nem vou falar. Coisas que aqui a pessoa não tem. A gente não pode ter, porque a condição não dá. Você trabalha mas não pode ter. Fui para lá (para os Estados Unidos). Mas, aí eu fui deportado porque estava pescando lá perto do Canadá e eu não tinha documentos. Nenhum. De lá não. Fui deportado e tudo que eu tinha lá ficou lá. Perdi tudo. Depois fui para Portugal. Lá também fiquei sem documentos. Mas, lá é mais fácil. Tive que recomeçar a vida lá. Trabalhava em um armazém. Só que eu também não tinha os documentos. O de lá é o visto para trabalhar ou para morar. Eu não tinha nenhum dos dois. Aí que foi quando chegou a crise, eu fiquei quatro meses sem receber salário. Não aguentei. Fui falar com o patrão, um português de cara fechada. Quando falei, ele disse que não tinha como pagar e que eu, era melhor eu ir embora, pois eu não tinha documentos e se a polícia me pegasse era pior, pois eu poderia ser preso ou deportado. Naquela hora foi como se eu não tivesse visto mais nada. Foi um desmaio. Apagou tudo. Eu era um nada, o mundo tinha acabado de novo para mim. Eu já tinha sido deportado da América. Pensei, se eu for preso aqui é pior. Como vou reclamar meus direitos de salário atrasados? Só que eu também não podia mais ficar lá com aquele português pisando em mim. O que eu fiz foi arranjar um dinheiro emprestado de uns amigos, comprar a passagem e vir embora. [...] Para você ver: hoje trabalho aqui vendendo água de coco nessa praça. Não tenho mais nada. Aqui é meu país, mas se o prefeito cismar ele me tira daqui. Eu também não tenho alvará de licença para vender aqui. Mas, como vou fazer para ganhar meu pão e sustentar minha família? Vou pedir esmola? E os direitos da gente? (Evandro, 39 anos, Novo Cruzeiro-MG)*

O exercício da democracia está diretamente e necessariamente vinculado à liberdade de expressão e participação em todas as dimensões (política, cultural, econômica, ambiental, etc.) da vida social. Como vivemos em sociedade mundial contratualista, para participarmos dessas dimensões é necessário reconhecermos e sermos reconhecidos juridicamente, ou legalmente, como membros pertencentes a uma comunidade ou Estado.

Contudo, mesmo nos países considerados “amplamente democráticos”, como Estados Unidos e União Europeia, como seria ou não seria a participação e inclusão social dos imigrantes indocumentados, isto é, não reconhecidos como membros da comunidade, ou como pertencentes ao país?

Dentre outros aspectos, a experiência migratória de Evandro desvela o não reconhecimento de muitos imigrantes como pertencentes a uma comunidade política e como pessoas de direitos em sociedades “democráticas”, inclusive em seus próprios países de nascimento. Além disso, o depoimento de Evandro nos chama a atenção para a violação de direitos em experiências migratórias tanto em um plano institucional com a deportação sumária sem a possibilidade de defesa e o confisco ilegal dos bens da pessoa deportada, por um lado, e, por outro, a violação de direitos em um plano civil a partir das experiências de trabalho de um imigrante indocumentado com um patrão nativo, que procura obter proveitos da fragilidade jurídica da condição social do imigrante não pagando os seus salários e o ameaçando de denúncia junto à polícia de imigração.

Cabe ressaltar que experiências migratórias como a de Evandro são bastante encontradas entre os imigrantes indocumentados. Quando participei do V Fórum Social Mundial das Migrações em Quito-Ecuador, pude fazer contatos com imigrantes (mulheres e homens) haitianos, colombianos, peruanos, Salvadorenhos e mesmo brasileiros que relataram, por um lado, suas perspectivas, sonhos, lutas, resistências, conquistas em suas jornadas migratórias, mas também seus sofrimentos, discriminações sofridas, violações de direitos e abusos morais e sexuais sofridos devido, de acordo com eles, principalmente à sua não condição de cidadã/ão, ou, à sua fragilidade jurídica como indocumentados/as.

Já no Brasil, mais precisamente em São Paulo-SP, pude fazer contatos com imigrantes (mulheres e homens) documentados e não documentados. Trata-se de peruanos, paraguaios, chilenos, colombianos, e, na grande maioria, bolivianos que se encontram cotidianamente e, principalmente, aos sábados e domingo na Praça Kantuta, localizada no bairro do Pari. Nessa Praça, encontram-se para vender, comprar, trocar objetos (filmes, CDs de músicas, roupas, calçados, comidas típicas, artesanatos, etc.), adquirir bebidas típicas de seus países, escrever e receber cartas, enviar e receber recados, produtos alimentícios (pimentas, batatas, milhos, frutas, pães, etc.) de seus países de origem. Os encontros nessa Praça também são momentos para rever os amigos, se divertir, passar informações sobre trabalho, sobre locais de moradia, sobre entidades que apoiam os migrantes, conquistar namoradas/os, casamentos, compadrios, formar grupos e associações de migrantes, e, também para conversar sobre suas experiências migratórias, suas dificuldades

e seus sonhos. Uma riqueza substancial e inesgotável de temas e atividades pode ser percebida nesses encontros de migrantes na Praça Kantuta. Nesta Praça, pode colher vários depoimentos de imigrantes que, entre narrativas alegres, descontraídas, pode ouvir também vários depoimentos semelhantes ao de Evandro.

Nesse sentido, a experiência migratória de Evandro, e de muitos outros imigrantes, é muito importante para a reflexão sobre imigração, direitos humanos e democracia, na medida em que possibilita trazer para o centro do debate os aspectos jurídicos, políticos e ideológicos das sociedades de destino dos migrantes, mas também de suas sociedades de origem. Isto reforça a discussão sobre direitos humanos e migração em um contexto histórico em que as políticas migratórias vem adquirindo características militares e sendo elaboradas mais na perspectiva de segurança nacional em detrimento das potencialidades culturais, econômicas, políticas e democráticas que estas podem gerar.

Seyla Benhabib (2004) procura examinar a composição e o funcionamento das fronteiras da comunidade política, tendo como foco central o "pertencimento político". A autora destaca que durante muito tempo, o pertencimento político foi definido unicamente a partir da categoria "cidadania nacional". Entretanto, aponta que o processo de globalização esgarça a soberania nacional fazendo surgir novas modalidades de pertencimento e, com isso, as fronteiras da comunidade política deixaram de ser o instrumento mais adequado para regular a condição de pertencimento político a um Estado.

Nesse contexto, a crise do modelo westfaliano de soberania estatal teria tornado muito relevantes as questões de fronteiras políticas e o pertencimento político. De acordo com Seyla Benhabib (2004), o modelo westfaliano pressupõe a existência de uma autoridade política dominante e unificada cuja jurisdição sobre um pedaço de território claramente demarcado é suprema.

Entretanto, com a globalização e a intensificação das migrações em todo o mundo, os Estados tornaram-se ao mesmo tempo muito grandes e muito pequenos para lidar com os problemas contemporâneos. Para Seyla Benhabib, as migrações transnacionais sinalizam um dilema central para as nações democráticas liberais, qual seja. Por um lado, sentem a necessidade de firmar sua autodeterminação soberana, e, por outro, para justificar seu caráter democrático liberal não podem perder de vista a adesão aos princípios universais dos direitos humanos. A solução para esse dilema seria a vinculação das práticas do pertencimento político a uma reconstrução interna dos dois elementos que o compõem, a autodeterminação soberana e a adesão aos princípios universais dos direitos humanos.

O alcance dessa solução não implica necessariamente no fim do sistema estatal. Seguindo o federalismo cosmopolita proposto por Emmanuel Kant, Benhabib (2004) aponta que o pertencimento político pode ocorrer dentro de comunidades delimitadas por fronteiras, desde que estas sejam "porosas", e que o reconhecimento a tal pertencimento deve proporcionar "adesões democráticas" sem que haja exclusividade dos Estados-nação na condução desses processos.

Isto implica em que a concepção cosmopolita de justiça não se restrinja a esquemas de *distribuição justa* em escala global, mas que incorporem também uma visão de *pertencimento justo*. Nesse sentido, a justiça cosmopolita deve reconhecer o direito a refugiados a uma primeira admissão; estabelecer regime de fronteiras porosas para imigrantes; reconhecer o direito de todos a ter direitos, ou seja, ser uma *pessoa legal*, e, após cumprir determinados requisitos, o imigrante pode perder a condição de estrangeiro permanente.

A autora observa que durante o século XX, a população mundial teve um crescimento triplicado. Já a migração internacional aumentou 6 vezes. Para ela, isso não significa, entretanto, aceitar afirmações exageradas sobre o “fim” do sistema de Estados. Mesmo enfraquecida, a soberania continua a se reafirmar vigorosamente e as fronteiras nacionais, ainda que porosas, permanecem. As velhas estruturas políticas podem ter declinado, mas as novas formas políticas da globalização ainda não estão à vista – nem suas diretrizes normativas.

Considerada no aspecto social, político, cultural e econômico, as migrações podem representar enormes vantagens para as regiões de origem e de destino dos migrantes.

No plano social, é sabido que a convivência e interação podem melhorar a qualidade das relações entre as pessoas, das organizações (movimentos sociais, entidades representativas de classes, grupos ou comunidades, etc.), e, das instituições (escolas, partidos políticos, federações, estados, etc.).

No plano político, contribui não apenas para estreitar relações institucionais entre países ou regiões, mas também para aprimorar os instrumentos democráticos e viabilizar o exercício irrestrito da cidadania. Por conseguinte, dos direitos humanos, como sugere Seyla Benhabib (2005, p.46) numa interpretação do “direito a ter direitos” de Hannah Arendt (2009)<sup>35</sup>.

El desprecio totalitario por la vida humana y el eventual tratamiento de los seres humanos como entes ‘supérfluos’ comenzó, para Hannah Arendt, cuando millones de seres humanos fueron dejados ‘sin Estado’ y se les negó el ‘derecho a tener derechos’. No tener Estado o la pérdida de la nacionalidad, sostuvo, era equivalente a la pérdida de todos los derechos. Los que no tenían Estado eran privados no solo de sus derechos de ciudadanía; fueron privados de derechos humanos. Los derechos del hombre y los derechos del ciudadano, que las revoluciones burguesas modernas tan claramente declinaron, estaban profundamente imbricados. La pérdida de derechos ciudadanos, por tanto, en oposición a todas las declaraciones de derechos humanos, era políticamente equivalente a la completa pérdida de derechos humanos (BENHABIB: 2004, p.46).

No plano cultural, a contribuição da migração é inesgotável. É sabido que compreensão sobre quem somos e o desenvolvimento das culturas estão estreitamente vinculados a processos multiculturais e, fundamentalmente, de

---

<sup>35</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Tradução: Raposo Raposo).

interculturalidade. Como aponta Marcelo Fabri (2007)<sup>36</sup> acerca da ideia de 'Europa' no pensamento do filósofo Edmund Husserl:

Ora, a racionalidade filosófica, que para Husserl é o valor supremo da civilização européia, tem uma motivação, por assim dizer, intercultural. Em outros termos, a nova mentalidade (filosófica) surge, exatamente, do encontro de povos e nacionalidades. Mesmo que o grego prove desprezo pelo "bárbaro", e mesmo que as nações sejam culturalmente estranhas umas para as outras, a interação desses mundos diversos faz emergir como que um núcleo extracultural ou extramitológico, isto é, uma estrutura comum, que não se confunde com nenhuma nacionalidade ou simbolismo em particular. Nas várias formas de experiência mítica, por exemplo, "trata-se, certamente, do mesmo sol, da mesma lua, da mesma terra, do mesmo mar, etc.". Mas aquilo que para os outros povos tinha um valor religioso privilegiado, os gregos transformam em "valor de troca". O ser idêntico, distinto dos múltiplos modos subjetivos de apreensão ou de manifestação, foi uma descoberta fundamental dos gregos antigos (Husserl, 2004, p. 91).

Marcelo Fabri (2007: p.48) aponta que o eixo central nas várias formas de experiência é aquele que viabiliza o aprendizado e exame de uma tradição cultural própria graças e a partir das relações estabelecidas com outros povos. Foi com base nas interações com os estrangeiros que os gregos teriam despertado a possibilidade da autocompreensão do exame da própria consciência nacional.

---

<sup>36</sup> FABRI, Marcelo. Fenomenologia e cultura: significado crítico e limites da idéia husserliana de Europa. Santa Maria-RS. **Filosofia Unisinos**, 8(1):41-48, jan/abr 2007.

No plano econômico, as contribuições das migrações também são significativas para as regiões de origem e de destino. Para as primeiras, viabiliza a melhoria das condições de vida para famílias que antes viviam em situações de pobreza, e, para as últimas, dinamizam a economia com oferta de força de trabalho, pagamento de impostos, demandas por habitação, transporte, lazer, gastronomia, etc., como aponta o Relatório de Desenvolvimento Humano 2009, (PNUD: 2009, p. 71-94)<sup>37</sup>.

Mas, se as migrações apresentam vantagens em todos esses aspectos, por que, de modo geral, muitos veículos de comunicações, ao apresentarem notícias sobre as migrações, as vinculam ao tráfico de drogas, terrorismo, criminalização? Por que, sobretudo nos últimos 15 anos, os principais países atrativos de migrantes tratam a migração como questão de polícia, ou de segurança nacional? Como os aspectos positivos da migração estariam se convertendo, ou sendo convertidos, em aspectos negativos que acionam os Estados a rechaçar estrangeiros e violar direitos humanos universais em nome de sua soberania nacional?

Tudo que foi dito de positivo sobre as migrações pode ser invertido e ser apontado como seus principais problemas levando-se em conta os interesses dos países de emigração ou de imigração, e, principalmente, considerando-se qual o entendimento e tratamento político e ideológico destinado à migração e aos migrantes pelos Estados de destino e suas populações nativas.

---

<sup>37</sup> PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Relatório Desenvolvimento Humano 2009: ultrapassar barreiras – mobilidade e desenvolvimento humanos. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

Nesse sentido, alguns teóricos como Samuel Huntington (1997, p142-163) apontam que no lugar de melhorar a qualidade das relações entre as pessoas, das organizações e instituições no plano social, a migração poderia trazer conflitos, disputas, desordens, violências e maiores demandas pelos recursos sociais disponíveis (educação, saúde, lazer, trabalho, moradia,etc) à melhoria das condições de vida dos 'nativos'. Trata-se de uma concepção vinculada à teoria do "Choque de civilizações" desenvolvida por Samuel Huntington e colocada em prática por países europeus, Estados Unidos, Austrália sob o argumento de defesa da integridade cultural, econômica, social, territorial (política) de seus povos.

No plano político, em vez do aprimoramento dos instrumentos democráticos, a migração estaria fragilizando ou diminuindo a participação dos 'nativos' nas instâncias decisórias de suas sociedades, na medida em que os migrantes ocupassem esses espaços e defendessem os seus interesses e não os interesses da sociedade que o acolheu.

No plano cultural, os perigos oferecidos pela migração seriam mais perversos ainda na medida em que estariam em risco a identidade cultural dos nativos, ou seja, os elementos (língua, costumes, artes, gastronomia, religião,etc.) que os identificam como um grupo diferenciado, ou como uma nação.

No plano econômico, as ameaças da migração se estenderiam desde a pressão sobre os postos de trabalho dos nativos, ao sistema habitacional, previdenciário, rebaixamento de salários, etc.

Ainda se poderiam colocar entre essas ameaças da migração os seus riscos à soberania dos Estados, o tráfico de drogas e a criminalização. Estes, aliás, tem sido os argumentos mais utilizados pelos países que fecham sistematicamente suas fronteiras aos migrantes ou que os expulsam de seus territórios.

É nesse sentido que Rossana Rocha Reis (2007, p.23-56) aponta que a despeito das diversas teorias e movimentos sociais internacionais que sugerem haver certa prevalência dos direitos humanos sobre a soberania estatal, as políticas de imigração ainda são fortemente caracterizadas por questões de segurança nacional e combate ao terrorismo, o que coloca o "outro", isto é, o imigrante, em situação de permanente desconfiança e conseqüentemente com maiores dificuldades para alcançar o "pertencimento político" e exercício da democracia.

Estas são experiências não democráticas e de não reconhecimento de direitos vividas por milhares de imigrantes na Europa e nos Estados Unidos, mas também por imigrantes bolivianos, paraguaios, peruanos, chilenos no Brasil, especialmente na região metropolitana de São Paulo, e, mais recentemente, sobretudo a partir de 2009, por africanos e haitianos que chegam ao Brasil.

No que se refere ao grupo de migrantes do Vale do Jequitinhonha, foco central dessa pesquisa, pude constatar e perceber através de entrevistas e observação participante em trabalho de campo, que vários deles sofreram violações de direitos em Portugal e Espanha, não tiveram experiências

democráticas na imigração, e, muitos acabaram sendo deportados, rechaçados e humilhados na sua condição humana, sobretudo, pessoas do município de Pe. Paraíso, onde várias redes sociais (familiares, agenciadores, atravessadores) atuam para realizar a emigração de forma clandestina, ou, o tráfico de pessoas.

## **7.2 - Estatuto jurídico da imigração: legalidade e clandestinidade**

Paradoxalmente, a transnacionalização do capital e a soberania territorial impedem ou bloqueiam o desenvolvimento de um direito cosmopolita, na perspectiva de Immanuel Kant, de qualquer pessoa visitar qualquer canto da terra. Muitas vezes, o que ocorre é a aniquilação da identidade do imigrante, a aceitação de sua presença sem reconhecer sua cidadania, sua sujeição a situações de exploração, como o trabalho escravo e degradante, ou, sua submissão à servidão por dívida. Isto submete o imigrante a uma condição social permanentemente provisória no que se refere à garantia de seus direitos, como o de residência (LOPES, 2009, p.31-54).

A permanente 'provisoriedade' da situação do imigrante não impede, contudo, que existam várias classes (ou estratos) de pessoas decorre da dualidade (ou pluralidade) da imigração. Nesse sentido, Lopes (2009, p. 22-35) observa que há duas espécies de imigração: a legal e a ilegal.

*A imigração legal* seria aquela que ocorre nos termos da lei do país receptor, e geralmente no seu interesse. Dentro da imigração legal, existem

várias categorias de imigrantes. Os mais pretendidos são aqueles que possuem qualificações profissionais desejadas por determinada empresa. Esses são geralmente bem-vindos e bem tratados. A empresa ou instituição interessada geralmente se encarrega de providenciar a 'papelada' necessária para o ingresso legal do estrangeiro no país, abrindo todas as portas e reduzindo bastante os inconvenientes burocráticos pelos quais passam os demais candidatos a imigração.

Já sem tantas facilidades se situam aqueles imigrantes beneficiários de programas de diversidade (como o que existe nos EUA), ou os trabalhadores menos qualificados que se beneficiam das cotas anuais de admissão de imigrantes.

Os imigrantes por motivo de reagrupamento familiar são percebidos de acordo com seu status social do responsável pelo reagrupamento. Quanto mais alto o nível econômico do *chamante*, mais aceitação terão seus filhos e cônjuge. A aceitação depende basicamente de dois fatores:

- a) Do interesse da empresa em contratar a mão-de-obra desse trabalhador;
- b) Do status econômico do imigrante.

Num patamar intermediário entre os imigrantes documentados e os não-documentados, encontram-se aqueles contratados como mão-de-obra temporária. Os serviços de natureza temporária costumam não requerer altos níveis de qualificação profissional, não atraindo trabalhadores de status econômico elevado, o que por si só já é um fator que incita ao desrespeito. Muito embora se trate de um tipo de migração legal, é comum que os

convênios ou leis que a legitimam determinem a obrigação de sair do país ao término do contrato, como medida destinada declaradamente a evitar a radicação do imigrante no estrangeiro. Esse tipo de programa de imigração institui legalmente uma cidadania de segunda classe, porque muitas vezes ao imigrante é proibido mudar de emprego ou de empregador, sob pena de cassação do visto de permanência/trabalho.

No patamar mais difícil estão os imigrantes indocumentados. São eles os principais alvos de exploração. São passíveis de expulsão pelos simples fato de estarem no país e, quando passíveis de regularização, são tratados exclusivamente como necessitados de assistência social. Atualmente, supõe-se que constituem mais de 50% dos imigrantes nos países desenvolvidos (LOPES, 2009, p.31-123).

A este último grupo de migrantes cabe o acesso aos direitos humanos em regime de urgência, a começar por sua condição jurídica, como a de 'sem contrato', 'sem direito a ter direito', inclusive não têm o direito de ficar dignamente em sua terra, como nos vários casos de migrantes do Vale do Jequitinhonha.

Existem os imigrantes 'clandestinos', geralmente compreendidos como aqueles que entraram em um país evitando os controles de fronteiras. São os *irregulares* desde o início. Mas, há também aqueles que entram legalmente, porém, prorrogam sua estância além do tempo previsto. Nessa categoria estariam aqueles que entram como turistas, peticionantes de refúgio e também aqueles autorizados para uma determinada espécie de trabalho, mas

que acabam exercendo outras atividades não combinadas ou excedem o período de permissão legal.

Todavia, embora seja mais intensa para determinados grupos que para outros, a violação de direitos humanos é aplicada ao imigrante em geral e das mais diferentes formas, como a permanente ameaça de dispensa e expulsão mesmo de migrantes documentados. Nessa perspectiva, Sayad observa que

*O apelo incessante e insistente para que [os imigrantes] se lembrem de que devem se conformar ao imperativo segundo o qual eles continuam sendo, de direito, dispensáveis e expulsáveis (muitos são os meios para esse fim; regulares ou excepcionais, violentos ou mais sorrateiros e mais disfarçados, todos servem), dá prova de mais uma contradição, da inanidade, para não falar do caráter mistificador das intenções que se proclamam, bem como dos discursos proferidos sobre a virtude educativa e formadora da experiência adquirida durante a imigração e por causa da imigração (SAYAD, 1998, p. 62).*

### **7.3 - A migração na perspectiva do direito cosmopolita**

Seyla Benhabib (2004) observa que Kant reconhece três níveis distintos – embora vinculados – de relação de direitos:

- a) o “Direito de um Estado” especifica relações de direito entre pessoas dentro de um Estado;
- b) o “Direito de Nações” corresponde a relações de direito entre estados e;
- c) “o Direitos para todas as Nações” ou “Direito Cosmopolita” concernente as relações de direito entre pessoas e estados estrangeiros. Os dilemas

normativos de pertencimento político devem se localizar dentro dessa terceira esfera de *jus cosmopolitanum*.

Escrito em 1795, o ensaio "A paz perpétua" de Kant passou por uma renovação de interesse nos últimos anos, em tempos de globalização. Kant formula três artigos definitivos para a paz perpétua entre os Estados:

- 1) A constituição política em todo Estado deve ser republicana.
- 2) O direito das gentes deve fundar-se em uma federação de Estados livres.
- 3) O direito de cidadania mundial deve limitar-se às condições de uma universal hospitalidade.

O terceiro item é menos estudado. Kant afirma que a hospitalidade não é uma condição de filantropia, mas sim de direito: "um direito que pertence a todos os seres humanos na medida em que nos vejamos como participantes potenciais de uma república mundial". Este direito se situa nos limites do político, uma vez que não regula relações entre membros de uma mesma comunidade política, mas entre membros e forasteiros. É um direito de visitante, o direito de apresentar-se em uma sociedade; enquanto se mantiver pacífico, não será possível expulsá-lo. "Funda-se este direito na posse comum da superfície da terra; os homens devem tolerar mutuamente sua presença." O direito à residência permanente seria concedido por meio de um acordo especial, conferindo um privilégio especial a certos estrangeiros.

O direito de hospitalidade implica o direito à permanência temporária àqueles ameaçados (vítimas de guerras, conflitos étnicos e religiosos etc), quando a negativa levaria a sua morte. Não fica claro se isto é um direito moral dos ameaçados (como obrigações morais recíprocas) ou somente

deveres morais, mas não normas cogentes – a mesma ambivalência jurídica e moral que afeta os refugiados hoje. O direito de hospitalidade se baseia em uma ordem cosmopolita, mas não existe uma entidade supra-estatal capaz de assegurar sua aplicação.

Ainda no escopo do “direito de hospitalidade”, pode-se discutir o direito de visitante e suas justificativas: *a)* a capacidade de todos os seres humanos de associar-se; e *b)* a comum possessão da terra. Esta tem muitos antecedentes na jurisprudência europeia, e tem dois sentidos: Kant quer evitar usá-la como justificativa para a expansão colonial europeia e, por outro lado, basear o direito dos seres humanos de entrar em associação civil mútua na afirmação de que, dado que a superfície da terra é limitada, em algum ponto devemos aprender a desfrutar de seus recursos em comum com outros.

Kant não fundamenta o direito cosmopolita no fato da esfericidade da terra – ou seja, no fato de que, dada a finitude da terra, os seres humanos entram em contato uns com os outros. Ela funciona (assim como nossa constituição biológica) em condições limitantes de nossa liberdade externa. O princípio da liberdade externa é a premissa justificatória no argumento que leva ao estabelecimento do direito cosmopolita. Dado que o exercício de nossa liberdade externa significa que cedo ou tarde precisaremos cruzar fronteiras e entrar em contato com seres humanos de outras terras e culturas, devemos reconhecer que:

*1)* a superfície da terra estará distribuída entre os territórios de repúblicas individuais;

2) são necessárias condições de direito que regulem transações intra e inter-republicanas; e

3) entre estas condições se encontram aquelas correspondentes aos direitos de hospitalidade e permanência temporária.

#### **7.4 - A relevância atual do conceito de Kant de “permanência temporária”**

O princípio kantiano de não negar entrada aos ameaçados foi incorporado na Convenção de Genebra sobre refugiados como o princípio de “non-refoulement”, que obriga os Estados a não devolver pela força refugiados a seus países de origem se isso representar um claro perigo a sua vida e liberdade. Frequentemente este princípio tem sido interpretado de forma muito estreita pelos países.

O direito universal de hospitalidade impõe um *dever moral imperfeito* de oferecer ajuda – ou seja, um dever *condicional*; não há obrigação de dar refúgio se isto pode por em perigo a própria vida e segurança. Ao formular suas políticas para refugiados e asilados, muitos governos utilizam implicitamente a distinção entre deveres perfeitos e imperfeitos.

Kant, como um pensador iluminista, se dedica à questão das trocas entre diferentes povos e culturas e à constituição de um mundo cosmopolita. É por isso que enfatiza o direito de hospitalidade. Contudo, há uma brecha impossível de fechar que ele sugere existir entre o direito de permanência

temporária e a residência permanente. A primeira é um direito; a segunda, um privilégio. Como aceder à condição de membro político? Os cidadãos cosmopolitas de Kant ainda necessitam de suas repúblicas individuais para ser cidadãos. Por isso Kant distingue com tanto cuidado um “governo mundial” (que resultaria em uma monarquia universal despótica) de uma “federação mundial” (que permitiria o exercício da cidadania dentro de comunidades circunscritas).

O legado kantiano é ambíguo: enquanto os liberais tentam expandir as circunstâncias em que se aplicariam as obrigações de primeira admissão (incluindo, por exemplo, bem-estar econômico), os defensores da soberania nacional lembram a condenação de Kant de um governo mundial assim como sua insistência na prerrogativa dos soberanos de reconhecer a condição de membros, para justificar os direitos dos estados nacionais de controlar suas fronteiras.

“A paz perpétua” foi o marco divisor entre duas concepções de soberania e iniciou a transição para a segunda: a soberania westfaliana e a soberania liberal internacional. No regime westfaliano, os Estados são livres e iguais, detêm a autoridade última sobre todos os sujeitos e objetos em um território delimitado, e veem os processos que atravessam fronteiras como um assunto privado que concerne somente os afetados diretamente.

Nas concepções de soberania liberal internacional, a igualdade formal dos Estados depende de modo crescente de que respeitem valores comuns e princípios como a observância de direitos humanos, o império da lei e a

autodeterminação democrática. A soberania não significa autoridade última e arbitrária. Os princípios internos devem estar ancorados em instituições compartilhadas com outros – como Kant imagina a Liga das Nações.

Kant apontou claramente as tensões entre os requerimentos de uma moralidade universalista de oferecer permanência temporária a todos e a prerrogativa legal do soberano de não estender tal permanência temporária à condição plena de membro.

Contudo, o direito do residente temporário a ser membro deve ser visto como um direito humano que pode ser justificado de acordo com os princípios de uma moralidade universalista.

Mas, há um paradoxo na legitimidade democrática: o soberano republicano deveria buscar limitar sua vontade por uma série de compromissos prévios com uma série de normas formais e substantivas, às quais geralmente se refere como direitos humanos. Os direitos e títulos de outros – sejam “auxiliares da comunidade política organizada”, como se consideravam as mulheres, os escravos e os homens sem propriedade, ou povos subjugados ou estrangeiros – se negociam então sobre este terreno flanqueado pelos direitos humanos de um lado e as afirmações soberanas de outro.

Entretanto, este paradoxo nunca poderá ser plenamente resolvido pelas democracias. Seu impacto pode ser mitigado por meio de uma renegociação e iteração dos compromissos duais com os direitos humanos e a autodeterminação soberana. A política de pertencimento na era de desagregação dos direitos cidadãos tem a ver com a negociação das

complexidades dos direitos plenos de pertencimento, a voz democrática e a residência territorial.

### **7.5 - O “Direito das Gentes” – uma discussão sobre Migrações e Justiça distributiva**

Ainda tomando como ponto de partida o depoimento de Evandro sobre sua experiência migratória, percebe-se que ele aponta para uma das múltiplas causas das migrações, como a não distribuição equitativa dos recursos sociais destinados à reprodução material e simbólica cultural das famílias, especialmente àquelas que detêm como único meio de produção, sua força de trabalho, e, conseqüentemente, o reconhecimento negatido – no aspecto político e ideológico – da migração, ou do pertencimento político a uma nação como um empoderamento do imigrante e, conseqüentemente, uma ameaça ao bem estar cultural e à cidadania da população nativa.

Todavia, o pertencimento político a uma comunidade ou nação raramente foi considerado um aspecto importante das teorias de justiça distributiva e internacional. Em seus trabalhos de filosofia política, por exemplo, John Rawls (1979) considera que as sociedades políticas devem ser consideradas *sistemas sociais completos e fechados*. Isto não significa que ele acredite na existência de sociedades fechadas, mas que a adote como uma suposição útil para discutir teorias da justiça.

Jhon Rawls (1979) elabora sua reflexão do ponto de vista das comunidades fechadas, que chama de povos. Isso significa desconsiderar os indivíduos pessoas morais sobre as quais se erigiam a comunidade cosmopolita, como reivindica Kant em seu trabalho "A paz perpétua".

Por sua vez, John Rawls (1979) vê os indivíduos como membros de povos e não como cidadãos cosmopolitas. Este ponto de partida metodológico o leva a articular os princípios de justiça internacional não para indivíduos, considerados como unidades de igual respeito e preocupação moral em uma sociedade mundial, mas para povos e seus representantes.

Além disso, John Rawls (1979) conflui atributos sociológicos e éticos dos povos; sua definição busca validade histórica e sociológica além de normativa. Ele procura distinguir Estados de povos, mas isso é difícil em seus termos – uma vez que define os povos como dotados de um "governo democrático constitucional justo". Adota uma visão holística dos povos, ao afirmar que cada um deve possuir uma "natureza moral".

Contudo, falta nesta visão uma apreciação da divisão interna significativa das sociedades humanas por classe, gênero, etnicidade e religião. Os povos não são unidades estáticas, mas se desenvolvem ao longo do tempo. Setores marginalizados buscaram alterar o código moral das nações para torná-las mais inclusivas. Ver os povos como entes homogêneos caracterizados por uma "natureza moral" claramente identificável e uma fonte de "simpatias comuns" não é somente equivocado sociologicamente; é uma visão hostil aos

interesses daqueles que tenham sido excluídos do povo porque se negaram a aceitar ou respeitar seu código moral hegemônico.

Se os povos são governados por instituições liberal-democráticas, não pode haver – nem é desejável que haja – uma narrativa coletiva inquestionável de simpatias comuns e uma natureza moral única. As narrativas da condição de povo e, em particular da condição de povos liberal-democráticos, evoluem historicamente por meio de disjunções e disputas. Ao pensar o Estado como fundado em uma população unificada por uma cultura política compartilhada, Rawls coloca em segundo plano as disputas internas e as vozes do dissenso. Isto é incompatível com o liberalismo político de Rawls e suas concepções das liberdades individuais; subordina a condição da pessoa moral à ficção da condição de povo.

Não é de surpreender, portanto, que a imigração não seja considerada por Rawls um aspecto do Direito das Gentes. Para incluí-la em sua teoria moral, ele lista o que considera motivos legítimos para limitar a imigração, como a proteção da cultura política de um povo e seus princípios constitucionais. Longe de danificar a cultura política de um povo e sua constituição, os migrantes podem revitalizá-la e aprofundá-la.

A utopia realista de Rawls aponta para uma solução radical dos movimentos migratórios. Em uma sociedade de povos liberais e decentes, não haveria perseguição de minorias religiosas e étnicas, opressão política, pressões populacionais, nem desigualdade entre homens e mulheres, e diminuiriam as desigualdades econômicas. Assim, “o problema da imigração

não é simplesmente deixado de lado, mas eliminado como problema sério". Os povos se convertem em mônadas sem janelas que não têm interesse em contatos uns com os outros. Rawls não considera possível fundamentar uma teoria da justiça cosmopolita na igualdade de direitos entre todos os indivíduos, pois isto importaria uma visão liberal a todos os povos.

Decepcionados com sua visão de justiça cospomopolita, muitos estudiosos de Rawls propuseram alternativas.

*Cosmopolitismo moral:* utilizando o dispositivo do "véu da ignorância", Joseph Carens defende que a nacionalidade é tão arbitrária, de um ponto de vista moral, quanto outros atributos como cor da pele, gênero etc. Portanto, as democracias liberais deveriam ensejar práticas políticas que sejam compatíveis com a visão de um mundo sem fronteiras.

*Cosmopolitismo liberal:* Thomas Pogge defende um conjunto de regras globais institucionalizadas perante as quais todas as pessoas têm direitos e deveres legais equivalentes, ou seja, são concidadãos de uma república universal.

*O dever de assistência frente à justiça distributiva global:* Para Rawls, "os povos bem ordenados têm o *dever* de assistir a sociedades com problemas", mas isso não significa que "a única maneira ou a melhor maneira de realizar este dever de ajuda é seguindo um princípio de justiça distributiva global para regular as desigualdades econômicas e sociais entre os povos". Rawls acredita que a riqueza de cada país é produzida por fatores endógenos, principalmente de ordem moral; não menciona o papel do imperialismo na

acumulação primitiva na Europa, nem considera a economia mundial como interdependente. Mais, o dever de ajuda deriva de uma obrigação moral tendo em vista o mero fato de que alguns têm mais que outros, ignorando que os ricos são os mantenedores e os principais beneficiados pelo sistema que contribui para o empobrecimento progressivo dos demais.

Frente a isso, Beitz e Pogge argumentam que, em um mundo de interdependências radicais e não meramente acidentais ou transitórias, nossas obrigações distributivas vão muito além do dever natural de dar ajuda. Defendem um princípio redistributivo global: “em particular, se o princípio da diferença (‘as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de modo que beneficiem os menos avantajados’) fosse adotado domesticamente, também o seria no mundo”. Entretanto, parecer ser inadequado a imposição de um princípio redistributivo global, a menos que fosse examinada sua compatibilidade com o autogoverno democrático.

Poderia se fazer ao menos três objeções ao princípio redistributivo global.

A *objeção epistêmica*: é difícil fazer juízos generalizados sobre responsabilidades agregadas, especialmente sobre questões tão complexas como a economia internacional. É mais interessante estabelecer metas factíveis (sobre as quais há consenso democrático crescente), como redução da mortalidade infantil, erradicação do analfabetismo etc. O princípio da diferença é um critério de juízo, não um plano adequado para a formulação de políticas.

*A objeção hermenêutica:* qualquer aplicação do princípio da diferença através das fronteiras pressupõe que compartilhamos juízos claros e não controversos a respeito de quem será considerado o membro menos avantajado da sociedade. Esta avaliação não é econométrica, mas político-econômica. Considero que fixar diretrizes e normas globais que permitem interpretações locais é muito mais desejável que dar por suposto que existe um padrão compartilhado globalmente para medir o bem-estar.

*A objeção democrática:* o desafio crucial que enfrentam os globalistas é de reconciliar políticas democráticas com aspirações igualitárias globais. Há uma interdependência complexa entre justiça e democracia. As alternativas que enfrentamos ao pensar acerca da distribuição internacional não se encontram entre a pura justiça global por um lado e o governo democrático por outro, mas sim a “justiça democrática”, por meio de uma série de mecanismos de justiça global inter-relacionados.

Por acreditarem que a coesão cultural de sua sociedade ou a integridade de suas instituições políticas, econômicas e sociais é o que está ameaçado pelas migrações massivas e a crescente porosidade das fronteiras, muitos teóricos ligados a uma concepção comunitária de grupos nativos influenciam políticas migratórias de países que fecham suas portas à imigração através do erguimento de muros ou leis anti-migrantes.

Porém, se equivocam ao colocar a imigração como causa do processo. O declínio da cidadania tem causas internas e globais. A imigração e as fronteiras

porosas, ao invés de serem causas do declínio da cidadania, são causadas pelas mesmas tormentas que atacam as instituições políticas nacionais.

É importante distinguir entre *integração cultural* e *integração política*. Nas democracias liberais robustas, a porosidade das fronteiras não é uma ameaça, mas um enriquecimento da diversidade democrática existente. Conceber um declínio da cidadania nos processos migratórios, é conceber um modelo empobrecido de identidade democrática como comunalidade etnocultural, além de minimizar o caráter decisivo do debate sobre imigração nas democracias liberais. O que muitos teóricos e Estados não percebem é que há uma crucial interdependência entre direitos e identidades, de instituições políticas e instituições culturais.

#### **7.6 - Direito a ter direitos na perspectiva de Hannah Arendt – quem e como se determina o acesso aos direitos?**

Quem são os migrantes perseguidos, rechaçados e a quem são negados o “direito a ter direitos? Ao analisar esta questão na perspectiva das migrações e os direitos universais da pessoa humana, Seyla Benhabib (2004) aponta que depois de Kant, Hannah Arendt se ocupou do ambíguo legado da lei cosmopolita. Segundo ela, entre as causas fundamentais do totalitarismo esteve o colapso do sistema de Estados-Nação na Europa nas duas guerras mundiais. O desprezo pela vida humana começou quando milhões de seres humanos foram deixados sem Estado e se lhes negou o “direito a ter direitos”. Não ter Estado ou a perda da nacionalidade era equivalente à perda de todos

os direitos humanos. Os direitos do homem e os direitos do cidadão, que as revoluções modernas burguesas claramente delinearam, estavam profundamente imbricados.

Segundo Arendt (2009), o encontro da Europa com a África permitiu às nações colonizadoras transgredir todos os limites morais que normalmente controlariam o exercício do poder em seus próprios países. As lições aprendidas na África foram praticadas no coração da Europa com a emergência do totalitarismo.

Após a Primeira Guerra Mundial, tratados de proteção a minorias nacionais foram impostos aos países derrotados, mas não aos vencedores. Para Arendt, a gradual desavença dentro da Liga das Nações e a inaptidão política resultante, os conflitos emergentes entre as minorias e a hipocrisia na aplicação dos tratados foram precursores dos processos que se dariam nos anos 30. "A nação havia conquistado o Estado, o interesse nacional tinha prioridade sobre o direito muito antes que Hitler declarasse que 'o direito é o que é bom para o povo alemão'".

A perversão do Estado moderno, que passou de um instrumento de direito a um de discricionariedade de direitos, a serviço da nação, se completou quando os Estados começaram a praticar desnaturalizações massivas contra minorias indesejadas, criando assim milhões de refugiados, estrangeiros deportados e povos sem Estados pelas fronteiras.

Nesse sentido, aqui já podemos fazer uma primeira observação de que são as minorias étnicas os alvos de rechaço e negação de direitos humanos,

como o de pertencimento a uma comunidade, mesmo que, e, principalmente, na condição de imigrantes.

### **7.7 - O "direito a ter direitos"**

Ao aprofundar a discussão sobre os significados do "direito a ter direitos", Seyla Benhabib provoca o questionamento sobre o conceito de "direito" e se este está sendo utilizado de modo equivalente nas duas metades da frase? O primeiro uso se dirige à humanidade como tal e reclama reconhecer o pertencimento a algum grupo humano. Invoca-se um *direito moral ao pertencimento e uma certa forma de tratamento compatível com o direito ao pertencimento*.

O segundo uso do termo "direito" se baseia no direito prévio ao pertencimento. Os direitos autorizam as pessoas a tomar ou não um curso de ação e tais autorizações criam obrigações recíprocas. Os direitos se dão entre associados de uma comunidade. Este segundo uso do termo direito seria seu *uso jurídico-civil*, sugerindo uma relação triangular entre a pessoa a quem correspondem os direitos, outros para quem esta obrigação cria um dever e a proteção destes direitos e sua imposição por meio de um órgão legal estabelecido, pelo Estado e seu aparelho.

No primeiro uso, contudo, não está claro a quem se dirige a demanda de reconhecimento como pessoa detentora de deveres. Quem dará ou negará tal reconhecimento? A resposta de Arendt é: a humanidade. Mas, a autora

ressalta a incerteza que isto acarreta. A assimetria entre os dois usos do termo direito deriva da ausência, no primeiro caso, de uma comunidade jurídico-civil de associados que estejam em relação de dever recíproco – o dever de reconhecerem-se mutuamente como membros que devem ser tratados como pessoas habilitadas a desfrutar de direitos.

Para Arendt (2009), o direito a ter direitos pode se realizar somente em uma comunidade política em que as pessoas são julgadas não por suas características definidas por nascimento, mas pelo que fazem, dizem e pensam. Ela é partidária de uma forma de pertencimento “cívico”, e não “étnico”, o que constitui a verdadeira igualdade política. A França e seu ideal de cidadania como adesão aos valores da República seria o principal modelo. Como consequência, o *Jus solis* (aquisição de nacionalidade pelo nascimento no território do Estado) seria mais adequado a este modelo que o *Jus sanguinis* (aquisição de nacionalidade de acordo com a nacionalidade do(s) pai(s)). Contudo, este arranjo institucional não é suficiente para a salvaguarda dos direitos fundamentais; Arendt era tão cética a respeito dos ideais de um governo mundial como o era a respeito da possibilidade que sistemas de Estado-nação consigam garantir justiça e igualdade para todos. O sistema de Estados-Nação sempre leva em seu interior as sementes de injustiça doméstica e agressão no exterior.

## **7.8 – Arendt: sobre o Estado-Nação**

O sistema de Estados-Nação se baseia em tensões – e, em determinados momentos em uma contradição aberta, entre os direitos humanos e o princípio da soberania nacional. O Estado moderno sempre foi um Estado específico – ou seja, ligado a algum tipo de nacionalismo, ainda que de tipo cívico, como no caso francês.

Arendt (2009) criticou todos os nacionalismos, que vêem a nação como um ente orgânico, eterno, produto do crescimento inevitável de qualidades inerentes, e explicam a nação não em termos de organizações políticas, mas em termos de personalidades biológicas super-humanas. Para Arendt, esse tipo de pensamento era pré-político em suas raízes, porque aplica metáforas tomadas do domínio da vida pré-política, como corpos orgânicos, unidades familiares e comunidades de sangue, à esfera da política.

Arendt viu claramente que, para alcançar a autêntica soberania democrática e estabelecer justiça para além das fronteiras, era necessário ir para além do modelo estadocêntrico do século XX. Ainda assim, em suas reflexões sobre os paradoxos dos direitos a ter direitos, Arendt tomou o marco do Estado-nação, em suas variantes étnica ou cívica, como algo dado. Mas, já para Seyla Benhabib, o experimento do Estado-nação moderno poderia ser analisado em termos diferentes: a formação do povo democrático com sua história e cultura únicas pode ser vista como um processo contínuo de transformação e experimentação reflexiva com uma identidade coletiva em um processo de iterações democráticas.

Por iterações democráticas, a autora define:

Processos complexos de argumentação, deliberação e intercâmbio público através dos quais se questionam e contextualizam, invocam e revogam, afirmam e posicionam reivindicações e princípios de direitos universalistas, tanto nas instituições legais e políticas, como nas associações da sociedade civil. Estes podem ocorrer em corpos públicos fortes das legislaturas, o sistema judicial e o executivo, assim como nos entes públicos frágeis, como associações da sociedade civil (grupos de mulheres, migrantes, etnias, etc.) (BENHABIB, 2004, p.130).

As negociações e iterações democráticas se dão no contexto de uma sociedade mundial de estados, em que as decisões de acesso a cidadania têm consequências multilaterais que influenciam outros entes na comunidade mundial. Se o paradoxo de que aqueles que não são membros do *demos* seguirão sendo afetados por suas decisões de inclusão e exclusão não pode ser eliminado por completo, seus efeitos podem ser mitigados por meio de atos reflexivos de iteração democrática pelo povo que examina criticamente e altera suas próprias práticas de exclusão. As distinções entre “cidadãos” e “estrangeiros, “nós” e “eles” podem ser fluidas e negociáveis por meio de iterações democráticas. Só assim poderemos avançar em direção a uma concepção pós-metafísica e pós-nacional da solidariedade cosmopolita que em forma crescente vá colocando todos os seres humanos sob a rede dos direitos

universais (em virtude somente de sua humanidade), enquanto se vão reduzindo aos poucos os privilégios excludentes do pertencimento.

## **7.9 - Kant e Arendt sobre direitos e soberania**

Assim como Kant deixa sem explicar o caminho filosófico e político que poderia levar do direito de permanência temporária ao direito de pertencimento, Arendt não consegue basear “o direito a ter direitos”, ou seja, a ser reconhecido como membro de comunidade humana organizada, em um novo princípio filosófico.

Nos trabalhos de ambos os autores, há a mesma construção conceitual cheia de tensões: primeiro e antes de tudo estão os direitos morais concernentes às obrigações que nos devemos mutuamente como seres humanos. Para Kant, esta é a obrigação de dar refúgio a cada ser humano necessitado, enquanto que para Hannah Arendt é a obrigação de não negar o pertencimento, ou não negar o direito a ter direitos. Mas para cada pensador este direito moral universalista é tão circunscrito política e juridicamente que cada ato de inclusão gera seus próprios termos de exclusão. A igualdade republicana difere da igualdade moral universal. O direito a ter direitos não pode ser garantido por um Estado mundial ou outra organização mundial, senão pela vontade coletiva de entes políticos circunscritos, que por sua vez perpetram seus próprios regimes de exclusão.

Para Arendt (2009), não havia solução institucional nem teórica para os problemas dos apátridas e das perdas de nacionalidade em massa. Desde a Segunda Guerra Mundial, surgiram vários arranjos institucionais que expressam o processo de aprendizagem das nações deste mundo para lidar com os horrores deste século: a Convenção de Genebra de 1951 sobre refugiados, a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a formação do Tribunal Penal Internacional. O desafio é desenvolver um regime internacional de Direitos Humanos que separe o direito a ter direitos da condição nacional do indivíduo – cuja peça central concerne o direito ao asilo.

Enquanto o direito de pedir asilo é reconhecido como direito humano, a *obrigação de conceder asilo* continua sendo conservada cuidadosamente pelos Estados como um privilégio soberano.

Caberia, a partir dessas reflexões sobre o direito a ter direitos, perguntar se o rechaço aos estrangeiros ocorre de forma indiscriminada a todos os imigrantes, ou há distinções de sexo, raça/etnia, classe social, região ou país de nascimento, formação educacional e profissional? Quem emigra, e por que emigra? Para onde e como emigra? Como são construídas e desconstruídas suas “experiências” migratórias? Como seus familiares participam do processo migratório e quais os desdobramentos psíquicos, sociais, culturais e econômicos para o grupo? Quais os desdobramentos da imigração para as regiões de origem dos imigrantes?

## 8 - Considerações Finais

As incursões que realizei a campo dentro e fora do Brasil, fazendo entrevistas com mulheres e homens migrantes (brasileiros e não brasileiros), e, as reflexões teóricas a partir da leitura de bibliografias sugerem uma abordagem da migração numa perspectiva histórica e global. Isto sem perder o foco especial no grupo de migrantes do Vale do Jequitinhonha, o qual acompanho desde o início da pesquisa, e, articulando metodologicamente os três eixos teóricos (Ciclo de vida da família do migrante, Redes sociais de migrantes, e, migração e direitos humanos) com o material de colhido em campo para alcançar uma sociologia satisfatória da migração internacional rural dos(as) jovens jequitinhonhenses.

A análise pôde mostrar que os objetos adquiridos ou a incrementação de novas práticas e instrumentos no processo de reprodução social da família expressam ao menos três desenredos da migração para o migrante e sua família.

- a) Uma relativa melhoria das condições materiais de vida da família. Mas, não necessariamente das condições de vida do migrante. O que equivale dizer que a imigração não necessariamente faz sair da condição de pobreza ou fragilidade social em relação ao gozo de direitos humanos fundamentais;
- b) Um custo pessoal para o imigrante que socialmente o mantém como, ou intensifica sua condição de marginalizado, expropriado, mesmo no caso

de melhorias das condições materiais de vida da sua família. O custo pode ser entendido como trabalho intenso e ininterrupto, “*sem parar, de domingo a domingo*”, como apontou Maria, e a margem de um sistema jurídico que lhe permita reivindicar, ao menos, seus direitos humanos, como sugere Sandoval ao dizer que não é trabalho “*feito para o ser humano*”. Ou seja, a relativa melhoria da condição material de vida, muitas vezes, ocorre amalgamada à situações de tortura e escravidão.

- c) Entretanto, a viabilização da relativa melhoria do padrão de vida do grupo familiar, o silêncio guardado sobre as violações de direitos e precárias condições de vida e de trabalho na sociedade de imigração, fazem com que o imigrante, torne-se fonte de estímulos à migração de novas pessoas do círculo de convivência social de sua família ou comunidade de origem.

Diante disso, caberia breves considerações finais sobre o atual momento histórico das migrações internacionais, especialmente no e para o Brasil, e, também a indicação de alguns elementos como o direito à diferença e ao pertencimento político ao lado das “Redes sociais de migrantes”.

O Brasil vive uma situação de emigração e imigração no processo de globalização. Mas, com a relativa melhoria da distribuição de renda e o crescimento econômico interno, por um lado, e, por outro, as crises econômicas nos países típicos de ‘destino’, o Brasil vive atualmente uma situação em que muitos de seus emigrantes estão retornando.

O que moveu essas pessoas a emigrar do Brasil, e o que as move à retornar para o Brasil? São apenas os aspectos econômicos e desenvolvimentistas relacionados à dinâmica da economia nacional e mundial? Ou, são também aspectos relacionados às violações de direitos humanos nos países de destino, como discriminação, xenofobia, tráfico de seres humanos, violência institucionalizada com o argumento de combate ao terrorismo? Ou, são ainda fatores relacionados ao esgarçamento das redes informais de proteção social que apóiam migrantes e as quais eles se vinculam, mesmo sem uma clareza política e conceitual sobre elas? Seriam, ainda fatores relacionados à subjetividade dos migrantes, como saudades da família, do local de sua natividade, etc. Poderia ser também uma conjugação entre todos esses fatores as causas do seu retorno ao Brasil?

Cada comunidade de brasileiros retornados poderia ser investigada na perspectiva do entrelaçamento de todos esses fatores, ou na perspectiva de análise profunda sobre um deles para que se pudesse chegar a conclusões mais objetivas sobre o processo social do seu retorno. Ademais, caberia perguntar quem são os brasileiros que retornam? Qual o seu perfil social, sexo, escolaridade, profissão, faixa etária, condição socioeconômica, etc.

Além dos brasileiros retornados, o Brasil tem atraído pessoas de outros países. Quem são esses imigrantes? O que os atrai? Como atraí? De onde e como eles emigram? Qual sua situação jurídica no Brasil? São pertencentes ou rechaçados na sociedade brasileira?

O não-pertencimento indica que o imigrante é tratado pejorativamente como o outro, o estrangeiro, o desconhecido, o medo, a desconfiança, o perigo a estabilidade de padrões culturais, políticos e sociais estabelecidos. Contudo, Herrera Flores (2005, p.26) aponta que o certo seria adotar a atitude intelectual de "reivindicar que todos somos estrangeiros, que todos somos migrantes, que aprendemos pelo contato e a inter relação mais que pela autarquia ou o rechaço social à diferença. Ir, portanto, da xenofobia a philoxenia"<sup>38</sup>.

Por fim, cabe destacar que a imigração deve ter não apenas o tratamento jurídico normativo, mas também com a mesma carga valorativa jurídica, um tratamento ético e humanitário que possibilite a qualquer pessoa o acesso ao direito de acolhida, ainda que provisória. A política migratória com base em princípios éticos e humanitários não pode deixar fora do seu escopo o direito de emigrar, o direito de entrar em um país, o direito de acolhida, e, com igual importância humanitária, ética e política, deve reconhecer e garantir o direito das pessoas ficarem com dignidade em suas terras. Este poderia constituir um princípio eficaz na prevenção e combate à pobreza, à concentração da riqueza, à migração forçada, ao tráfico de seres humanos e ao trabalho escravo.

---

<sup>38</sup> HERRERA FLORES, J. **El proceso cultural**. Materiales para la creatividad humana. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005.

## 9 – Bibliografia

ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALVES, José Augusto Lindgren. Direitos Humanos, Cidadania e Globalização. São Paulo. **Lua Nova**, nº50, 2000. pp.185-242.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (Tradução: Raposo Raposo).

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Tradução: Raposo Raposo).

AUGUSTO, Helder dos Anjos; SILVESTRE, Luiz Henrique. **Mudanças nas regiões históricas de perdas populacionais: o caso das Mesorregiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri-MG**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008. Disponível também em:  
[http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008/D08A136.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A136.pdf)

Acesso em setembro de 2012

AUGUSTO, Hélder dos Anjos; BRITO, Fausto Reynaldo; BARBIERI, Alísson Flavio. O Norte e Nordeste de Minas Gerais no contexto das migrações contemporâneas brasileiras. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 77 – 98, set/dez. 2008. Disponível também em:  
<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/474/674>

Acesso em setembro de 2012.

BARRETO, António. (Org.) **Globalização e migrações**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Col. Estudos e Investigações, 38.

BEAUD, Stéphane e WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos** (trad. Sérgio Joaquim de Almeida). Petrópolis, RJ : Vozes, 2007, p. 191-220.

BENHABIB, Seyla. **Los derechos de los otros** – extranjeros, residentes y ciudadanos. Barcelona: Gedisa, 2004.

BISON, Wanderluce Pessoa. **A volta por cima** – mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 1995. (Dissertação de Mestrado)

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. A ilusão biográfica. pp. 183-191. In. FERREIRA, M. M. & AMADO, J. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. A rua dos Junquinhos. In. \_\_\_\_\_. (Coord.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica**. Brasília: Eletrobrás, 2011.

BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Atlas IDH – 2000**. Rio de Janeiro; IBGE, 2000.

BRUMER, Anita. A reprodução geracional na unidade de produção familiar na agricultura. Uma abordagem conceitual. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais**. Campinas, Setembro de 2003.

CANDIDO, Antonio. Brasil caipira – Programa 7, disco 1. In. FERRAZ, Isa Grinspum (Roteirista). **Da obra de Darcy Ribeiro, o povo brasileiro**. (Documentário). São Paulo; Paulus Vídeo, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CANDIDO, Antonio. Brasil caipira – Programa 7, disco 1. In. FERRAZ, Isa Grinspum (Roteirista). **Da obra de Darcy Ribeiro, o povo brasileiro**. (Documentário). São Paulo; Paulus Vídeo, 2007.

CARNEIRO, Ana Maria. **Aprendizado da sobrevivência**: trabalhadores rurais de Araçuaí-MG. Rio de Janeiro: FGV, 1986. Dissertação de mestrado.

CARNEIRO, Maria José. O **ideal urbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Orgs.). Mundo rural e política. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. Trad. Roneide Venâncio Majer. \_\_\_\_\_. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Young fellow e old fellow: a construção da categoria "jovem" a partir da construção de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. pp. 272-321. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 12, Nº 2, OUT/2004.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E EMPREGO. **Campanha contra o trabalho escravo**: estatísticas em 31/07/2010. Goiânia: CPT, 2010.

CNPD – COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.  
**Migrações internacionais:** contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

CORNELISU, Wayne; MARTIN, Philip; HOLLIFIELD, James. **Controlling Immigration:** a Global Perspective. Stanford; Stanford University Press, 1994.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. **Migração e identidade:** olhares sobre o tema. São Paulo: Centauro, 2007.

DEVOTO, Fernando J. Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexões a la luz del caso argentino. **Estudios Migratorios Latinoamericanos.** 1988.

DIAS, Guilherme Mansur. **Experiências de trabalho temporário nos Estados Unidos:** uma abordagem etnográfica do Okemo. Dissertação. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

DORNELAS, Sidnei Marco. Redes sociais na migração. pp.05-10. **Travessia.** Nº40, São Paulo. CEM, MAIO/AGO, 2001.

DOSSIÊ MIGRAÇÕES. **Estudos Avançados.** São Paulo, v.20, n.57, Maio/Ago., 2006.

DURSTON, Jhon. **Juventud e desarrollo rural:** marco conceptual e contextual. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Cepal, 1998.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FABRI, Marcelo. Fenomenologia e cultura: significado crítico e limites da idéia husserliana de Europa. Santa Maria-RS. **Filosofia Unisinos,** 8(1):41-48, jan/abr 2007.

FARIAS, José Eduardo. Direitos Humanos e globalização econômica: notas para uma discussão. **Estudos Avançados.** São Paulo, USP, vol. 11, nº30, MAIO/AGO, 1997.

FELDMAN-BIANCO, B. **Entre a Saudade da Terra e a América:** Memória cultural, trajetórias de vida e (re)construções de identidade feminina na intersecção de culturas. *Ler História,* Lisboa, Portugal, v. 27/28, p. 45-73, 1995.

\_\_\_\_\_. **Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal:** Antigas rotas, novos trânsitos e reconfigurações de semelhanças e diferenças culturais. In: RAMALHO, Maria Irene, Sousa Ribeiro, António. (Org.). *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade.* Porto: Editora Afrontamento, 2001, p. 143-182.

FERNANDEZ-KELLY, Patricia. Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, Alejandro. (org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York: Russell Sage, 1995.

FERREIRA, Ricardo Hirata. **Migrações Internacionais: Brasil ou Japão**. O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. Tese. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

FITZ Marshall and BUTTERNFIELD, Jeanne. Arizona's 'Show Me Your Papers' Law in the U.S. Supreme Court: What's at Stake? .In: <http://www.americanprogress.org/issues/immigration/news/2012/04/04/11394/arizonas-show-me-your-papers-law-in-the-u-s-supreme-court-whats-at-stake/> Abril de 2012

FLEISCHACKER, Samuel. **Uma breve história da justiça distributiva**. Trad. Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FONTES, Cristiane (Coord.). **Mudanças climáticas, migrações e saúde: cenários para o Nordeste, 2000-2050**". Cristiane Fontes (Coord.). Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2011.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

FUSCO, Wilson. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. **Textos NEPO**, 40. Campinas: NEPO, 2002.

GARCIA JR., A. R. **O sul**: caminho do roçado. São Paulo: Marco Zero/UnB/CNPq, 1989.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Estampa/Ida, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GODEANU, Dirk; HERNÁNDEZ, Vicente Manuel Zapata (Coords.). **La inmigración irregular** – Aproximación multidisciplinar. Tenerife: Garibaldo de Tenerife, 2005.

GOMES, Marília Miranda Forte et al. **O 'Sertão nordestino' mineiro:** caracterização e projeção populacional das microrregiões do Vale do Jequitinhonha, 2000-2030. Belo Horizonte: Cedeplar/FACE/UFMG, 2007. Disponível também em:  
[https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/arquivos/pdfs/sertao\\_nordestino\\_mineiro.pdf](https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/arquivos/pdfs/sertao_nordestino_mineiro.pdf)

Acesso em Setembro de 2012

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Índice de garantia dos Direitos Humanos em Minas Gerais – 2008.** Belo Horizonte: Instituto IDH, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro.** Trad. George Sperber, Paulo A. Soethe, Milton C. Mota. São Paulo: Loyola, 2004. 2ª Ed.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo : Edições Loyola, 2010.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento** – a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HERRERA FLORES, J. **El proceso cultural.** Materiales para la creatividad humana. Sevilla: Aconcagua Libros, 2005.

HUGO, Graeme. Migrações internacionais não-documentadas. pp.05-12. **Travessia.** São Paulo, CEM, N°30, JAN/ABR, 1998.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações.** São Paulo: Ponto de Leitura, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

**Características da população e dos domicílios:** resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil** – 1991-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

JANSEN, Clifford J. Some sociological aspects of migration. In. J. A. Jackson. **Migration.** Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

KEY, Cristóbal. **Estudios rurales en América Latina en el period de globalización neoliberal:** uma nueva realidad? Revista Mexicana de Sociologia, 71, nº4 (Octubre – Diciembre) 607-645. Disponível também em:  
<http://www.ejournal.unam.mx/rms/2009-4/RMS009000401.pdf>

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**. V. 4, n.1, pp.25-29, JUN-2002. Disponível também em: [www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/lavinas.pdf](http://www.uff.br/cpgeconomia/v4n1/lavinas.pdf) Acesso em 22-04-2007.

LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo : Companhia das Letras, 2008, p. 60-61.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito de Imigração: **o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre; Nuria Fabris, 2009.

LÓPEZ CASTRO, Gustavo. **La casa dividida**. Un estudio de caso sobre la migración a Estados Unidos en un pueblo michoacano. Zamora: El Colegio de Michoacán. 1986. p. 17.

MACHADO, Igor José de Renó. Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal. In: MALHEIROS, Jorge Macaísta (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Paulinas Editora – Prior Velho, 2007. . Disponível também em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col Comunidades/1 ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) Acesso em 26 de junho de 2008.

MACHADO, Igor J. Renó. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento – o caso dos brasileiros em Portugal. pp.1-24. **SOCIUS Working Papers**. Texto N°3. Lisboa: ISEG/UTL, 2005. Disponível também em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=617> Acesso em Março de 2009.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Um mar de identidades**. A imigração brasileira em Portugal. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003. Tese de doutorado.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Paulinas Editora – Prior Velho, 2007. . Disponível também em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col Comunidades/1 ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf) Acesso em 26 de junho de 2008.

MARGOLIS, M. **Lttle Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994.

MASSEY, Douglas S. Understanding Mexican Migration to the United States. **American Journal of Sociology**. Princeton,, 1987, N° 92, pp.1372-1403.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005  
Disponível também em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a01.pdf>  
Acesso em Agosto de 2011.

MARTINS, José de Souza. Migrações temporárias – problema para quem? **Travessia**. São Paulo, Ano 1, No 1, maio de 1988.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

Mc MICHAEL, Philip. Reconsiderar la globalizacion: otra vez la question agraria. pp.01-37. **Revista Mexicana de sociología**. Instituto de Investigaciones Sociales, v. LX, n.4, oct – dez/1998.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmicas regionais**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; João Pessoa-PB: UFPB, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. São Paulo: Hucitec, 1988.

NEGRI, Antonio. **El poder constituyente**. Madrid: Libertarias-Prodhufo, S.A., 1994.

OCADA, Fábio Kasuo. **A tecelagem da vida com fios partidos** : as motivações invisíveis da emigração de kassegui ao Japão em quatro estações. Araraquara: Unesp, Tese de Doutorado, 2006.

ONCÜ, Ayse. International labour migration and class relations. In. A. Marinelli e N. J. Smelser (Ed.). **Economy and Society**: overviews in Economic Sociology. Londres: Sage, 1999.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Search of Shelter: Mapping the Effects of Climate Change on Human Migration and Displacement**. Universidade de Columbia, EUA, 2009. Disponível em:  
<http://pt.scribd.com/doc/22765209/In-Search-of-Shelter-Mapping-the-Effects-of-Climate-Change-on-Human-Migration-and-Displacement#archive>  
Acesso em Julho de 2011

PATARRA, Neide L. (Coord.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. v.1. São Paulo: FNUAP, 1995.

PATARRA, N.; BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil. In: PATARRA, N. (Coord.) **Emigração e imigração internacional no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Fundo de Populações das Nações Unidas, 1996.

PARATA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005. Disponível também em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a02.pdf>  
Acesso em Agosto de 2011.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Texto No 11/2004. Lisboa: SOCIUS, 2004. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf> Acesso em setembro de 2007.

\_\_\_\_\_.; FIGUEIREDO, Alexandra. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. MALHEIROS, Jorge Macaísta (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Paulinas Editora – Prior Velho, 2007. Disponível também em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrasileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrasileira.pdf)  
Acesso em 26 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_. Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. pp 19-46. **Migrações**. Lisboa, No 2, Abril/2008. Disponível também em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_2/migracoes2\\_completo.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_2/migracoes2_completo.pdf)  
Acesso em 26 de junho de 2008

PEREIRA, José Carlos Alves. **À procura de 'viver bem'**: jovens rurais entre campo e cidade. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007. Dissertação de mestrado.

PERILLO, Sônia. R & ARANHA, Valmir. J. Tendências recentes da migração. pp.109-122. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.6, n.3, 1992.

POGGE, Thomas. Reconhecidos e violados pela lei internacional: os direitos humanos dos pobres do mundo. **Ethc@** - Revista Internacional de Filosofia Moral. Florianópolis, v.5, n. 1, pp. 33-65, JUN-2006. Disponível também em: <http://www.cfh.ufsc.br//ethic@/et5lart3.pdf> Acesso em 07 de setembro de 2007.

POLANYI, Karl. **La gran transformación**. Trad. Atanásio Sánchez. Buenos Aires: Claridad, 1947.

PORTES, Alejandro. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In. M.M. Kritz. Et al. **Global trends in migration** – theory and research on international population movements. New York: Center for Migration Studies, 1981.

PORTES, Alejandrdo. Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview. In. **The economic sociology of immigration**. Nova

York: Russel Sage Foundation, 1995.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais, n 271. Universidade de Coimbra – Portugal, março de 2007. Disponível também em: <http://www.ces.uc.pt/publicações/oficina/271/271.pdf>  
Acesso em 15/10/2007.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 - Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos. New York, PNUD, 2009. Disponível também em: [http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_2009\\_PT\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf)  
Acesso em Maio de 2010.

PÓVOA NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. pp.45-56. In. HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da. (Orgs.) **Simpósio internacional migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007.

PRENCIPE, Lorenzo. As políticas migratórias na Europa – rigor e fichamento. pp.05-12. **Travessia**. São Paulo, CEM, N°25, MAIO/AGO, 1996.

RAMOS, Érika Pires. **A força expansiva dos direitos humanos no contexto da crise ambiental global: o fenômeno dos "refugiados ambientais"**. São Paulo: USP, 2012. Tese de doutorado.

RAWSL, John. **Teoria de la justicia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

RAVENSTEIN, Ernest George. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**. London, Vol. 48, No. 2, Jun, 1885, pp. 167-227.

REIS, Márcio Carneiro dos. **Projeto "Construindo capacidades em segurança alimentar no Brasil"**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.ryerson.ca/content/dam/fsbra/docs/docs/Aracuai%20March%202006%20Anexo%202.pdf> Acesso em 16 de Outubro de 2010.

REIS, Rossana Rocha. Migrações: caso norte-americano e francês. pp. 59-74. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n. 57, Maio/Agos., 2006.

REIS, Rossana Rocha. **Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos**. São Paulo: Hucitec, 2007.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha**. Contagem: CEDEFES, 1996.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil – Afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro:

FGV, 2006.

ROSÁRIO, Edite; SANTOS, Tiago. **Quanto custa ser imigrante?** Lisboa: Paulinas, 2008. Disponível também em:

[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_EstudiosOI/OI\\_26.pdf?u=oi](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_EstudiosOI/OI_26.pdf?u=oi)

Acesso em 26 de junho de 2008

ROSSI, Pedro. Remessas de imigrantes: estudo de caso de brasileiros em Portugal. In: MALHEIROS, Jorge Macaísta (Org.). **Imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: Paulinas Editora – Prior Velho, 2007. Disponível também em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Comunidades/1\\_ImigrBrazileira.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Comunidades/1_ImigrBrazileira.pdf)  
Acesso em 26 de junho de 2008.

SACHS, Ignacy; WILHELM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Brasil – um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SALES, Tereza. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In. Vários autores. **O trabalho no Brasil no limiar do séc. XXI**. São Paulo: LTr, 1999.

\_\_\_\_\_. Hard-working newcomers: brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. In: BARRETO, António. (Org.) **Globalização e migrações**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2005. Col. Estudos e Investigações, 38.

SANTOS, Roosevelt. **Gaúchos no cerrado e as relações dos fluxos migratórios com o meio ambiente**. In. HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio (Coords.). Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Humanitas, 2007.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre : Artmed, 2010

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. A maldição. pp. 651-672. In: BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. Trad. Mateus S. S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 2003. 5ª ed.

\_\_\_\_\_. A emancipação. pp. 673-682. In: BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. Trad. Mateus S. S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 2003. 5ª ed.

SBALQUEIRO, Cristiane Maria. **Direito de Imigração: o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos**. Porto Alegre; Nuria Fabris, 2009.

SCUDELER, Valéria C. **A inserção de imigrantes brasileiros no mercado de trabalho dos EUA**. (dissertação de mestrado). Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. A migração de mulheres do Vale do

Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias. pp. 09-15.  
**Travessia**. Nº1. São Paulo. CEM, 1988.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes Silva. As mulheres das grotas e veredas. pp.35 – 72. In. SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES-SPM. **Migrantes temporários** - peregrinos da resistência. São Paulo: SPM, 1991.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In. HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da. (Orgs.) **Simpósio internacional migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo: Humanitas, 2007.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; CONSTANTE, Rodrigo. A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 24, mai./ago. 2010, p. 196-240

SILVA, Maria Aparecida Moraes. O trabalho oculto nos canaviais paulistas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan./jun. 2011, p. 11-46. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4751>

SILVA, Sidney Antonio da. **Festejando a Virgem Mãe Terra numa pátria estrangeira** – devoções marianas num contexto de permanências e mudanças culturais entre os imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: FFLCH/USP, 2002. pp.326. (Tese de Doutorado)

SILVA, Sidney Antonio da. Clandestinidade e intolerância: o caso dos bolivianos em São Paulo. pp. 25-29. **Travessia**. São Paulo, CEM, Nº30, JAN/ABR, 1998

SILVA, Vanda. **As Flores do Pequi**: sexualidade e afetividade entre jovens rurais. São Paulo: CMU/Arte Escrita, 2007.

SIMMEL, Georg. **Les pauvres**. Paris: PUF, 1998.

SPM - SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Boletim SPM Informa**. São Paulo : SPM, 2010.

SPRANDEL, Márcia Anita (Org.). **Direito dos trabalhadores migrantes: convenções internacionais, protocolos adicionais e leis e decretos**. Manaus: UEA, 2007.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura, homens, mulheres e capital**. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e. João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.;

TÉCHIO, Kachia. **Imigrantes brasileiros não documentados**: uma análise

comparativa entre Lisboa e Madri. Texto No 1/2006. Lisboa: SOCIUS, 2006. Disponível em:  
<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200601.pdf> Acesso em abril de 2008.

TÉCHIO, Kachia. **Imigrantes brasileiros não documentados**: uma análise comparativa entre Lisboa e Madri. Texto No 1/2006. Lisboa: SOCIUS, 2006. Disponível em:  
<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200601.pdf> Acesso em abril de 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, Maria B. Rocha. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

TRUZZI, Oswaldo. Redes sociais em processos migratórios. pp. 199-218. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 20, nº1. 2008.

VAINER, Carlos B. Migração e mobilidade na crise contemporânea da modernização. pp.11-30. In. HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Sidney Antonio da. (Orgs.) **Simpósio internacional migração**: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Humanitas, 2007.

VAINER, Carlos B. A violência como fator migratório – silêncios teóricos e evidências históricas. pp.05-09. **Travessia**. São Paulo, CEM, Nº25, MAIO/AGO, 1996.

VARGAS-LUNDIUS, Rosemary et all. **International migration, remittances and rural development**. IFAD/FAO, 2008. Disponível em:  
<http://www.ifad.org/pub/remittances/migration.pdf>  
Acesso em Maio de 2010.

WOLF, Eric. **A Europa e os povos sem história**. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 400.

ZANI, Mateus Amoedo. **Entre idas e vi(n)das**: transformações e continuidades em um bairro rural no Sul de Minas Gerais a partir das experiências de mobilidade. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2012. Dissertação de mestrado.

## 10 – Anexos – Iconografia da Tese

### Galeria de retratos 2 - Migrantes, familiares de migrantes e suas atividades de trabalho cotidiano no Vale do Jequitinhonha

- Embarque de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Embarque de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Embarque de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Embarque de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Embarque de trabalhadores para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Trabalhadores migrantes em fila para assinar contrato de trabalho como cortadores de cana-de-açúcar em São Paulo e Sul de Minas Gerais. Araçuaí-MG, Março a Abril de 2009. Fotos: José Carlos Alves Pereira



- Sábado, dia de feira em Novo Cruzeiro - MG  
Abril de 2009. Fotos: José Carlos A Pereira

Camponeses expõem e vendem os produtos de suas roças na feira semanal (sábado) em Novo Cruzeiro-MG



- Sábado, dia de feira em Novo Cruzeiro - MG  
Abril de 2009. Fotos: José Carlos A Pereira

Adolescentes que trabalham como carregadores de feiras em carrinhos de mão. A execução dessa atividade além de prover-lhes algum dinheiro, também representa um momento do ciclo de vida, no qual "gatos" e agenciadores procuram seduzi-los com promessas de trabalho no corte de cana-de-açúcar.



- Festa do Rosário. Outubro de 2009. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



- Imigrantes retornados. Novo Cruzeiro-MG. Setembro 2011  
Fotos: José Carlos A Pereira



- Mães e pais de imigrantes. Março a Abril de 2009. Araçuaí-MG.  
Fotos: José Carlos A Pereira



- Mães e pais de imigrantes. Março a Abril de 2009. Araçuaí-MG.  
Fotos: José Carlos A Pereira



- Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG.  
Foto: José Carlos A Pereira



- Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG.  
Foto: José Carlos A Pereira



- Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG.  
Foto: José Carlos A Pereira



- Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG.  
Foto: José Carlos A Pereira



- Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG.  
Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira



Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A Pereira





Trabalho e cotidiano de familiares de migrantes. Outubro/2011. Araçuaí-MG. Foto: José Carlos A. Pereira

- Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes Araçuaí-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009, Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



- Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes Araçuaí-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009, Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes  
Araçaí-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009,  
Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



- Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes Araçuai-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009, Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira





Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes  
Araçuai-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009,  
Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



- Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes Araçuai-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009, Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



- Grupos comunitários, organização e festas nas comunidades de migrantes Araçuai-MG, Novo Cruzeiro-MG, Padre Paraíso-MG. Setembro de 2009, Outubro de 2011. Foto: José Carlos A Pereira



Arte em cerâmica do Vale do Jequitinhonha-MG. Araçuaí-MG. Setembro de 2009  
Foto: José Carlos A Pereira



Arte em cerâmica do Vale do Jequitinhonha-MG. Araçuaí-MG. Setembro de 2009  
Foto: José Carlos A Pereira



